

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

JORDANA TAVARES SILVEIRA LISBOA

**Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portueza: uma história
do panorama do horizonte de retrospecção de JSB**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2020

JORDANA TAVARES SILVEIRA LISBOA

**Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa: uma história
do panorama do horizonte de retrospectção de JSB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

LISBOA, Jordana Tavares Silveira
L769e Um estudo da Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa: uma história do panorama do horizonte de retrospectiva de JSB / Jordana Tavares Silveira Lisboa ; orientadora Marli Quadros Leite. - São Paulo, 2020.
205 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Horizonte de Retrospecção. 2. Gramática geral e filosófica. 3. Verbo. 4. Modo verbal. 5. Tempo verbal. I. LEITE, Marli Quadros, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Jordana Tavares Silveira Lisboa**

Data da defesa: **17** / **04** / **2020**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 15/06/2020



Marli Quadros Leite

LISBOA, Jordana Tavares Silveira. **Um estudo da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: uma história do panorama do horizonte de retrospectção de JSB.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Letras.

Aprovado em: 17 de abril

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me abençoou com a realização desse grande projeto, proporcionando-me aprimoramento intelectual, em uma universidade de excelência.

À Prof.^a Dr.^a Marli Quadros Leite, pela dedicação e competência em me orientar, pela paciência em me corrigir, pelas palavras de incentivo nos momentos difíceis.

Aos professores Marcelo Módolo, Maria Mercedes Saraiva Hackerott e Jorge Viana de Moraes pelas valiosas sugestões no exame de qualificação.

À Universidade do Estado do Pará (UEPA) e à Universidade de São Paulo (USP), pela implantação e o desenvolvimento do Programa de Doutorado Interinstitucional em Filologia e Língua Portuguesa, pelo qual foi possível minha capacitação intelectual.

Às professoras Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva, Elisa Maria Pinheiro de Souza e Elis de Almeida Cardoso Caretta, por coordenarem o Convênio Dinter UEPA-USP, por auxiliarem todos os docentes da Universidade do Estado do Pará que participaram dessa capacitação intelectual.

À Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA), pela concessão à licença aprimoramento, o que tornou possível minha participação em todas as disciplinas cursadas ao longo do curso e a realização do estágio de doutorado em São Paulo-SP.

Ao meu marido (Anderson Brito Lisboa), pelo grande encorajamento para fazer esse doutorado, por ter enxugado minhas lágrimas nos momentos difíceis e por ter me apoiado sempre e incondicionalmente.

À minha mãe (Eliane Tavares de Oliveira), por suas orações e palavras motivadoras, por ter deixado tudo e vir me auxiliar ao longo desse doutorado.

E a todos os familiares e amigos, que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

Muito Obrigada!

No princípio era o Verbo. O Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus (João 3:1. Bíblia. Ed. Almeida Clássica, p.1132).

RESUMO

Este trabalho é sobre a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, uma gramática baseada na teoria da gramática geral. O objetivo foi o de demonstrar a filiação teórica de Barbosa aos princípios da teoria racionalista pelo estudo do sistema verbal organizado pelo gramático. Com fundamentos da História das Ideias Linguísticas, examinamos e interpretamos do Capítulo VI – *Do verbo*, do livro III – *Da Etymologia, ou partes da oração portugueza*, as seguintes seções: o conceito de verbo; o Artigo I – *Do verbo substantivo, e seus auxiliares*; o Artigo II – *Da conjugação do verbo substantivo, e de seus auxiliares*; o Artigo III – *Do verbo adjetivo* e o seu § I – *Conjugação do verbo adjetivo em sua voz ativa*. Para o desenvolvimento dessa análise, o trabalho foi dividido em quatro capítulos: no primeiro, segundo Aouroux (1979, 1922, 1998a, 1998b, 2008, 2009a), identificamos e examinamos o horizonte de retrospectiva de Barbosa; no segundo, conforme os conceitos de gramática apresentados na Gramática Geral de Port-Royal (GGP-R) e nos artigos *Grammaire* (1757) e *Mot* (1751) da *Encyclopédie*, analisamos a definição de gramática proposta na *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (GPLP); no terceiro, realizamos, inicialmente, uma reflexão histórica sobre o *logos* na busca da relevância do verbo na composição da proposição, e, em seguida, descrevemos e analisamos a terminologia e o conceito de verbo na GGP-R, na *Grammaire Générale* (BEAUZÉE, 1767), na *Grammaire* (CONDILLAC, 1775), na *Grammatica Philosophica* (BACELLAR, 1783), na *Grammatica Portugueza* (SOUZA, 1804), e na GPLP (1822), para realizarmos um estudo comparativo e interpretativo dessas gramáticas; e, no quarto, averiguamos as concepções de modo e tempo do verbo nas gramáticas gerais e filosóficas antes analisadas e, em seguida, refletimos sobre os critérios utilizados na GPLP para a concepção de modo e tempo, a fim de identificar e discutir as causas da reorganização do sistema verbal nessa obra. Por meio de descrição-analítica, verificamos que o sistema verbal na GPLP resulta da aplicação dos conceitos apresentados nas gramáticas gerais e filosóficas antecedentes a obra, dos quais Barbosa se apropriou parcialmente, visto que: a) o verbo *ser* permanece como componente essencial da proposição; b) a essência do verbo é o sentido de “existência”; porém, c) o verbo auxiliar recebe uma nova interpretação; e, d) o sistema de modos e tempos verbais é organizado com base no critério funcional-sintático, por meio do qual os tempos são distribuídos apenas em três modos verbais. A pesquisa mostra que, apesar de Barbosa estar fundamentado nos princípios da gramática geral, o sistema verbal exposto na GPLP não é apenas uma simples cópia, mas há uma interpretação crítica dos sistemas apresentados nas gramáticas de Port-Royal, Beauzée e Condillac para exteriorizar uma proposta distinta ao sistema verbal da língua portuguesa.

Palavras-chave: Horizonte de Retrospecção; Gramática geral e filosófica; Verbo; Modo verbal; Tempo verbal.

ABSTRACT

This work is about the *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), by Jerônimo Soares Barbosa, a grammar based on general grammar theory. The purpose of the research was to demonstrate Barbosa's theoretical affiliation to the principles of rationalist theory by studying the verbal system organized by the grammarian. Based on the History of Linguistic Ideas, we examine and interpret from Chapter VI – The verb, from Book III - *From Etymology, or parts of the portuguese phrase*, the following sections: the concept of verb; Article I – *Of the substantive verb, and its auxiliaries*; Article II – *The conjugation of the substantive verb and its auxiliaries*; Article III – *The adjective verb* and § I – *Conjugation of the adjective verb in his active voice* of this same article. For the development of this analysis, the work was divided into four chapters: in the first one, according to Auroux (1979, 1922, 1998a, 1998b, 2008, 2009a), we identified and examined Barbosa's retrospection horizon; in the second one, according to the concepts of grammar presented in the Port-Royal General Grammar (GGP-R) and in the *Encyclopedie* articles *Grammaire* (1757) and *Mot* (1751), we analyze the definition of grammar proposed in the *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (GPLP); In the third part, we initially perform a historical reflection on logos in search of the relevance of the verb in the composition of the proposition, and then describe and analyze the terminology and concept of the verb in GGP-R, *Grammaire Générale* (BEAUZÉE, 1767), *Grammaire* (CONDILLAC, 1775), *Grammatica Philosophica* (BACELLAR, 1783), *Gramatica Portuguesa* (SOUZA, 1804), and GPLP (1822), for a comparative and interpretative study of these grammars; and, in the fourth chapter, we look at the mode and tense conceptions of the verb in the general and philosophical grammars discussed earlier, and then reflect on the criteria used in the GPLP for the conception of mode and tense in order to identify and discuss the causes of reorganization of the verbal system in this work. Through description and analysis, we find that the verbal system in GPLP results from the application of the concepts presented in the general and philosophical grammars preceding the work, of which Barbosa partially appropriated, since: a) the verb to be remains as an essential component of the proposition; b) the essence of the verb is the meaning of "existence"; however, c) the auxiliary verb receives a new interpretation; and d) the system of verb tenses and verb modes is organized on the basis of the functional-syntactic criterion whereby tenses are distributed only into three verb modes. Research shows that while Barbosa is grounded in the principles of general grammar, the verbal system set forth in the GPLP is not just a simple copy, but there is a critical interpretation of the systems presented in the Port-Royal, Beauzée, and Condillac grammars to externalize an different proposal to the verbal system of the Portuguese language.

Keywords: Retrospecting Horizon; General and philosophical grammar; Verb; Verb mode; Verb tense.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa da 1ª edição da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa.....	13
Imagem 2 – Taboa das vinte vozes portuguesas com todas as suas escripturas.....	77
Imagem 3 – Das 21 Consonancias da Lingua Portugueza, 5 Labiaes, e 16 Lingaes	78
Imagem 4 – Dos 16 Diphthongos Portuguezes com todas suas escripturas....	79
Imagem 5 – Modo infinito (SOUZA, 1804)	176
Imagem 6 – Modo infinito (BARBOSA, 1822)	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A proposição	55
Quadro 2 – Terminologias e conceitos	57
Quadro 3 – Aspectos do “horizonte de retrospectão” de Barbosa	63
Quadro 4 – Classificação das palavras – Beauzée	71
Quadro 5 – Quadro comparativo das classes de palavras	86
Quadro 6 – Conceito das classes de palavras	87
Quadro 7 – Verbos auxiliares do verbo substantivo.....	93
Quadro 8 – Verbos auxiliares dos verbos adjetivos	95
Quadro 9 – A teoria do verbo substantivo	139
Quadro 10 – O verbo: terminologias	141
Quadro 11 – Sistema verbal português segundo Bacellar (1783)	159
Quadro 12 – Sistema verbal português segundo Souza (1804)	164
Quadro 13 – Modos verbais	168
Quadro 14 – Modo infinitivo	175
Quadro 15 – Sistema verbal português segundo Barbosa (1822)	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – ASPECTOS DO “HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO” DE BARBOSA	22
1.1 A GRAMÁTICA DE SANCHEZ DE LAS BROZAS	22
1.2 O MÉTODO DE DESCARTES	31
1.3 A LÓGICA DE PORT-ROYAL	34
1.4 A LÓGICA DE CONDILLAC	45
1.5 A TEORIA GRAMATICAL DE DU MARSAIS E DE BEAUZÉE	52
1.6 UM QUADRO COMPARATIVO DESSE “HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO”	57
CAPÍTULO II – A GRAMMATICAM PHILOSOPHICAM DA LINGUA PORTUGUEZA (GPLP)	66
2.1 GRAMÁTICA GERAL OU FILOSÓFICA, E PARTICULAR	66
2.2 GPLP: UMA GRAMÁTICA GERAL E FILOSÓFICA OU PARTICULAR?	74
CAPÍTULO III – O VERBO	101
3.1 O LOGOS	101
3.2 O TRATAMENTO DO VERBO EM GRAMÁTICAS GERAIS E FILOSÓFICAS	110
3.3 UM QUADRO COMPARATIVO DO TRATAMENTO DO VERBO EM GRAMÁTICAS GERAIS E FILOSÓFICAS	138
CAPÍTULO IV – MODOS E TEMPOS VERBAIS	144
4.1 MODOS E TEMPOS NAS GRAMÁTICAS GERAIS E FILOSÓFICAS	144
4.2 MODOS E TEMPOS NA GPLP	165
CONCLUSÃO	185
REFERÊNCIAS	195

INTRODUÇÃO

Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) escreveu a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, que teve publicação póstuma em 1822, posteriormente à reforma pombalina no ensino (1759 a 1772), a qual foi inspirada no movimento iluminista. A composição de gramáticas filosóficas em Portugal foi tardia se comparada com as da França, cuja produção inicial é datada em 1660 com o título *Grammaire Générale et Raisonnée*, de autoria de Arnauld e Lancelot. A *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (doravante GPLP) foi a mais completa obra filosófica da gramaticografia portuguesa.

A obra de Barbosa teve sete edições, das quais, nesta tese, utilizamos apenas a primeira para examinar e interpretar do Capítulo VI – *Do verbo*, do livro III – *Da Etymologia, ou partes da oração portuguesa*, as seguintes seções: o conceito de verbo; o Artigo I – *Do verbo substantivo, e seus auxiliares*; o Artigo II – *Da conjugação do verbo substantivo, e de seus auxiliares*; o Artigo III – *Do verbo adjetivo* e o § I – *Conjugação do verbo adjetivo em sua voz ativa* deste mesmo artigo.

Jerônimo Soares Barbosa nasceu em 24 de janeiro de 1737, natural de Ansião (Leiria). Foi um dos gramáticos mais influentes de sua época. Estudou no Seminário Episcopal de Coimbra e, em 1762, foi ordenado padre secular. Em 1766, assumiu a função de professor de Retórica e Poética no Colégio das Artes de Coimbra. Em 1768, formou-se em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra.

Em 1789, Barbosa foi eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências. Em 1790, foi jubilado de seu cargo de professor de Retórica e Poética, e, em 1792, começou a exercer a função de inspetor do ensino primário no entorno de Coimbra. Em 1799, ficou responsável pelas edições dos *Autores Clássicos*, os quais seriam utilizados nas escolas. Ainda no mesmo ano, foi nomeado deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos da Universidade de Coimbra. Morreu em 5 de janeiro de 1816, em Almedina (Coimbra), aos 78 anos.

Sempre envolvido com o ensino (de 1766 a 1790), Barbosa se empenhou em renovar os métodos didáticos de sua época. Em seu trabalho pedagógico, publicou três gramáticas: 1) *Eschola Popular das Primeiras Letras* (1796) – obra direcionada às escolas primárias, com o objetivo de provocar mudanças nos métodos pedagógicos; 2) *As Duas Linguas ou Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*

Comparada com a Latina para Ambas se Aprenderem ao Mesmo Tempo (1807) – trabalho dirigido ao ensino secundário, com a finalidade de ensinar primeiro a língua portuguesa e depois a língua latina; e, 3) *Grammática Philosophica da Lingua Portugueza, ou Principios da Grammatica Geral aplicados á nossa linguagem* (1822) – produção destinada ao ensino superior, com o objetivo de empregar os princípios da gramática geral no estudo da língua portuguesa.

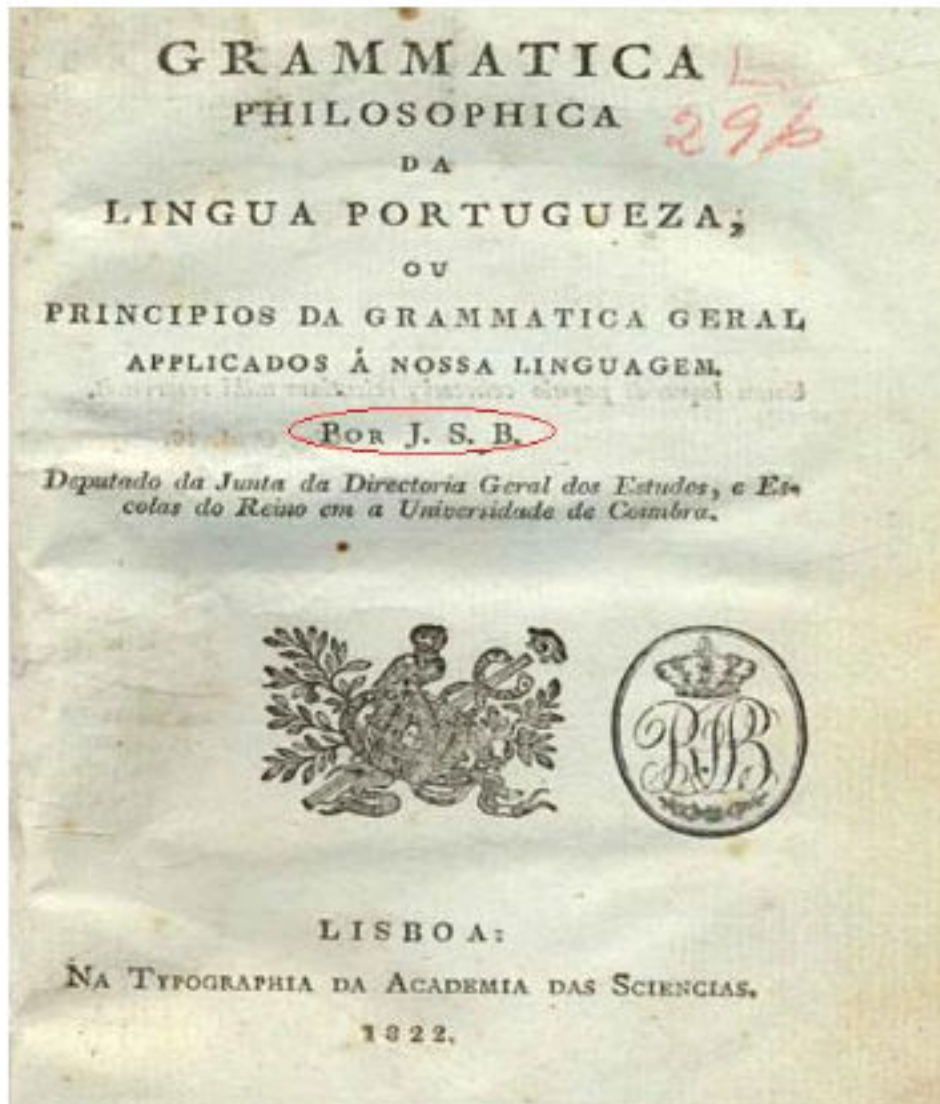
A GPLP, apesar de não ser o primeiro trabalho português a se fundamentar nos princípios da gramática geral, é considerada por muitos críticos como uma das melhores gramáticas dessa espécie. A obra é dividida em quatro livros: 1) ortoépia; 2) ortografia; 3) etimologia ou partes da oração portuguesa (atualmente, morfologia); e, 4) sintaxe e construção (estudo da composição das orações). Os dois primeiros tratam da parte mecânica da língua (parte física e material da palavra); e, os dois últimos, da parte lógica da língua (palavras como sinais dos pensamentos).

Conforme Gonçalves e Coelho (1998), a GPLP foi editada onze vezes, sete delas foram publicadas no século XIX e as outras quatro no XXI, como especificadas a seguir: 1ª edição (1822); 2ª edição (1830); 3ª edição (1862); 4ª edição (1866); 5ª edição¹ (1871); 6ª edição (1875); 7ª edição (1881); 8ª edição – *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição fac-similada, comentário e notas de Amadeu Torres (2004); 9ª edição – *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*, Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres (2005); 10ª edição – *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Edição fac-similada da quinta edição de 1871 de Charleston (s.d.); e, 11ª edição – *A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa: Edição Crítica, Estudo e Notas* de Sónia Coelho (2013).

A capa da 1ª edição traz o nome de Barbosa apenas representado por suas iniciais (J.S.B.) e abaixo o cargo que exercia (*Deputado da Junta da Diretoria Geral*

¹ Coelho e Kemmler (2017) ressaltam que, a partir da 5ª edição, houve uma tiragem de 1500 exemplares, somando um total de 6.545 exemplares, entre 1862 e 1881, algo que se deve levar em consideração em se tratando de uma “(...) obra [que] constitui uma gramática acadêmica sem intenção normativa, ao lado da qual se publicou um número considerável de gramáticas escolares amplamente divulgadas quer em Portugal, quer no Brasil” (p.27). Os autores também informam que não há registros de venda da gramática entre 1834 e 1841, e que, da saída de 328 exemplares, um foi para a Academia das Ciências de Berlim, outro para a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e outro para a Biblioteca Real de Paris e 16 exemplares para entidades particulares.

dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra). Obra publicada em Lisboa, pela Tipografia da Academia das Ciências, em 1822 (seis anos após o falecimento do autor).



(capa da 1ª edição da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza)

Como a GPLP é uma obra póstuma, existem dúvidas quanto ao ano de sua redação. Há conjecturas de que foi escrita em 1803, pois, a partir da quarta edição tem-se a seguinte indicação: “Coimbra, 24 de junho de 1803”. As causas que provocaram o adiamento da primeira publicação em dezenove anos ainda não foram explicadas. Apenas foi registrado na sessão da Academia das Ciências, de 6 de junho de 1816, que Nicolau Soares Barbosa (1750-1833), o irmão mais novo do gramático, foi indicado para fazer a edição ortográfica e linguística do manuscrito (COELHO; KEMMLER, 2017).

A GPLP é obra de grande relevância para a gramaticografia portuguesa, pois visa romper com o método baseado apenas na analogia da língua portuguesa em relação à língua latina, para apresentar um instrumento fundamentado nos princípios da gramática geral. Segundo Gonçalves (2006, p. 6-7), “Ao estabelecer paralelismos entre as operações lógicas do pensamento e a sucessão linguístico-discursiva, a gramática filosófica assumia a feição de verdadeira teoria da linguagem, filosófica e linguística, representando portanto todas as línguas”. Assim, a GPLP é fruto de uma interpretação, por Barbosa, dos princípios da gramática geral. Diz o gramático:

Esta arte por outra parte não deve ser meramente practica e hum estudo so de memoria. Deve comprehender as razoes das practicas do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem nos do exercicio das faculdades da alma e formar assim huma Logica practica, que ao mesmo tempo que ensina a falar bem a propria Lingua, ensine a bem discorrer (BARBOSA, 1822, p.XII).

A GPLP segue orientação metodológica racionalista, guiada por métodos analíticos, tendo por finalidade simplificar as regras da língua e explicá-las com clareza e exatidão, para que essas regras não sejam simplesmente decoradas pelos discentes, mas compreendidas pela razão. A clareza e a exatidão no ensino de língua são evidenciadas pela estrutura da proposição, na qual o verbo é parte essencial, pois faz a ligação do sujeito com o seu atributo, ou seja, é o operador por excelência de todas as proposições (BARBOSA, 1822). O autor sustenta a ideia de que o verbo “ser” é “o verbo” capaz de formar qualquer proposição, uma vez que com esse verbo “(...) podem formar todas as sortes de orações; e todas as que se fazem por outros verbos, se resolvem per este em ultima analyse” (BARBOSA, 1822, p.192).

De acordo com a lógica da gramática geral, as palavras servem para enunciar nossos pensamentos por meio de proposições. As palavras não irão expressar nossos pensamentos se estiverem isoladas, soltas, desconexas; elas irão fazer isso por meio de proposições, relacionadas, coordenadas. Logo, o conhecimento de uma língua não se realiza com base unicamente no estudo etimológico ou morfológico, pois é necessário analisar a palavra também na formação de orações. Como a GPLP tem como base os princípios da gramática geral, a análise da língua parte do campo sintático e/ou semântico.

Inicialmente, Barbosa (1822, p.99) declara que seguirá os princípios da Gramática Geral para “(...) estabelecer o systema Etymologico das Partes da Oração

Portugueza, distribuindo-as primeiro nas suas Classes mais geraes, e depois nas suas especies principaes (...)", o que faz no livro III – *Etimologia ou partes da oração portuguesa*. Em seguida, no livro IV – *Sintaxe e construção* (estudo da composição das orações), expõe o conceito de sintaxe, diferenciando-o do de construção. O gramático analisa o *entendimento* mediante juízos que serão expressos na língua por meio de proposições. Esses juízos são constituídos por três termos: a) a ideia de algo, que é o sujeito da proposição, que tem como núcleo um substantivo ou qualquer outro tipo de palavra que esteja exercendo a função de um substantivo; b) a de relacionante, que é a função do verbo substantivo (verbo ser), que é a de ligar o sujeito ao atributo; e, c) a de atributo, que é exercido por um adjetivo ou outra palavra que esteja desempenhando essa mesma função.

A proposição, na GPLP, é tripartida, formada por sujeito, verbo, atributo, sendo o verbo parte essencial para essa formação, visto que é a classe gramatical que faz a ligação entre o sujeito e o atributo. Segundo Barbosa (1822, p. 363-364), “Toda oração pois he composta de hum sujeito, de hum attributo, e de hum verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras *Eu sou amante*; ou com duas equivalentes ás tres *Sou amante*, ou com huma so, que concentra em si as tres, como: *Amo*”. Ou seja, o verbo pode formar sozinho uma proposição, pois, dos três elementos constituintes da oração, é a única palavra que agrega em si ao mesmo tempo o sujeito e o atributo.

Partimos do corolário de que a GPLP segue os princípios da gramática geral, sustentando a ideia de que o verbo “ser” é “o verbo” capaz de formar qualquer proposição, com função conjuntiva, para chegar à demonstração do resultado da aplicação dessa teoria. A hipótese defendida nessa pesquisa é a de que a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Barbosa é uma obra filiada à teoria geral, embora se desenvolva, também, como uma gramática particular da língua portuguesa, o que se revela, especialmente, pelo sistema verbal inovador no contexto da gramática do português, elaborado pelo autor, com fundamento em textos de autores racionalistas que constituem seu horizonte de retrospectão (AUROUX, 2008).

A tese é a de que Barbosa organiza uma gramática que se diferencia das gramáticas filosóficas portuguesas anteriores à dele, porque foi analítico e crítico, o que fez com base, especialmente, nos artigos de *L’Encyclopédie* (*Langue*, 1765; *Proposition*, 1751; *Tems*, 1751; *Mot*, 1751; *Verbe*, 1751; e *Grammaire*, 1757) e da *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage*:

pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues (1767), de Beauzée, tendo tomado, em certos pontos, posições teóricas diferentes das do enciclopedista. Com a finalidade de demonstrar a atitude crítica de Barbosa, selecionamos o verbo como categoria norteadora do estudo. Para desenvolver a tese, investigamos o método de trabalho de Barbosa o que revelou ser a obra tanto uma “gramática geral ou filosófica”, como anuncia o título, pela teorização presente em todo o texto, quanto “particular”, pela descrição específica da língua portuguesa, em especial da categoria aqui analisada, o verbo, o que fez apresentando regras de uso dessa língua. O objeto da tese, portanto, é de um lado, a conformação teórica da obra e, de outro, a interpretação dada por Barbosa aos princípios da gramática geral no tocante à construção do sistema verbal na GPLP.

O objetivo foi o de demonstrar a filiação teórica de Barbosa aos princípios da gramática geral pelo estudo do sistema verbal organizado pelo gramático. Para alcançar tal objetivo, utilizamos o método descritivo-analítico, que consistiu no exame de obras que formaram o horizonte de retrospectão (AUROUX, 2008) de Barbosa para revelar a robustez da obra *sub examine*, tanto pelo confronto de suas ideias com as dos autores que formaram esse horizonte quanto pela análise descritiva de um conjunto de gramáticas filosóficas portuguesas.

Por meio de descrições, análises e comparações entre a GPLP e as gramáticas gerais e filosóficas anteriores a ela, procuramos responder aos seguintes questionamentos: Qual o horizonte de retrospectão de Barbosa?; O que a GPLP tem de geral ou filosófica, e particular? Como Barbosa interpreta os princípios da gramática geral no estudo do verbo? Qual a relevância do verbo na composição da proposição? Quais os critérios utilizados na GPLP para a definição de modo e tempo do verbo? Houve mudanças do conhecimento sobre essas categorias, tendo em vista as obras anteriores à GPLP, constantes do horizonte de retrospectão do autor?

Barbosa (1822) afirma que estabelece o sistema etimológico das classes de palavras baseado nos princípios da gramática geral, porém não concorda com os demais gramáticos quanto ao sistema de modos e tempos. O autor da GPLP aponta a necessidade de apenas três modos (indicativo, subjuntivo e infinito) e exclui os demais modos apresentados pelos “outros gramáticos” (supositivo, imperativo e optativo). Barbosa (1822, p.200) ratifica que “(...) sendo o verbo huma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais, nem menos, os modos do verbo, quantas

são as espécies de orações ou proposições por ordem á sua syntaxe, e contextura no discurso”.

A pesquisa tem como suporte teórico os pressupostos da História das ideias linguísticas (HIL), segundo Auroux (1979, 1992, 1998a, 1998b, 2008, 2009a) e Colombat, Fournier e Puech (2017). A HIL se ocupa dos “(...) fatos ocorridos na longa duração do tempo (...)” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p.16). O objeto dos estudos nesse campo são ideias, relativas à língua e à linguagem, construídas em diferentes épocas, observando-se sempre a diversidade do saber linguístico em diferentes culturas, espaços e tempo. A recuperação da causalidade da mudança do pensamento linguístico, que leva à proposição de diferentes conceitos para os fatos linguísticos é o que direciona a investigação.

Segundo Auroux (2009a, p. 13), a HIL se interessa “sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico (...) [e] como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem (...)”. Cabe ao historiador não fazer apenas uma narrativa dessa história, mas, por meio da análise interpretativa, questionar acerca das mudanças ocorridas com o objeto de estudo.

A causalidade de alterações no objeto de análise impõe ao pesquisador “(...) explicar *como* e *por que* um conhecimento se transformou, ou se perdeu no curso do tempo” (LEITE, 2019b, p.159). O princípio da causalidade é explicado, na HIL, como uma razão para que o papel do historiador não seja apenas o de narrador dos acontecimentos históricos sobre os fatos linguísticos, e, sim, o de investigador sobre as causas de mudanças do conhecimento linguístico pesquisado.

Conforme Colombat, Fournier e Puech (2017), há duas peculiaridades que podem provocar mudanças no objeto de conhecimento: a) existe uma determinada acumulação dos saberes linguísticos na longa duração do tempo, porém, b) ocorre também um esquecimento desses conhecimentos gerado por “vazios na memória acumulativa”. O esquecimento e a acumulação dos conhecimentos linguísticos são interpretados pelo historiador, o qual terá de reconhecer no objeto de estudo esses dois aspectos. Para identificar tanto a conservação quanto o vazio das ideias linguísticas, o investigador precisa conhecer/estudar o objeto de pesquisa e o seu horizonte de retrospectção.

O horizonte de retrospecção é um conjunto de conhecimentos obtido por alguém para realizar um determinado trabalho intelectual. Nas palavras de Aurox (2008, p. 141):

Quando [alguém] se propõe a resolver um problema, dispõe igualmente de conhecimentos; ora, estes conhecimentos necessariamente foram produzidos *antes* da atividade cognitiva em questão. Nós nomeamos horizonte de retrospecção o conjunto destes conhecimentos antecedentes.

Na GPLP, o horizonte de retrospecção do gramático português é resgatado pelo método de *referência direta e nominal* a autores ou a gramáticas, *referência direta* e *anônima* por meio de generalizações como “gramáticos modernos”, “antigos gramáticos”, “os gramáticos”, “muitos gramáticos”, e por *referências indiretas*, implícitas no texto, para concordar ou discordar de diferentes orientações linguísticas por ele interpretadas diretamente, ou, apenas, memorizadas. O estudo do horizonte de retrospecção é um método para que se distinga a tradição da inovação.

Com fundamento em princípios da *História das Ideias linguísticas*, então, examinamos a categoria *horizonte de retrospecção* de Barbosa. Neste estudo, buscamos informações mais recuadas no tempo, como a *Minerva (1562)*, de Sanchez de las Brozas, e o *Discurso do Método (1637)*, de Descartes, por fazerem parte do horizonte de retrospecção de Barbosa, ainda que de modo indireto. Também analisamos obras que aparecem diretamente no horizonte de retrospecção de Barbosa, como: a *Gramática Geral de Port-Royal (1660)*, de Arnauld e Lancelot; *La Logique ou l’Art de Penser (1662)*, de Arnauld e Nicole; *O ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos (1746)* e *A lógica ou os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar (1780)*, de Condillac; e os artigos *Mot (1751)*, *Grammaire (1757)*, *Langue (1765)*, *Proposition (1751)*, *Tems (1751)*, *Verbe (1751)*, de Beauzée. Esta pesquisa nos possibilitou uma base teórica sobre os princípios da gramática geral.

Ulteriormente, por meio do método descritivo-analítico, descrevemos, analisamos e comparamos as semelhanças e diferenças de terminologia e de conceito, principalmente as do verbo, e, também, de concepções de modo e de tempo verbais entre a GPLP e as gramáticas francesas e portuguesas que têm contido em seus títulos os termos “geral”, “filosófica” ou “racional” e com publicação anterior a GPLP. Esta análise nos propiciou uma base documental para compreendermos as causas que suscitaram alterações gramaticais no sistema verbal da GPLP.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizamos como fonte primária a *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem* (BARBOSA, 1822), referida aqui pela sigla GPLP; e, como fonte secundária, a *Minerva: o de la propiedad de la lengua latina* (BROZAS, 1976 [1587]), porque faz parte do horizonte de retrospectiva de Barbosa, apesar de modo mais distante e indireto; e, também, gramáticas que têm incluídas em seus títulos os termos “geral”, “filosófica” ou “racional” e são anteriores à publicação da GPLP. São elas:

- *Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada* (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]), com a sigla GGP-R;
- *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues* (BEAUZÉE, 1767);
- *Grammaire (Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme)* (CONDILLAC, 1775);²
- *Grammatica philosophica e orthographia racional da Lingua Portugueza* (BACELLAR, 1783);
- *Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que quizer instruir* (SOUZA, 1804).

Além dessas obras, examinamos também como fonte secundária os artigos de *L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*,³ abaixo listados, os quais tratam de gramática, verbo e proposição:

- *Grammaire* (BEAUZÉE; DOUCHET, EDR, *Grammaire*, 1757);
- *Langue* (BEAUZÉE et al., EDR, *Langue*, 1765);
- *Proposition* (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751);
- *Tems* (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751);

² Para citação direta das versões em francês das gramáticas gerais de Beauzée (1717-1789) e de Condillac (1714-1780) e dos artigos da *Encyclopédie*, optamos em escrever *et* onde no original é escrito &.

³ Para fazer referência aos textos da *Encyclopédie*, além do autor, usamos o título do artigo com o intuito de não provocar incertezas para o leitor, como, por exemplo: BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751, p.473.

- *Mot* (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751);
- *Verbe* (BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751).

O trabalho está dividido em quatro capítulos: no primeiro, estudamos o horizonte de retrospectiva de Barbosa: a) as ideias de Brozas na *Minerva* (1562); b) o Método de Descartes (1637); c) a lógica de Port-Royal nas duas obras célebres, *Grammaire générale et raisonnée* (1660) e *La logique ou l'Art de penser* (1662); d) a lógica de Condillac; e, e) a teoria gramatical de Du Marsais e Beauzée. Concluímos o capítulo com um quadro comparativo desse horizonte de retrospectiva com a GPLP.

No segundo, recorreremos, primeiramente, ao panorama histórico apresentado por Santos (2010) como base para discutirmos a ideologia filosófica das gramáticas gerais e filosóficas. Depois, detemo-nos nos conceitos de gramática expostos na Gramática Geral de Port-Royal (GGP-R) e nos artigos *Grammaire* e *Mot* da *Encyclopédie*. Por último, analisamos a definição de gramática descrita na GPLP, buscando na referida obra o que ela tem de geral ou filosófica, e particular.

Iniciamos o terceiro capítulo pela reflexão histórica sobre o *logos* na busca da relevância do verbo na composição da proposição ao longo da história. Em seguida, apresentamos a terminologia e o conceito de verbo na GGP-R, na *Grammaire Générale* (BEAUZÉE, 1767), na *Grammaire* (CONDILLAC, 1775), na *Grammatica Philosophica* (BACELLAR, 1783), na *Gramatica Portuguesa* (SOUZA, 1804), e na GPLP, realizando um estudo comparativo e interpretativo dessas gramáticas, demonstrando o que converge e o que diverge entre elas e a GPLP.

No quarto capítulo, primeiramente, apresentamos as concepções de modo e tempo do verbo nas gramáticas gerais e filosóficas, as mesmas estudadas no capítulo três e, em seguida, analisamos os critérios utilizados na GPLP para a concepção de modo e tempo, a fim de analisarmos semelhanças e diferenças entre os sistemas verbais dessas gramáticas.

Na conclusão do trabalho, expomos algumas observações sobre a importância da GPLP para a gramaticografia portuguesa, reconhecendo-a como gramática geral ou filosófica, fundamentada nos princípios da Gramática Geral (conceber e julgar) e nos artigos de *L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*; porém, destacamos que ela também se caracteriza como gramática particular, pois estabelece regras para o uso da língua. Esses princípios conduzem o

estudo do verbo na GPLP, na qual a proposição segue a estrutura gramatical *sujeito, verbo “ser”, atributo*. O gramático defende a existência de três tipos de verbo (substantivo, auxiliares e adjetivos), porém apenas o verbo “ser” é “o verbo” capaz de formar qualquer proposição na língua portuguesa.

Concluimos, ao término da pesquisa, que o sistema verbal da GPLP resulta da intersecção dos conceitos apresentados em seu horizonte de retrospectão. Barbosa se apropria parcialmente desses conceitos, visto que: a) o verbo *ser* continua sendo componente essencial da proposição conforme a GGP-R e a *Grammaire* (1775), de Condillac; b) a essência do verbo é o sentido de “existência” semelhante à *Grammaire Générale* (1767), de Beauzée; c) o *ser* não é verbo auxiliar como o é em todas as gramáticas gerais e filosóficas que antecedem a GPLP; d) o verbo auxiliar contribui não somente para a formação de tempos compostos mas também para a expressão de “estados de existência” (atualmente, aspecto verbal), inovando com esta definição de auxiliar e também com a descrição de auxiliares específicos para o verbo substantivo *ser* e os verbos adjetivos; e, e) o sistema de modos e tempos verbais é reorganizado a partir do critério funcional-sintático, distribuindo os tempos em apenas três modos verbais. Beauzée e Condillac denominam os modos indicativo e subjuntivo pelo critério funcional-sintático, porém utilizaram o critério semântico para estabelecer os modos imperativo, condicional e supositivo; Barbosa, por sua vez, opta pelo critério funcional-sintático para todo o sistema verbal, resultando em uma inovação.

CAPÍTULO I – ASPECTOS DO “HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO” DE BARBOSA

“ASPECTOS DO “HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO” DE BARBOSA” irá compor o primeiro capítulo desta tese. Ao longo da *Grammatica Philosophica*, Barbosa cita alguns autores ou simplesmente aponta algumas de suas ideias gramaticais. Essas referências revelam parte de seu horizonte de retrospecção, o que certifica a inexistência de conhecimento repentino e que, em vez disso é adquirido na longa duração do tempo, pelas experiências e leituras feitas pelos autores. Por isso, consideramos necessário explorar e revelar um pouco do ambiente filosófico e intelectual em que Barbosa se insere, para interpretar justamente suas ideias.

Para tanto, inicialmente, tratamos das ideias de Brozas na *Minerva* (1562) e do *Método* de Descartes (1637). Em seguida, analisamos a lógica de Port-Royal nas duas obras célebres, *Grammaire générale et raisonnée* (1660) e *La logique ou l'Art de penser* (1662), a lógica de Codillac, e, a teoria gramatical de Du Marsais e de Beauzée. Finalmente, produzimos um quadro comparativo desse horizonte de retrospecção que pode ser recuperado na GPLP.

1.1 A gramática de Sanchez de las Brozas

Francisco Sanchez de las Brozas (1523-1600), gramático espanhol, publicou a “*Minerva, seu de causis linguae latinae*” em 1562.⁴ O autor, por meio dessa obra, teve a intenção de sanar o problema do ensino da língua latina na Universidade de Salamanca (ilustre academia da Espanha), pois a instituição de ensino espanhola experimentava um período de déficit no planejamento relacionado ao conhecimento dos clássicos (CÁRDENAS, 1976).

Dando continuidade à obra de Antonio de Nebrija,⁵ Brozas (1976 [1587], p. 37) objetivava ensinar as causas dos fenômenos linguísticos por meio da “(...) norma de la verdadera latinidad; con ella como guía el niño podrá recorrer con facilidad los

⁴ “A segunda e definitiva edição da *Minerva* foi publicada em Salamanca em 1587, com o título *Minerva ou acerca das causas da Lingua Latina*. Até há pouco tempo pensava-se que esta era a sua primeira edição” (FERNANDES, 2006, p.134).

⁵ Antonio de Nebrija (1441-1522), autor da primeira gramática espanhola (*Grammatica Castellana*, 1492).

verdes prados de los poetas y oradores e indagar después los verdaderos principios de la Dialéctica, que también anda trastornada”. O estudo da língua, na Minerva, direcionava-se às razões das regras de usos da língua, as quais deveriam ser compreendidas por meio de princípios.

Segundo Cárdenas (1976) e Hackerott (1994), essa obra é um marco na história dos conceitos gramaticais, por inúmeros motivos, dentre os quais destacam-se o estabelecimento da oração como foco de estudo e a distinção do método didático, primeiramente, explica o fenômeno linguístico e, posteriormente, apresenta vários exemplos para justificar-se.

Apesar de a obra de Brozas ter grande prestígio e ser reputada como relevante ao desenvolvimento dos conhecimentos gramaticais de sua época, não deixou de receber certas críticas da parte de seus intérpretes. Cárdenas (1976), por exemplo, entende que a concepção gramatical é subordinada à lógica, o que provoca, eventualmente, imprecisão entre os conceitos das categorias lógicas e das categorias gramaticais. Já Hackerott (1994) não é da mesma opinião, pois afirma que a gramática não se subordina à lógica, visto que o autor faz distinção entre o papel do gramático (conhecer as partes da oração – declinação e combinação –, fazendo uso de uma abordagem morfossintática) e do filósofo (ocupar-se da significação – utilizando uma abordagem semântica).

Essa divisão de tarefas entre gramático e filósofo é bem estabelecida quando o Brocense faz exposição dos advérbios, admoestando que não irá se deter em significação, pois isso é papel do filósofo e não do gramático, “(...) porque la misión del gramático (según dice Varrón) no consiste en indagar las significaciones de las voces, sino su uso” (BROZAS, 1976 [1587], p.102).

Da divisão de tarefas do gramático e do filósofo, surgem duas concepções acerca da gramática. Conforme Romeo (2002), há, no século XVI, na Península Ibérica, duas tendências gramaticais resultantes do Humanismo: a gramática do *usus* e a gramática das *rationes*. A primeira é “(...) fundamentalmente normativa, surgem como reação aos tratados que sobre a língua latina se vinham compondo na Idade Média, em concreto, os enquadrados na denominada *grammatica speculativa* ou dos *modi significandi*” (ROMEO, 2002, p.493); a segunda, por sua vez, “(...) trata de analisar de um ponto de vista filosófico os mecanismos que conduzem a materializar numa língua determinada os enunciados (...)” (ibidem, p. 494), considerando como

geral as relações sintáticas para todas as línguas. A Minerva é uma das gramáticas que representa essa segunda orientação gramatical (ibidem, p.495).

Quanto ao método, Brozas justifica o *uso* por meio da razão, pois se determinado fato linguístico não pode ser explicado pela razão, não pode estar no *uso*. Uma vez que o homem é dotado pela razão, sua prática linguística também é baseada nela (CÁRDENAS, 1976). A Minerva é uma obra que possui a “razão” para a aplicação de seu método, que consiste em ensinar a verdade pela forma mais simples (BROZAS, 1976 [1587]). Essas ideias linguísticas do Brocense chegaram a Portugal no começo do século XVII, por intermédio de outros gramáticos que buscaram renovar sua teoria e seu método, por exemplo, Amaro de Roboredo, por meio de seu *Methodo grammatical para todas as linguas*, publicado em 1619.

Romeo (2002) afirma que, quanto ao campo metodológico, a Minerva realça a especificidade científica da gramática latina, pois traz uma análise racional dessa língua, não a tratando como língua de comunicação (de interação entre os interlocutores), mas como um meio de acesso aos clássicos.

A Minerva está dividida em quatro livros:

- a) 1º livro: As partes da oração – divisão conforme os princípios lógicos: tipo estático (o nome); tipo dinâmico (o verbo); laços de união entre as proposições (a partícula). “Se trata de una clasificación que presenta un carácter generalizado, es decir, que es aplicable a todas (*todas*) las lenguas existentes” (CÁRDENAS, 1976, p.21). Deste modo, podemos dizer que se trata de uma gramática geral e razoada, pois ao mesmo tempo que busca as razões dos fatos linguísticos, analisa o que é adequado a todas as línguas estudadas;
- b) 2º livro: Estudo das categorias nome e adjetivo – primeiramente, apresenta a construção (concordância e regência) dos nomes e, em seguida, expõe o seu funcionamento sintático;
- c) 3º livro: Verbo, preposição, advérbio e conjunção – estudo sintático sobre o verbo e as partículas (preposição, advérbio e conjunção);
- d) 4º livro: Figuras de construção⁶ – justificativa das construções que não se adequam aos princípios gerais que regem todas as línguas, ou seja, há

⁶ As figuras de construção são: a) elipse e zeugma – falta de elementos gramaticais na oração; b) silepse – falta de concordância gramatical entre as partes da oração; c) pleonasma – redundância no uso de termos; e, d) hipérbato – alteração da ordem lógica da frase.

construções que são específicas de cada língua, não seguindo aos princípios racionais, uma vez que são entendidas como anomalias (CÁRDENAS, 1976).

Brozas também discorre sobre a natureza dos nomes, fomentando a investigação, para que o aprendente não se apoie em opiniões erradas. Como o homem é racional, deve sempre se pautar na razão para compreender as causas dos fenômenos na língua latina. Deste modo, defende que há causalidade entre os *usos* na língua, visto que há uma razão para tudo, buscando trazer à luz uma explicação das ocorrências linguísticas. O trecho a seguir exemplifica as causas e razões de *usos* linguísticos:

(...) por tanto, si no te entregaras por completo a la investigación, se no entregaras al arte que profesas, si no escuadriñaras perfectamente las causas y las razones, debe uno creer que se ve con ojos ajenos y se oye con oídos también ajenos. Ha invadido a muchos cierta torcida opinión, o más bien desatino, que afirma que en la Gramática y en la lengua latina no hay causas y que no se ha de investigar profundamente ninguna razón. No he visto cosa más necia que esa fábula, y nada puede uno imaginar-se más absurdo; ¿acaso el hombre, dotado de inteligencia, hará, dirá, ejecutará ingeniosamente algo sin deliberación y sin razón? (BROZAS, 1976 [1587], p.43).

Nesta obra, a justificativa para os fatos da língua é a razão que tem como testemunhos os exemplos e o uso da língua escrita, os quais são extraídos dos clássicos. Podemos inferir que essa característica é um fator de preservação da língua por meio da literatura, dos poetas, da retórica. No contexto da Minerva, a língua a ser preservada é a latina, que terá no ensino da leitura dos clássicos essa “conservação”, conforme o conceito de gramática abaixo:

La gramática es el *ars* “arte” de hablar correctamente; cuando digo *ars* entiendo *disciplina* “enseñanza”, pues el conocimiento se adquiere en el que aprende por medio de la enseñanza que recibe. Además he añadido: cuyo fines la oración correcta. Esta oración consta de palabras o vocablos, las palabras, a su vez, de sílabas, las sílabas de letras, y porque no avanzamos más haciendo divisiones, llamamos letra a la aprehensión del sonido indivisible. Dividimos, pues, la oración en palabras o vocablos, y los llamamos partes de la oración (BROZAS, 1976 [1587], p.48).

Com esse conceito, depreendemos que o gramático parte do estudo da língua escrita por meio da leitura dos clássicos para ensinar o latim. A Minerva foi construída da mesma forma que a gramática grega foi constituída como arte do “bem-dizer”, de

cunho normativo, procurando estabelecer parâmetros para uma comunicação eficiente (NEVES, 2005).

Os gregos entendiam por *grammatiké* a arte de ler e escrever corretamente, em razão de se ter “(...) uma *grammatiké* que é especificamente um exame dos textos escritos, pois seu objetivo é permitir a memória das obras que representam a criação do espírito grego” (NEVES, 2005, cap.6).⁷ Brozas também dignifica as obras clássicas quando as usa como exemplo, como o padrão a ser seguido pelos que estão aprendendo ou usando a língua latina (CÁRDENAS, 1976).

Como o modelo a ser seguido eram as obras clássicas, o ensino deveria ser pautado na palavra escrita, em orações corretas, as quais eram compostas por: nome, verbo e partícula (preposição, advérbio ou conjunção). Há diferentes pontos de vista para explicar a natureza da composição da oração pelos três elementos referidos. Hackerott (1994, p. 13-14) parte de razões que podem explicá-la: a) a contrastiva – era uma divisão geral para as variadas línguas; b) a filosófica – os filósofos dividiam a oração também assim; e, c) gramatical – cada um dos elementos da oração era reconhecido pelo caráter morfossintático.

Diferentemente, Cardenas (1976) declara que essa divisão da oração em três elementos segue os princípios lógicos: a) tipo estático – o nome; b) tipo dinâmico – o verbo; e, c) laços de união entre proposições (a partícula). Já Fernandes (2006, p.136) vê nessa composição a semelhança com os estoicos, Aristóteles, Santo Agostinho e Plutarco, como também com as gramáticas hebraica e árabe.

O estudo da oração, conforme proposto por Sanches de las Brozas, diferenciou-se daquele feito correntemente na época, baseado em elementos estanques da frase: o estudo das palavras isoladas. Conforme Romeo (2002), a Minerva distingue-se das gramáticas normativas por fazer da sintaxe não apenas uma parte da gramática, mas seu fim último.

Atendendo às evidentes diferenças entre as estruturas sintáticas, submetidas a uma *ratio* lógica, e à materialização destas no *usus*, explica tais desajustes que afectam os tipos de relações sintáticas entre os elementos – concordância e regência –, não como exceções no nível sintático, mas sim como resultados da aplicação de

⁷ Para fazer citação de livros em versão e-book com paginação irregular, optamos em referenciar ao capítulo do texto com a abreviação “cap.”.

determinados “procedimentos”: são as figuras de construção, entre as quais se destaca a elipse (ROMEO, 2002, p.496-497).

O autor da Minerva explica todas as relações sintáticas por meio da razão e considera que são gerais para todas as línguas. Quando, portanto, há construções que não se ajustam a preceitos gerais, entende-se que se trata de uma anomalia, a qual é explicada por uma das figuras de linguagem, principalmente, pela elipse, pela qual é possível “reconstruir” a estrutura da oração. As estruturas que divergem do padrão geral são, então, entendidas como construções específicas de cada língua.

Considerando que a categoria norteadora desta tese é “verbo”, restringiremos, daqui em diante, nosso estudo a essa parte do discurso. O verbo, segundo o Brocense, “(...) es la voz que tiene número, persona y tiempo” (BROZAS, 1976 [1587], p.77). Seus acidentes são: acento;⁸ figura;⁹ especie;¹⁰ número; pessoa;¹¹ tempo e conjugação, excluindo o modo, que o autor não reconhece, pois pertence aos advérbios. O verbo também é uma “*facies*”, apresentando um sujeito e um objeto.¹² Essa definição de verbo apresenta um critério morfológico¹³ – estrutura flexível em conjugações – e funcional-sintático – relação do verbo com os outros elementos sintáticos (sujeito e objeto).

Os verbos podem ser finitos ou infinitos. “(...) finita es la que denota certa persona, certo número y certo tempo (...); infinita es aquella en que todas estas cosas están confusas (...)” (BROZAS, 1976 [1587], p.86), pois, quando dizemos “falar”, pode ser qualquer pessoa no singular ou no plural, em qualquer tempo, sendo que essa distinção pode ser feita apenas na situação em que a proposição é declarada.

⁸ Atualmente, prosódia. Na Minerva, o autor admitia três sons (circunflexo, agudo e grave), porém acreditava que o circunflexo havia desaparecido (BROZAS, 1976 [1587], p.53).

⁹ Trata-se da composição da palavra, podendo ser figura simples e figura composta (BROZAS, 1976 [1587], p.53-54).

¹⁰ Refere-se à derivação (BROZAS, 1976 [1587], p.55).

¹¹ “(...) a aquellas terminaciones verbales se les disse *facies*. Los nombres, por tanto, no tienen persona (...)” (BROZAS, 1976 [1587], p.77).

¹² Essa teoria de “*facies*” é semelhante ao que conhecemos atualmente por “Valência verbal”. Segundo Perini (2010, p. 135), “Se existe uma chave para a sintaxe do português, é o verbo. Quando conhecemos o verbo de uma oração – isto é, seu significado e os complementos com que ele co-ocorre – podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura”. Brozas, por sua vez, estabelece construções sintáticas a partir dos complementos verbais para o latim.

¹³ Conforme os critérios de classificação de Auroux (2009a).

São onze os tempos do finito: dois presentes (*amo, amem*); dois imperfeitos (*amabam, amarem*); dois perfeitos (*amavi, amaverim*); dois mais-que-perfeito (*amaveram, amavissent*); e três futuros (*amabo, amaveri, ama* ou *amato*), sendo que todos os tempos poderiam ser usados como futuro, pois “El deseo se expresa por dois futuros, uno más cercano (...); outro más lejano (...)” (BROZAS, 1976 [1587], p, 82-83).

O verbo no infinitivo, por sua vez, pode significar tempo passado ou futuro quando estiver acompanhando outro verbo. Isso ocorre por conta da “(...) escasez de tiempos y por razones de diferenciación a distinguir los tiempos (...)” (BROZAS, 1976 [1587], p.90). Assim, de acordo com o autor da Minerva, os tempos do infinitivo são confusos, por conta da escassez de tempo.

Brozas também defende que a pessoa não está no nome (sujeito), mas no verbo, negando, portanto, a existência de verbos impessoais, com exceção do infinitivo, pois não delimita pessoa, tempo e número. Isso é explicado por Hackerott (1994, p.25):

(...) a palavra para ser verbo, precisava ter pessoa. Se o verbo fosse usado somente na terceira pessoa, isto não queria dizer que ele não tivesse pessoa, mas que tinha a terceira, sendo que figuradamente poderia ter até primeira ou segunda pessoas. Apenas o infinitivo era realmente impessoal.

Sanchez de las Brozas (1976 [1587]) compreendia que a declinação de pessoa era específica do verbo, e o fato de ele estar na terceira pessoa não justificaria chamá-lo de impessoal, pois causaria uma incoerência devido ao fato de continuar se tratando de uma pessoa verbal. Sobre esse assunto, o gramático é claro quando diz o seguinte:

Platón enseña con toda claridade en el diálogo *De ente* que no puede formarse ninguna oración sin un nombre y un verbo, por tanto, si la oración debe constar de nombre y verbo, como después enseñaremos, los gramáticos inculcan falsamente que poden encontrarse verbos impersonales sin sujeto (...), pero se equivocan aún más quienes no vieron que el sujeto estaba implícito en el verbo o allí mesmo en la oración (BROZAS, 1976 [1587], p.78-79).

Novamente recorrendo aos filósofos, Brozas apresenta a causa da ausência de verbos impessoais. Se a oração é formada por um nome (sujeito) e um verbo, então não pode pensar-se em uma oração sem sujeito. O gramático explica que isso é

impossível, pois, quando não há o sujeito exposto, é porque ele está implícito por meio da elipse.

Romeo (2002, p. 497) elucida que, conforme o Brocense,

(...) todo o verbo tem uma relação de concordância com um nominativo sujeito (*suppositum*), de forma que, se não se materializa no enunciado, deve ser subentendido – é o caso dos verbos impessoais –; todo o verbo é transitivo, pelo que, se se realiza na oração sem complemento directo, é devido à elisão do acusativo; todo o ablativo leva preposição, de forma que, nos que apareçam no enunciado sem ela, forçosamente será subentendida (...).

Assim, o verbo sempre terá um sujeito, com o qual haverá uma concordância em número e pessoa, e um complemento, por isso será sempre transitivo. Se, na oração, não estiver explícito o sujeito e/ou o complemento, entender-se-á que ocorreu uma elipse.

Consequentemente, é incoerente pensar em verbos impessoais, pois iria de encontro à teoria de Platão e Aristóteles (falando sobre a composição da oração) (BROZAS, 1976 [1587], p.179). Portanto, quando há orações em que apenas existe o verbo, há de se entender que o nome está implícito. Isso é válido também para os verbos conhecidos como “de natureza”, pois se falamos “chove agora em minha cidade”, ficaria implícito que a frase completa seria “chove uma chuva¹⁴ em minha cidade” (idem).

Deste modo, sem nome ou sem verbo, não teríamos uma oração (BROZAS, 1976 [1587]). Para que sua justificativa dispusesse de maior relevância, Brozas recorre novamente a Platão, para afirmar que o verbo é a palavra que designa a ação (*remata*), não podendo haver uma oração formada apenas por verbos ou apenas por nomes¹⁵ (BROZAS, 1976 [1587]).

Quanto ao participípio, admite ser uma classe híbrida, pois possui característica de verbo e também de adjetivo, por isso o chama de adjetivo verbal (BROZAS, 1976 [1587]). Outra propriedade do participípio é a sua mutabilidade temporal, porquanto reproduz o mesmo tempo do verbo finito com o qual está associado.

¹⁴ Chove (verbo); uma chuva (sujeito) – como são cognatos, o sujeito ficará implícito.

¹⁵ Veja Platão (2005, p. 151-153).

Em relação à construção, o verbo pode ser ativo ou passivo, negando a existência dos neutros. Para validar sua teoria, apoia-se em Escalígero (1484-1558), como podemos ver na citação a seguir apresentada:

(...) en cambio, para nosotros sería suficiente dividir al conjunto de todos los verbos en dos clases: los que significan acción y los que significan pasión, igual que clasificarlos atendiendo a uno solo, al verbo *sum*, que es la raíz y fundamento de una y otra división”. Podemos confirmar el argumento de Escalígero de este modo: la filosofía, es decir, la recta e incorruptible razón que juzga, no concede término medio entre hacer una cosa y sufrirla. Todo es movimiento, acción o, por el contrario, pasión (BROZAS, 1976 [1587], p.186).

Nessa passagem do texto, Brozas cita Escalígero para justificar sua escolha em dividir o verbo em apenas duas categorias (ativo e passivo), contrariando a opinião dos demais gramáticos que os dividia em cinco classes: ativo, passivo, neutro, comum e depoente. Brozas justifica essa divisão pelo fato de o verbo só se comportar de duas maneiras: ação ou paixão.

Os verbos que os outros gramáticos denominam de neutros são, na verdade, ativos. São verbos que têm um acusativo cognato e, para evitar o pleonasma, usá-se a elipse, como por exemplo: viver a vida; servir o servo (BROZAS, 1976 [1587]). Para comprovar sua teoria, Brozas traz, na Minerva, uma lista de verbos exemplificados em textos (Cf. Brozas, 1976 [1587], p.192-240).

Brozas também afirma que é um erro dos outros gramáticos ensinar que, ao usar o verbo passivo, o agente deve ser colocado como dativo, pois “(...) el dativo significa adquisición y del mismo modo que el dativo no es regido por ningún verbo, puede unirse perfectamente a cualquier oración” (BROZAS, 1976 [1587], p.241). Por conseguinte, o verbo passivo rege apenas um sujeito.

O gramático não fala apenas dos verbos ativos e passivos, mas também do verbo *sum*, o qual é “a raiz e o fundamento” de todos os verbos, declarando que essa ideia não é originária sua, e, sim, de Celio Calcagnino (1479-1541) e de Escalígero (BROZAS, 1976 [1587]). O verbo substantivo pode se unir ao participípio, o qual será capaz de exercer diversas funções: genitivo, dativo, acusativo ou ablativo. “(...) dos participios activos unidos al verbo substantivo forman toda la activa de cualquier verbo, y dos participios pasivos toda la pasiva” (BROZAS, 1976 [1587], p.279), ou seja, o verbo *ser* é “o verbo” capaz de formar todas as orações de uma língua. Essa

compreensão do verbo *ser* será retomada nas gramáticas gerais e filosóficas portuguesas do século XVIII.

A Minerva, segundo Hackerott (1994), é uma referência para a história da gramática, no entanto, ficou esquecida até 1619, quando suas doutrinas são aplicadas em outras obras, tais como: *Methodo Grammatical para todas as línguas* (1619), de Amaro de Roboredo; *Rudimenta Grammaticae Philosophicae* (1625), de Gaspar Scioppio; *Aristarchus sive de Arte Grammatica* (1635), de Gerardo Vóssio; e, *Nouvelle Méthode pour Apprendre Facilement la Langue Latine* (1656, 5ª edição), de Lancelot.

De acordo com Romeo (2002, (p.495-496), “(...) a Minerva, será uma referência fundamental para grande parte dos linguistas posteriores e, inclusivamente, através da gramática de Port-Royal (...)”. Inferimos, então, que a Minerva está à frente de sua época, pois é uma visão de estudo linguístico dedicado à vertente filosófica e racional, e, por isso, foi ignorada por três décadas, já que seus princípios são aplicados em outras obras gramaticais a partir do século XVII.

Observamos que, por justificar o uso ou construções linguísticas por meio da razão, e também por ser uma das fontes de inspiração para os Senhores de Port-Royal, é uma obra que também fará parte do horizonte de retrospectão de Barbosa, apesar de citá-la apenas duas vezes: a primeira tece um elogio; e, a segunda, estabelece uma quebra com a ideia apresentada pelo Brocense sobre o modo verbal (Cf. Barbosa, 1822, p.XI, p.200).

A seguir, iremos abordar sobre o método de Descartes. Constatamos que o cartesianismo faz parte do horizonte de retrospectão de Barbosa, de forma indireta, pois é empregado diretamente pelos autores de Port-Royal. Na leitura da GPLP, percebemos o método de Descartes sendo adotado para construir a análise sintática.

1.2 O método de Descartes

O século XVI foi um tempo de questionamentos, de descobertas e, conseqüentemente, de mudanças no modo de pensar do homem ocidental. A religião e a política são confrontadas por guerras e o movimento da Reforma abre caminho para novos credos. Com tudo isso, surgem novas ideias, e três pensadores se destacam (GRANGER, 1983):

a) Agripa de Nettesheim (1487-1535) – alemão que defendia a imprecisão das ciências;

b) Francisco Sanchez (1552-1632) – pensador português que declarava sua incerteza no conhecimento absoluto do homem sobre si mesmo ou pelo mundo;

c) Michel de Montaigne (1533-1592) – francês cético que afirmou a influência dos fatores socioculturais sobre as ideias.

Em meio a tantas indeterminações, nos campos filosófico e científico, inicia-se uma busca por novas certezas. As velhas crenças do mundo medieval são deixadas para trás, a fim de procurar um novo método científico. Toda essa inquietação serviu como base para as indagações filosóficas dos séculos XVII e XVIII.

René Descartes (1596-1650), filósofo francês, surgiu em meio a essa busca por um método científico inovador. Estudou no Colégio de La Flèche, uma escola jesuíta célebre, onde a única língua permitida a ser falada era o latim, sendo a leitura e a exposição dos textos antigos feitas por repetição. Em seu livro “Discurso do método” (1637), Descartes descreve sua vida acadêmica da seguinte forma:

Fui nutrido nas letras desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Mas, logo que terminei todo êsse curso de estudos, ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei inteiramente de opinião (DESCARTES, 1962, p.43).

Com essa declaração, o filósofo demonstra a grande frustração com as “letras”, por esse motivo, resolveu viajar, participar de eventos da corte e também servir ao exército, a fim de apreender a diversidade do conhecimento humano, uma sabedoria diferente dos ensinamentos pautados nos exercícios escolares, e nesse empreendimento, acaba sendo seduzido pela matemática, como podemos ver em seu relato a seguir: “Comprazia-me sobretudo com as Matemáticas, por causa da certeza e da evidência de suas razões; mas não notava ainda seu verdadeiro emprêgo (...)” (DESCARTES, 1962, p.45).

Porém vê nessa ciência suas limitações: servia apenas à mecânica e, com isso, não trazia soluções para os problemas reais da vida. O seu desejo sempre foi “(...) aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro (...) e caminhar com segurança nesta vida” (DESCARTES, 1962, p. 47). Ou seja, apesar de a Matemática ser uma ciência exata, não carrega em si a sabedoria que distingue o verdadeiro do falso.

Nesta busca pela verdade, usa a razão como sua ferramenta para construir um método, a fim de alcançar o conhecimento que pudesse ser aplicado a todas as áreas de forma clara e precisa, e sua orientação metodológica trilhava os seguintes passos:

O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fôssem para melhor resolvê-las.

O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se procedem naturalmente uns aos outros.

E o último, o de fazer em tôda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1962, p. 53-54)

Esses princípios metodológicos também podem ser conhecidos como: 1) PRECEITO DA EVIDÊNCIA – ter conhecimento evidente, claro, certo; 2) PRECEITO DA ANÁLISE – dividir as dificuldades para facilitar a resolução; 3) PRECEITO DA SÍNTESE – ordenar os pensamentos, dos mais simples aos mais complexos; e, 4) PRECEITO DA ENUMERAÇÃO – enumerar para ter a certeza que nada foi omitido.

Descartes também afirmava que nada estava completamente sob seu poder, exceto seus próprios pensamentos, com os quais poderia “(...) discernir o verdadeiro do falso (...)” (DESCARTES, 1962, p. 63). Então, para isso, primeiramente, deveria JULGAR para depois PROCEDER sempre com ideias claras, com raciocínio exato.

Esse pensamento filosófico cartesiano foi o que prevaleceu nos séculos XVII e XVIII, tendo como principais características: o intelecto; o pensamento como critério de verdade; e, a razão analítica – contrapondo-se ao empirismo proposto por Bacon (1561-1626). O cartesianismo configurou-se pela busca na razão a certeza científica.

O pensamento cartesiano é importante para a concepção da gramática filosófica de Barbosa, pois faz parte de seu horizonte de retrospectão mais remoto no tempo por meio dos textos dos autores de Port-Royal. A filosofia cartesiana é aplicada nesses textos, principalmente, em *La logique ou l'Art de penser* (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1662]). Essa obra de Port-Royal é composta por quatro partes, sendo a última

dedicada ao “Método” de Descartes. Inferimos que o mesmo método é empregado no último livro da GPLP, no qual o autor aplica os quatro preceitos defendidos por Descartes, para finalizar o estudo sintático.

A seguir, iremos discutir sobre a lógica de Port-Royal. Compreendemos que as obras analisadas na próxima seção fazem parte diretamente do horizonte de retrospectiva de Barbosa, pois afirma que segue os princípios da Gramática Geral (conceber e julgar) para organizar o sistema etimológico no Livro III (BARBOSA, 1822, p.99).

1.3 A lógica de Port-Royal

O mosteiro de Port-Royal, próximo a Paris, fundado em 1216 para mulheres, a partir do século XVI, passou a ser responsabilidade da família Arnauld. Devido a várias disputas políticas e ideológicas envolvendo a administração, os irmãos Le Maître, Louis Isaac e Antoine, que eram diretores das religiosas, fixaram-se próximos ao mosteiro, dando início as *Petites Écoles*, as escolinhas.

Sob a influência de Antoine Arnauld, adepto das idéias jansenistas e continuador de Saint-Cyran na defesa dessas mesmas idéias em 1643, jansenistas famosos engrossam os efetivos dos chamados “solitários” ou “messieurs” de Port-Royal. Ali, residiam em alojamentos especiais, em prédios separados para homens e mulheres, construídos ao redor da abadia propriamente dita (BASSETO; MURACHCO, 2001, p. XIV).

Em Port-Royal, desenvolveu-se um estudo analítico, defendendo a ideia de que a língua é a expressão do pensamento e, por isso, de natureza racional. O método de ensino das *Petites Écoles* era inovador para sua época, pois enfatizavam a reflexão muito mais do que a memorização, ensinando em francês e não mais em latim como era o costume da época, o que se dava também pela presença do racionalismo cartesiano.

Tem-se como resultado desse estudo filosófico duas renomadas obras: *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Antoine Arnauld (1612-1691) e Claude Lancelot (1616-1695); e, *La logique ou l’Art de penser* (1662), de Antoine Arnauld e Pierre Nicole (1625-1695). Para a pesquisa, utilizamos a edição brasileira da *Gramática de Port-Royal* (2001), traduzida por Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco, a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1810 [1664]),

com notas de Duclos e de Petitot, e, a *Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal* (1966 [1676]), edição crítica de Herbert E. Brekle. Usamos também para o estudo a edição em pdf de *La logique ou L'art de penser* (1877).

Segundo Hackerott (1994), Lancelot reproduziu na *Grammaire générale et raisonnée*, doravante Gramática de Port-Royal (GGP-R), as explicações gramaticais dadas por Arnauld, resultado de suas reuniões, nas quais Lancelot encontra a ajuda para solucionar dúvidas referentes às diversas línguas. Brekle (1966, p. VIII) também levanta a questão de quem seria realmente o autor da GGP-R. Esse crítico afirma que não podemos dizer que o trabalho é realmente de Lancelot, pois ele somente reproduziu as ideias linguísticas de Arnauld.

Um ano antes da primeira publicação da GGP-R, Lancelot publicou duas obras: *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole* e *Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne*, o que evidencia uma considerável produção pedagógica. Foi com esses trabalhos que Lancelot iniciou a pesquisa sobre o que era comum ou particular entre as línguas. Porém, somente com o racionalismo cartesiano de Arnauld que foi possível estudar língua por meio da razão. Referindo-se às dificuldades encontradas ao longo de sua pesquisa, Lancelot faz comentário sobre a grande influência de seu amigo para o desenvolvimento de seu trabalho no prefácio da GGP-R, como podemos ler abaixo:

Mais y ayant quelquefois trouvé des difficultez qui m'arrestoient, je les ay communiquées dans les rencontres à um de mes Amis, qui ne s'estant jamais appliqué à cette sorte de science, n'a pas laissé de me donner beaucoup d'ouvertures pour résoudre mès doutes. Et mès questions mesme ont esté cause qu'il a fait diverses reflexions sur les vrais fondemens de l'Art de parler, dont m'ayant entretenu dans la conversation, je les trouvay si solides, que je fis conscience de les laisser perdre n'ayant rien veu dans les anciens Grammairiens, ny dans les nouveaux, que fust plus curieux ou plus suste sur cette matiere (ARNAULD; LANCELOT, 1966 [1676], p. 4).

Entendemos que Lancelot, por trabalhar nos métodos para aprender as diferentes línguas, foi quem buscou as razões de haver pontos em comum em línguas distintas, mas por ter questões linguísticas que não conseguia explicar e, conseqüentemente, que o empediam de seguir seu trabalho, buscou em seu amigo Arnauld os fundamentos de *l'Art de penser*.

Segundo Cárdenas (1976), o método dos Senhores de Port-Royal, mais propriamente da gramática de Port-Royal, é fruto da gramática especulativa (Escalígero, Sánchez dentre outras) e do método de Descartes. Brekle (1966, p.XIV) também discute sobre as influências sofridas pelos autores para a construção da GGP-R da seguinte forma: a) por meio da definição da categoria verbo, há a presença das ideias da gramática especulativa, pois a essência do verbo (afirmação) não partiu de Lancelot; b) no *Traté de Causis Linguae Latinae*, de Júlio César Escalígero, há a identificação de apenas dois tipos de verbo, o ativo e o passivo, os quais são reduzidos em apenas um: o verbo substantivo “ser”; e, c) na *Minerva* (1562), de Sanches de Las Brozas, do mesmo modo, divide o verbo em duas categorias, os ativos e os passivos, de acordo com a proposta de Escalígero. Brozas também aborda sobre o verbo “sum”, afirmando que esse verbo é a “raiz e o fundamento” de todos os demais verbos.

Assim, faz parte do horizonte de retrospectão de Lancelot as obras reconhecidas como “gramática especulativa” e de Arnauld “o método cartesiano”, como veremos a seguir em *La Logique ou l’Art de penser* (1662). A presença do *Método* (1637) de Decartes é apreendida na GGP-R pelas três operações necessárias para o raciocínio lógico.

A GGP-R é uma gramática geral, que busca “as razões de várias coisas que são ou comuns a todas as línguas, ou particulares a algumas delas” (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.5). Logo, é uma metagramática, que traz a ideia que todas as línguas possuem algo em comum, partindo da concepção da universalidade de alguns aspectos da gramática das línguas, principalmente no que diz respeito às partes do discurso. Em vista disso, não tem como objetivo principal ocupar-se do uso da língua, mas, sim, ter conhecimento das razões que levam os homens a falarem como falam, destacando o que é comum e o que é diferente nas línguas, com uma abordagem científica.

Segundo Auroux (1998a, p.12), a GGP-R tinha por finalidade “descrever as regularidades observáveis em todas as línguas e dar-lhes explicações”. Porém essas descrições e comparações se limitavam a algumas línguas europeias, sendo o francês e o latim suas maiores fontes de estudo e de exemplos, e com alusões a outras como o alemão, o inglês, o italiano, o espanhol e, às vezes, o hebraico (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017).

Na GGP-R, propõe-se um novo olhar para a análise das línguas, pois, como as gramáticas particulares se espelhavam na gramática latina, a perspectiva se reduzia à morfologia; esta obra, por sua vez, apresentou a análise a partir da proposição, das relações do sujeito, verbo e atributo no campo sintático e/ou semântico.

Os autores da GGP-R defendem que a mente humana realiza três operações essenciais para a enunciação linguística: 1ª CONCEBER – realizada quando da observação do objeto; 2ª JULGAR – realizada quando do julgamento que fazemos sobre as coisas; e, 3ª RACIOCINAR – realizada quando fazemos escolha entre os julgamentos que fizemos. Por tal teoria, os autores reconhecem “(...) duas ordens de fenômenos: as operações do espírito, de um lado, e sua representação pela linguagem, de outro. A representação linguística do julgamento é a proposição” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017), compreendendo que “julgar” é afirmar ou negar algo e que essa afirmação ou negação é realizada por meio de proposições.

Por meio da GGP-R, introduziu-se na Europa um estudo gramatical que privilegiava a generalidade por defender que o homem, independentemente de sua nacionalidade, pensa da mesma forma, e, por isso, consegue verbalizar seus pensamentos por meio de uma construção semelhante nas diversas línguas. Portanto, a gramática passa a privilegiar a sintaxe, e o estudo da etimologia serve à compreensão da proposição, que é a unidade da sintaxe.

A segunda obra célebre de Port-Royal, *La logique ou l'Art de penser*, ratifica a lógica aristotélica, acrescentando-lhe a perspectiva cartesiana (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661]). É um trabalho composto por quatro partes, a saber: 1) as ideias – o conceber; 2) o julgamento – o julgar; 3) o raciocínio – o raciocinar; e, 4) o método – referência ao “Méthode” de Descartes, que defende a ideia de que as escolhas são pela mente, ou seja, a razão está na mente.

Mas como a mente pode ser enganada por conhecimentos falsos, usam-se regras (métodos) como parâmetros a fim de impedir erros futuros. Isto posto, a lógica é capaz de dar regras-chave para se chegar à verdade (BARRÉ, 1877, p.9).

A arte de pensar ou do pensamento seria a arte de conduzir corretamente a razão no conhecimento das coisas e para isso seriam necessárias quatro operações principais (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661], p.27):

- a) A concepção – a visão simples das coisas que temos em nossa mente;

- b) O julgar – o fazer comparações dessas várias concepções e medir quais são as melhores;
- c) O raciocinar – a ação realizada na mente para formar um julgamento;
- d) O método – o modo ou a ordem como operamos nosso raciocínio para realizarmos os julgamentos.

Essas operações, de acordo com a lógica de Port-Royal, são empreendidas para ter a certeza de que a razão está sendo usada de forma correta; para descobrir e explicar os erros e defeitos que podem ser encontrados nas operações mentais; e, para familiarizar-se com a natureza da mente, refletindo sobre as ações, sendo indispensável a união das ideias às palavras para realizar todo esse processo (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661], p.28).

As ideias surgem no conceber algo na mente, o que pode gerar dois pareceres falsos: 1) que o nome traz uma ideia concebida de algo; e, 2) o raciocínio é estabelecido por uma sequência de palavras. Se fosse assim, a convenção da linguagem seria impossível, pois se entenderia que a imagem projetada pela mente de um objeto já conhecido teria relação não arbitrária com o nome relativo ao objeto em questão. Porém se questiona o “arbitrário” nessa relação nome-objeto, pois a ideia concebida na mente do falante é aliada a um som específico da palavra referente ao objeto conhecido.

À vista disso, o raciocínio não é entendido como um agrupamento ou conjunto de nomes, mas como um julgamento realizado a partir do conhecimento adquirido das coisas, por meio de comparação de ideias estabelecidas na mente. Por isso, a lógica do pensamento não deriva dos cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar, tato), mas da alma (mente) que tem a faculdade de formar as ideias por si mesma (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661]).

Logo, a representação da ideia é o signo, o qual pode ser de três tipos: 1) um efeito atribuído a uma causa (palidez é um signo de gravidez); 2) ligado à coisa representada (pomba – figura do Espírito Santo); e, 3) separado da coisa representada (os sacrifícios da antiga lei, sinais de JESUS CRISTO imolado – separados do que eles representavam) (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661], p.44-45).

Esses signos estabelecem as seguintes máximas: não há precisão quanto à presença ou ausência do signo na coisa significada; a coisa significada não pode ser

signo de si mesma; uma coisa pode esconder e descobrir outra coisa ao mesmo tempo; e, a natureza do signo consiste em fomentar nos sentidos a ideia do figurativo, da coisa figurada.

A segunda operação (o julgar) é realizada por meio de julgamentos que são enunciados por proposições compostas principalmente por nome, pronome e verbo. O “nome” é o tipo de palavra que representa os objetos de nossos pensamentos, as coisas. O “nome” pode ser substantivo (para nomear algo) ou adjetivo (para caracterizar algo).

Os pronomes são usados para substituir os nomes, evitando, assim, a repetição. O pronome de 1ª pessoa se refere ao sujeito falante; o de 2ª pessoa, com quem se está falando; e, o de 3ª pessoa, sobre o que se fala. Há diferentes tipos de pronomes: a) pronome demonstrativo (este, esse, aquele) – há uma indicação/demonstração das coisas; b) pronome recíproco (se) – marca uma ação refletida no próprio sujeito; c) pronome neutro (“*illud*”, “*hoc*”) – assinala ideias distintas; e, d) pronome relativo (que) – coloca-se no lugar do nome, fazendo relação a alguma coisa anterior, iniciando uma oração incidente.

Quanto ao verbo, os Senhores de Port-Royal fazem a mesma redação nas duas obras (GGP-R e *La Logique*). Para eles, o verbo é “(...) un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation (...)” (ARNAULD; NICOLE, 1877[1661], p.106). O verbo também pode significar “desejar”, “orar”, “ordenar” apenas mudando o modo. Porém, no capítulo destinado a essa classe de palavras, é apreciada apenas sua definição principal (a afirmação), a qual é empreendida apenas no modo indicativo, como podemos ler abaixo:

Assim sendo, pode-se dizer que o verbo, por si mesmo, não deveria ter outro emprego senão o de indicar a ligação que fazemos em nosso espírito dos dois termos de uma proposição; contudo, apenas o verbo *ser*, chamado substantivo, conservou essa simplicidade e pode-se ainda dizer que ele só se conservou assim, propriamente, na terceira pessoa do presente, *é*, e em determinadas situações. Como os homens tendem naturalmente a abreviar suas expressões, quase sempre acrescentaram à afirmação outras significações numa mesma palavra (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.82).

Esse acréscimo de significações pode ocorrer de três formas: a) por meio da adição de um atributo, proporcionando a necessidade de uma variedade de verbos, o que poderia ter sido evitado se tivesse restringido a significação de afirmação,

garantindo o uso de um único verbo – o verbo substantivo; b) por acréscimo do sujeito da proposição, o que ocasiona o surgimento de uma proposição com apenas uma única palavra, pois o verbo comporta ao mesmo tempo o sujeito e o atributo da proposição, como, por exemplo, “*vivo*”, que significa “*eu sou vivente*”; e, c) pela relação de tempo, que é comum a todos os verbos (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660]).

Segundo os Senhores de Port-Royal, essa diversidade de significados dificulta o entendimento de muitas pessoas com relação à essência do verbo, a afirmação. Porém essas relações são apenas acidentes, pois, quando são associadas à afirmação, o verbo passa a ser “(...) uma palavra que significa a afirmação com significação da pessoa, do número e do tempo” (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.86), o que é próprio do verbo substantivo.

Desse modo, compreende-se que as coisas são concebidas por meio das ideias, as quais são expressas por palavras que unidas formam os julgamentos ou proposições. A proposição é estruturada por um sujeito e um atributo ligados por um verbo (é). Porém, como já dito anteriormente, ao verbo pode-se acrescentar a ideia de atributo e de sujeito, o que reduz a proposição a uma única palavra.

Por conta da necessidade de sintetizar o discurso, criaram-se os demais verbos, nos quais, além da ideia de afirmação, inseriu-se a ideia de atributo, como, por exemplo: Deus existe = Deus é existente; Deus ama os homens = Deus é amante dos homens (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]).

A proposição pode originar-se de três tipos de sujeito: a) universal: quando o sujeito é um termo comum, tomado de toda a sua extensão (por exemplo: todo homem, nenhum homem, qualquer homem) e, nesse caso, a proposição é universal; b) comum: quando há um termo que expressa apenas uma parte dessa extensão (por exemplo: alguns homens), classificando a proposição em particular; e, c) singular: atualmente, chama-se substantivo próprio ao nome que compõe esse tipo de sujeito. Apesar de o sujeito se relacionar a um ser particular, as proposições que se originam dele são universais, pois o termo anunciado está em toda a sua extensão.

A proposição pode ser afirmativa ou negativa, sendo isso marcado no verbo. Deste modo, há quatro tipos de proposições distribuídas da seguinte forma:

A – universal afirmativa;

E – universal negativa;

I – particular afirmativa;

O – particular negativa.

A proposição também é considerada como verdadeira ou falsa.¹⁶ Será verdadeira se o julgamento estiver condizente com a verdade; e falsa, se não for equivalente à verdade (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]). Quando esse julgamento não for discutível, será proposição provável.

A proposição também pode ser simples ou composta.¹⁷ Será simples se for constituída por um sujeito e um atributo. No entanto, se houver mais de um sujeito ou mais de um atributo, a proposição será composta. Também será composta quando o sujeito ou o atributo for ligado pelo pronome relativo a uma oração incidente (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]), como no seguinte exemplo:

Oração incidente

<u>Todo homem que nada teme</u>	é	<u>rei</u>
Sujeito		atributo

Partindo da teoria da linguagem de Port-Royal, a qual “(...) repousa sobre a ideia simples de que as palavras são os signos de nossas ideias” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 180), os Senhores de Port-Royal relacionam significação (o conceito de uma palavra) e suposição (a significação da palavra vai além do seu conceito).¹⁸ A Lei de Port-Royal¹⁹ é composta por duas propriedades (AUROUX, 2009b):

- a) A noção de determinação ou **teoria da extensão** das ideias – baseia-se na extensão semântica de um nome, ou seja, uma palavra pode abranger um sentido restrito ou um sentido geral – por exemplo, “copo” que pode referir-se

¹⁶ Classificação de acordo com a lógica.

¹⁷ Classificação de acordo com a gramática.

¹⁸ Suposição, segundo Auroux (2009b, p.56), pode ser: material (autonímia); discreta (nome próprio) ou comum; natural (fora de um contexto) ou acidental; simples ou pessoal; confusa (“quando o termo supõe vários indivíduos”); confusa e distributiva (esse termo que será válido para vários homens, porém de uma forma distribuída um a um); móvel e imóvel.

¹⁹ A lei de Port-Royal afirma que a extensão é inversamente proporcional a compreensão. Contudo essa lei fracassou porque não podemos reduzir a significação de uma palavra a um cálculo (AUROUX, 2009b, p.63) ou a simples tradução de um signo para diferentes línguas, pois sabemos que o funcionamento semântico vai além de dicionarizar um termo, ou seja, depende também de conhecimento de mundo, de uma referência externa ao indivíduo.

a qualquer tipo de “copo”, de maneira geral – ou pode ter seu significado restringido por um determinante – “copo transparente”, agora não é qualquer “copo”, mas um tipo específico. No primeiro caso, a palavra “copo” é uma palavra geral em toda a sua extensão; no segundo, tem-se apenas uma parte dessa extensão;

- b) A **compreensão** – é um conjunto de ideias sobre alguma coisa como, por exemplo: homem – ser animal; ser racional.

A Lei de Port-Royal se sustenta no princípio de que a razão está na mente, o que pode ocasionar erros em certos julgamentos, pois nem sempre são confiáveis, visto que por falta de conhecimento ou habilidade, o homem pode cometer incorreções. Para evitar, então, a construção de falsas proposições, deve-se usar premissas que serão questionadas por meio de silogismos para se alcançar uma conclusão verdadeira.

Há várias formas de construir falsos julgamentos, tais como os seguintes (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]):

- a) Provar algo diferente do que está em questão – refere-se à tentativa de explicar algo que não está em questionamento como verdade;
- b) Supor como verdade o que está em questão – acreditar que é verdade algo que não pode ser provado, pois é apenas uma suposição;
- c) Tomar por causa aquilo que não é causa – é a tentativa de explicar a causa das coisas por motivos errados;
- d) Enumeração imperfeita – é a explicação por meio de exemplos matemáticos de que o vazio existe e que, quando isso não é levado em consideração, há erros;
- e) Julgar algo aleatoriamente – é o julgamento por um fato não comprovado;
- f) Passar de sentido dividido ao sentido composto, ou de sentido composto ao sentido dividido – algumas proposições precisam ser decompostas para ser interpretadas corretamente, isto é, do sentido dividido para o composto; e outras que a relação hiperônima deve ser compreendida, ou seja, do composto para o sentido mais restrito ou dividido, a fim de que não haja uma falácia;
- g) Passar de algo que tenha pontos verdadeiros para o que é simplesmente verdade – diz respeito a aderir a uma justificativa para um determinado

resultado com alguns argumentos duvidosos como sendo integralmente verdadeiro;

- h) Abusar da ambiguidade das palavras – provoca-se esse engano pelo uso de palavras ambíguas para os silogismos;
- i) Tirar uma conclusão geral de uma indução defeituosa – diz respeito às generalizações que servem de parâmetros para que sejam estabelecidas certas verdades.

Assim, os Senhores de Port-Royal afirmavam que o conhecimento sobre as coisas é mais confiável quando usamos a mente e não os sentidos, porque estes podem nos enganar. O homem tem opiniões (que são convicções na mente sobre alguma coisa e que podem ser acompanhadas de dúvidas por falta de comprovações), que, quando são comprovadas como verdade, convertem-se em produto da ciência, a razão, sobre a qual várias questões são formadas (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]).

O conhecimento é armazenado em nossa mente, não sendo estabelecido pelos sentidos, mas pela mente que julga se devemos acreditar ou não em nossos sentidos. Assim, a razão nos obriga a reconhecer três pontos: a) que tudo que conhecemos é por contato/exposição ou por simples inteligência; b) que há conhecimentos que não são comuns, restringindo-se aos estudiosos daquela “coisa”, e, se eles não estabelecerem tal definição, podemos tentar definir algo fora de nosso alcance; e, c) que há saberes cuja certeza é impossível estabelecer (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661], p.303).

As coisas inconcebíveis devem ser divididas, o que nos faz reconhecer os limites de nossa mente. Portanto, entende-se que a razão é composta de várias partes e, por isso, deve ser elegido um método para estabelecer uma ordem. Há dois tipos de método: a) análise ou método de resolução – é usado para encontrar a verdade; b) síntese ou método de composição – serve para explicar o que foi descoberto.

O método de análise consiste em um julgamento e não em regras particulares, seguindo os passos abaixo:

- 1) não receber algo como verdade sem antes questionar;
- 2) dividir as dificuldades em quantas partes forem necessárias;
- 3) ordenar os pensamentos do menos complexo para o mais complexo;

4) fazer enumeração para garantir que nada seja omitido.

O método de análise apresentado pelos Senhores de Port-Royal segue a mesma orientação metodológica de Descartes (Preceito da análise, da síntese e da enunciação) para afirmar que esses pontos são úteis para encontrar a verdade por meio da razão.

O método consiste em partir do menos complexo para o mais complexo (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661], p. 316), com o propósito de “(...) nous donner une connaissance claire et distincte de lá vérité (...)” (idem), para isso é necessário seguir as seguintes etapas: 1) não deixar ambiguidade entre os termos; 2) seguir princípios claros e óbvios; e, 3) provar por meio de definições as conclusões estabelecidas.

As regras necessárias para seguir esse método são (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661]):

- 1) Não deixar os termos obscuros ou ambíguos;
- 2) Não usar resultados que já são conhecidos ou explicados;
- 3) Não requerer provas quando as proposições estabelecidas estão bem claras;
- 4) Dar provas quando o resultado da proposição não for tão claro;
- 5) Nunca usar demasiadamente termos que podem provocar equívocos.

Essas regras, segundo os Senhores de Port-Royal, são necessárias para evitar falsos raciocínios no meio científico, visto que a definição de coisas é questionável e a de palavras é indiscutível, pois o sentido de coisa reiteradamente pode ser contestada pela razão. Porém “Tout ce qui est contenu dans l'idée claire et distincte d'une chose, peut s'affirmer avec vérité de cette chose” (ARNAULD; NICOLE, 1877 [1661], p.329). Desse modo, a clareza é compreendida como um princípio que se baseia no conhecimento humano e não nos sentidos, julgando as coisas pelas ideias que se tem delas.

Para os Senhores de Port-Royal, é um equívoco afirmar que as ideias são provenientes dos sentidos, pois se baseiam no princípio do conhecimento humano, que julga as coisas pelas ideias. Esses julgamentos são as proposições formadas de um atributo que encerra a ideia do sujeito, os quais são ligados ou conectados por um verbo – quando há apenas uma ideia, o julgamento é exposto por uma proposição simples; quando a ideia do atributo não está claramente adequada à ideia do sujeito,

deve-se usar outras ideias para exteriorizar essa conexão (as orações incidentes), ou seja, as proposições compostas. Porém tudo deve ser contestado para que não haja dúvidas com relação a sua veracidade – proposições verdadeiras ou falsas.

Bem semelhante às explicações dadas nas obras de Port-Royal, Barbosa inicia o capítulo IV, do livro III, da GPLP, conceituando essa classe de palavra como conjuntiva, a qual serve para ligar o sujeito ao atributo. Observamos também que o gramático português valoriza o verbo substantivo *ser* de forma equivalente aos Senhores de Port-Royal, chegando a declarar que o verbo *ser* é “o verbo” capaz de formar qualquer proposição da língua portuguesa.

Na próxima seção, iremos discutir sobre a lógica de Condillac. Inferimos que as obras estudadas a seguir fazem parte do horizonte de retrospectão de Barbosa, pois apresenta, na introdução da GPLP, o propósito da escrita como faz Condillac no *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (1746). Barbosa também entende o discurso como uma oração ou uma combinação de orações, afirmando que as línguas são como métodos analíticos (BARBOSA, 1822), refletindo, assim, a visão de Condillac.

1. 4 A lógica de Condillac

Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780), filósofo francês iluminista, seguidor de Locke (1632-1704) e influenciado por seu primo Jean-Le-Rond d’Alembert (1717 – 1783) (um dos colaboradores da produção da *Encyclopédie*), difundiu o empirismo liberal na França. Contrário às ideias racionalistas do século XVII, chegou a manifestar publicamente contra o pensamento cartesiano, desenvolvendo um sistema baseado nas sensações humanas.

Suas principais obras são: *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746), na qual se dedica à escrita; *Investigações a respeito das origens das idéias sobre a beleza* (1749), em que trata da filosofia da arte; *Tratado das sensações* (1754), sobre conceito de linguagem – considerada sua principal obra; *Curso de estudos para a educação do príncipe de Parma* (1775), obra que apresenta a *Gramática* de Condillac e três artes de estudo: a arte de escrever; a arte de raciocinar; e, a arte de pensar; *O comércio e o governo considerados um em relação com o outro* (1776), livro em que apresenta sua visão sobre a política e a economia; *A lógica* (1780) e *A*

linguagem dos Cálculos (1798), que tratam do conceito de linguagem. As duas últimas obras citadas são publicações póstumas.

Auroux (1979) afirma que Condillac descreve o signo em três classes: os acidentais, os naturais e os instituídos. Os acidentais representam a nossa primeira percepção que se relaciona a um objeto, como, por exemplo, se uma situação ou alguma coisa faz uma pessoa sentir medo, ao ver isso, ela demonstra medo, a relação entre essa situação ou coisa e o medo é acidental. Os naturais são bem semelhantes aos acidentais, com uma diferença: necessidade de estabelecer conexões (ligações) entre o signo e o sentimento exposto na interação, por exemplo, o indivíduo grita em uma determinada situação por experimentar alguns sentimentos; ao ter novamente esses sentimentos, irá repetir o grito, havendo uma correspondência entre o estímulo e a resposta. A terceira classe de signo diz respeito às escolhas arbitrárias que são relacionadas às ideias, sendo entendido que há uma falta de analogia entre o significante e o significado.

Essa descrição dos signos, conforme Auroux (1979), é relativa à arbitrariedade do signo. Claramente, os signos instituídos são arbitrários, pois foram criados sem uma ligação lógica entre o objeto e o nome que o designa. Por sua vez, os naturais são convencionais, porque são provenientes da dependência estímulo-resposta em razão de um condicionamento ligado ao uso de certos termos, como no exemplo supracitado entre a conexão “grito” e “medo”.

Condillac fala sobre a arbitrariedade, mas defende a motivação, pois afirma que “les signes naturels sont des conditions pour la création des signes arbitraires” (AUROUX, 1979, p.33). O mesmo processo ocorre quanto à “langage d’action” (entendida como primitiva) que é condição para o surgimento da “langage articulé”, a qual é constituída primeiramente de nomes para, posteriormente, surgir os verbos. Portanto, nenhuma linguagem é realmente imotivada, porque há sempre a necessidade de uma condição para o seu nascimento: primeiro, o falante adquire os signos acidentais, depois os signos naturais, os quais servem como condutores para a comunicação, e, por último, os signos arbitrários (AUROUX, 1979).

A breve síntese de algumas das ideias de Condillac revela um pouco da complexidade de suas teses sobre a linguagem, porque envolve uma problemática extensa, trata-se da reflexão que se faz da natureza do signo com o homem, e que esse homem se relaciona não somente consigo mesmo, mas também com outros

homens e com o mundo. Ao discutir as ideias de Condillac, Auroux (1979, p.34) declarou que “Il n’y est pas seulement question de dire ce qu’est le signe, mais de déterminer comment l’homme pense, agit et constitue un langage”.

Para explicar sua ideia sobre o estado primitivo do conhecimento, o campo da consciência (onde ocorrem as sensações ou eventos) e a memória (local onde são armazenadas as sensações passadas), Condillac usa a figura de uma estátua. Para o filósofo, o campo da consciência se ocupa de duas sensações, ocorrendo uma comparação, e essa comparação produz um julgamento, isto é, o julgamento nada mais é do que a comparação entre duas ideias. Essa explicação de Condillac deixa claro que sua tese do sensista (ideias pelas sensações) não diz respeito, apenas, a ideias geradas por “impressões” provocadas pelas sensações, mas, sim, de ideias resultantes de um processo racional ativado pelas sensações. Auroux (2009b), reconhece tal importância e afirma que, para Condillac, sensação e juízo são sinônimos.

Auroux (1992) afirma que essa teoria não seria completa sem o papel da linguagem, sendo entendida como a ocorrência de atividades intelectuais. Nessa mesma teoria, Condillac esclarece que a “linguagem articulada” deriva da “linguagem de ação”, definindo “(...) le langage comme un acte avant même de le définir comme une représentation” (AUROUX, 1992, p.158). Com essa relação da linguagem com atos de fala, Auroux (1992) afirma que temos aqui o “embrião da teoria ilocucionária”.

Condillac em sua obra “Essai sur l’origine des connaissances humaines”, parte II, capítulo XIII, afirma sobre a escrita que “Tel fut le premier degré de perfection qu’acquît cette méthode grossière de conserver les idées des hommes” (CONDILLAC, 1970 [1746], p.312). A escrita, então, teve como propósito armazenar as ideias, porém, o método inicial era “grosseiro”, pois se usavam figuras com cores e tamanhos variados para se relacionar a diferentes coisas.

Nesse capítulo, o filósofo conta a história da escrita: a) Figura – linguagem simbólica e metafórica; b) Hieróglifo – a substituição da figura, a imagem do objeto, por uma representação; c) Escrita simbólica – fase conhecida pela troca do uso do desenho pelo símbolo, havendo a necessidade de uma alfabetização para os seus usuários; d) e, por fim, a escrita que conhecemos hoje. A escrita, portanto, foi o método criado para armazenar e transmitir o pensamento humano.

Em “Lógica ou os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar”, Condillac afirma que a faculdade de sentir é a primeira faculdade da alma, como podemos ler abaixo:

Os sentidos são apenas a causa ocasional das impressões que os objetos exercem sobre nós. É a alma que sente; somente a ela as sensações pertencem; e sentir é a primeira faculdade que notamos nela. Esta faculdade se distingue em cinco espécies, porque temos cinco espécies de sensações. A alma sente pela visão, pela audição, pelo olfato, pelo paladar e principalmente pelo tato (CONDILLAC, 1984 [1780], p.65).

Retomando a teoria apresentada no Tratado das sensações e se colocando contrário aos Senhores de Port-Royal, Condillac continua difundindo a concepção de que o homem necessita saber quando e como usar bem seus sentidos para que possa conduzir de forma regular a sua alma. O homem pode ser levado a esse conhecimento ou por sua natureza ou por uma necessidade, como um guia nesse processo de aprendizagem.

O processo de aprendizagem, para Condillac, ocorre “(...) observando e colocando nossos juízos ao exame da observação e da experiência” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.68), pois, se, à primeira vista, o homem é enganado pela visão, será impelido a olhar de novo o objeto e corrigir o julgamento realizado com base na primeira impressão. Nesse processo, é necessário fazer distinção entre juízos falsos e verdadeiros.

Assim como Descartes e os autores de Port-Royal apresentaram orientações metodológicas para se evitar falsos julgamentos, Condillac (1984 [1780], p.69-70) também apresenta um método de análise: 1) organização – olhar para um ponto de cada vez; e, 2) ordem – ordenar na mesma disposição que o objeto foi observado. Esses procedimentos devem ocorrer simultaneamente.

Nesse processo de comparação entre os objetos vistos, é a alma que está visualizando, fazendo distinção entre eles, em outras palavras, está decompondo os objetos. A análise consiste em decompor e recompor os objetos de aprendizagem. “Analisar não é portanto outra coisa senão observar numa ordem sucessiva as qualidades de um objeto, a fim de lhes oferecer, no espírito, a mesma ordem simultânea na qual eles existem” (CONDILLAC, 1984 [1780], p. 71).

As ideias são formadas pelas imagens armazenadas na mente humana e são originadas por sensações atuais ou por apenas lembranças dessas sensações. Esse método de análise oferece, então, ideias exatas ou conhecimentos verdadeiros, e resguarda o homem de fazer juízos falsos. O processo racional resulta desse método, como explica o autor: “(...) é preciso conceber e exprimir idéias numa ordem analítica que decompõe e recompõe cada pensamento” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.73).

O homem, naturalmente, observa os objetos a fim de extrair ideias de diferentes espécies, partindo do conhecido para compreender o desconhecido. As primeiras ideias são individuais, adquiridas pelos sentidos. Esse procedimento gera conhecimentos, os quais são guardados em espécies, e quando solicitados, são ativados. As generalizações são resultantes do desconhecimento das especificidades das coisas.

Logo, para que a produção de ideias falaciosas sejam evitadas, as ideias gerais precisam ser divididas em diferentes espécies, formando um sistema de armazenamento conforme a necessidade de geração de conhecimento. Como o ser humano não tem capacidade de adquirir sabedoria ilimitada, a necessidade determinará a subdivisão das ideias, regulando o processo de análise, sempre da coisa principal para as subordinadas.

É a alma que tem conhecimento, “(...) porque só a alma sente; e é próprio dela analisar tudo o que lhe é mostrado pela sensação” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.84). É a mente que percebe as coisas, que faz os julgamentos quando recebe as sensações por meio de comparações. É ela que infere as semelhanças ou diferenças entre duas sensações distintas e julga. O julgamento resulta, então, daquilo que a alma percebe. De uma sequência de comparações, resultará uma sequência de juízos, ao que se denomina reflexão.

Conclui-se que a arte de pensar, ou raciocinar, fundamenta-se na comparação de ideias: comparam-se duas ideias por meio de uma terceira. Se as sensações são comparadas, então as ideias e as operações do entendimento advêm das sensações. Aqui está a grande diferença da lógica de Condillac e a lógica dos Senhores de Port-Royal, pois enquanto aquele afirma que a arte de pensar depende das sensações, estes defendem que ela tem origem na razão unicamente, de acordo com o pensamento de Descartes.

Para Condillac,

(...) a palavra pensamento, mais geral ainda, compreende em sua acepção todas as faculdades do entendimento e todas as da vontade. Pois pensar é sentir, prestar atenção, comparar, julgar, refletir, imaginar, raciocinar, desejar, apaixonar-se, ter esperanças, temer, etc (CONDILLAC, 1984 [1780], p.89).

E a memória é mais um recurso que pode ser solicitado quando somente há a lembrança de uma sensação. Esse pensamento arquivado recebe o mesmo tratamento, proporcionando ao homem a capacidade de realizar comparações entre as sensações experimentadas em épocas diferentes.

Para o mesmo filósofo francês, a arte de pensar ou raciocinar depende de uma língua bem-feita,²⁰ uma vez que só é possível fazer análise por meio de uma língua. Isso é embasado na concepção de que é por palavras que as ideias são formadas. “Portanto, tudo confirmará que só pensamos com a ajuda das palavras” (CONDILLAC, 1984 [1780], p. 104), porque é por meio delas que o homem ordena e expõem os pensamentos.

É fato que, antes de tudo, o homem possui os elementos da linguagem de ação, os quais são inatos. Depois, dependendo do ambiente, da ciência, ou do estudo que esse indivíduo irá desenvolver ou aperfeiçoar, essa linguagem se torna um método analítico, progredindo, assim, na linguagem articulada.

Portanto, “A linguagem que denomino inata é uma linguagem que não aprendemos, porque é o efeito natural e imediato de toda a nossa conformação” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.106). Porém, quando passa a ser uma linguagem articulada, converte-se em um método analítico, decompondo as sensações e propiciando o surgimento de ideias. Por isso, “(...) nossas línguas são métodos analíticos (...)” (idem).

A arte de pensar depende da arte de falar bem uma determinada língua, então, o método de análise dependerá da ordem das palavras, da subordinação dos termos na construção das proposições. As classes de palavras se tornam necessárias nesse processo e a verdade continua sendo procurada por meio da análise.

No método analítico, as definições (de palavras, de expressões, de pensamentos, de algo ou de alguém), unicamente, são enganosas, pois não

²⁰ Depreende-se por “língua bem-feita” a que é compreendida/entendida pelo outro.

compreendemos as coisas de uma maneira singular. Se, por exemplo, atermo-nos ao significado da palavra “espírito” e não realizarmos uma análise, poderemos fazer juízos falsos. Como as definições não são completas, podem provocar enganos. É por meio da análise que as ideias serão claras e precisas.

Condillac (1984 [1780]) defende que, se todas as ciências fossem baseadas em uma linguagem simples, seriam mais exatas, pois se o raciocínio depende da língua, então, se a língua for simples, o raciocínio também o será. A análise permite coordenar a compreensão do conhecido ao desconhecido por meio de um raciocínio, em outras palavras, ordenar por meio de uma sequência de juízos.

Assim como há ciências que utilizam linguagem simples e por isso mais exatas, há também ciências que não são suficientemente exatas, porque a língua que empregam é complicada, de difícil compreensão. O problema está na linguagem dessas ciências. Em geral, o transtorno reside no uso de “jargões científicos” – linguagem, que por ser restrita a um número limitado de pessoas, acaba sendo incompreensível –, palavras estrangeiras ou barbarismos.

Condillac afirma que “(...) as línguas são métodos analíticos, que o raciocínio só se aperfeiçoa se elas se aperfeiçoarem e que a arte de raciocinar, reduzida à sua maior simplicidade, só pode ser uma língua bem feita” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.123). À vista disso, a língua de cada ciência deve ser precisa para que o conhecimento seja aperfeiçoado.

Nesse método, há três diferentes evidências para depreendermos os distintos graus a respeito de certeza ou de evidência, de conjecturas e de analogia (CONDILLAC, 1984 [1780], p.127): a) a evidência da razão: é a demonstração feita por meio da linguagem; b) a evidência do fato: é a certeza sobre uma coisa já comprovada; e, c) a evidência do sentimento: é a convicção de fenômenos que o homem absorve por meio de seus sentidos.

Portanto, é necessário que a língua de cada ciência seja exata e precisa, o que provocará o raciocínio exato dessa ciência. O filósofo declara que “(...) aprender uma língua é familiarizar-se com ela, o que só pode ocorrer pelo efeito de um longo uso. É preciso, então, ler com reflexão, várias vezes, falar sobre o que se leu e reler ainda para se assegurar de haver falado bem” (CONDILLAC, 1984 [1780], p.130). Isso quer

dizer que apenas saber definições de “coisas” não capacita o homem a usar “bem” uma língua, mas a reflexão sobre ela é que proporciona isso.

Na próxima seção, examinamos a teoria gramatical de Du Marsais e de Beauzée por fazer parte do horizonte de retrospectão de Barbosa. O gramático português se aproxima das ideias desses filósofos quando estuda a construção da proposição. Barbosa explica a diferença entre construção e sintaxe como também classifica as orações conforme os enciclopedistas.

1.5 A teoria gramatical de Du Marsais e de Beauzée

César Chesneau Du Marsais (1676-1756) foi o responsável por escrever os artigos gramaticais da *Encyclopédie*. Sua obra de 1722, intitulada *Nouvelle Méthode pour apprendre la langue latine*, por exemplo, teve grande repercussão entre os seus seguidores, porquanto rompia com os métodos de ensino dos jesuítas com a finalidade de propor “(...) la enseñanza del latín y de cualquier lengua extranjera siguiendo los principios desde los que los ilustrados explican la generación del lenguaje” (SANCHEZ SALOR, 2019, p.196).

Priorizando a razão e o pensamento, Du Marsais dá sequência à teoria da gramática geral por meio do estudo da oração conforme a ordem sintática do francês (sujeito – verbo – objeto), dissociando a lógica da gramática, estabelecendo, assim uma distinção clara entre juízo e proposição. De acordo com Léon (2003, p.7), “il définit le jugement comme un acte de penser quelque chose à propos d'une chose, tandis qu'une proposition est un assemblage de mots qui a un sens défini et exprime un jugement”. Nesta teoria linguística, o “julgar” não é mais afirmar ou negar algo de alguma coisa, mas é elaboração do conceito sobre essa coisa, que, depois é enunciado. O que é enunciado é analisado por proposições, isto é, na relação das palavras que a formam.

Du Marsais declara também a distinção entre sintaxe e construção. Para o gramático, a sintaxe é responsável pelas relações existentes entre as palavras, e construção é apenas a combinação, o arranjo, a ordem das palavras na proposição. Para exemplificar essa diferença, tem-se a proposição “Alexandre derrotou a Dario”, a qual poderia ser dita “A Dario, Alexandre derrotou”, onde tem-se a mesma sintaxe nas duas ocorrências (sujeito: Alexandre; Verbo: derrotou; Objeto: a Dario), mas duas

construções diferentes (1 – sujeito, verbo, objeto; 2 – objeto, sujeito, verbo). Nesse estudo, Du Marsais sustenta o princípio de que cada língua tem sua própria sintaxe.

Segundo Léon (2003), a *Encyclopedie* é considerada o maior tratado de gramática geral de sua época, tendo os artigos gramaticais redigidos por Du Marsais a partir de 1751. Após o falecimento de Du Marsais (1756), o trabalho segue com a colaboração de Beauzée.

Nicolas Beauzée (1717-1789), autor de a *Grammaire Générale* (1767), foi um grande colaborador na *Encyclopédie*, tendo escrito muitos artigos gramaticais. Em artigos intitulados *Grammaire* (1757) e *Proposition* (1751), Beauzée trata da proposição como uma unidade da sintaxe, esta realiza o exame da matéria e da forma enquanto aquela expressa o pensamento (BEAUZÉE; DOUCHET, EDR, *Grammaire*, 1757).

No artigo *Grammaire* (1757) da *Encyclopédie*, Beauzée ainda considera a formação tripartida da proposição, como é definida na GGP-R, mas na *Grammaire*, de 1767, a cópula perde seu status de importância e a proposição é reduzida a duas partes: sujeito e predicado (LEON, 2003, p. 8). Com essa mudança de concepção, os enciclopedistas se distanciam da ideia de proposição de Port-Royal.

Com o apagamento da cópula na formação da proposição, os enciclopedistas coordenam à ressignificação da “frase”. Este termo era sinônimo de proposição para os lógicos, de período para os retóricos, e de construção para a sintaxe. Logo, não se trata de um termo puramente gramatical. Segundo Léon (2003), há uma confusão no conceito de frase. No século XVII, a frase é considerada apenas como uma construção, uma expressão constituída por um número limitado de palavras. No início do século XVIII, essa definição passa por reajustes a fim de combinar a definição lógica com a gramatical.

E essa falta de definição absoluta faz com que haja divergências até mesmo entre os enciclopedistas: “Ainsi ce que Du Marsais appelle construction s'appelle chez Beauzée phrase; et ce que Du Marsais appelle syntaxe, s'appelle proposition chez Beauzée” (LÉON, 2003, p.9). Deste modo, podemos concluir que, no século XVIII, proposição e frase tinham diferentes conceitos e que não havia um acordo entre os estudiosos da linguagem sobre o termo frase.

Du Marsais, quando conceitua a palavra construção, expressa-a como uma montagem de palavras, que se reúnem por diferentes relações para definir um julgamento ou uma construção particular. Beauzée, por sua vez, não concorda com essa definição, partindo do exemplo “*moriemur*” (em latim), afirmando que essa única palavra forma uma proposição, a fim de justificar o fato de não ser um conjunto de palavras, concluindo que a proposição é a expressão do julgamento (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.471).

No artigo *Proposition* da *Encyclopédie*, “(...) l’expression de ce jugement est une proposition (...)” (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.471) e “(...) la perception de la relation qu’il y a entre deux idées s’appelle *jugement*.” (ibidem, p.472), isto é, a proposição é a expressão total de um julgamento, o qual é entendido como a concepção de duas ideias: sujeito e atributo.

Nessa construção bipartida, é necessário um verbo para constituir um atributo. O verbo não é uma simples conexão ou uma cópula, é “(...) un mot qui présente à l’esprit un être indéterminé, désigné seulement par l’idée générale de l’existence sous une relation à une modification” (BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751, p. 48). No conceito de Beauzée, o verbo é “existência intelectual” e, por isso, é essencial para a constituição da proposição, o que explica porque todo atributo começa com um verbo.

O sujeito e o atributo podem ser simples ou compostos, complexos (*complexe*) ou não complexos (*incomplexes*). O sujeito será simples quando for constituído por uma única ideia; e, composto, quando houver mais de uma ideia. O atributo será simples quando apresentar apenas uma maneira de ser do sujeito; e, composto, quando designar mais de um modo de ser do sujeito (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.473). A proposição será simples ou composta conforme a natureza do sujeito e do atributo (idem), podendo a composta ser decomposta em proposições simples.

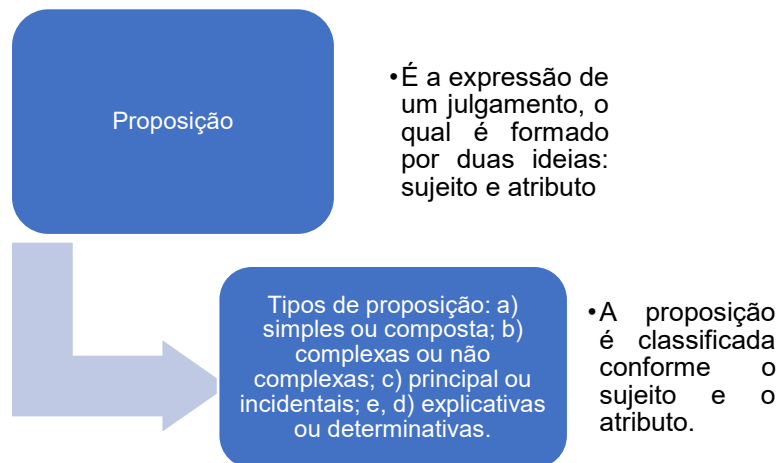
O sujeito também será complexo quando ou substantivo, ou pronome, ou verbo no infinitivo (são as palavras que constituem a essência do sujeito) for acompanhado por um complemento explicativo ou determinante. Da mesma forma, o atributo será complexo quando a palavra principal for modificada por outro termo (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p. 474).

Quando há modificações no sujeito ou no atributo, que podem ser simples ou composto, complexo ou não complexo, por meio de proposições parciais, há mais dois tipos de proposições: a principal (que contém a parte imediata, ou seja, o sujeito ou o atributo modificado) e a incidental (a proposição parcial que modificou ou o sujeito ou o atributo da principal) (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.475-476).

Quando o sujeito da proposição incidental for *que* (explicativo), estabelecendo uma relação de explicação com o sujeito da principal, a proposição incidental será chamada de explicativa (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p. 480). Porém, quando o *que* (sujeito da proposição incidental) não significar uma afirmação do sujeito da principal, mas uma característica particular do sujeito da principal, então a proposição incidental será determinativa (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.481).

A proposição é entendida por meio de uma construção analítica a partir da sintaxe, o que pode ser demonstrado graficamente do seguinte modo:

Quadro 1 – A PROPOSIÇÃO



Fonte: Própria autora.

Para haver o discernimento das partes lógicas das gramaticais, é necessário perceber a relação das partes subordinadas com as partes principais, a relação da ordem de cada uma dessas partes, e a relação que pode depreender de cada disposição (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.475).

A proposição também pode ser completa (quando todos os termos forem expressos) ou elíptica (quando houver a elipse de algum termo); direta, indireta ou

hyperbatique (quando a ordem das relações ou a ligação natural das palavras na proposição é suspensa) – conforme a ordem dos termos na frase; expositiva ou interrogativa – se houver apenas uma afirmação ou um questionamento sobre um dado objeto (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.475-476).

Conforme a lógica, “La quantité des propositions se mesure sur l’étendue de leurs sujets: une proposition considérée par rapport à son étendue, est de quatre sortes; ou universelle, ou particuliere, ou singuliere, ou indéfinie” (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.477). A proposição universal é aquela cujo sujeito é um termo universal, como por exemplo: *todos*, *todas*, *nenhum*, *nenhuma*, significando para todos os indivíduos; a particular é aquela formada por um sujeito universal acompanhado por um termo restritivo, como por exemplo: alguns indivíduos, outros pobres, entendendo que *indivíduos* e *pobres* são universais e *alguns* e *outros* são os termos com a função de restringir; a singular é composta por um sujeito determinado para um único indivíduo; e, a indefinida possui um sujeito constituído por um termo universal sem acréscimo de universalidade ou de restrição, como por exemplo: os *franceses* são educados, depreendendo que *todos* os franceses são educados, porém o termo *todos* não é expreso na proposição (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751). Conforme essa análise, Beauzée afirma que há quatro tipos de proposição (idem): A – afirmativa universal; E – negativa universal; I – particular afirmativa; O – particular negativa.

A concepção lógica da proposição, segundo Beauzée et al. (EDR, *Proposition*, 1751), assemelha-se à concepção adotada pelos Senhores de Port-Royal. A homogeneidade entre as concepções desses filósofos gramáticos decorre da escolha de divisões equivalentes das proposições em A, E, I e O. Porém, Beauzée se afasta das ideias dos autores de Port-Royal quando: a) adota uma concepção bipartida da proposição; e, b) desvincula o caráter verdadeiro e falso dessa construção.

A teoria gramatical de Du Marsais e de Beauzée é percebida na GPLP por referências indiretas, principalmente. Barbosa (1822, p. 362) usa exemplo semelhante ao de Du Marsais (*Alexandre venceu a Dario*) para diferenciar construção e sintaxe quando afirma que sintaxe concerne às relações entre as palavras; e, construção, à ordem dessas palavras para formar uma proposição. Barbosa estuda a oração conforme a ordem sintática da língua portuguesa, seguindo o critério gramatical de Beauzée para classificar as orações em simples ou composta (conforme o sujeito e o

atributo), principal ou parcial – incidental ou integrante (de acordo com a relação de subordinação entre as partes da proposição).

Na próxima seção, apresentamos um quadro comparativo do horizonte de retrospecção de Barbosa. O gramático português segue a teoria da gramática geral na GPLP, mas não faz apenas uma combinação das concepções dos gramáticos e filósofos que o antecedem, porque argumenta e critica sobre essas concepções, realizando uma interpretação sobre os fatos gramaticais.

1. 6 Um quadro comparativo desse “horizonte de retrospecção”

Na longa duração do tempo, termos são ressignificados tanto por gramáticos como por filósofos. As diferentes interpretações para as mesmas terminologias certificam que o conhecimento pode sofrer alterações. No quadro abaixo, comparamos terminologias aplicadas no horizonte de retrospecção de Barbosa:

QUADRO 2 – TERMINOLOGIAS E CONCEITOS

Terminologia	Sanchés de Las Brozas (1523-1600)	Descartes (1596-1650)	Arnould (1612-1691); Lancelot (1616-1695); Nicole (1625-1695)	Condillac (1715-1780)	Du Marsais (1676-1756); Beauzée (1717-1789)
Método	Apresenta explicações para as regras da língua e, posteriormente, os exemplos.	O método de análise: preceito da evidência, da análise, da síntese, e da enumeração.	Princípio do conhecimento humano, as ideias; o método de análise: não receber algo como verdade sem antes questionar; dividir as dificuldades em quantas partes forem necessárias; ordenar os pensamentos do menos complexo	O método analítico – ordem das palavras na construção das proposições; evidências para demonstrar os diferentes graus de certeza: evidência da razão, do fato, e do sentimento.	Beauzée assume o modo analítico e experimental como o mais seguro para a pesquisa (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, <i>Mot</i> , 1751, p.752).

			para o mais complexo; fazer enumeração para garantir que nada seja omitido.		
Raciocinar	Análise racional dos usos da língua; tudo na língua é explicado pela razão.	Razão se baseia nas ideias, nos pensamentos .	Em <i>La Logique</i> ou <i>L'Art de Penser</i> , os Senhores de Port-Royal referem-se ao "Méthode" de Descartes, que defende a ideia de que as escolhas são pela mente, ou seja, a razão está na mente.	O conhecimento é baseado nas sensações.	Para Beauzée, a razão está relacionada à percepção da existência intelectual dos seres. (BEAUZÉE et al., EDR, <i>Proposition</i> , 1751).
Conceber		Conceber o objeto na mente, no pensamento.	A observação sobre o objeto; é a visão simples das coisas que temos em nossa mente.	Conceber ou perceber é receber as sensações. Condillac defende que a arte de pensar depende das sensações.	Para Beauzée, conceber é a relação de duas ideias na mente: sujeito e atributo.
Julgar		Significa realizar as quatro fases de sua orientação metodológica : conhecimento evidente, claro e certo sobre algo; dividir as dificuldades para examiná-las; ordenar os pensamentos	Fazer comparações das várias concepções e medir quais são as melhores. "Julgar" é afirmar ou negar algo sobre alguma coisa. Esse julgamento é realizado por meio de	O julgamento é a comparação entre duas ideias.	Para Du Marsais, julgar não é mais afirmar ou negar algo de alguma coisa, mas é o pensamento sobre essa coisa. Para Beauzée, julgar é o estabelecim

		, do mais simples para o mais complexo; enumerar para que nada seja omitido. Assim, primeiramente, deveria JULGAR para depois PROCEDER sempre com as ideias claras, raciocínio exato.	proposições compostas principalmente por nome, pronome e verbo.		ento de duas ideias, de dois pensamentos.
Sintaxe	A sintaxe não é apenas uma parte da gramática, mas seu fim último (ROMEO, 2002, p.496).		Não há distinção entre sintaxe e construção para falar sobre a relação das palavras entre si; sintaxe ou construção refere-se à relação das palavras combinadas em uma proposição.		Para Du Marsais, a sintaxe é responsável pelas relações existentes entre as palavras, e construção é apenas a combinação, o arranjo, a ordem das palavras na proposição.
Oração; Proposição; Frase	Para Brozas (1976 [1587]), as orações são compostas por: nome, verbo e partícula (preposição, advérbio ou conjunção).		A proposição é a representação o linguística do julgamento. Para os Senhores de Port-Royal, a proposição é formada por: sujeito, verbo (é), atributo. A proposição pode ser:	Proposição é um julgamento expresso por palavras (CONDILLA C, 1775, p.9). A proposição pode ser principal, subordinada ou incidente (idem).	Du Marsais analisa a proposição na ordem da gramática, isto é, na relação das palavras para formá-la. No artigo publicado em 1757, Beauzée ainda

			<p>a) Quanto ao sujeito: Proposição universal (= sujeito universal; sujeito singular)</p> <p>Proposição particular (= sujeito comum)</p> <p>b) Quanto à lógica: A – universal afirmativa; E – universal negativa; I – particular afirmativa; O – particular negativa.</p> <p>c) Quanto ao aspecto lógico: Verdadeira; Falsa; Provável (quando o julgamento não for indiscutível)</p> <p>d) Quanto ao aspecto sintático: Simples (sujeito e/ ou atributo simples); Composta (sujeito e/ou atributo composto).</p>	<p>Ela é composta por três termos: sujeito, atributo, verbo.</p>	<p>descreve a proposição como sendo tripartite, porém, em 1767, passa a considerá-la como bipartida (sujeito e predicado), o que desmerece o valor do verbo substantivo “ser”.</p> <p>A proposição pode ser:</p> <p>a) Quanto ao critério gramatical: simples (o sujeito simples e/ou atributo simples); composta (sujeito composto e/ou atributo composto); completa ou elíptica;</p> <p>b) Quanto ao critério lógico:</p> <p>A – afirmativa universal; E – negativa universal; I – particular afirmativa; O – particular negativa.</p>
--	--	--	--	--	--

A sintaxe teve um papel na mudança do estudo da linguagem. Primeiro Brozas a coloca em destaque quando declara que ela é o fim último da gramática. Em seguida, a sintaxe se torna componente essencial para a compreensão do racionalismo das gramáticas gerais, pois a análise das partes do discurso não é realizada somente pela morfologia, mas, principalmente, pelo aspecto sintático.

A sintaxe ganha relativa importância como consequência de a palavra ser compreendida, na teoria da gramática geral, como expressão do pensamento. Na GGP-R, sintaxe e construção ainda são explicadas como sinônimas. Du Marsais aperfeiçoa o conceito e estabelece a distinção entre elas. Quatro pontos marcam o estudo sintático em Du Marsais e seus sucessores, segundo Auroux (1979): a) sintaxe é a união de palavras para formar uma proposição; b) sintaxe não é um anexo ou complemento das classes de palavras, porque o homem se expressa por meio de proposições; c) somente pela morfologia não é suficiente para classificar uma palavra, já que o seu emprego em uma frase pode provocar a mudança de classe, como, por exemplo, o verbo no infinitivo que é regularmente usado como um substantivo, o que determina o estudo da morfologia condicionado à sintaxe; e, d) a compreensão de uma língua é pautada na sintaxe, uma vez que saber simplesmente o sentido das palavras não é o suficiente para compreender uma língua.

Outro ponto a ser discutido a partir do quadro comparativo acima é o termo “método”. Brozas defende que os fatos linguísticos não deveriam ser apenas decorados por aqueles que estudam uma língua. O Brocense adota o método de, primeiramente, explicar as razões que regem a língua, para, em seguida, exemplificar.

Descartes, no *Discurso do Método* (1637), detalha o método em quatro preceitos para que as ideias dos pensamentos não levassem o homem a fazer falsos julgamentos. Em *l'Art de Perser*, o método de Descartes é retomado explicitamente nos capítulos da quarta parte, por isso as ideias cartesianas foram transmitidas para Barbosa por meio dos trabalhos de Port-Royal. Os Senhores de Port-Royal não apresentam apenas o método, mas também desenvolvem a teoria filosófica descrevendo as noções de conceber o objeto e realizar o julgamento.

Condillac é contrário ao método cartesiano, portanto é uma descontinuidade desse pensamento. O filósofo francês afirma que o conhecimento é baseado nas sensações, que ativam o processo racional, orientando-se em Locke com a

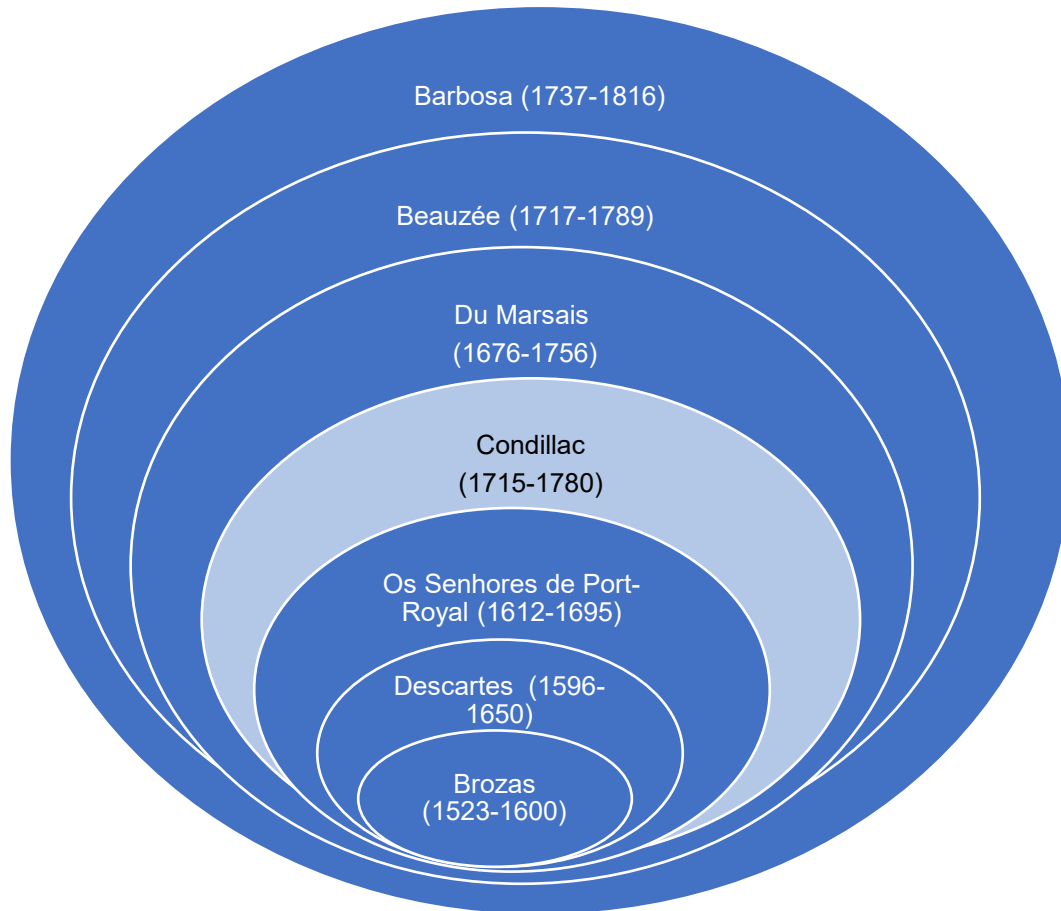
perspectiva empirista. Condillac também explica que é necessário organizar as coisas conforme a ordem que são concebidas. Na construção da proposição, o método analítico é ratificado pela ordem das palavras.

Outro termo que sofre mudanças é “proposição”. Primeiramente, o Brocense a chama de oração, que é composta por três termos: nome, verbo e partícula. Em seguida, Port-Royal a denomina como sendo a representação linguística do pensamento, formada por: sujeito, verbo (ser), atributo. Condillac, por sua vez, afirma que proposição é um julgamento (comparação entre duas ideias) expresso por palavras. Du Marsais, no entanto, trata a proposição não mais pela perspectiva da lógica, mas pela gramática, ou seja, na relação das palavras. Seu sucessor, Beauzée, primeiramente, define-a como tripartite como Port-Royal, porém, oito anos depois, descreve-a como bipartida, deixando para trás o valor do verbo *ser* tão defendido pelos Senhores de Port-Royal.

Para finalizarmos este capítulo, construímos o quadro abaixo, a fim de ilustrar mais claramente o horizonte de retrospectão²¹ de Barbosa.

²¹ A respeito de Rudimentos da grammatica portuguesa, de Pedro José da Fonseca (1799), ser citada por Barbosa, optamos por não a inserir em seu horizonte de retrospectão, pois, apesar de apresentar a presença de Port-Royal, essa gramática portuguesa afasta-se do método cartesiano e da descrição verbal francesa.

QUADRO 3 – ASPECTOS DO “HORIZONTE DE RETROSPECÇÃO” DE BARBOSA



Fonte: Própria autora

O objetivo do quadro é mostrar, de modo icônico, a organização do horizonte de retrospectiva de Barbosa, revelado no texto da GPLP. O ponto de partida teórico do autor é o da gramática geral, mas conhecimentos que vêm de mais longe e que conformam o horizonte dos autores da GGP-R são importantes no contexto da gramática de Barbosa. Os autores Sanchez de las Brozas, René Descartes e os Senhores de Port-Royal, Antoine Arnauld, Claude Lancelot e Pierre Nicole são os que associam língua e pensamento e consideram a palavra como expressão do pensamento. Du Marsais, por sua vez, direciona o estudo para a oração, dissocia a lógica da gramática e diferencia sintaxe e construção. Beauzée dá sequência ao

trabalho de Du Marsais, relaciona a percepção à existência intelectual dos seres e descreve de forma mais completa os fatos gramaticais.

A presença de Condillac nesse quadro precisa de uma justificativa um pouco mais alentada do que as dadas para os demais. É preciso dizer que Condillac faz parte desse horizonte de modo transversal, porque não é partidário do cartesianismo descartiano, como os demais autores citados, por defender que a origem do conhecimento humano dá-se pelas sensações, e não diretamente pela razão, o que o torna idealista e não materialista e dá origem à teoria do sensismo, que é contrária, mas não contraditória, à racionalista. Esse filósofo entende que das sensações se chega à razão, e assim se expande a teoria do pensamento e da expressão para uma teoria da linguagem, pois não se trata apenas de perceber as coisas por meio das sensações, mas, sim, de construir ideias que são decorrentes de um processo racional ativado pelas sensações (Cf. Auroux, 2009, p. 73-75).

Na GPLP, Barbosa combina o método analítico defendido por Condillac e o método cartesiano adotado pelos Senhores de Port-Royal, como observamos na seguinte afirmação:

Esta arte por outra parte não deve ser meramente practica e hum estudo so de memoria. Deve compreender as razões das practicas do uso e mostrar os princípios gerais de toda a Linguagem nos do exercício das faculdades da alma e formar assim huma Logica practica, que ao mesmo tempo que ensina a falar bem a propria Lingua, ensine a bem discorrer. As Linguas são huns methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas faculdades. Ellas dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações. As regras propostas por este methodo reduzem-se a menos, porque se unem no mesmo principio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão delas; e fixão-se mais na memoria, porque se ligão humas com outras (BARBOSA, 1822, p.XII).

Barbosa concebe (observa o objeto) e o julga (afirma ou nega algo de alguma coisa por meio de proposições) como a GGP-R, e observa a ordem das palavras na construção das proposições conforme o método analítico explicado por Condillac, uma vez que “as línguas são métodos analíticos” porque combinam as palavras para formar orações/frases/proposições. Assim, na GPLP, as palavras são identificadas em relação à sintaxe como defendido por Du Marsais, pois Barbosa assegura que as regras de combinação devem ser analisadas, a fim de compreender as relações sintáticas da língua em estudo.

O gramático português internalizou a filosofia do século XVII e o método analítico do século XVIII, o que parece ser contraditório, porém Barbosa relata na introdução da GPLP a insatisfação com a maioria das gramáticas portuguesas que antecedem a GPLP, propondo uma nova arte (gramática particular) para que os mestres da língua portuguesa pudessem escolher o que lhe parecesse melhor (BARBOSA, 1822).

No capítulo 2, trataremos dos conceitos de gramática geral e filosófica, e gramática particular, observando como tudo o que conforma o horizonte de retrospectiva de Barbosa se reflete na concepção de gramática e na divisão de suas partes, para analisar como e por que é prometido na introdução da GPLP corresponde ao que anuncia como uma gramática baseada em um método simples e fácil, fundamentado na razão.

CAPÍTULO II – A GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA (GPLP)

O tema deste capítulo é a Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza. Para analisar o conceito de gramática manifestado na introdução da GPLP, primeiramente, buscamos, em Santos (2010), um panorama histórico para discutirmos a ideologia filosófica das gramáticas gerais e filosóficas. Depois, ocupamo-nos nos conceitos de gramática expostos na Gramática Geral de Port-Royal (GGP-R) e nos artigos *Grammaire* e *Mot* da *Encyclopédie*. Por último, analisamos a definição de gramática descrita na GPLP, buscando na referida obra o que ela tem de geral ou filosófica, e particular.

2.1 Gramática geral ou filosófica, e particular

A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1822) foi produzida em meio ao movimento de renovação do ensino principiado pelas reformas pombalinas. Na introdução da GPLP, Barbosa se refere ao Alvará de 30 de setembro de 1770 que ordenou aos professores de gramática e língua latina ensinarem durante os primeiros seis meses a gramática da língua portuguesa, e, posteriormente, da língua latina.

Com essa mudança no ensino de língua portuguesa, abandonaram-se os princípios dos ensinamentos latinos, para fundamentar-se no *método* – “(...) entendido como disposição dos argumentos, como instrumento que punha os recursos dialécticos e retóricos ao serviço da razão e permitia assim construir e comunicar o conhecimento” (COUTO, 2004, p.14), tendo como base não mais a gramática latina, mas, sim, a obrigatoriedade do ensino gramatical da *Arte da grammatica da Língua Portugueza*, de Reis Lobato (1770).

Prometendo basear-se nesse *método*, Barbosa produz uma gramática intitulada de *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem* (grifo nosso). Para discutirmos sobre os termos “Grammatica philosophica” e “Grammatica geral” expressos no título da obra, passaremos a examinar os conceitos de gramática geral ou filosófica, e particular.

No quadro histórico sobre a constituição e desenvolvimento da gramática no Ocidente, os fundamentos gramaticais sofreram alterações ao longo do tempo. Santos (2010) explica que, no século XII, a base para o estudo gramatical era a lógica aristotélica e que gramática era uma obra sobre falar e escrever corretamente, por meio da concordância das letras com as sílabas, das sílabas com as palavras, das palavras com as orações. No século XIII, Jordan da Saxónia apresenta a ideia de gramática universal, como ciência por se tratar das razões que seriam comuns a todas as línguas.

Essa ideia de gramática universal causou a necessidade de estabelecer diferenças entre as obras. A gramática tradicional (denominada de *positiva, impositiva, práctica* ou *usualis*) era entendida como *arte* por se dedicar aos usos particulares de uma língua; e, a gramática universal, como *ciência*, pois se ocupava em descrever e explicar regras universais para todas as línguas.

O estudo gramatical baseado em regras universais para todas as línguas alcança seu apogeu com os Modistas, na segunda metade do século XIII. "(...) os Modistas apologizam a existência de uma gramática universal fundada em conceitos representativos da estrutura da realidade, pelo que encaram as regras gramaticais como independentes da sua expressão em qualquer língua natural" (SANTOS, 2010, p.55). Para esse trabalho, os modistas elegeram o latim como "língua universal" por julgarem-na mais perfeita que as demais línguas. Esse grupo de estudiosos também separou a gramática da lógica, entendendo como interesse da lógica o estudo da significação da palavra, e, da gramática, das partes do discurso.

Na primeira metade do século XIV, a disposição para a construção de gramática normativa ou positiva por meio de tratados é grande. São textos influenciados por tratados modistas e gramáticas normativas, o que provoca, conseqüentemente, uma produção de textos mistos, os quais carecem de clareza quanto aos limites entre gramática positiva ou normativa e gramática especulativa. No século XV, a delimitação entre essas duas gramáticas continua confusa, porém o estudo gramatical reassume o cerne nas "belas letras" (SANTOS, 2010). Já no século XVI, a discussão filosófica sobre a língua é retomada com as gramáticas filosóficas de Escalígero, *De Causis Linguae Latinae* (1540), e de Brozas, *Minerva, seu de causis linguae latinae* (1562) (CÂMARA JR., 2006).

No século XVII, há a continuação da divulgação da gramática universal. Em 1619, segundo Auroux (2009b), são publicadas algumas gramáticas universais, tais como: a *Grammatica universalis/Allgemeine Sprachelehre* (Woflgang Ratke); *Libri didactici grammaticae, Latinae, Graecae, Chaldaicae/Sprachkünste: I Allgemeine. II. Lateinische. III. Hebraische* (Christopher Hellwig). E, em 1660, é publicada a *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot, texto considerado como referência teórica de gramática geral. Auroux (2009b, p.47-48) a descreve da seguinte forma:

A gramática de Port-Royal é relativamente curta, como deve ser uma introdução, e seu impacto teórico só se produz quando ela é completada pela lógica. Ela supõe a distinção entre a gramática geral e a gramática particular das línguas. Como ficará estabelecido no século seguinte, a gramática geral é uma ciência e, enquanto tal, genérica (não existe ciência que não seja do geral). As gramáticas particulares são “artes”, porque elas devem levar em conta particularidades arbitrárias do uso. Na trilha aberta por Port-Royal, a tradição francesa usará pouco a expressão “gramática universal”, porque supõe que se leve em consideração a totalidade dos fenômenos linguísticos, algo simplesmente impossível. A “gramática geral” conserva apenas o essencial e investe em basear o funcionamento da linguagem nas operações intelectuais subjacentes.

O objetivo da gramática geral, segundo Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), é investigar as razões linguísticas que são comuns a várias línguas. Portanto, entende-se por gramática geral uma obra científica que, por meio da razão, trata das características comuns de diversas línguas. A gramática geral procura explicar as condições universais de construção dos enunciados.

A gramática de Arnauld e Lancelot difundiu os fundamentos da gramática geral já estudados no capítulo anterior desta tese. Nessa obra, houve o trabalho de “(...) encontrar um sistema de partes do discurso conveniente para todas as línguas” (AUROUX, 2009b, p.49). No entendimento dos Senhores de Port-Royal, a palavra é, primeiramente, sons e caracteres (parte mecânica da língua) e, posteriormente, expressão dos pensamentos (parte lógica da língua). De acordo com Leite (2019a, p.22), os autores da GGP-R “(...) inauguram um modelo de gramática (...)” ao dividir a obra em relação a essas duas partes.

Como as palavras servem para exteriorizar o pensamento, Arnauld e Lancelot (1810 [1664]) classificam as palavras em dois grupos: a) as palavras que significam os “objetos dos pensamentos” – nomes, artigos, pronomes, participios, preposições e

advérbios; e, b) as palavras que representam os “modos dos pensamentos” – verbos, conjunções e interjeições.

Os Senhores de Port-Royal se preocuparam com a investigação das classes de palavras que fossem gerais a todas as línguas. Beauzée, a partir disso, buscou a existência de categorias universais. Condillac também levanta hipóteses sobre categorias universais, afirmando que todas as categorias de todas as línguas podem ser relacionadas às categorias primitivas (substantivo, adjetivo, preposição e verbo substantivo) (AUROUX, 2009b).

É por meio dos enciclopedistas franceses que ocorre o apogeu da gramática geral no século XVIII. No artigo *Grammaire*, os enciclopedistas associam gramática à lógica quando afirmam que “l’art d’analyser la pensée, est le premier fondement de l’art de parler, ou en d’autres termes, qu’une saine Logique est le fondement de la Grammaire” (BEAUZÉE; DOUCHET, EDR, *Grammaire*, 1757, p.841). Na teoria da gramática geral, o pensamento lógico está relacionado a perceber, julgar e raciocinar para formular um enunciado, o qual é expresso por palavras. Os defensores dessa teoria argumentam que as línguas são formadas por proposições com sujeito e atributo, seguindo a “análise lógica do pensamento”, a qual é a mesma em todas as línguas, pois há comunicação verbal entre os homens em diferentes épocas e lugares, e essa comunicação só é possível devido às leis comuns para todas as línguas.

Desenvolvendo essa teoria, Beauzée e Douchet²² (EDR, *Grammaire*, 1757) defendem a existência de dois tipos de princípios: o primeiro é baseado em verdades imutáveis e no uso universal, como sua natureza é a do pensamento, segue a análise lógica (conceber, julgar e raciocinar) e, por isso, compõe a gramática geral; e, o segundo, em verdades hipotéticas, as quais são sujeitas às convenções de uso dos diferentes povos, e, por esse motivo, pertencem às gramáticas particulares.

Beauzée entende que há uma gramática geral, constituída por princípios imutáveis e geral para todas as línguas e, por isso, é uma ciência; e, gramática particular que aplica os princípios gerais da fala nas particularidades da língua de estudo, observando a aplicação prática e as regras de uso conforme as convenções arbitrárias daquela língua em particular e, por isso, é uma arte. Porém, o estudo da

²² Jacques-Philippe Augustin Douchet – Gramático francês do século XVIII que colaborou com Beauzée no artigo *Grammaire*, da *Encyclopédie*.

ciência gramatical não deve ser separado da arte gramatical, uma vez que é necessário uma dada língua para observar os princípios da gramática geral. Da mesma forma, não se deve separar a arte gramatical da ciência, pois são os princípios gerais que sistematizam a arte gramatical de todas as línguas.

Beauzée parte de uma análise global da língua, em sua manifestação oral e escrita, e, por conseguinte, divide a gramática em duas partes: 1) ortologia (responsável pela fala correta); e, 2) ortografia (encarregada da escrita). A ortologia se subdivide em lexicologia e sintaxe, e a ortografia também se subdivide em duas partes: lexicografia e logografia.

Para Beauzée e Jaucourt²³ (EDR, *Mot*, 1751), a *lexicologia* estuda a palavra considerando três pontos: o material, a etimologia e o valor. O material diz respeito às partes constituintes; a etimologia observa a origem da palavra, as alterações dos termos ao longo da história e também os termos que as sucederam; e, o valor se relaciona com o significado, que pode ser próprio ou figurado.

Os enciclopedistas defendem que o método de análise só é possível para questões gramaticais. Esse princípio é justificado pelo fato de as palavras serem “(...) les instrumens de la manifestation de nos pensées” (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751, p. 753), sendo reconhecidas por suas funções que não são simplesmente presumidas, mas testadas pelo uso da língua. Os filósofos asseguram também que os fenômenos gramaticais podem ser generalizados, e, portanto, podem ser entendidos como noções universais.

A classificação das palavras para o gramático francês é binária, de um lado, há palavras consideradas *afetivas* e, de outro, as *enunciativas*. As afetivas expressam os sentimentos de dor, de surpresa etc. e que são comuns entre as diversas línguas; e, as enunciativas são as palavras “não naturais”, que se restringem aos sentidos estabelecidos pela convenção social (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751).

As palavras enunciativas são bipartidas em declináveis e indeclináveis. O *nome*, o *adjetivo* e o *pronome* flexionam em número, caso e gênero. O *verbo* flexiona apenas em tempo e modo. Os enciclopedistas afirmavam que apesar de haver

23 Louis de Jaucourt (1704 - 1779) – filósofo francês que colaborou com Beauzée no artigo *Mot*, da *Encyclopédie*.

modificação na terminação verbal para estabelecer concordância com o sujeito, o verbo em si não possui a pessoa gramatical. O pronome é a única classe de palavra que flexiona em pessoa. Beauzée e Jaucourt (EDR, *Mot*, 1751) se sustentavam na ideia da pessoa do discurso: 1ª pessoa – sujeito que fala; 2ª pessoa – a quem se dirige a fala; e, 3ª pessoa – o objeto do discurso. A preposição, o advérbio e a conjunção são palavras indeclináveis, pois não flexionam.

A explicação apresentada pelos enciclopedistas sobre a flexão de pessoa diverge com a de Sanchez de Las Brozas. Brozas (1976 [1587]) defendia que a *pessoa* não está no nome e, sim, no verbo e, por isso não existe verbo impessoal; os enciclopedistas, por sua vez, defendiam que a *pessoa* não está no verbo, mas no pronome (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751). Essa diferença se dá pelo fato de o Brocense se baseiar na pessoa gramatical, a qual se relaciona à flexão verbal, enquanto os enciclopedistas se apoiavam na pessoa do discurso.

Conforme as explicações de Beauzée, apresentamos a seguir um quadro demonstrativo de classificação para as palavras.

QUADRO 4: CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS – BEAUZÉE

Palavras	Afetivas		Interjeção
	Enunciativas	Declináveis	Nome Pronome Adjetivo Verbo
		Indeclináveis	Preposição Advérbio Conjunção

Fonte: Própria autora

Os enciclopedistas também investigaram sobre o sentido da palavra. Para eles, o mesmo objeto poderia ser representado por diferentes palavras, porque elas são formadas pela mesma raiz que têm a mesma ideia fundamental, e, portanto, o mesmo significado objetivo. As palavras também têm uma maneira particular de sentido quando são acrescentados à raiz as inflexões e as terminações. Por exemplo: *amar*, *amor*, *amizade* e *amigo* têm uma raiz comum, a qual tem o sentido fundamental de

afeto, mas também cada uma dessas palavras detem o seu sentido formal, a sua maneira particular de significado (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751).

Por essa avaliação do sentido da palavra, os enciclopedistas contestavam as declarações de Brozas sobre a flexão de modo. Brozas (1976 [1587]) afirmava que *modo* não é acidente do verbo, pois assegurava que essa flexão pertencia unicamente aos advérbios e aos complementos circunstanciais. Contrários à essa afirmação, os enciclopedistas explicaram que o gramático confundiu o significado objetivo com o significado formal. Na *Minerva*, o modo seria restrito ao significado objetivo, o qual, na língua latina, é representado pelo ablativo, que é, frequentemente, “traduzido” pelo advérbio (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751).

Os enciclopedistas também julgam que o conceito apresentado para “palavra” na GGP-R é muito incerto. Para os Senhores de Port-Royal, palavras são “(...) sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos” (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.29). Essa definição causa dúvidas porque *sons distintos e articulados* podem significar *sílabas*, que, às vezes, significam algo. Para dar a definição mais exata, Beauzée e Jaucourt (EDR, *Mot*, 1751, p.762) declaram que “(...) un mot est une totalité de sons, devenue par usage pour ceux qui l’entendent, le signe d’une idée totale”. O conceito dos enciclopedistas esclarece, por exemplo, que a palavra *amávamos* é uma totalidade de sons, os quais podem ser divididos em *am* (raiz comum que significa afeto; também significa a existência do atributo no sujeito); *va* (indica o tempo verbal); e, *mos* (marca da 1ª pessoa do plural), no entanto, essas partes separadas não são diferentes palavras, apenas a totalidade de todos esses sons reunidos é que formam um signo de uma ideia.

A *sintaxe*, segunda parte da ortologia, é o estudo das palavras reunidas em uma proposição para expressar um pensamento. A sintaxe analisa a construção das proposições. Beauzée (EDR, *Gramática*, 2015 [1757]) faz distinção entre lógica e gramática na composição da proposição. A lógica diz respeito ao pensamento e a gramática à fala e escrita da língua. O autor atribui à lógica as funções de sujeito, atributo e cópula, enquanto à gramática, as palavras para compor a proposição. As diferentes espécies de proposição são formadas pelas “(...) diferentes maneiras como as partes gramaticais constituem as partes lógicas (...)” (BEAUZÉE, EDR, *Gramática*, 2015 [1757], p. 337).

A sintaxe de cada língua se constitui de formas diferentes, porém há três características que são gerais: a concordância, o regime e a construção. A concordância é a homogeneidade dos acidentes comuns das palavras que formam a proposição. O regime é a relação de subordinação entre as palavras para que haja um sentido completo dentro de uma proposição. E construção é a combinação das partes lógicas e gramaticais para formar uma proposição. Há duas espécies de construção: a analítica e a usual.

A construção analítica segue a ordem em que as ideias se dispõem no pensamento, conforme os preceitos da gramática geral. A construção usual é aquela que se sujeita às regras de cada língua, sem se afastar da sucessão analítica das ideias. Há dois tipos de construção usual: a usual simples segue completamente as regras da língua particular e a construção usual figurada faz uso das figuras de construção (BEAUZÉE, EDR, *Gramática*, 2015 [1757]).

A segunda parte da gramática, a ortografia, trata da representação da fala pela escrita. A primeira parte da ortografia, a lexicografia, trata das regras de representação ortográfica das palavras (caracteres elementares, que são as letras, e prosódicos, que são os sinais gráficos responsáveis pelos sons das palavras escritas como os acentos agudo e circunflexo, por exemplo). A segunda parte da ortografia, a logografia, é responsável por preescrever regras para o uso das palavras na formação da proposição como, por exemplo, o uso das maiúsculas e minúsculas. A logografia também estabelece regras para a relação das proposições na construção do discurso, ou seja, as regras de pontuação. Não nos detemos nos pormenores dessa parte da gramática porque este trabalho não analisa detalhadamente o estudo ortográfico da GPLP.

Depois de apresentar, em linhas gerais, as ideias dos Senhores de Port-Royal e dos enciclopedistas, passaremos a analisar a GPLP. Barbosa, ao longo da introdução da obra em estudo, declara que se baseou em um novo método. Esse método está relacionado a teoria filosófica da gramática geral dos séculos XVII e XVIII. Barbosa apresenta uma reflexão sobre os fatos linguísticos para, posteriormente, apresentar regras de uso da língua. A GPLP, apesar de ser nomeada como “filosófica” ou “princípios de gramática geral”, realiza-se ao mesmo tempo como geral e particular, pois, segue os princípios da gramática geral expondo regras para a língua portuguesa, como veremos a seguir.

2.2 GPLP: uma gramática geral e filosófica ou particular?

De acordo com Barbosa (1822, p.I), gramática é “(...) sciencia dos caracteres (...)” e ao mesmo tempo é “(...) a Arte, que ensina a pronunciar, escrever, e falar correctamente qualquer língua (...)” (ibidem, p.VIII). O gramático, então, defende que a gramática é um instrumento de ensino de língua, não somente a materna, mas qualquer língua, aproximando-se do conceito de gramática geral que busca o que é comum a todas as línguas para ensiná-las por meio de uma única obra.

Na sequência da introdução da GPLP, Barbosa complementa seu conceito de gramática diferenciando a particular da geral, como podemos ver a seguir:

Toda a Grammatica he hum systema methodico de Regras, que resultão das observações feitas sobre os usos e factos das Linguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão somente os usos e factos de huma Lingua particular; a Grammatica será também *Particular*. Se ellas porêm abrangem os usos e factos de todos, ou da maior parte dos idiomas conhecidos; a sua Grammatica será *Geral*. Huma e outra póde ser, ou somente *Practica e Rudimentaria*, ou *Philosophica e Razoada*. Aquella não sóbe acima destas observações e regras practicas, que a combinação dos usos da Lingua facilmente subministra a qualquer para dela formar estes systemas Analogicos, a que de ordinário se reduzem quasi todas as Artes vulgares de Grammatica (BARBOSA, 1822, p. IX).

A gramática pode ser geral ou particular (é aquela que tem como objetivo o uso e fatos de uma única língua) e ser filosófica e razoada ao mesmo tempo. Barbosa afirma que a gramática particular deve se basear na gramática geral, como podemos ver a seguir:

Toda a Grammatica Particular e Rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e compreendida dos principiantes; deve ter por fundamento a Grammatica geral e razoada. Porque, subindo esta ás razões e principios geraes da Linguagem, he quem melhor póde dar noções dos signaes das ideas, descobrir todas as analogias de huma Lingua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias, que os ignorantes contão por taes, não o sendo realmente (BARBOSA, 1822, p. IX-X).

Por outra parte, sendo a Grammatica de qualquer Lingua a primeira teoria, que principia a desenvolver o embrião das ideas confusas da idade pueril; e dependendo da exactidão de seus princípios o bom progresso nos mais estudos: ella deve ser huma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer (BARBOSA, 1822, p. X).

Pelas declarações do gramático, inferimos que “simples nas suas regras” diz respeito às noções básicas ligadas à sintaxe de concordância, de regime e de construção, conforme os princípios da gramática geral. Com relação à gramática particular ser “curta nas suas anomalias”, o gramático se refere às particularidades ou características específicas de dada língua, e assim, proporcionaria uma fácil compreensão dos fatos gramaticais. Barbosa, portanto, defende que a gramática particular deve ser baseada na lógica, e essa é a sua proposta: uma gramática da língua portuguesa (particular) com princípios da gramática geral como Beauzée defende (EDR, *Gramática*, 2015 [1757]).

Barbosa divide a sua gramática em quatro livros: os dois primeiros (ortoepia e ortografia) tratam da parte mecânica da língua portuguesa, e os dois últimos (etimologia e sintaxe) da parte lógica da língua. Primeiramente, descreve as classes de palavras que compõem a língua e, posteriormente, as regras do uso e emprego dessas classes, afirmando que sua gramática é científica.

Porêm se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis phisicas do som e do movimento dos corpos orgânicos o mecanismo da formação da Linguagem; e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes, que todas as Linguas seguem na analyse e enunciação do pensamento; então o systema, que daqui resulta, não he já huma Grammatica puramente practica, mas scientifica e philosophica (BARBOSA, 1822, p. IX).

Isto é, sua gramática tem regras de uso e por isso, é prática, mas não “puramente” prática, mas científica e filosófica, porque segue os princípios da teoria geral (perceber, conceber e julgar) no seu estudo das partes do discurso e na construção das proposições. Por exemplo, no estudo do verbo, Barbosa primeiro conceitua, depois apresenta e explica sua classificação em substantivo e adjetivo conforme a teoria geral e, em seguida, expõe as flexões, e conclui com descrição de regras de uso do verbo na construção de orações.

Esse estudo de construção de orações fomenta o “pensar com clareza”. O gramático afirma que as línguas são métodos analíticos, porque o homem é capaz de expressar seus pensamentos por meio de proposições. Portanto, o ensino de língua focalizado na relação pensamento-linguagem proporcionaria “ensinar a pronunciar, escrever, e falar corretamente” uma língua.

Barbosa segue a GGP-R também no que diz respeito ao tratamento das partes da gramática. Os Senhores de Port-Royal consideram a palavra composta por duas partes: a) sons e caracteres; e, b) significação (expressão do pensamento). Por isso, a GGP-R é dividida também em duas partes: 1ª parte – *onde se fala das letras e caracteres da escrita*, que corresponde, na GPLP, aos dois primeiros livros (ortoepia e ortografia); e, 2ª parte – *onde se fala dos princípios e dos motivos sobre os quais se baseiam as diversas formas da significação das palavras*, que equivale, na GPLP, aos dois últimos livros (etimologia e sintaxe). Os livros da GPLP são descritos conforme essas partes, como podemos ler na citação abaixo:

Daqui as quatro partes naturaes da Grammatica, a saber: a Orthoepia, que ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, para bem os pronunciar;

A Orthographia, que ensina os signaes Litteraes, adoptados pelo uso, para bem os representar;

A Etymologia, que ensina as espécies de palavras, que entram na composição de qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes;

E a Syntaxe finalmente, que ensina a coordenar estas palavras e dispor-as no discurso de modo, que fação hum sentido, ao mesmo tempo distincto, e ligado: quatro partes da Grammatica Portugueza, que farão a matéria dos quatro Livros desta obra (BARBOSA, 1822, p. 1).

A “Orthoepia” reconhece os sons da própria língua portuguesa. Barbosa inicia este livro afirmando que “Para bem pronunciar he preciso distinguir, e conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, que se fala” (BARBOSA, 1822, p.2), ou seja, para saber pronunciar bem as palavras é necessário conhecer as vogais, as consoantes, os ditongos e as sílabas da língua portuguesa. E é sobre esse conhecimento que desenvolve nesta primeira parte de sua obra. O estudo é sobre os sons, parte mecânica e física da língua, como ocorre na GGP-R, contudo a ortoépia é restrita à língua portuguesa.

O livro I (da orthoepia) é dividido em oito capítulos. No capítulo 1 (Das vozes da língua portuguesa), são descritas as vogais (os sons), que são doze orais e oito nasais, conforme a “taboa” abaixo:

IMAGEM 2

Taboa das vinte Vozes, Portuguezas com todas as suas escripturas.

CORDA VOCAL PORTUGUEZA.

ORAL PURA			ORAL NASAL		
FIGURA	NOME	VALOR	FIGURA	NOME	VALOR
1. A', aa	Grande Aberto.	MA'S, <i>nome.</i>	1. \tilde{A} , am, an	A til claro	$\tilde{L}\tilde{A}$
2. A, a	Pequeno.	MAS, <i>conj.</i>	2. \tilde{A} .	A til surdo	LAMA
3. E', ee	Grande Aberto.	SE' <i>nome.</i>	3. \tilde{E} , em, en	E til claro	$\tilde{S}\tilde{E}\tilde{P}\tilde{R}\tilde{E}$
4. $\overset{A}{E}$, e	Grande Fechado.	$\overset{A}{S}\tilde{E}$, <i>verbo.</i>	4. \tilde{E} .	E til surdo	SENHA
5. E, e	Pequeno.	SE, <i>conj.</i>			
6. { E I }	Ambiguo, ou Surd.	{ CEA'R CIA'R			
7. I, i	Commum.	VI'CTO.	5. \tilde{I} , im, in	I til claro	SIM
8. O', óo	Grande Aberto.	AVó, <i>femin.</i>	6. \tilde{O} , om, on	O til claro	SOM
9. $\overset{A}{O}$, ou	Grande Fechado.	AVô, <i>masc.</i>	7. \tilde{O} .	O til surdo	SOM
10. O, o	Pequeno.	O, <i>artigo.</i>			
11. { O U }	Ambiguo, ou Surd.	{ SOA'R SUA'R			
12. U, u	Commum.	TU'NULO.	8. \tilde{U} , um, un	U til claro	U

Fonte: Barbosa (1822, p.6)

No capítulo dois (Das consoantes portuguezas), são descritas as consoantes (os sons) de acordo com o ponto de articulação. A esse respeito, menciona que “Os Grammaticos modernos chamão Articulações a estas consonâncias” (BARBOSA, 1822, p.7), o que ele está de acordo, todavia acha mais apropriado chamá-las de “consonancias” porque dependem das “vozes” (vogais) para serem pronunciadas, nomeando cinco como labiais e dezesseis liguae. A GGP-R também descreve, primeiramente, os sons das vogais e, depois, das consoantes, de forma geral, explica a articulação, os movimentos da boca, sons que podem pertencer a qualquer língua. Na GPLP, também é realizada essa descrição, entretanto, de modo particular à língua portuguesa, como mostra a imagem abaixo:

IMAGEM 3

*Das 21 Consonancias da Lingua Portugueza,
5 Labiaes, e 16 Linguaes.*

Tecla Labial Pura	{	Branda . B	Bála
		Forte . P	Pála
		Nasal . M	Mála
Tecla Labial Dental	{	Branda . V	Vála
		Forte . F	Fála
Tecla Lingual Gutturai	{	Branda . G, GU . Gállo, Guêto	
		Forte . C, QU . Cállo, Quêdo	
Tecla Lingual Dental	{	Branda . D	Dála
		Forte . T	Tála
Tecla Lingual Palatal Sibilante	{	Branda . S, Ç	Sácco, Çumo
		Forte . Z	Zácco
Tecla Ling. Palat. Chiante	{	Liquida S	Sciencia
		Forte . X	Xára
		Branda . J, G	Járra, Gêssó
		Forte . CH	Chárra
Tecla Ling. Palat. Nasal	{	Branda . N	Náfete
		Forte . NH	Nháfete
Tecla Ling. Palatal	Pura	Liquida L	Lama
		Forte . LH	Lhama
	Tremolante	Liquida R	Caro
		Forte . RR	Carro

Fonte: Barbosa (1822, p.11).

Nesse capítulo também o autor apresenta um método de soletrar e de leitura. Esse método é caracterizado por nomear as consoantes do seguinte modo: “be, pe, me, ve, fe, gue, que, de, te, se, ze, xe, je, che, nhe, ne, le, lhe, re, rre” (BARBOSA, 1822, p.13), afirmando que desta forma facilita a soletrar, silabar e ler. Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p.24-25) nomeiam esse método como “uma nova maneira para aprender a ler facilmente todos os tipos de língua”. Os autores da GGP-R argumentam que o aprendizado é mais fácil quando o alfabetizador apresenta apenas o “nome” da pronúncia da consoante. Os Senhores de Port-Royal expõem apenas considerações gerais desse método de ensinar a ler e ratificam a necessidade de um pequeno tratado, no qual seriam explicitadas observações que poderiam ser adaptadas a todas às línguas. Barbosa, baseando-se nesse método de ensino de leitura para todas as línguas, aplica ao ensino de língua portuguesa.

No capítulo três, trata dos ditongos, que são dezesseis ao todo, dez orais e seis nasais, conforme a “taboa” abaixo:

IMAGEM 4

Dos 16 Diphthongos Portuguezes com todas suas escripturas.

Diphthongos Oraes 10.

ESCRITURAS	EXEMPLOS.
ái, ay, a	<i>Pái, Páy, Páes</i>
áo, au	<i>Páo, Páuta,</i>
êi, éy	<i>Papéis, Réys.</i>
êi, êy, hêi	<i>Rêi, Lêy, Hêi.</i>
éo,	<i>Céo.</i>
êo, êu	<i>Mêo, Êu.</i>
ío,	<i>Ouvio.</i>
ói, óe, óy,	<i>Heróis, Heróe, Combóy.</i>
ói, ôe, ôy	<i>Bói, Pôes, Moyo.</i>
úi, úy	<i>Fúi, Uyvo.</i>

Diphthongos Nasaes 6.

ái, áe, aen, ain,	<i>Mái, Mãe, Maens, Mains.</i>
áo, háo, am, aon	<i>Mão, Hão, Mam, Maons.</i>
êe, êi, em, en	<i>Bêe, Bêis, Bem, Bens.</i>
ôe, ôi, oin, oem, oen,	<i>Põe, Pói, Poin, Poem, Poens.</i>
ôo, om, on	<i>Bão, Bom, Bons.</i>
úi, uim, uin	<i>Rúi, Ruim, Ruins.</i>

Fonte: Barbosa (1822, p.16).

Esse primeiro livro descreve os sons da língua portuguesa do primeiro ao sexto capítulos. Como no sexto capítulo Barbosa fala das modificações prosódicas pelo acréscimo de vogais e consoantes, acrescenta a este capítulo quatro regras sobre sílabas longas, uma sobre sílaba breve e uma sobre sílabas comuns²⁴ (breves ou longas). No sétimo capítulo, volta a descrever as modificações prosódicas da língua, apresentando seis princípios gerais sobre o uso do acento agudo e da sílaba aguda, agregando mais três regras para os acentos.

²⁴ Barbosa apresenta as vogais i e u como comuns (BARBOSA, 1822).

Em alguns momentos, o gramático faz referência às línguas grega, latina e espanhola, a fim de demonstrar o que há de comum ou de diferente entre elas, apresentando as particularidades da língua portuguesa.

Além destes três Accentos há outro de Aspiração, que os Gregos notavão ao principio com dois EΘ virados hum para outro, ou unidos deste modo H, e depois com a figura de huma virgula ás avessas, lançada por cima da vogal; e os Romanos com o primitivo H dos Gregos, posto na mesma linha antes da vogal aspirada.

Este Accento de Aspiração he a maior affluencia e volume de ar, que o pulmão faz sair com impeto pela Glottis, quando esta fórma o som, que depois se converte em voz. A Lingua Portuguesa differença-se muito nesta parte da Lingua Castelhana, que he abundantissima de aspirações, e por isso se faz alguma tanto áspera e fatigante. A nossa não usa delas se não nas Interjeições, em que são mui proprias para exprimirem o desafogo das paixões, pronunciando com ellas, e escrevendo ás vezes *ah! oh! hui! Etc.*

Usa porêm frequentemente do H para outros fins; já para figurar algumas Consoantes suas proprias, CH, LH, NH; ja para conservar as etymologias Gregas e Latinas, como em *Hypothese, Homem*; já para distinguir os sons semelhantes, com *há* verbo de *á* preposição, *hi* adverbio de *i* vogal e *hum* nome de *um* vogal nasal (BARBOSA, 1822, p.41).

Barbosa, ao fazer essa analogia, busca os princípios gerais para essas articulações e apresenta as particularidades da língua portuguesa. Portanto, a GPLP é particular porque trata de fatos específicos da língua portuguesa, e, por causa disso, apresenta regras para esse uso, trazendo exemplos, os quais são, geralmente, uma palavra ou frase curta ou locução, a fim de ilustrar e confirmar as regras.

Sobre fatos específicos da língua portuguesa, antes denominados “idiotismos” pelos gramáticos, Barbosa apresenta no capítulo VIII do primeiro livro “vícios da pronúnciação”.

Entre as diferentes pronúnciações, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes províncias, não se póde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferivel ás mais, e a que lhes deva servir de Regra. Os Gregos, e Romanos assim o julgavão; aquelles a respeito de Athenas, e estes a respeito de Lisboa, há muitos anos Corte de nossos Reis, e centro politico de toda Nação. O maior numero de gente, que habita nas Cortes; a variedade de talentos, estudos, e profissões; a multiplicidade de necessidades, que o luxo nellas introduz necessariamente; as negociações de toda a especie, que dependencia do Throno a ellas traz; o seu maior commercio, policia, e civilidade: tudo isto requer hum circulo maior de ideas, de combinações, de raciocínios do que nas provincias, e por consequencia tambem hum maior numero de palavras, de

expressões, e de discursos, cujo uso frequente e repetido emenda insensivelmente os defeitos, que são custosos ao órgão, e desagradáveis ao ouvido, e fixa os sons da Língua, que a falta de uso e de tracto deixa incertos e inconstantes nas províncias, e lugares menos frequentados (BARBOSA, 1822, p.50).

Como podemos ver, os gregos e romanos são citados apenas para fazer uma comparação com o que ocorre em Portugal. A variação é fenômeno geral em todas as línguas, porém Barbosa trata disso apenas sobre a língua portuguesa por meio de exemplos que demonstram diferentes pronúncias de palavras portuguesas de moradores da Corte, das províncias e do Brasil. Para falar de variação do português, Barbosa usa os critérios de “talentos, estudos e profissões” para estabelecer diferenças de pronúncia entre a capital Lisboa e as províncias, e, esses contrastes são “desagradáveis aos ouvidos”. A “corte” exige um maior número de negócios e por isso um maior conhecimento de palavras, um discurso mais “refinado”, tudo apropriado ao comércio, à política e à “civildade” que o “trono” requer, por isso, a linguagem padrão é a de Lisboa como podemos ver nos exemplos abaixo:

Reduzindo já a certos pontos os vícios da pronúncia; estes procedem ou da Troca das vozes, das Consoantes, dos Diphthondos, e das Syllabas, humas por outras; ou do *Accrescentamento*, *Diminuição*, ou *Transposição* dos sons, de que se compõem os vocabulos da Língua.

Assim, *trocando* o a Grande em pequeno, dizem os Brasileiros *vãdio*, *sãdio*, *ãtivo* em lugar de *vãdio*, *sãdio*, *ãctivo*; e ás avessas, pondo o á Grande pelo pequeno, pronúncia *ãqui* em lugar de aqui. O mesmo fazem com o e; ja pronunciando-o como e pequeno breve em lugar de Grande e Aberto em *Pregar* por *Pregár* ja mudando o e pequeno e breve em i, dizendo *Minino*, *Filiz*, *Binigno*, *Mi dêo*, *Ti dêo*, *Si firio*, *Lhi dêo* (BARBOSA, 1822, p.51).

Ora, se são os brasileiros que acrescentam, que diminuem e que mudam a pronúncia, então não são eles que são o padrão da língua portuguesa. Essa comparação também é feita com os “algarvios”, “minhotos” e as demais províncias portuguesas. A preocupação com a variação de uma língua específica também é característica da gramática particular, revelando “(...) dados importantes sobre a atitude lingüística dos usuários de uma língua, em dado período (...)” (LEITE, 2007, p.67).

O segundo livro da GPLP (Da Orthographia, ou boa Escripura da lingua Portugueza) também irá falar apenas da estrutura e regras da língua portuguesa, afirmando que:

A Orthographia he a Arte de escrever certo, isto he, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres Litteraes do Alphabeto Nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronuncia no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos (BARBOSA, 1822, p.56).

O segundo livro, assim como o primeiro, descreve o uso de uma única língua, explicando as razões dessa ortografia ou pela representação do som (pronúnciação) ou pela origem das palavras (etimologia), sendo necessário recorrer à língua morta (o latim) para buscar essa origem, ou simplesmente pelo uso corrente. O gramático não se propõe a buscar as razões disso em várias línguas, mas apenas na língua portuguesa.

No primeiro capítulo, apresenta doze “regras comuns a todas as ortografias”. Para “todas as ortografias” não significa que se trata de regras gerais para todas as línguas, mas de regras para as ortografias de “pronúnciação” e de “etimologia” da língua portuguesa. Segundo Coelho (2013), esses dois sistemas ortográficos foram debatidos entre os séculos XVII e XVIII. O primeiro se baseava no princípio fonético e o segundo na etimologia. Unido a esses dois sistemas, Barbosa também apresenta um misto, a ortografia usual, que combinava a pronúnciação à etimologia por meio do uso comum.

Chamaremos a atenção para uma das regras de ortografia, a baseada na pronúncia. O gramático descreve a regra da seguinte maneira:

Qualquer palavra, que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem, e distinguidos todos os sons, de que he composta, estes se escrevão pela mesma ordem com os caracteres, que lhes competem nos Abecedarios completos, e exactos, que ficão lançados nos Capitulos I. e II. da Orthoepia, e no Cap. I. Regra I. da Orthographia, e a palavra assim escripta ficará sem erro de Orthographia (BARBOSA, 1822, p.77).

Segundo Barbosa, para escrever bem a língua portuguesa, podemos seguir as regras comuns da ortografia vigente (que são doze), ou conservar a escrita original de acordo com a derivação grega ou latina (mas essa regra tem várias exceções por

conta da pronúncia), ou, simplesmente, optar pela pronúncia. Todas essas regras se restringem à língua portuguesa, o que confirma que a GPLP é uma gramática particular.

No livro III da GPLP, Barbosa declara que na ortoepia e na ortografia tratou da parte mecânica da língua (parte física e material da palavra), e, que, na etimologia e na sintaxe e na construção, irá trabalhar a parte lógica da língua (palavras como sinais dos pensamentos). Sobre o sistema etimológico da língua, o gramático afirma que:

Destes principios certos se segue que o systema Etymologico de qualquer Lingua está necessariamente fundado sobre o systema Logico das Ideas, o qual he o mesmo fundamentalmente em todos os homens de qualquer idade e paiz que sejam. Ainda que os seus conhecimentos sejam diferentes em numero, qualidade, e perfeição; todos comtudo pensão do mesmo modo: porque não podem pensar sem ter ideas, e sem as combinar.

Estas ideas, e estas combinações, he verdade são representadas por diferentes signaes segundo as diferentes Linguas dos povos. Porém a diferença está toda no material dos vocabulos, e não na significação das palavras, a qual he a mesma em todas as Linguas. Porque todas tem as ideas por objeto, e por fim a sua combinação e comparação. *Conceber*, e *Julgar* são duas operações do entendimento, comuns a todos os povos ainda selvagens.

Sobre estes principios da Grammatica Geral passamos a estabelecer o systema Etymologico das Partes da Oração Portuguesa (...) (BARBOSA, 1822, p.99).

Na etimologia, a GPLP segue os princípios da gramática geral da linguagem, porquanto os homens pensam de modo igual em diferentes lugares e tempos, a distinção está nos vocábulos para expressar esses pensamentos. Os princípios gerais estão diretamente ligados às classes de palavras e à formação dos enunciados, portanto, ao estudo morfológico e sintático da língua.

A ideia de homogeneidade no pensamento humano tem base nas lições da lógica aristotélica, pois, por meio das categorias de Aristóteles, os princípios gerais são incorporados na concepção de gramática científica. Retomando os estudos aristotélicos, Barbosa afirma que "(...) Aristoteles, muito posterior a Platão, foi o primeiro dos Escritores Gregos, que sabemos se adiantasse na sua Poetica a distribuir as palavras em certas classes, e a distinguil-as entre si por seus diferentes caracteres e propriedades" (BARBOSA, 1822, p.VII).

Os estudos aristotélicos sobre a linguagem propuseram a classificação das categorias, respondendo ao conceito de substância ou se relacionando à ideia de quanto, qual, o quê, onde, quando, de posição, de estado, de fazer ou de sofrer. Conforme o modo de ser e de ser dito, o dizer seria entendido de modo sinonímico, homonímico ou paronímico. Deste modo, o mesmo nome assumiria diferentes conceitos, referindo-se a diversas coisas.

As palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (a substância), o quanto (quantidade), o como (qualidade), com que se relaciona (relação), onde está (lugar), quando (tempo), como está (estado), em que circunstância (hábito), atividade (acção) e passividade (paixão). Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de acção, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado (ARISTÓTELES, 1985, p. 47) .

A primeira categoria é a **substância**, que, na proposição tem função de sujeito. As outras categorias podem ser acrescentadas à substância. São elas: **quantidade**; **qualidade** – há quatro espécies, as quais são: 1) o estado do espírito, virtudes, vícios; 2) os poderes naturais relacionados a qualidades da alma ou do corpo como “(...) l'entendement, la volonté, la mémoire, les cinq sens, la puissance de marcher.” (BARRÉ, 1877, p.41); 3) partes sensíveis como “(...) la dureté, la mollesse, la pesanteur, le froid, le chaud, les couleurs, les sons, les odeurs, les divers goûts” (idem); 4) forma e figura, que se relacionam com a aparência exterior (“(...) être rond, carré, sphérique, cubique.” (idem)); **relação** – a coisa relacionada a algo (de pai, de filho, de professor...); **lugar**; **quando** – tempo; **acção** – o agir do sujeito na proposição (“(...) marcher, danser, connaître, aimer (...)” (ibidem, p.42)); **paixão/predicado** – semelhante à voz passiva da língua portuguesa (“(...) être battu, être rompu, être éclairé, être échauffé.” (idem)); **situação** – posição do sujeito (“(...) être assis, debout, couché, devant, derrière, à droite, à gauche.” (idem)); e, **ter** – algo que o sujeito dispõe, como roupas, joias, coroa, calçados. Segundo Benveniste (1995), as seis primeiras categorias (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo) são representadas por formas nominais; enquanto as quatro restantes, formas verbais.

Na GPLP, essas ideias são percebidas quando Barbosa justifica o estudo das partes da oração e diz que “(...) pelo que tem de metaphysico e espiritual, não como vocábulo, mas como palavras isto he, como signaes de nossas ideas e de nossos pensamentos (...)” (BARBOSA, 1822, p.98). O gramático expõe de modo semelhante o pensamento lógico que está presente na GGP-R, na qual se lê que as palavras são “(...) sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p. 29). Dessa maneira a GPLP também se caracteriza como uma gramática geral ou filosófica, uma vez que segue a “análise lógica do pensamento”.

Quanto às classes de palavras, de modo análogo a Beauzée (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751), que as divide em afetivas e enunciativas, Barbosa (1822) divide as classes de palavras em dois grandes grupos: a) as palavras interjectivas ou exclamativas (não integram o conjunto das “partes do discurso”), que são as Interjeições; e, b) as palavras discursivas ou analíticas, ou partes do discurso, que ele denomina *partes elementares e indispensáveis do discurso*. O gramático as considera assim porque são, primeiro, simples e podem decompor expressões compostas; segundo, são necessárias e indispensáveis à enunciação do pensamento; e, terceiro, por exercerem a função de caracterizar diferentes espécies de ideias (ibidem, p.106). As partes da oração²⁵ que admitem esses três aspectos são: substantivo, adjetivo, verbo, preposição e conjunção.

Comparando a classificação de Barbosa com a divisão de classes de palavra presente na GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, (1810 [1664]) e no artigo *Mot* (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751), observa-se a semelhança das divisões propostas por Beauzée e Barbosa quanto à divisão das palavras em dois grupos: as palavras enunciativas e discursivas, para o primeiro, e as afetivas e interjectivas e ou analíticas, para o segundo, como já comentado, mas que pode ser visto de modo mais icônico no quadro comparativo apresentado a seguir, no qual incluímos a classificação constante da GGP-R:

²⁵ BARBOSA (1822, p.97) chama de *partes da oração* para as *classes de palavras*.

QUADRO 5 – QUADRO COMPARATIVO DAS CLASSES DE PALAVRAS

Arnauld e Lancelot (1810 [1664])	Palavras que representam os objetos dos pensamentos	Nomes Artigos Pronomes Particípios Preposições advérbios		
	Palavras que representam os modos dos pensamentos	Verbos Conjunções Interjeições		
Beauzée e Jaucourt (EDR, <i>Mot</i> , 1751)	Afetivas	Interjeições		
	Enunciativas	Declináveis	Nomes Pronomes Adjetivos Verbos	
		Indeclináveis	Preposições Advérbios Conjunções	
Barbosa (1822)	Interjectiva exclamativa	ou	Interjeição	
	Discursivas analíticas	ou	Nominativas	Substantivos Adjetivos
			Conjuntivas	Verbo substantivo Preposições Conjunções

Fonte: Própria autora

Apesar das propostas de classificação de Beauzée e Barbosa serem semelhantes quanto à divisão dos dois grandes grupos de palavras (interjectiva e discurso), há uma diferença na subdivisão: Beauzée as subclassifica em declináveis e indeclináveis e Barbosa em nominativas e conjuntivas. O enciclopedista francês usa o critério de flexão para a classificação das discursivas, enquanto Barbosa, segundo

Leite (2018a, p.25), divide as palavras discursivas ou analíticas conforme a função no discurso: as nominativas “(...) têm a função de identificar, nomear, e determinar seres e ideias (...)”; e as conjuntivas “(...) têm a função de organizar o discurso, estabelecendo nexos e ordem das ideias e estabelecendo relações entre elas (...)”. Beauzée, quando descreve as classes de palavras, esclarece sobre as funções no discurso, contudo não as subdivide por esse critério.

Barbosa (1822) se afasta da GGP-R e de Beauzée quanto à quantidade de categorias das partes da oração. Em relação aos conceitos, expomos no quadro abaixo as semelhanças e diferenças entre Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), Beauzée (1767) e Barbosa (1822) apenas das classes de palavras apresentadas na GPLP.

QUADRO 6 – CONCEITO DAS CLASSES DE PALAVRAS²⁶

Classe de palavras	Arnauld e Lancelot (2001 [1660])	Beauzée (1751, 1767)	Barbosa (1822)
Interjeição	São “(...) palavras que nada significam fora de nós; são apenas palavras mais naturais que artificiais, que <u>indicam os movimentos de nossa alma (...)</u> ” (p.124).	“(...)l'interjection est véritablement une partie d'oraison, si, par oraison, l'on entend la manifestation orale de tout ce qui peut appartenir à <u>l'état de l'ame</u> ; car l'interjection est en effet <u>l'expression des situations même les plus intéressantes de l'ame</u> ” (BEAUZÉE (1767, Livro II, p. 610).	“são partículas, desligadas do contexto da oração, exclamativas e, a maior parte é monossilábica, que <u>exprimem paixão, estado, dor, prazer em que a alma se acha</u> ” (p.100-101).
Nome	Nome: são os objetos do pensamento. Nome substantivo: <u>significam substâncias</u> .	“(...) les noms sont des mots qui expriment détermination les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature (...)”. (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p. 235).	Nome substantivo: <u>são substâncias</u> . “O substantivo pois, he hum nome, que exprime qualquer couza como subsistente por si mesma, para poder ser sujeito da oração, <u>sem</u>

²⁶ Os grifos são nossos nas citações diretas.

	Nome adjetivo: <u>acidentes dos nomes substantivos.</u>		<u>dependência de outra</u> " (p.115).
Adjetivo	Nome adjetivo: não é uma classe de palavra. É apenas <u>acidente</u> dos nomes substantivos.	"Les adjectifs sont donc des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par une idée précise, <u>mais accidentelle</u> à la nature commune déterminément énoncée par les noms appellatifs auxquels on les joint" (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p.291).	Nome adjetivo: é "(...) huma <u>idea accessoria</u> , que modifica outra" (p.109). "E o Adjectivo, he hum nome, que exprime huma couza como <u>accessoria de outra</u> para ser sempre o atributo de hum sujeito claro, ou oculto, sem o qual não pode subsistir" (p.115).
Verbo	"(...) uma palavra cujo principal emprego é significar a <u>afirmação</u> , isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma" (p.81).	"(...) un mot qui présente à l'esprit un être indéterminé, désigné seulement par l'idée générale de <u>l'existence</u> sous une relation à une modification" (BEAUZÉE, EDR, <i>Verbe</i> , 1751, p.48).	"(...) huma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito de baixo de todas suas relações pessoais e numeraes, enunciando por diferentes modos a <u>coexistencia</u> e identidade de hum com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir" (p.191).
Preposição	"(...) consiste em indicar as <u>relações</u> que as coisas têm umas com as outras" (p.75).	"(...) sont des mots qui désignent des <u>rappports</u> généraux, avec indétermination de tout terme antécédent et conséquent" (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p. 515).	"he huma parte conjuntiva da oração, que posta entre duas palavras indica a <u>relação</u> de complemento, que a segunda tem para a primeira" (p.310).

Conjunção	São partículas que“(...) significam apenas a operação de nosso espírito, que agrupa e desagrupa as coisas, que as nega, que as considera de modo absoluto ou condicional” (p. 123).	“Plusieurs conjonctions semblent au premier aspect ne servir qu’à lier un <i>mot</i> avec un autre: mais si l’on y prend garde de près, on verra qu’en effet <u>elles servent à lier les propositions partielles qui constituent un même discours</u> ” (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, <i>Mot</i> , 1751, p.758).	(...) huma <u>parte conjuntiva do discurso</u> , a qual serve para <u>atar o atributo da proposição</u> com o seu sujeito de baixo de todas suas <u>relações pessoais e numeraes</u> , enunciando por diferentes <u>modos</u> a coexistência e identidade de hum com outro por ordem aos <u>diferentes tempos, e maneiras de existir</u> (p.191).
-----------	---	---	---

Fonte: Própria autora

Quanto aos conceitos de cada classe de palavras, observamos pontos que aproximam e que distanciam as três gramáticas. No conceito de interjeição, há semelhança nas três gramáticas quanto ao significado (expressar o estado de alma), contudo Barbosa (1822) afirma que as interjeições não fazem parte do discurso enquanto Beauzée (1767) declara que é parte da oração, pois é uma manifestação oral do estado da alma. Em relação ao nome, tanto na GGP-R quanto na GPLP, é uma classe de palavra que significa *substância*. As duas gramáticas também são semelhantes no que concerne à subdivisão em: nome substantivo (substância) e nome adjetivo (acidente que modifica a substância).

No que diz respeito ao verbo, a análise da definição no quadro transcrita deve ser examinada com base em "critérios de análise", tais como os básicos e fundamentais: semântico, morfológico e sintático e outros. Esses critérios, segundo Auroux (2009a, p.105-110), são características que distinguem uma categoria de outra. No critério morfológico, a categoria é identificada a partir da estrutura e variações; no semântico, com base no significado da palavra; no semântico-ontológico, segundo a relação semântica de existência dos objetos do pensamento; no funcional-sintático, conforme a relação das palavras na constituição de uma

oração; e, funcional-lógico, a partir da relação dos termos na formação de uma proposição.

Na GPLP, o principal sentido do verbo é a relação lógica de existência. Barbosa abandona a definição da GGP-R, *afirmação*, declarando que é uma característica do modo indicativo e não do verbo em geral. Na GPLP, a essência do verbo é *coexistência*, conceito que recupera parcialmente a do enciclopedista, porque, para Beauzée (EDR, *Verbe*, 1751, p.48), o verbo é uma existência intelectual relacionada à uma modificação (critério semântico-ontológico), e essa relação ocorre para expressar o pensamento, ao passo que, para Barbosa (1822), há relação de coexistência entre sujeito e atributo no enunciado (critério funcional-sintático) (Cf. Leite, 2019c, p.14-15).

Nas três gramáticas, a função da preposição do enunciado é semelhante: relacionar termos de uma mesma proposição. Barbosa (1822) discute sobre a relação dos termos antecedentes e consequentes semelhante ao enciclopedista, no entanto, a relação de complemento do sentido está entre esses termos, não fazendo correlação com o significado da preposição como Beauzée (EDR, *Verbe*, 1751) afirma que a preposição tem significado geral, vago, tendo o sentido completo somente quando unida ao termo consequente.

No tocante às conjunções, Arnauld e Lancelot (2001[1660]) observam que são palavras que significam modos do pensamento e não objetos, e têm a função de agrupar, organizar as “coisas”, não estabelecendo se se trata de palavras ou de proposições, uma vez que usam o termo “coisas” para conceituar as preposições como palavras que indicam relação entre as “coisas”. Barbosa se aproxima desse conceito ao falar de relação de “nexo” e “ordem”, a distinção está no esclarecimento dos termos relacionados: proposições, e nesse sentido se aproxima mais de Beauzée, o qual afirma que as conjunções vinculam orações parciais no mesmo discurso.

É relevante observar, ainda no quadro de Conceitos das classes de palavras, a escolha de certas expressões pelo gramático português para conceituar o verbo. Essa classe de palavra é conjuntiva e, por isso “ata”, liga sujeito e atributo. Essa função conjuntiva está diretamente ligada ao verbo *ser*, o qual exerce a função de cópula em uma proposição. Segundo Barbosa, há também a flexão de pessoa, número, modo, tempo e “maneiras de existir”. Interpreta-se “maneira de existir”, ao longo da pesquisa, como “aspecto verbal”, que pode ser semântico ou lexical.

O conceito de verbo também é muito variável, no contexto das gramáticas gerais. Para Barbosa, verbo é enunciar a coexistência entre sujeito e atributo. O estudo da origem da palavra no português, revela que, no século XVII, a palavra “enunciação”, do francês “énonciation”, significava “expressar, declarar, expor” (CUNHA, 2010, p. 249). O ato de enunciar, na GPLP, refere-se à “expressão”, “declaração” e/ou “exposição” das ideias por meio de frases claras e coerentes.

Barbosa continua sua definição de verbo, declarando que:

O verbo pois além da sua significação primaria e principal, que he a da Existencia, compreende em si cinco ideas acessórias, indicadas todas pelas fôrmas, e terminações, que toma, a saber: 1ª A do sujeito da oração, de baixo das tres relações pessoas ou de 1ª pessoa, que he quem fala; ou de 2ª, que he a com quem se fala; ou de 3ª, que he a de quem se fala. 2ª A do numero, ou singular, ou plural de cada huma destas pessoas (...). 3ª A dos diferentes modos de enunciar esta mesma existencia, ou simples e vagamente, Ser amante; ou directa e afirmativamente, Sou amante; ou indirecta e dependentemente, Fôr amante. 4ª A dos Tempos desta existência, Preterito, Presente, e Futuro (...). 5ª Em fim a dos diferentes estados desta mesma existencia, ou começado so e vindoura, ou persistente e continuada, ou finda já e acabada (...) (BARBOSA, 1822, p.191, *grifo nosso*).

O gramático caracteriza o verbo, além da significação principal de existência (critério funcional-sintático), por ideias acessórias presentes nos acidentes. Assim, Barbosa compreende que pessoa e número fazem parte da definição de verbo, e efetua a análise a partir da estrutura e variações (critério morfológico) e a relação de concordância com o sujeito (critério funcional-sintático). O modo também faz parte da definição de verbo por meio da estrutura e variações e também pela relação sujeito e atributo. A significação de existência também é relativa ao tempo (presente, pretérito e futuro), o qual é caracterizado pelas relações semântico, sintática e morfológica.

Posteriormente à essa análise do verbo por meio desses critérios, o gramático classifica-o em três tipos:

- a) *Verbo substantivo*: todos os conceitos de verbo da GPLP até aqui mencionados são referentes a esse verbo, o verbo *ser*. O gramático explica que:

(...) porque ele [o verbo ser] so he quem exprime a existencia de uma qualidade, ou atributo no sujeito da proposição. Elle, propriamente falando, he o único verbo, e o de huma necessidade indispensável na oração. Com ele so se podem formar todas as que se fazem por outros verbos se resolvem per este em ultima analyse (BARBOSA, 1822, p. 192).

A essência do verbo Ser não consiste na afirmação, como muitos Grammaticos pertendem. Sua fórmula infinita, que he a primitiva, nada affirma. A Linguagem Subjunctiva affirma sim, mas não absolutamente, e so com dependencia de outra Linguagem, que a determine. A Affirmação pois he o carater do Modo Indicativo, e não do verbo substantivo em geral (ibidem, p.193).

O seu character proprio he o enunciar a existencia de huma couza em outra, e por consequencia a sua mutua coexistencia e identidade (idem).

Para Barbosa, o verbo *ser* é o único verbo, o qual enuncia a existência na sua forma infinitiva. Para explicar tal conceito com mais profundidade, tomemos o exemplo do autor: a frase “Ser Deus justo”, expressada com o verbo no infinitivo, enuncia a existência da justiça em Deus, mas nada afirma. Para que se transforme em afirmação, o verbo da frase deve estar no modo indicativo. Assim, a frase “Deus he justo”, afirma o conteúdo em sua forma sintática absoluta e independente de outra oração. Quando, porém o verbo da frase está no modo subjuntivo, a afirmação dependerá sintaticamente de outra proposição, como se pode ver em “Que Deus seja justo, é uma verdade”, que afirma a justiça de Deus, embora de maneira suspensa, e dependente sintaticamente de outra proposição (*é uma verdade*). (BARBOSA, 1822, p. 193). Isso demonstra que, quando o verbo enuncia a coexistência de uma ideia com outra e não a expressão destas ideias, o verbo *ser* está exercendo a função de cópula, ligando o sujeito ao seu atributo, o que o torna indispensável à oração.

b) *Verbos auxiliares*: Na GPLP, são os verbos que auxiliam na formação de todas as formas compostas e também para enunciarem os diferentes “modos de existência”.

A referência do gramático aos “diferentes estados desta mesma existencia” ou aos “diferentes modos de existencia” corresponde ao que, modernamente, compreende-se como ao “aspecto verbal”, já que o sentido da expressão verbal recai sobre a relação existente entre o sujeito e sua condição, e não propriamente ao “tempo” da ação, mas ao “desenrolar da ação”, ou ao seu estado de acontecimento, o que a palavra “condição” pode representar neste contexto. Esse aspecto, que pode ser semântico, geralmente ocorre com o uso de verbo auxiliar para expressar a condição (o aspecto, estado ou desenvolvimento de uma ação etc.), imperfectiva, (durativa), ou perfectiva (ação concluída).

Na GPLP, há verbos que auxiliam o verbo substantivo (*haver*, *estar* e *ter*) e outros que auxiliam os verbos adjetivos (*andar*, *vir* e *hir* – Barbosa traz uma nota de rodapé em que aumenta essa lista com os verbos *acertar de* e *dever de*²⁷). Os primeiros “servem ao verbo substantivo para o ajudarem a exprimir os diferentes modos de existencia, ou começada, ou continuada, ou acabada, em que se póde considerar qualquer objeto, ou ação” (BARBOSA, 1822, p.192). No quadro seguinte, pode-se ver o valor semântico das formas compostas:

QUADRO 7 – VERBOS AUXILIARES DO VERBO SUBSTANTIVO

Verbo	Ideia verbal	Exemplos	Valor semântico
Haver	Existencial, acrescenta como ideia acessória ao verbo <i>ser</i> o princípio e a futuridade de algo.	Hei de ser ou terei de ser	Incoativo (início de uma ação, havendo um aumento progressivo)
Estar	Existencial, tem como ideia acessória ao verbo <i>ser</i> a continuação.	Estou amando	Continuativo
Ter	Existencial, acrescenta como ideia acessória ao verbos <i>ser</i> a cessação da existência.	Tenho sido	Compleativo

Fonte: Própria autora

O gramático adverte, contudo, que, quando não estão formando locução verbal, são ativos, e assumem sua própria transitividade e significação, mas, quando são auxiliares do verbo *ser*, perdem seu próprio sentido para expressarem a existência incoativa, continuativa ou completiva. O verbo *haver*, quando impessoal, manifesta o sentido de existir, contudo, como não forma uma locução com o verbo *ser*, apenas exprime a existência absoluta de alguma coisa sem a ideia acessória de princípio ou de futuridade de algo. Essa interpretação de Barbosa em relação à significação do verbo é inspirada nos textos dos autores que compõem seu horizonte de retrospectão, Beauzée (1767) e Condillac (1775), quando tratam das formas e funções desses verbos.

²⁷ BARBOSA, 1822, p.198.

Quanto ao papel "tradicional" do verbo *ser* como verbo auxiliar, Barbosa se manifesta. Sobre isso, faz alusão a outros gramáticos que descrevem o verbo *ser* também como verbo auxiliar, ao se unir a outros verbos para formar a voz passiva dos verbos adjetivos. Entretanto, o gramático filosófico português rejeita essa possibilidade, e diz que "ser" não é verbo auxiliar, mas um "(...) verbo substantivo, simples, e o unico, e principal, ao qual os mais servem de auxilio para o acabarem de conjugar de todos os modos possíveis" (BARBOSA, 1822, p.196-197). Tudo se explica pelo princípio teórico de que o verbo *ser* está em um nível conceptual de suporte a todas as manifestações da linguagem que, por uma operação racional e em nível profundo do pensamento expressado pelo enunciado, transforma as frases e orações formuladas superficialmente por meio de outros verbos, em "proposições", como já largamente explicado. Por exemplo, a oração "eu amo meu marido", em um nível significa "eu sou amante de meu marido" e, também, em "Eu sou amada por meu marido". Nesse último caso, o verbo *ser* não é, simplesmente, auxiliar do verbo "amar", mas exprime a (co)existência do "amor do meu marido por mim".

A consulta aos autores que integram o horizonte de retrospectão de Barbosa, a respeito do conceito de auxiliaridade, verificamos que a referência a "outros gramáticos" pode ser inclusive àqueles filosóficos, quais sejam:

- a) Arnauld e Lancelot (2001[1660], p.112): os verbos *ser* e *ter* são os principais verbos auxiliares;
- b) Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751): o verbo *ser* é classificado como auxiliar natural por expressar basicamente a existência; e,
- c) Condillac (1775, parte II): o verbo *ser* é auxiliar na formação de tempos compostos que expressam estado do sujeito.

Com relação aos verbos auxiliares dos verbos adjetivos, Barbosa assegura que servem para exprimir os "(...) modos de acção e movimento, pelos quaes hum agente passa para mostrar ou a duração de huma acção, ou sua proximidade no tempo, quer anterior, quer posterior" (BARBOSA, 1822, p.198) à época de fala. Para Beauzée e Jaucourt (EDR, *Mot*, 1751), tudo é relativo ao "ato de fala" ou momento instituído como "época" representada pela linguagem verbal. A referência de existência que pode ser anterior ou posterior à época de fala demonstra que os enciclopedistas configuram o

horizonte de retrospectiva de Barbosa. No quadro abaixo, procuramos resumir as ideias referentes aos verbos que representam o aspecto durativo da ação verbal:

QUADRO 8 – VERBOS AUXILIARES DOS VERBOS ADJETIVOS

Verbo	Ideia verbal	Exemplos	Valor semântico
Andar	Movimento reiterado e frequente da ação	Ando escrevendo	Frequentativo
Vir	Pretérito próximo	Venho de escrever	Pontual
Hir	Futuro próximo (correspondendo ao aoristo e futuro próximo dos gregos)	Vou escrever	Indeterminado; Incoativo

Fonte: Própria autora

Essa distinção de verbos auxiliares, por seus valores, parece ser inovação que Barbosa apresentou em sua *Grammatica*, já que, ao menos nas primeiras gramáticas filosóficas portuguesas que consultamos, não há essa descrição nesse sentido.

- c) *Verbos adjetivos*: Além da ideia de existência, particularidade inerente do verbo *ser*, os verbos adjetivos assim são denominados porque não se referem à "essência" e à "existência" do sujeito, mas agregam-lhe um outro sentido interpretado como adjetivo, uma "qualidade" do atributo, completando a ideia da oração/proposição. Esses verbos contêm em sua formação lexical, no radical, o adjetivo ou o atributo do sujeito da proposição, e, por isso, não passam de uma forma reduzida e abreviada da linguagem substantiva. Barbosa (1822, p.239) explica isso por meio dos verbos amar, temer e ouvir. O gramático divide os verbos em adjetivos em duas partes: 1ª – radical: parte invariável que demonstra qualidade ou ação; e, 2ª – terminação: -ar, -er, -ir – parte variável que exprime os diferentes modos, tempos, números e pessoas verbais. “Na primeira parte pois do verbo adjetivo he que consiste toda sua propriedade, pertencendo todo o resto ao verbo substantivo, do qual he huma redução e expressão abreviada” (BARBOSA, 1922, p.240). Na GPLP, o verbo adjetivo é apresentado como uma abreviação, uma forma sintética do verbo

substantivo. Segundo Santos (2010), Barbosa considera o critério morfológico-semântico para dividir as partes dos verbos adjetivos.

Os verbos adjetivos são divididos em dois tipos conforme a significação absoluta ou relativa que possa ter. A divisão entre transitivo e intransitivo é semelhante à de Beauzée (1767), que relaciona a transitividade aos aspectos relativo e absoluto. Na GPLP, será verbo intransitivo se contiver, em si, a ideia de qualidade, estado ou ação sem necessitar de objeto, não permitindo ou aceitando as perguntas “a quem?” ou “o quê?”. Se, porém, carecer de um objeto para expressar ou uma qualidade ou um termo (assunto), o verbo será transitivo, podendo ser ativo e/ou relativo.²⁸ Os verbos transitivos aceitam as perguntas “a quem?” e “o quê?” (BARBOSA, 1822, p.240-241). Essa classificação atende aos critérios funcional-sintático, o que indica que o gramático conduz a análise gramatical por meio da sintaxe, vinculando-a à morfologia.

O gramático apresenta mais três divisões para os verbos adjetivos: a) pessoal e impessoal; b) simples e composto; e, c) regular e irregular, todas pertencentes à conjugação e não mais a significação. O verbo é pessoal quando pode ser conjugado em todas as pessoas e impessoal quando “(...) se empregão so nas terceiras pessoas do singular indeterminadamente sem expressar o sujeito” (BARBOSA, 1822, p.242). Os verbos simples são aqueles formados por uma única palavra (ou seja, por um único radical); e, os compostos, formados por duas palavras (dois radicais), como, por exemplo, um verbo e um advérbio (“bemquerer”). Os verbos são regulares quando, na conjugação, nunca mudam as letras do radical e irregulares quando há alguma alteração. Quanto aos defectivos, Barbosa apresenta seu conceito como sendo os verbos que “carecem de certos tempos”, porém os classifica como pertencentes aos irregulares.

A análise do gramático focaliza a função sintática do verbo e, como a GPLP é uma gramática filosófica, fundada sob os princípios da gramática geral, o verbo *ser* é importante para a formação da proposição. Essa proposição é composta por três elementos, a saber: a) sujeito; b) atributo; e, c) verbo. O sujeito é o principal termo da oração, e pode ter como núcleo: um substantivo, um adjetivo, um verbo no infinitivo,

²⁸ Os verbos transitivos ativos equivalem aos atuais verbos transitivos diretos; os transitivos relativos são os transitivos indiretos; e, os transitivos ativos e relativos são os transitivos diretos e indiretos.

um advérbio ou uma conjunção. O atributo é um adjetivo ou um apelativo adjetivado (substantivo que exerce a função de adjetivo). O verbo sempre é o verbo substantivo *ser*. “O mesmo verbo, posto entre os vários sujeitos e atributos, serve de copula a cada hum deles, e val tanto como se se repetisse” (BARBOSA, 1822, p.385). Para Barbosa, como para outros autores, a proposição pode ser descrita por meio da seguinte fórmula:

PROPOSIÇÃO (oração ou frase) = SUJEITO + VERBO SUBSTANTIVO + ATRIBUTO

Assim como as demais gramáticas gerais e filosóficas, na GPLP, o autor encaminha o estudo da análise gramatical para a sintaxe. É nessa parte da obra que o autor “(...) ensina a formar e compor huma oração (...)” (BARBOSA, 1822, p.362). Barbosa faz distinção entre sintaxe e construção, no quarto livro da GPLP, e aborda da mesma forma exposta por Du Marsais no artigo *Construction* da *Encyclopédie* (DU MARSAIS, EDR, *Construction*, 1751). O gramático português (1822, p. 362) afirma que “A syntaxe he huma ordem systematica das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significão; e a construção huma ordem local, auctorizada pela uso das Linguas”, ou seja, quando dizemos “Alexandre venceo a Dario” e “A Dario venceo Alexandre”, temos a mesma sintaxe (*Alexandre* é o sujeito e *a Dario*, complemento verbal), mas não a mesma construção, pois a primeira está na ordem direta (sujeito, verbo e complemento verbal) e a segunda, na ordem inversa (complemento verbal, verbo e sujeito). Deste modo, a sintaxe, para o autor, é a relação entre as palavras para compor uma oração e, a construção é a colocação dessas palavras nesta mesma oração.

A classificação das orações da língua portuguesa na GPLP refletem o contato de Barbosa com a teoria defendida pelos enciclopedistas, como mostram os trechos a seguir:

Les propositions sont pareillement simples ou composées, selon la nature de leur sujet et de leur attribut.

Une proposition simple est celle dont le sujet et l'attribut sont également simples, c'est-à-dire également déterminés par une seule idée totale. Exemples: la sagesse est précieuse ; la puissance législative est le premier droit de la souveraineté ; la considération

qu'on accorde à la vertu est préférable à celle qu'on rend à la naissance.

Une proposition composée est celle dont le sujet ou l'attribut, ou même ces deux parties sont composées, c'est-à-dire déterminées par différentes idées totales.

Une proposition composée par le sujet peut se décomposer en autant de propositions simples qu'il y a d'idées partielles dans le sujet composé, et elles auront toutes le même attribut et des sujets différents. L'Écriture et la tradition sont les appuis de la saine Théologie : il y a ici deux sujets, l'Écriture et la tradition ; de-là les deux propositions simples sous le même attribut : 1° l'Écriture est un appui de la saine Théologie ; 2° la tradition est un appui de la saine Théologie (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.473, *grifo nosso*).

Se a oração não tem mais que hum sujeito, e hum attributo, chama-se simples, como as que se acabão de dizer; se porêm tem mais de hum sujeito, ou mais de hum attributo, ou muitos sujeitos e attributos ao mesmo tempo, chama-se composta, como : Eu e tu somos amantes, e estimadores da virtude. Esta oração he composta de dous sujeitos Eu, e Tu ; e de dous attributos Amantes, e Estimadores; e contêm em si não menos que quatro juizos correspondentes aos seus quatro termos, que são: Eu sou amante, Tu es amante, Eu sou estimador, Tu es estimador. O mesmo verbo, posto entre os varios sujeitos e attributos, serve de copula a cada hum delles, e val tanto como se se repetisse (BARBOSA, 1822, p.364, *grifo nosso*).

Os trechos destacados mostram as consciências acerca da classificação das orações em simples ou compostas conforme o critério gramatical apresentado pelos enciclopedistas. A condição da proposição ser simples ou composta devia-se à quantidade de termos que constituíam o sujeito e o atributo. Barbosa, assim como Beauzée, decompõe uma proposição composta para explicar os termos que a consistem. Há aparente discordância no uso dos termos “proposição”, por Beauzée, e “oração”, por Barbosa, porém para o gramático português não há diferença conceitual entre esses termos, usando-os como sinônimos.

Estas orações, que modificão ou o sujeito, ou o attributo da proposição principal, chamão-se *Parciaes*, porque fazem parte dos mesmos, em contraposição ás *Totaes*, que não fazem parte, nem Grammatical, nem integrante, de outras (BARBOSA, 1822, p.364, *grifo nosso*).

Além das orações simples e compostas, Barbosa (1822) elucida que há as orações incidentais ou integrantes, como podemos ler abaixo:

As primeiras [incidentais] são as que modificão qualquer dos termos da proposição total, ou explicando-o, ou restringindo-o (BARBOSA, 1822, p.365, *grifo nosso*).

A segunda especie de orações parciaes são as *Integrantes*, assim chamadas, porque não so inteirão o sentido da proposição fatal, como as incidentes; mas tambem a sua Grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa (BARBOSA, 1822, p.366, *grifo nosso*).

O gramático explana as orações incidentais e integrantes também conforme o critério gramatical, observando as diferenças entre elas segundo a função que exercem na oração “total”, a qual é a união de todas as orações. Na GPLP, as orações incidentais e integrantes completam o sentido do nome, ou o sujeito ou o atributo, da oração total, em conformidade com o conceito de oração incidental de Beauzée et al. (EDR, *Proposition*, 1751, p.475), que afirma que “(...) une proposition incidente est partie d’une autre qui est principale à son égard (...)”.

Juntamente com as classificações das orações, Barbosa apresenta o conceito de período. Na GPLP, o período é formado pela união de muitas proposições e “(...) póde ter ou duas proposições, chamadas também *membros*, ou tres, ou quatro. Passando deste numero, tem antes o nome de *Oração Periodica* do que o de periodo” (BARBOSA, 1822, p.367). Para Beauzée (1767, livro III, p.41), o período é definido como “(...) l’expression d’un sens complet et fini, au moyen de plusieurs propositions qui ne sont point parties intégrantes les unes des autres, mais qui sont tellement liées ensemble que les unes supposent nécessairement les autres pour la plénitude du sens total.” Observa-se que Barbosa segue o conceito de Beauzée e acrescenta ao conceito o termo “oração periódica”.

O termo “oração” é importante para compreender o sistema verbal defendido por Barbosa. O gramático esclarece que a oração principal será enunciada no modo indicativo, enquanto que as subordinadas no modo subjuntivo e, às vezes, no modo indicativo, ligando-se à principal por meio de uma conjunção. É em conformidade com as orações que são estabelecidos os modos verbais na GPLP, demonstrando uma aproximação de Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751, p.475), que, em seu sistema verbal, também relaciona os modos indicativo e subjuntivo às proposições principal e incidentais, respectivamente.

Barbosa finaliza o livro IV, da GPLP, com a aplicação dos princípios apresentados na gramática sobre a sintaxe e a construção das frases para analisar as duas primeiras estrofes de *Os Lusíadas*, de Camões. Seu método consiste em: 1) dividir as estrofes em períodos e subdividir os períodos em orações; 2) analisar as estrofes por meio das proposições, conforme o exposto sobre a construção dos períodos da língua portuguesa, classificando as proposições e a ordem das construções; e, 3) analisar os termos da proposição (quantas orações, quantos verbos, observando os tempos verbais, a voz verbal, os substantivos, a composição do período composto por subordinação, o uso dos artigos e dos pronomes relativos.

O gramático português segue os princípios da gramática geral (conceber e julgar) em uma gramática filosófica da língua portuguesa. Primeiramente, expõe as razões dos fatos na língua (como a gramática geral) e, posteriormente, apresenta as regras de uso com exemplos, sempre obedecendo ao método defendido em sua introdução: descrever a língua para depois dar as regras, a fim de que o falante compreenda a razão dos fatos na língua.

A seguir, iremos discorrer sobre o conceito de verbo nas gramáticas gerais e filosóficas, observando como as mudanças teórico-filosóficas estão contidas na GPLP, analisando como Barbosa recorre aos conhecimentos integrantes de seu horizonte de retrospectiva para construir o quadro sobre o sistema verbal na gramática portuguesa.

CAPÍTULO III – O VERBO

Neste capítulo, iremos examinar o conceito de verbo, investigando o horizonte de retrospectiva do gramático, a fim de analisar o que o referido autor manteve das gramáticas gerais e filosóficas dos séculos XVII e XVIII e o que é, relativamente, inovador, ou pertinente apenas à língua portuguesa. Como a GPLP segue os princípios da gramática geral, cujo ponto de partida é a proposição, partiremos do exame do *logos* na busca da relevância do verbo na composição da proposição ao longo da história.

3.1 O *logos*

Como vimos no Quadro 5, *Quadro comparativo das classes de palavras*, Barbosa descreve o *verbo substantivo* como uma “classe”, elemento conjuntivo que serve para ligar o sujeito ao atributo da proposição, assim como os autores da GGP-R o conceituaram, embora o gramático português vá além dessa conceituação, por incorporar, também, parte da teoria de Beauzée, como será comentado adiante. Não obstante, pode-se dizer que o verbo substantivo, na GPLP, é “o verbo”. Essas afirmações de Barbosa nos levaram a pesquisar sobre a “teoria do verbo substantivo”,²⁹ razão por que fizemos uma reflexão histórica sobre o *logos*, o que passaremos a discutir.

Com o surgimento da filosofia, a preocupação se voltou para o princípio do *ser*. Os filósofos jônicos defenderam diversas teorias como sendo os primeiros elementos de todas as coisas, destacando-se a água, o infinito, o ar, o fogo, e até os números. Parmênides “(...) chegando astutamente à solução mais geral do problema, declarou que a tessitura primitiva na qual todas as coisas são, por assim dizer, talhadas é o ser” (GILSON, 2016, cap. 1), inaugurando a “filosofia do ser”. Parmênides de Eleia afirmava que o “ser é” ou o “ser não é”, para isso fez uso do verbo “ser” não no seu sentido predicativo, de cópula, mas no sentido existencial.

²⁹ Segundo Auroux (1998a, p. 149), a teoria do verbo substantivo está relacionada à afirmação de que com o verbo “ser” é possível formar-se toda e qualquer proposição de uma língua. Essa teoria teria seu princípio na fórmula proposta por Aristóteles, segundo a qual “verbo X = é (finito) + participio presente do verbo X”.

Platão, como herdeiro da ideia da “filosofia do ser”, embora tivesse se beneficiado desse pensamento, não o adotou como Parmênides que era essencialmente materialista, ao contrário desse, idealista. Conforme afirma Gilson (2016, cap. 1), para Platão, “(...) a marca própria do ser é a identidade da coisa consigo mesma”, necessariamente, a condição de verdade fosse essencial à teoria. Na busca pela verdade, o filósofo analisou o *ser* e o *não-ser* no diálogo entre o Estrangeiro e o Teeteto, no *Sofista*.

Estrangeiro – Em todo caso, aqui está o que é claro: o não-ser não pode ser atribuído a qualquer ser que seja. (...) É evidente também para nós que, a cada vez que empregamos a expressão “alguma coisa”, nós a aplicamos a um ser, pois empregá-la isolada, por assim dizer, nua e separada de todos os seres é coisa impossível, não é? (PLATÃO, 2005, p.71).³⁰

Na análise de Platão, o “ser” seria a *coisa* e o “não-ser” a negação da *coisa*. Logo, desde a reflexão dos filósofos gregos o “ser” foi importante, quer para representar “a coisa”, quer para representação da coisa, a palavra, o *logos*,³¹ isto é, o discurso, que expressa a verdade.

Estrangeiro – Julgaremos do mesmo modo, imagino, que um discurso é falso, se ele afirma que o que é, não é, e que o que não é, é.

(...)

Estrangeiro – Tomemos primeiramente, como acabamos de dizer, o discurso e a opinião, a fim de apreciarmos mais claramente se o não-ser se prende a esses, ou então se são absolutamente verdadeiros um e outro, e nunca falsos nem um nem outro (PLATÃO, 2005, p. 83; 150).

O “julgar” apresentado por Platão não é o mesmo da GGP-R, pois enquanto que nesta “julgar” equivale a afirmar ou negar alguma coisa de algo, para aquele o julgamento é referente ao que é verdadeiro ou falso. Como Barbosa entende que os procedimentos de conceber e julgar assim como o fazem os gramáticos autores da GGP-R, podemos dizer que na longa duração do tempo esse conceito sofreu mudanças, embora tenham guardado traços do conceito antigo. A mudança diz

³⁰ Tradução de Sebastião Paz. Não há informações na ficha catalográfica sobre a origem do texto traduzido.

³¹ Na versão em português de “O Teeteto” utilizada na pesquisa, *logos* é traduzido com o termo “discurso”.

respeito ao significado do verbo “ser” no sentido de existência, mas não no sentido de indicador do que é verdadeiro ou falso nem como simples elemento de cópula.

Ainda sobre a referência ao sentido de “ser” quando Platão procura explicar como se forma o *logos*, lê-se:

Estrangeiro – (...) De fato, temos duas espécies de signos para exprimir o ser pela voz. (...) Os que foram chamados de nomes e verbos. (...) Chamamos de verbo o signo que se aplica às ações. (...) Ora, nomes apenas enunciados um depois do outro nunca formam um discurso, não mais que verbos enunciados sem nome. (...) Por exemplo, anda, corre, dorme e todos os outros verbos que indicam ações, ainda que todos fossem pronunciados uns após outros, nem por isso formam um discurso. (...) E que se diga do mesmo modo: leão, cervo, cavalo e todos os nomes dados aos que realizam as ações. Essa sucessão de palavras também nunca compõe um discurso. Nem neste caso, nem no outro, as palavras pronunciadas não indicam nem ação, nem inação, nem existência de um ser ou de um não-ser, porque não foram combinados os verbos com os nomes. Apenas quando a concordância se faz e o discurso nasce logo da primeira combinação, pode-se referir ao primeiro e menor dos discursos (PLATÃO, 2005, p.151-153).

Estrangeiro — É que, a partir desse instante, ele enuncia algo de alguma coisa que é ou se torna ou foi ou será; não se limita a nomeá-la, porém conta que alguma coisa aconteceu, o que consegue pelo entrelaçamento de verbos com substantivos. Daí não dizermos simplesmente que essa pessoa nomeia, porém que discursa, sendo a essa conexão de palavras que damos o nome de discurso. (...) E assim como entre as coisas umas em parte se combinam e outras não: da mesma forma há sinais vocais que não se combinam; mas os que o fazem dão origem à sentença. (...) Vou formular uma sentença em que um sujeito e uma ação se combinam por meio de um nome e um verbo. A ti é que competirá dizer a que se refere a sentença (PLATÃO, 2003, p. 49).

Platão observa que há dois signos distintos, o nome e o verbo, o primeiro para nomear a coisa e o segundo para expressar a ação. O *logos* é constituído por esses dois signos (o nome e o verbo), que precisam estar combinados, significando que apenas uma lista de nomes ou de verbos sendo proferidos não é um discurso. O verbo tem por essência o sentido de ação na construção desse discurso.

Foi nessa procura pela formação do *logos* que o filósofo chegou à conclusão de registrar as partes do discurso, afirmando que *onómata* e *rhémata* são os responsáveis pela formação das sentenças, identificando-os claramente no *Sofista* como sujeito e predicado, respectivamente, discriminando o verbo como *rhémata*, porém ainda não se trata de elementos linguísticos exatamente, “(...) apenas os indica

como elementos (agente e ação) formadores do *logos*” (NEVES, 2005, cap. 9). Portanto, o “Teorema de Platão” é:

Logos (= discurso) = nome + verbo

Ainda no *Sofista*, Platão faz a relação do pensamento com a linguagem ao afirmar que:

Estrangeiro – (...) Pensamento e discurso são apenas uma mesma coisa, exceto que o discurso interior, que a alma mantém em silêncio consigo mesma, recebeu o nome especial de pensamento. (...) Mas a corrente que sai dela, pela boca, em forma de som, recebeu o nome de discurso. (...) Já que vimos que há discurso verdadeiro e discurso falso, e no discurso já julgamos que o pensamento é um diálogo da alma consigo mesma, a opinião é a conclusão do pensamento e o que queremos dizer por “imagino” é uma mistura de sensação e opinião, é inevitável que, sendo parentes do discurso, algumas dessas sejam, às vezes, falsas (PLATÃO, 2005, p.159-161).

O *logos*³² é traduzido para o português por *discurso*, assumindo a forma física (o som) para expressar o pensamento. No *Sofista*, vê-se estabelecida a relação entre pensamento (discurso interno) e linguagem (discurso externo), podendo ocorrer o *logos* verdadeiro ou falso. Então, a linguagem (discurso) será a expressão do pensamento.

Aristóteles, por sua vez, preocupava-se com a correção dos enunciados afirmando que “(...) a virtude suprema da expressão enunciativa é a clareza. Sinal disso é que, se o discurso não comunicar algo com clareza, não cumprirá a sua função própria” (ARISTÓTELES, 2015, p.185).³³ Para que haja clareza, é preciso “falar

³² Segundo o *Vocabulaire Européen des Philosophies* (CASSIN et al., 2004, p.727), *Logos* é uma palavra polissêmica, fato que provoca ambiguidade em certas traduções, pois pode significar: “*discours, langage, langue, parole, rationalité, raison, intelligence, fondement, principe, motif, proportion, calcul, rapport, relation, récit, thèse, raisonnement, argument, explication, énoncé, proposition, phrase, définition, compte/conte...*” e etc. A multiplicidade de sentidos para a palavra *logos*, conforme o mesmo dicionário, é possível por meio de dois fenômenos distintos: a) de acordo com etimologistas modernas, o ponto de vista sincrônico proporciona diferenças semânticas causadas por radicais homófonos; enquanto que b) pela perspectiva diacrônica, o mesmo fenômeno é produzido pela polissemia, uma vez que o estudo é realizado com um único radical.

³³ Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Tradução do original em grego.

corretamente”, por meio da combinação de palavras (nome e verbo) para formar expressões ou frases.

Nenhum destes nomes em si mesmo e por si mesmo é afirmativo ou assertivo. As afirmações e as negações só se produzem quando eles são combinados entre si. Toda a asserção, afirmativa ou negativa, deve ser verdadeira ou falsa, enquanto as palavras não combinadas, por exemplo, homem, branco, corre, vence, não podem ser, nem verdadeiras, nem falsas (ARISTÓTELES, 1985, p.47).³⁴

A definição de asserção para Aristóteles se baseava na combinação das palavras. O filósofo dá continuidade a ideia do “Teorema de Platão, ratificando que a asserção também se caracteriza por ser afirmativa ou negativa, podendo ser verdadeira ou falsa. O filósofo associa o *logos* à qualidade de verdade, a qual é expressa apenas em uma proposição (NEVES, 2005).

Na teoria aristotélica, há também o interesse pela *léxis*, analisa-se o efeito do discurso na busca pelo modo mais adequado para o dizer. O filósofo se preocupa com o atributo de verdadeiro e falso por meio da observação de nomes e verbos, com a intenção de gerar qualidade no emprego dos mesmos na asserção e, conseqüentemente, proporcionar competência no modo do dizer.

Se passam a dispor de uma qualidade contrária sendo, umas vezes verdadeiros e, outras, falsos, o que mudou foi a assunção do contrário neles, dado que o juízo – tal homem está sentado – continua idêntico, mas, em relação às condições que mudam, umas vezes é verdadeiro, outras é falso (...) (ARISTÓTELES, 1985, p. 59).

De acordo com o pensamento aristotélico, o JUÍZO é a expressão da afirmação ou da negação. É o juízo da afirmação ou da negação que pode ser verdadeiro ou falso, por exemplo, “Dizer do bom que ele é bom, ou dizer do mal que ele é mau, é sem dúvida enunciar um único e o mesmo juízo, e exprimir a verdade, pois, sejam um, ou sejam mais, são sempre verdadeiros (...)” (ARISTÓTELES, 1985, p.163). Expressa-se o mesmo juízo nessa asserção porque se faz um juízo afirmativo e verdadeiro por meio de um enunciado assertivo, uma vez que *a pessoa é verdadeiramente boa ou má*.

³⁴ Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. A tradução foi fundamentada em três edições: Aristotelis Opera Omnia (Paris, 1848), do editor Ambrósio Firmino; tradução francesa de J. Tricot (Paris, 1969); e tradução castelhana das Obras de Aristóteles (Madrid, 1967), de P. Samaranch Kirner.

Discorrendo especificamente acerca do verbo, sem o qual não há asserção, o filósofo afirma que:

Sem verbo, não há nem afirmação, nem negação, porque os termos *é*, *será*, *era*, *devém*, e outros do mesmo tipo, são verbos em virtude da definição que demos de verbo, uma vez que à sua significação juntam a referência de tempo (ARISTÓTELES, 1985, p.141).

O filósofo destaca a importância do verbo para a construção do discurso. No entendimento de Aristóteles, “*é*”, “*era*”, “*devém*” são verbos porque se agrega noção de tempo à significação. O tempo é o aspecto que distingue nome e verbo, porquanto nome é o termo que significa algo, sem referência a tempo, e verbo, além de significar algo, esboça os tempos presente, pretérito e futuro (ARISTÓTELES, 1985).

Como exemplo de afirmação e negação, tem-se: *o homem é justo; o homem não é justo*. Nesses enunciados, Aristóteles analisa o verbo por meio da função de cópula, em que ligará o sujeito ao seu atributo, assim formará uma proposição³⁵ afirmativa ou negativa, podendo estar no presente (*é*), no pretérito (*era*) ou futuro (*será*). Na interpretação do filósofo, quando, na proposição, o verbo *ser* é substituído por outro, não há diferença de sentido, como por exemplo *homem passeia* e *homem passeante* (ARISTÓTELES, 1985, p.153). Essa compreensão, segundo Auroux (2009b, p.15), é “(...) o germe daquilo que será considerado mais tarde como a teoria do verbo substantivo, que permite parafrasear qualquer verbo por meio de uma fórmula que contenha o verbo *ser*”. Portanto, o *logos* para Aristóteles é (AUROUX, 1998a, p.149):

Logos (= enunciação, proposição) = nome + ser (*é*) + atributo
(verdadeiro ou falso)

E qualquer verbo pode ser parafraseado da seguinte forma:

VERBO X = *É* (FINITO) + PARTICÍPIO PRESENTE DO VERBO X

No período helenístico, são os estoicos que se preocupam em “helenizar” os povos de diferentes civilizações, os não gregos. Com isso, os estoicos se

³⁵ Na versão em português de “Organon” utilizada na pesquisa, *logos apofantikós* é traduzido com os termos “enunciação” ou “proposição”.

interessaram pela física, pela moral e pela lógica, ensinando-as juntas. É na lógica que se encontra o interesse pela linguagem. O objeto da lógica é o “dito”, o significado de um enunciado, com base nas ideias de “verdadeiro” e “falso”; é uma lógica de enunciados, de predicados. Com o estudo da proposição, passa-se ao exame dos diferentes tipos de frases. A lógica estoica subdivide-se em dois campos: a retórica e a dialética. “A retórica é a ciência do bem-dizer em discursos em continuidade, e a dialética é a ciência do reto discutir em discursos divididos em perguntas e respostas” (NEVES, 2005, cap.5).

Na dialética, tem-se a teoria da significação, pela qual se faz uma distinção entre o que significa (a dicção), o que é (o objeto) e o significado (a própria coisa proferida na fala). O significante é o som, a voz. Logo, quando falamos, emitimos sons capazes de significar o objeto representado – seria o reconhecimento do signo linguístico. O estudo do enunciado também é referente aos elementos linguísticos que a define, distanciando-se da lógica aristotélica.

Diferentemente de Platão que dividia o *logos* em nome e verbo, os estoicos segmentava-o em nome e predicado, sendo o verbo parte do predicado composto ou, se sozinho, um predicado não composto. Com foco voltado para as partes do *logos*, o predicado passa a ser identificado não mais pelo seu caráter de *verdadeiro* ou *falso*, mas por seus elementos constitutivos.

A gramática grega correspondia ao estudo dos elementos (letras) e das partes do discurso (palavras). O *logos*, portanto, era a combinação das partes do discurso para construir o enunciado. O estudo passou a ser orientado para a palavra (sílabas, ordenação fonética e variáveis internas) e suas classes (nome, verbo, particípio) (BOTAS, 2002). Para Trácio³⁶ (2002, p.184), a palavra era entendida como a menor parte, com significado, da oração e a oração como a combinação de palavras, ou seja, houve a conservação da ideia aristotélica sobre a formação do discurso.

O autor da *Téchne Grammatike* (TRACIO, 2002, p.185) acrescenta à definição de oração os elementos formadores: a) três palavras: nome + verbo + particípio → *Sócrates está deitado*; b) duas palavras: nome + verbo → *Sócrates lê*; e, c) uma palavra → *Almoço*, o que corroborou com a ideia de que, independentemente do

³⁶ Introdução, tradução e notas de Vicente Bécares Botas. A tradução é do grego para o espanhol.

número de palavras, é sempre necessário haver, no mínimo, um verbo para que se forme uma oração.

A tradução do termo *logos* (grego) para o latim foi complexa, no seio da gramática latina. Aparentemente, a razão da dificuldade repousa na homofonia entre os termos *ratio* e *oratio*,³⁷ o que provocou problemas à tradução do termo, objeto da lógica (CASSIN et al., 2004, p.733). Os termos referidos são homófonos, mas não há relação etimológica entre eles. O termo que tem o sentido comum de *logos* é *ratio*, o qual concerne à inteligente/racional ou a método (idem).

Conforme Cassin et al. (2004), no poema de Lucrecio, *De la nature* (século I a.C.), o uso da palavra *ratio* foi feito com o cuidado de reduzir a polissemia que a circunda, para significar *parole*, a fala, o discurso do mestre, ou “palavra revelada”. O termo *ratio*, por sua vez, fica reservado à referência de causas dos fenômenos que abrangem todas as leis da natureza e, portanto, relaciona-se ao princípio da explicação (raciocínio, arazoamente, etc.).

Por conseguinte, o emprego de *ratio* unifica vários aspectos da ciência da natureza, por estar relacionado aos princípios gerais para as explicações de fenômenos em geral, por designar descobertas dos sistemas (CASSIN et al., 2004), por caracterizar os fundamentos da razão metódica. O termo é, então, empregado quando se discutem os fatos ocorridos a partir de fenômenos explicáveis, o que indica que a atividade de raciocinar é relacionada a um sujeito pensante.

Ainda segundo Cassin et al. (2004), os embaraços de tradução também podem ser verificados em textos de Cícero (século I a.C.). O termo *ratio* é o que tem o sentido mais próximo do *logos* grego, pela acepção de razão e discurso. Nos textos ciceronianos, *ratio* pode significar método relativo à união na ordem das palavras, e também pode ser entendido como a metodologia que conduz as coisas percebidas às que não o são (CASSIN et al., 2004). Na primeira tradução de Cícero da *Lógica*, *ratio* não diz respeito a um amparo técnico, mas significa um método, em si, do dizer (CASSIN et al., 2004). Na tradução da segunda edição, no entanto, o termo *ratio* é empregado no sentido de intérprete do *logos* (razão e discurso).

³⁷ Segundo Cunha (2010), do latim *ratio* originou-se *razão* – “faculdade que tem o ser humano de avaliar, julgar, ponderar ideias universais, raciocinar, juízo” (p.548) –, e do latim *oratio*, a palavra *oração* – “discurso” (p.463).

A dificuldade na tradução do *logos*, contudo, não se restringiu à questão da relação pressuposta entre *ratio* ou *oratio*. A palavra *logos* consta também nos evangelhos gregos, no sentido de *verbum* (verbo). Apesar de o Novo Testamento ser uma continuação do Antigo, o evangelho de João não utiliza *sophia* como é usado no livro de Gêneses, mas *logos* para os mesmos aspectos: ser gerado por Deus; representar a vida; preexistir à criação. O sentido de *logos*, porém, é mais abrangente do que o de sabedoria, pois se refere ao meio de revelação de um Deus único e provedor (CASSIN et al., 2004).

Como comenta Cassin et al. (2004), para os capítulos 1 e 17 de João, há duas traduções: na África do Sul, empregou-se *sermo* (palavra); e, na Europa, *verbum* (verbo). Nesse texto, *logos* tem a designação de “Cristo”, que pode referir-se à “Palavra” ou a “unidade ou unicidade do Filho de Deus”. Isso poderia ser explicado por uma etimologia popular, *verbum* significa “a palavra”, ou seja, a verdade ou o que é atribuído de verdade.

Ainda em outra versão africana da Bíblia, de acordo com Cassin et al. (2004), o termo *logos* não faz correspondência com *verbum*, mas com *ratio* (razão) e *sermo* (discurso). Essa escolha é justificada pelo fato de o pensamento preceder a fala ou palavra proferida, o que significa que a razão existe por meio da palavra pensada e não somente da articulada. Portanto, segundo essa interpretação, entende-se que a razão está presente antes mesmo do discurso, ou seja, antes de Deus proferir a ordem “Haja luz”, pois o pensamento (*ratio*) é que ordena o discurso (*sermo*).

Já Santo Agostinho, segundo Cassin et al. (2004), para os mesmos capítulos do evangelho de João, prefere o termo *verbum* para traduzir *logos*, porquanto “No princípio era o *verbum* (...)” está relacionado com o poder criador de Deus. O filósofo, então, explica que há uma diferença entre *verbum* (a Palavra do Pai ou de Deus) e *verba* (a fala ou palavra do homem) (Cf. Cassin et al., 2004, p.737).

Prosseguindo com a reflexão feita em Cassin et al. (2004) para chegar à melhor compreensão a respeito do(s) sentido(s) dos termos *logos* e *ratio*, que estão na base da teoria geral de que nos ocupamos, verificamos que a complexidade do termo não para na baixa Idade Média. No século IX, novos estudos amalgamaram a teologia cristã à dos neoplatônicos e constataram que as passagens do Novo Testamento são fundamentadas no *Verbo das Ideias*, ou seja, no *Verbo de Deus*. Por isso, *logos* pode

ser entendido como *verbum* (palavra) ou *ratio* (razão) ou *causa* (causa), o que torna possível a tradução realizar-se por meio de qualquer dos três termos.

Em consequência disso, chegamos à conclusão de que, para entendermos o *logos*, deveríamos começar a estudar, e compreender, o teorema de Platão, antes apresentado, no qual o *logos* é interpretado como discurso, sendo constituído da combinação nome e verbo. Em seguida, Aristóteles acrescenta ao conceito de *logos* a fórmula que decompõe as orações formadas por outros verbos em “é + participio presente” (AUROUX, 1998a, p.149). A concepção aristotélica de proposição é retomada pelos gramáticos e filósofos do século XVII e, conseqüentemente, chega às gramáticas gerais e filosóficas.

No que concerne ao uso do termo *logos* no contexto dos textos latinos, verificamos mais um ponto a ser destacado acerca de sua tradução: *logos* é traduzido como *ratio* ou como *oratio*. Nos textos de lógica, vê-se a tradução por *ratio*, que significa o método em si sobre o dizer; nos da dialética, *oratio*, discurso. A dúvida também se estendeu, como vimos, para a tradução dos textos bíblicos: *ratio* (razão), *sermo* (discurso; palavra), *causa* (causa) ou *verbum* (verbo).

Com os estoicos, o estudo é direcionado para os elementos linguísticos. O cerne passa a ser as partes do *logos*, o que os gregos denominaram “partes do discurso”; e, o *logos* é entendido como a combinação das palavras para formar orações. Essa incursão sobre o conceito de *logos* revela como ele é polissêmico e como se altera no correr do tempo, de acordo com o progresso das ciências (lógica, gramática, dialética) e da filosofia.

3.2 O tratamento do verbo em gramáticas gerais e filosóficas

O estudo do *logos*, feito aqui, revela que a teoria da gramática geral baseia-se na concepção aristotélica de proposição. Como a GPLP é uma gramática filosófica, fundada sob os princípios da gramática geral, levantamos a questão da relevância do verbo *ser* para a formação da proposição em gramáticas gerais e filosóficas, a fim de interpretar o horizonte de retrospectão de Barbosa, para mostrar o que é tradição (pela acumulação de conhecimentos) e o que é inovação (pela alteração promovida sobre os conhecimentos tradicionais). As gramáticas estudadas nesta seção têm

incluídos em seus títulos os termos “geral”, “filosófica” ou “racional” e são anteriores a publicação da GPLP.

a) *Grammaire générale et raisonnée (1660) – de Antoine Arnauld e Claude Lancelot*

Os autores da GGP-R iniciam o capítulo XIII, *Dos verbos e daquilo que lhes é próprio e essencial*, explicando que as palavras são objetos do pensamento e o verbo é uma palavra usada em um discurso para julgar e afirmar, que tem por principal significação a afirmação (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]). Esse sentido, o de afirmação, é o principal porque o verbo pode expressar outras manifestações da alma, como: amar, desejar, pedir, ordenar. De acordo com essa gramática, o verbo pode ser: substantivo, adjetivo ou auxiliar.

Sobre o *verbo substantivo*, os autores da GGP-R defendem a ideia de que, para formar uma proposição, o verbo realiza a ligação entre o sujeito e o atributo. No entanto, somente o verbo *ser*, “(...) chamado substantivo, conservou essa simplicidade e pode-se ainda dizer que ele só se conservou assim, propriamente, na terceira pessoa do presente, é, e em determinadas situações” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.82). A proposição é, então, formada com o verbo *ser*, no modo indicativo e na terceira pessoa do singular (*é*), para afirmar o conteúdo do que se quer dizer.

Ratificando a “Teoria do verbo substantivo”, existente desde Aristóteles, a GGP-R considera a fórmula (verbo x = é (finito) + particípio presente do verbo x), pois, segundo os Senhores de Port-Royal, não haveria necessidade de existir outro verbo além do *ser*, porque por meio da decomposição dos demais verbos em “é + particípio presente”, é possível formar qualquer proposição. Assim, o verbo substantivo opera nos níveis funcional, lógico e sintático da proposição, o que o eleva, segundo essa teoria, ao nível mais alto que um item gramatical pode chegar, porque se torna o elemento transformador de todas as orações formadas por outros verbos, os denominados adjetivos.

Além de, no nível semântico, o verbo veicular o conceito de afirmação, em outro nível, no sintático, o verbo pode funcionar como um atributo, quando é um verbo adjetivo. Nesses casos, a proposição poderia ser formada apenas por duas palavras, o sujeito e o verbo adjetivo, como no exemplo “Pedro vive”. O *verbo adjetivo* amalgama as funções do verbo substantivo e do atributo, e o sentido da proposição,

assim, corresponde à afirmação “é vivente”. No exemplo, a forma verbal “vive”, então é interpretada como uma abreviação de “é vivente”, e incorpora tanto o sentido de afirmação como a função de atributo “vivente”. Apesar de a existência de todos os verbos considerados, seguindo a teoria da gramática geral, é o verbo substantivo o único capaz de formar logicamente as proposições de uma língua. Barbosa também afirma a necessidade de existência de um único verbo, o *ser*. Esse conhecimento ratifica a presença dos autores de Port-Royal no horizonte de retrospectiva do gramático português. Na GPLP, o verbo substantivo é descrito como o verbo que realiza a ligação entre sujeito e atributo, semelhantemente a descrição na GGP-R.

As categorias pessoa, número, tempo e modo se vinculam ao verbo na GGP-R. Por conta disso, os autores de Port-Royal conceituam o verbo substantivo como “Uma palavra que significa a afirmação com designação da pessoa, do número e do tempo” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.86). No verbo adjetivo, por sua vez, acumularia, além da função de atributo, todas essas categorias. No exemplo, “vivo” são concentradas as ideias de pessoa (eu), de número (singular), de modo (indicativo), de tempo (presente) e de atributo (vivente). À vista disso, o verbo adjetivo é “Uma palavra que marca a afirmação de algum atributo, com designação da pessoa, do número e do tempo” (idem).

Com os atos de pensamento tem-se a teoria da *language-traduction* (AUROUX, 1986), ou seja, “a linguagem é a imagem do pensamento”. Essa teoria encontra seu lugar na gramática geral com a teoria do verbo substantivo e a função assertiva, conseqüentemente, há a transferência de conceitos da lógica para a gramática, especialmente, a aceção de frase ou proposição como julgamento, fazendo da linguagem a exteriorização do pensamento (AUROUX, 1998a).

Segundo os Senhores de Port-Royal (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.101), os verbos adjetivos também são subdivididos em três grupos: a) os ativos, que significam uma ação; b) os passivos, que assinalam uma paixão; e c) os neutros, que podem ser: c.1) de qualidade; de situação; de relação com lugar; de estado ou atributo; e, c.2) de ação, quando não há relação com objeto ou com um sujeito diferente dessa ação. Quanto aos passivos, os Senhores de Port-Royal admitem uma estrutura passiva e não verbos passivos como no latim.

Além do verbo substantivo e dos adjetivos, Arnauld e Lancelot (2001[1660], p.112) também classificam os verbos em auxiliares, os quais assistem os dois

primeiros na formação de diversos tempos. Os gramáticos afirmam que os verbos *ser* e *estar* são os mais comuns a todas as línguas. Nota-se que, na GGP-R, o verbo *ser* (*être*) é verbo auxiliar na composição de formas passivas quando se une ao particípio de um verbo ativo, como, por exemplo “eu sou amado”. Barbosa (1822, p.196) difere dos Senhores de Port-Royal nesse ponto, pois defende a ideia de que nesse exemplo o verbo *ser* não exerce a função de auxiliar, porque continua a “(...) exprimir a existencia de huma couza em outra”, uma função própria do verbo substantivo.

b) Grammaire Générale, ou Exposition raisonnée des éléments nécessaire du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues (1767) – de Nicolas Beauzée

Segundo Auroux (1998d), Beauzée é o autor que simboliza a “materialização da gramática geral clássica”, visto que realizou uma avaliação crítica de seus antecessores, desempenhando uma súpula de um século de gramática geral. O objetivo da *Grammaire Générale* (1767) é dar uma teoria geral capaz de reduzir as categorias gramaticais à análise lógica, baseando-se em fatos de diferentes línguas, tais como: alemão, inglês, basco, caldeu, chinês, espanhol, francês, grego, hebraico, italiano, dentre outras, com predominância o francês e o latim (AUROUX, 1998d).

É uma obra dividida em dois volumes: a) volume I: livro 1 – Elementos da palavra (9 capítulos); e, livro 2 – Os elementos da oração (7 capítulos); b) volume II: livro 3 – Os elementos da sintaxe (10 capítulos). Para estudar os elementos da oração, Beauzée, na introdução da *Grammaire Générale*, conceitua oração como “(...) l'exercice actuel de la faculté de la parole appliqué à la manifestation des pensées” (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.234), ou seja, oração é expressão do pensamento.

O gramático trata os elementos da oração na seguinte ordem: nomes, pronomes, adjetivos, verbos, preposições, advérbios, conjunções e interjeições por meio de uma divisão dicotômica: a) palavras afetivas – interjeições; e, b) palavras enunciativas – declináveis e indeclináveis, semelhantemente a divisão realizada no artigo *Mot*, da *Encyclopédie* (Cf. Beauzée e Jaucourt, EDR, *Mot*, 1751).

Beauzée (1767, livro III, p.2) apresenta a sintaxe como “L'art de fixer les trangs et les formes accidentelles des mots dans l'ensemble d'une proposition, d'après la succession analytique et les relations des idées élémentaires de la pensée (...)”. Os

princípios gerais da sintaxe são aludidos à proposição em duas relações: a) relação de identidade – refere-se às leis de concordância; e, b) relação de determinação – atribui-se às leis de regência. O gramático afirma também que as operações de construção são regras fundamentais da sintaxe, as quais são responsáveis pela ordem analítica das ideias e exposição do pensamento (ibidem, p.3).

O julgamento é expresso por proposições, que revelam as percepções do sujeito falante. As proposições, como já relatado no primeiro capítulo desta tese, para Beauzée, passou por alterações conceituais, e foi interpretada na *Grammaire Générale* como “expressão total de um julgamento” (BEAUZÉE, 1767, livro III, p.6), formada por um sujeito, um atributo que exprime existência intelectual do sujeito com relação ao atributo.

La matière grammaticale de la Proposition, c'est la totalité des parties integrantes dont elle est composée, et que l'analyse réduit à deux, favor le sujet et l'attribut.

Le sujet est la partie de la Proposition qui exprime l'être dont l'esprit aperçoit en foi-même l'existence sous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.

L'attribut est la partie de la Proposition qui exprime l'existence intellectuelle du sujet sous telle ou telle relation à quelque modification ou manière d'être.

Ainsi quando on dit, *Dieu est juste*; c'est une Proposition, qui renferme un sujet (Dieu), et un attribut (est juste) (BEAUZÉE, 1767, livro III, p. 7-8).

Em outras palavras, a proposição não é composta por três partes distintas, mas por duas: sujeito e atributo, sendo que o atributo é um todo ligado ao sujeito pelo verbo e que veicula o atributo (adjetivo) que mostra o movimento de raciocínio (a existência intelectual) que imprime uma modificação ao sujeito, o que fica bem claro no exemplo *Deus* (sujeito) *é justo* (atributo). A existência intelectual é representada pelo conjunto verbo + adjetivo que revela a operação mental do enunciador para expressar-se sobre o sujeito (Cf. Beauzée et al., EDR, *Proposition*, 1751, p.472).

Beauzée faz distinção entre os termos proposição e período. Segundo o gramático (BEAUZÉE, 1767, livro III, p.40), “Une Proposition détachée est celle qui, seule et séparée de toute autre, énonce un sens complet et fini (...)”. O que torna uma proposição ser solta (*détachée*) é a não dependência de outra proposição para ter o sentido completo. O período é a expressão formada por proposições que dependem

umas das outras para se ter um sentido completo e acabado. As proposições que constroem um período são nomeadas de membros de um período (BEAUZÉE, 1767, livro III) e podem ser ao mesmo tempo simples ou compostas, complexas ou não complexas. Um período pode ser formado de duas, três, quatro proposições que são independentes gramaticalmente, porém são unidas para expressar um sentido completo. Beauzée afirma também que o número de proposições é relativo ao número de verbos.

O verbo é descrito no capítulo IV, do livro II, como “a alma do discurso”. Beauzée justifica sua posição pelo argumento etimológico, pois diz que o termo verbo é oriundo de *verbum* (latim) e designa a materialização da palavra pelos movimentos da boca (BEAUZÉE, 1767, livro II, p. 392-393). Sua natureza repousa na necessidade humana de transmitir conhecimento, o qual é reconhecido como a visão intelectual ou percepção das coisas. Tal percepção é manifestada por atributos por meio de julgamentos. “(...) um jugement est l’acte par lequel l’esprit apperçoit en soi l’existence d’un être sous tel ou tel attribut” (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.394).

Retomando os elementos da oração (Cf. Beauzée e Jaucourt, EDR, *Mot*, 1751), restringindo-nos ao verbo, deparamo-nos com o seguinte conceito na *Encyclopédie*: “(...) le VERBE désigne seulement par l’idée générale de l’existence sous une relation à une modification: voilà le caractere distinctif e incommunicable de cette partie d’oraison” (BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751, p.48). Beauzée declara, então, que verbo é a palavra que se caracteriza por uma ideia geral de existência que promove uma modificação intelectual expressa por proposições. Nas palavras do gramático:

Une proposition doit être l’image de ce que l’esprit apperçoit par son jugement; et par conséquent elle doit énoncer exactement ce qui se passe alors dans l’esprit, et montrer sensiblement un sujet déterminé, une modification, et l’existence intellectuelle du sujet sous une relation à cette modification.

Je dis existence intellectuelle, parce qu’en effet, il ne s’agit primitivement, dans aucune proposition, de l’existence réelle qui suppose les êtres hors du néant; il ne s’agit que d’une existence telle que l’ont dans notre entendement tous les objets de nos pensées, tandis que nous nous en occupons (1767, livro II, p.394).

A “existência intelectual” é a representação mental que temos das coisas do mundo. Segundo Leite (2019c, p.12), Beauzée argumenta sobre as modificações na mente produzidas pelo verbo para enunciar os pensamentos por meio de proposição.

Observa-se, então, que, para o gramático francês, a essência do verbo é a “existência intelectual”.

Apesar de Beauzée ser partidário da teoria da gramática geral inaugurada pelos autores da GGP-R, não concorda com todas as suas posições. Sobre o conceito de verbo, por exemplo, ele contesta a essência do verbo sustentado pelos Senhores de Port-Royal, a afirmação, pois toda palavra é afirmativa por natureza, por isso, é incompleto caracterizar o verbo como uma palavra que, simplesmente, significa afirmação (BEAUZÉE, EDR, *Verbe*, 1751), enquanto que “designar uma existência intelectual com relação a um atributo” é uma propriedade exclusiva do verbo. Essa definição não se aplica apenas ao modo indicativo (restrição de Port-Royal no conceito de verbo), mas a todos os tempos e modos, ou seja, é uma característica específica dessa classe, tornando-se intransferível a qualquer outra parte do discurso, diferentemente da propriedade de afirmação que é aplicável à palavra em geral.

Outro motivo que justifica a discordância de Beauzée relativamente ao conceito de verbo de Port-Royal é a restrição da definição, pois toda a teoria restringe-se ao modo indicativo do verbo *ser*. Como os autores ocupam-se em reduzir todo enunciado à proposição formulada com o verbo *ser* (3ª pessoa do presente do indicativo) para argumentar que o verbo é responsável pela “afirmação”, Beauzée assegura que tal definição é insuficiente, pois desconsidera as diversas flexões verbais, que levam no radical a significação do termo verbo.

A presença de Beauzée no horizonte de retrospectiva de Barbosa é revelada no conceito do verbo substantivo, quando, na GPLP, o autor afirma que “A essência do verbo Ser não consiste na afirmação, como muitos Grammaticos pertendem. Sua fórmula infinita, que he a primitiva, nada affirma” (BARBOSA, 1822, p.193). Há semelhanças das ideias de Barbosa com as de Beauzée ao declarar que a essência do verbo é a existência e não a afirmação, a qual se restringe ao modo indicativo. Beauzée (1767) declara que a restrição de afirmação ao modo indicativo desconsidera a flexão verbal, Barbosa demonstra concordar com essa declaração ao justificar seu posicionamento exemplificando com o modo infinitivo e subjuntivo que a afirmação é restrita ao modo indicativo e por isso o verbo não traz em si esse sentido, discordando, por tanto, dos Senhores de Port-Royal quanto a significação principal de afirmação.

Um ponto relevante a respeito da diferença conceitual do verbo, para a teoria da GGP-R e a de Beauzée, é relativa à descontinuidade (discordância) acerca da incorporação da teoria aristotélica, aceita pelos gramáticos de Port-Royal sobre o caráter de "verdadeiro" ou "falso" da proposição, o que o levou a estabelecer limites entre a lógica e a gramática (AUROUX, 1986), voltando-se à ideia do *logos* estoico, que não atribui à gramática a investigação sobre o caráter de "verdadeiro" ou "falso" do enunciado.

Por meio da atualização da definição de verbo, Beauzée divide a categoria em diferentes espécies. A primeira é feita pela distinção entre os verbos substantivo e adjetivos, os quais são renomeados em sua gramática como abstrato e concreto, respectivamente. O verbo abstrato é o verbo *ser* que significa uma existência intelectual com relação a um atributo qualquer (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.405). Como exemplo "Deus é poderoso", onde "Deus" é o sujeito e a ideia de existência intelectual em relação ao sujeito é expressada separadamente pelo verbo "é" e o adjetivo "poderoso". A expressão "separadamente" remete à ideia de duas palavras (verbo + adjetivo) para formar o atributo.

Já o verbo concreto expressa a existência intelectual em relação ao sujeito incluindo em sua significação total o atributo determinado, como por exemplo, "os homens amam", em que o sujeito é "os homens" e a ideia de existência intelectual é expressada pelo verbo "amam" que engloba em sua significação o verbo *ser* e o adjetivo "amante" (BEAUZÉE, 1767, livro II). Ou seja, essa definição corrobora a afirmação de que todo verbo concreto traz implícitos o verbo abstrato (*ser*) e o particípio presente do verbo concreto, o que surge pela operação de desdobramento do verbo concreto. Se voltarmos para o verbo "amam", do exemplo, a proposição seria "os homens *são amantes*".

Beauzée justifica a mudança da denominação do verbo de substantivo para abstrato, porque na tradição *substantivo* significa "substância ou seres considerados como substâncias" e, *adjetivo* para concreto porque adjetivo remete a "uma ideia acessória acrescida ao substantivo" (BEAUZÉE, 1767, livro II). Beauzée acredita que é mais adequado nomeá-los de abstrato, porque a modificação não é integrada à significação do verbo, e concreto, porquanto a modificação é integrada à significação do verbo (Cf. Beauzée, EDR, *Verbe*, 1751, p.51).

A segunda divisão da espécie de verbos é feita entre os verbos concretos que se subdividem em ativos, passivos e neutros. Os verbos ativos expressam em seus atributos a ação exercida pelo sujeito como *amar*, *correr* e *bater* (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.415). Os verbos passivos apresentam as impressões produzidas no sujeito pelo atributo como, por exemplo, em certos sentidos, *cair* e *morrer*. Os verbos serão neutros quando representarem o estado do sujeito, não significando nem ação nem paixão, como *ficar* e *existir* (BEAUZÉE, 1767, livro II, p.416).

Com essa definição, Beauzée discorda de Brozas sobre a existência do verbo neutro, aproximando-se da GGP-R sobre a divisão do verbo adjetivo, considerado ativo e neutro, baseada na ideia acessória do atributo no sentido do verbo concreto. Como defesa de sua posição divergente à divisão do Brocense, o enciclopedista levanta algumas hipóteses, tais como (Cf. Beauzée, 1767, livro II, p.416-420):

- Há um estado entre o *agir* e o *sofrer*, portanto, um estado neutro;
- O verbo *existir*, por exemplo, não exprime nenhum movimento, nem de paixão nem de ação;
- O verbo neutro pode ser reconhecido pelos demais gramáticos como um estado simples do sujeito, cuja ação é denominada de intransitiva ou permanente, pois não age sobre nenhum outro sujeito, como *dormir*, *correr*, *andar*, etc., diferentemente da ação transitiva que significa uma ação de um sujeito sobre algo ou alguém, como *bater*, *carregar*, *amar*, etc.

Para Beauzée, essa última conjectura revela que há uma confusão dos gramáticos que dividem os verbos ativos naqueles que indicam ações transitivas os que são intransitivos. A confusão consiste na agregação, em um só conjunto, de verbos passivos que podem funcionar como passivos em certos sentidos, como *cair* e *morrer*, e outros que são verbos “verdadeiramente” neutros como *existir*. Com efeito, a distinção em transitivo e intransitivo significa a propriedade do verbo em ser relativo ou absoluto. Isso significa que essa diferença concerne à sintaxe e à semântica e não à morfologia do verbo (BEAUZÉE, 1767, livro II).

O verbo também pode ser auxiliar, quando servir para a construção dos tempos compostos de outros verbos. Há duas espécies de verbos auxiliares: o natural e o usual (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p.462):

- a) Auxiliar natural – é aquele que expressa a existência e que é mais conhecido pelo nome de verbo substantivo. É auxiliar natural porque expressa essencialmente a existência, aparentando ser mais natural que os demais verbos ao estabelecer as diferentes relações de existência que caracterizam os tempos verbais;
- b) Auxiliar usual – é aquele que tem significação original diferente daquele de existência e que fica destituído desse sentido para formar tempos de outros verbos, deixando-o apenas com o sentido de existência. Como exemplo, em francês, há *avoir* e *devoir*, que mudam seu sentido a depender de seu emprego.

Beauzée anota que as línguas europeias modernas fazem mais uso dos verbos auxiliares do que as línguas antigas, porque esse uso é guiado pelo “espírito analógico” (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p.464).

c) *Grammaire (Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme) (1775) – de Étienne Bonnot de Condillac*

A *Grammaire* de Condillac faz parte de um *Curso de Estudo*, no qual registrou ensinamentos ministrados ao Príncipe de Parma, neto de Luís XIV. O gramático, sempre inspirado pelos pensamentos de Locke, ratifica que o conhecimento é baseado nas sensações. O objetivo do gramático-filósofo é demonstrar uma teoria geral de língua, de perspectiva empirista, com aplicação pedagógica ao ensino da língua francesa (AUROUX, 1998c). A obra é dividida em duas partes: na primeira, “Da análise do discurso”, examina a *linguagem de ação*, os signos artificiais e a proposição e os seus termos; e, na segunda, “Elementos do discurso”, trata do nome substantivo, do adjetivo, do numeral, do verbo, da preposição, do artigo, do pronome e da interjeição.

Beneficiando-se das ideias de Condillac (1984 [1780]), o qual declara que a fala é uma ação mecânica articulada por meio de um método analítico, organizada a partir da disposição das palavras em uma ordem que leva à construção das proposições, Barbosa (1822, p. XII) afirma que: “As Línguas são huns methodos analyticos, que Deos deo ao homem para desenvolver suas faculdades. Ellas dão o primeiro exemplo

das regras da analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações”.

Condillac constroi sua Lógica com base na análise do pensamento, por meio da proposição, considerando apenas quatro elementos: substantivo, adjetivo, preposição e o verbo *ser*. Assim o faz por constatar que as línguas os utilizam de formas variadas. O filósofo, também, registra que o francês, em especial, dispõe das oito partes do discurso, categorias estudadas na segunda parte da gramática (AUROUX, 1998c).

Na decomposição das operações da alma, Condillac (1775, parte I, p. 39) afirma que a ação de julgar ocorre quando o homem realiza uma comparação entre duas ideias, e que só é possível realizar o julgamento por meio de signos artificiais,³⁸ os quais são combinados de acordo com a ordem de palavras para expressar um pensamento. O resultado das relações de julgamento é uma afirmação. Um julgamento ou um conjunto de julgamentos é um discurso, o qual é expresso por proposições.

As proposições são classificadas por Condillac em três espécies (Cf. Condillac, 1775, parte I, p.95-97): a) principal: desenvolve um pensamento com um sentido completo, concluído; b) subordinada: não tem sentido completo como a principal, isto é, seu sentido é relacionado ao da proposição principal; e, c) incidentais, que são divididas em dois tipos: c.1) que determina a significação de uma palavra da oração antecedente e concluem o sentido de outra proposição e c.2) que adiciona uma significação determinada à palavra relacionada, tornando-se indispensável apenas para concluir o desenvolvimento de um pensamento.

O ponto de partida de Condillac (1775, parte I, p.99-101) para a análise da linguagem é o todo, denominado discurso. Para tratar do discurso, então, o gramático o secciona, decompondo-o em diferentes partes, proposições, as quais formam períodos ou frases. Um discurso formado por duas, três ou quatro proposições é

³⁸ Na *Grammaire*, Condillac opta pelo termo signo artificial em substituição a *signo arbitrário*, porque relaciona a escolha dos signos à razão, como lemos a seguir: “En effer, qu’est-ce que des signes arbitraires? De signes choisis sans raison et par caprice. Ils ne seroient donc pas entendus. Au contraire, des signes artificiels sont des signes dont le choix est fondé en raison: ils doivent être imaginés avec tel art, que l’intelligence en fait préparée par les signes qui sont connus” (CONDILLAC, 1775, parte I, p. 9).

chamado de período. O autor denomina frase o discurso formado por uma única proposição com sentido completo.

A classificação que o citado filósofo francês faz da proposição é bipartida e bem clara. A proposição é *simples* quando é formada por um único sujeito e um único atributo, constituindo a expressão de um único julgamento (CONDILLAC, 1775, parte I). Será *composta* se expressa mais de um julgamento por meio de mais de um sujeito ou mais de um atributo. Uma proposição composta por vários julgamentos poderá ser decomposta em várias proposições simples, apesar de o julgamento nela expressado ser sempre simples, pois é formado por apenas uma única comparação entre duas ideias.

Vale lembrar que o autor considera ser a proposição formada por três termos (o sujeito, o verbo e o atributo) tal como Arnauld e Lancelot, na GGP-R. Ele explica isso nos seguintes termos : “Le sujet est la chose dont on parle, l'attribut est ce qu'on juge lui concenir, et le verbe prononce l'attribut du sujet. Telles sont les idées qu'on se fait de ces trois sortes de mots” (CONDILLAC, 1775, parte I, p.107). Como se verifica, Condillac afasta-se da ideia de proposição bipartida de Beauzée, preferindo a teoria dos gramáticos de Port-Royal.

Na análise dos termos da proposição, Condillac apresenta o substantivo e o adjetivo como as palavras que podem compor o sujeito e o atributo, e a preposição como aquela que estabelece relações acessórias tanto no primeiro como no segundo termo. Uma vez que “(...) juger n'est pas seulement appercevoir le rapport de l'attribut avec le sujet, c'est encore affirmer que ce rapport existe” (CONDILLAC, 1775, parte I, p.117), o verbo *ser* será a palavra necessária para exprimir essa afirmação, a coexistência do atributo com o sujeito em uma proposição.

O gramático francês explica que a “(...) les hommes, dans la vue d'abrégé, ont imaginé d'exprimer souvent, par un seul mot, l'idée du verbe être réunie avec l'idée d'un adjectif (...)” (CONDILLAC, 1775, parte I, p.119). A abreviação da proposição ocorre, então, com a junção da “ideia do verbo” com a “ideia do adjetivo” em uma só palavra, como, por exemplo: *é vivente* → *vive*; *é amante* → *ama*; *é estudante* → *estuda*. Tais verbos são nomeados como verbos adjetivos e o verbo *ser* como substantivo (CONDILLAC, 1775, parte I). Este estudo não diferencia dos seus antecessores, adotando a relação de existência real ou não real para o verbo como

apresentada por Beauzée, elucidando que a coexistência das ideias de sujeito e atributo ocorrem na mente.

Condillac recorre à etimologia para iniciar o capítulo VI – *Du Verbe*. O gramático entende que “(...) *verbe* est la même chose que *mot* ou *parole* (...)” (CONDILLAC, 1775, parte II, p.160). Com essa definição, o gramático retoma a noção de *logos* no sentido de *verbum* (verbo) como “palavra”. Por meio dessa definição, nessa gramática, trata-se o verbo como a principal palavra do discurso, e, por meio dele é expresso qualquer julgamento. Ainda sobre o conceito de verbo, Condillac afirma que são palavras que “(...) expriment encore la coexistence d'un attribut avec un sujet” (idem, *grifo nosso*). Observa-se que Barbosa retoma o conceito de coexistência ao declarar a relação entre sujeito e atributo para definir o verbo (1822, p.191).

Quanto ao verbo *ser* (verbo substantivo), Condillac afirma que é o único verbo, e, por isso, não seria necessário a existência de outros verbos. No entanto, por conta da conveniência de exprimir a coexistência do atributo no sujeito de forma *abreviada*, surgiram os diferentes verbos (verbos adjetivos), os quais podem proferir de forma sintetizada os outros dois elementos do discurso: sujeito e atributo (CONDILLAC, 1775, parte II, p.160). Nota-se que esse gramático faz analogia aos autores de Port-Royal ao explicar que os verbos adjetivos surgiram a partir da conveniência de abreviar as expressões. Arnauld e Lancelot (2001[1660], p.82) registram que “(...) os homens tendem a naturalmente a abreviar suas expressões, quase sempre acrescentaram à afirmação outras significações numa mesma palavra” (*grifo nosso*).

A definição do conceito do verbo adjetivo como uma abreviação da ideia de verbo e da ideia de adjetivo em uma única palavra é recuperada na GPLP, o que retrata a composição do horizonte de retrospectão de Barbosa, como lemos a seguir:

(...) a da brevidade e precisão, reduzindo as mesmas ideias á menor expressão possível para dar mais volubilidade ao discurso, e facilitar por este modo a comparação rápida de muitos juízos ao mesmo tempo. Chamo a isto *Redução*, tomando dos calculistas este termo.

Hum exemplo notavel destas reduções e expressões abreviadas he o verbo adjectivo. Elle apanha em si não so a significação de existencia, propria ao verbo substantivo, com todas as suas modificações de modos, tempos, numeros, e pessoas; mas ajunta-lhe além disso a idea adjectiva de huma qualidade ou attributo, com a qual completa tudo, o que necessario he para qualquer oração. (BARBOSA, 1822, p.239, *grifo nosso*).

Nessa citação, observa-se que Barbosa segue o conceito do verbo adjetivo de Condillac. O gramático português adota o termo “expressões abreviadas” para explicar o verbo adjetivo. Todavia, Barbosa reinterpreta esse conceito por meio do uso de termos diferentes, uma vez que, apesar de permanecer com a expressão “ideia adjetiva”, não adota o termo “ideia de verbo” e, sim, “significação de existência”, relativo à correlação de verbo com sujeito e atributo.

A ideia de “redução” na língua percorreu, na longa duração do tempo, as discussões sobre as línguas, por meio da teoria aristotélica do verbo substantivo, a qual foi ratificada por Port-Royal (2001[1660]) e Beauzée (1767). Condillac (1775) além de afirmar que o verbo *ser* é o “único verbo”, descreve a proposição em forma abreviada, ou seja, o verbo *ser* reunido a um adjetivo para formar um verbo adjetivo. Assim verificamos que, também nesse caso Barbosa (1822) revela seu horizonte de retrospectiva, tributário da teoria da gramática geral.

Além de expressar uma forma abreviada, Condillac associa o verbo adjetivo à ação verbal. No exemplo, *Pierre est aimant*, *Pierre* é o sujeito de ação, ele está agindo, admitindo que *é amante* pode ser substituído pela forma abreviada *ama*, tem-se, então, o verbo adjetivo que é nomeado de verbo de ação. Mas, quando se diz *Pierre est aimé*, *Pierre* não é mais o sujeito que age, e, sim, o objeto da ação, por isso, nessa proposição tem-se *être passif*, apresenta-se, nesse caso, o verbo de estado (CONDILLAC, 1775, parte II, p.193-194). Usa-se o *participe du passé* para traduzir os verbos passivos do latim, porque, em francês, não há verbo passivo (CONDILLAC, 1775, parte II).

Discordando dos demais gramáticos, Condillac esclarece que no francês não há verbo passivo e, por isso, também não há verbo neutro (CONDILLAC, 1775, parte II). Essa categorização mudou ao longo do tempo: primeiro, Sanchez de Las Brozas, na *Minerva* (1562), afirmou que os verbos só podem ser ativos (de ação) e passivos (de paixão), negando a existência dos neutros; posteriormente, na GGP-R (1660), os verbos adjetivos são subdivididos em ativos (de ação), passivos (de paixão) e neutros (*verba intransitiva*); com Beauzée, na *Grammaire Générale* (1767), os verbos adjetivos ou concretos são também subdivididos em ativos (de ação), passivos (apresentam impressões produzidas no sujeito pelo atributo) e neutro (de estado do sujeito). Portanto, não foi apenas a terminologia que mudou, mas também os

conceitos, pois Beauzée, apesar de usar praticamente a mesma terminologia da GGP-R, não estabelece a mesma distinção entre os verbos.

Condillac, apesar de se basear na teoria da gramática geral, prefere não nomear os verbos em substantivo e adjetivo. O gramático escolhe denominar os verbos adjetivos conforme a ação verbal expressa na construção da proposição, à vista disso, o sujeito pode ser de ação ou pode ser o objeto da ação. Para essas duas opções de sujeito, os verbos são chamados na gramática de Condillac de verbos de ação e de estado, respectivamente (1775, parte II, p.194).

Condillac também não concorda com a distinção em verbos reflexivos, recíprocos e impessoais (quando o verbo não emprega nem a primeira e nem a segunda pessoa como, por exemplo, os impessoais *il faut* e *il pleut*) (CONDILLAC, 1775, parte II, p.195). O gramático, então, enuncia que essa última classificação é imprópria e retoma as ideias de Sanchez de Las Brozas que atestava a existência da pessoa no verbo e, por isso, seria inadequado haver verbo impessoal.

Além dos verbos de ação e de estado, há os verbos auxiliares. Os verbos *ter* (*avoir*) e *ser* (*être*) são denominados de auxiliares quando participam da formação dos tempos compostos, mais precisamente do *participe du passé*. O gramático observa que o verbo não conserva sua primeira significação quando está em função de auxiliar e, em razão disso, o verbo *devoir* não é entendido como auxiliar, pois conserva seu significado na formação de tempos compostos como, por exemplo, *je dois faire* (CONDILLAC, 1775, parte II, p.199).

Para que o uso dos verbos auxiliares seja adequado, o gramático faz algumas considerações: a) *être*: é usado quando construir tempos compostos que expressam estado (*je suis aimé*); quando o objeto da proposição for o mesmo sujeito que age (*il s'est vu; il s'est tué; il s'est reconnu*); e quando o termo do verbo for o sujeito da proposição (*je me suis fait des difficultés*); e, b) *avoir*: é usado quando construir tempos compostos que expressam ação (*j'ai aimé*); quando o sujeito da proposição for diferente do objeto (*il l'a vu; il l'a tué; il l'a reconnu*); e, quando o particípio for susceptível de expressar apenas um estado (*il a languï; il a dormi, il a vieilli*) (CONDILLAC, 1775, parte II, p.200).

O gramático francês analisa o verbo também pelo aspecto morfológico. Os verbos sofrem mudanças nas suas terminações, o que determina a pessoa que fala

(*eu sou, eu amo*), a pessoa com quem se fala (*tu és, tu amas*) e a pessoa de quem se fala (*ele é, ele ama*) no singular e também no plural (*nós somos, nós amamos, vós sois, vós amais, eles são, eles amam*). Em seguida, por meio dessa mesma terminação, pode-se distinguir os tempos³⁹ presente, passado e futuro. O verbo, em todas essas formas, afirma a coexistência do atributo com o sujeito por diversas formas, isto é, diferentes modos (CONDILLAC, 1775, parte II).

Observando o infinitivo como a forma abstraída de acessórios, Condillac apresenta as quatro diferentes terminações do francês entre os verbos adjetivos: -er (*aimer*); -ir (*finir*); -oir (*recevoir*); e, -re (*rendre, faire*) (CONDILLAC, 1775, parte II). Essas terminações determinam se os verbos serão de primeira, segunda, terceira ou quarta conjugação, respectivamente. A conjugação desses verbos serve como regra, como padrão para se conjugar os demais verbos em todos os tempos e modos (CONDILLAC, 1775, parte II).

Os verbos, conforme Condillac (1775, parte II), que se submentem a regra de conjugação integralmente como o modelo, são nomeados de regulares e, conseqüentemente, de irregulares os que não se amoldam. Os irregulares que não têm a conjugação para um modo ou um tempo qualquer são denominados de defectivos. Essa conjugação é percebida de duas formas: simples (*je fais*) e composta (*j'ai fait*).

A classificação dos verbos adjetivos na GPLP, antes apresentada, deixa entrever a ligação e o afastamento de Barbosa com as ideis de Condillac. Ao mesmo tempo que o gramático português se aproxima das ideias de Condillac (1775), ao relacionar a classificação dos verbos adjetivos à conjugação e ao admitir a denominação *regular* e *irregular*, pois expressa mesmos conceitos do gramático francês, dele se afasta, contudo, quando aceita os conceitos de verbo pessoal e impessoal, pois Condillac, semelhantemente a Sanchez de Las Brozas (1976 [1587]), nega a existência de verbos impessoais.

³⁹ Trataremos especificamente de tempo e de modo no próximo capítulo.

d) *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza (1783)* – de Bernardo de Lima e Melo Bacellar

Bacellar (1736-1787) participou da ordem franciscana entre os anos de 1770 a 1787, publicando nesse período duas obras: *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza (1783)* e a *Arte e o Dicionario do Commercio e Economia Portugueza (1783)*. Em 1787, aderiu ao iluminismo e abandonou a vida do convento. Não se sabe ao certo se morreu em Paris durante a Revolução Francesa ou se regressou a Portugal (MOURA; ASSUNÇÃO, 2016).

Para o presente estudo, utilizamos a primeira edição da *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza (1783)*, disponível na página eletrônica do projeto *Corpus des textes linguistiques fondamentaux (CTLF)*, do Laboratoire d'Histoire et des Théories linguistiques (UMR 7597), da Université Paris 7, Denis Diderot.⁴⁰

A *Grammatica Philosophica* é dividida em três partes: Primeira parte – o som que representa o agente gramatical, que é o nominativo; Segunda parte – o som que expressa a ação gramatical, que é o verbo; e, Terceira parte – o som que pode ser o accionado gramatical ou paciente ou o caso do verbo. Segundo Moura e Assunção (2016), a obra é inovadora o que é perceptível já pela escolha dos termos *agente*, *ação* e *atuado*, para estruturar a gramática. A divisão da gramática por termos relativos a funções da oração, é indício de que a Minerva faz parte do horizonte de retrospectiva de Bacellar.

Bacellar (1783) define a *Grammatica Philosophica* como um conjunto de leis (regras) armazenadas arrazoadamente para possibilitar a comunicação, ocupando-se em discutir e explicar como essas leis regulam uma língua de comunicação. Tal ideia é mais um indício do horizonte de retrospectiva do autor, pois a referência à "comunicação" é explícita para Condillac, que assim se refere ao assunto: "C'est un système de mots, qui représente le système des idées dans l'esprit, lorsque nous les voulons communiquer dans l'ordre et avec les rapports que nous appercevons (...)" (CONDILLAC, 1775, p.131-132). Vale lembrar que Torres (1994, p. 464), também

⁴⁰ Esta tese está relacionada aos trabalhos de pesquisa do GT Gramática: História, descrição e discurso, coordenado pela professora Marli Quadros Leite. Esse GT, por intermédio de sua coordenadora contribui com o CTLF, tanto descrevendo gramáticas brasileiras do século XIX quanto publicando-as digitalizadas, para consulta da comunidade científica interessada em pesquisas metalinguísticas históricas.

reconhece tal ligação de Bacellar com o filósofo citado, pois o gramático português ao dizer que a gramática é como conjunto de leis racionais cujo fim é a comunicação pode ser ouvida dos textos de Condillac, fazendo-nos pensar que tenha sido a inspiração metodológica de Bacellar.

Outro autor que integra o horizonte de retrospectiva de Bacellar é Sanches de las Brozas. É dessa fonte a inspiração de Bacellar para definir as partes essenciais da gramática, relacionadas aos três elementos (denominados "sons", pelo português) que compõem a oração (agente ou nominativo, verbo, accionado ou paciente ou caso) (Cf. Torres, 1994). Tal relação é fundada na Minerva em que se vê ser a oração, ou a sintaxe, o objeto da gramática, que é composta por três elementos: nome, verbo e partícula (BROZAS, 1976 [1587]).

Além da inovação relativa à divisão da gramática, o português é diferente em outras questões. Vê-se que, o autor pensa em gramática e lógica, com base na função sintática dos elementos essenciais da gramática, reconhecendo, assim, que o sujeito, a cópula e o predicado compõem a proposição lógica. Essa distinção entre os termos da oração e da proposição revela que o gramático tem outros autores em seu horizonte de retrospectiva, pois tanto se refere ao *sujeito gramatical*, como Beauzée,⁴¹ quanto ao *sujeito lógico* como os autores da gramática geral de Port-Royal.⁴²

Vê-se, também, a presença da teoria da gramática geral quando Bacellar (1783, p.100) declara que “Não ha Acção, ou Verbo na oração sem nominativo claro, ou escondido, porque não pode haver acção sem agente que a produza”. Esse é um princípio da teoria da gramática geral, que, contudo, não surge na GGP-R, pois, conforme Brozas (1976 [1587], p.78-79), toda oração é composta por um nome e um verbo. Vale ressaltar que, por sinal, tal princípio vem ainda de mais longe, desde os gregos e, nesse caso, foi um dos preceitos de Platão. Na GGP-R, o mandamento é o de que nominativo sempre se relaciona a um verbo, assim como o verbo sempre tem de ter um nominativo expresso ou subentendido, pois “(...) sendo próprio do verbo afirmar, é indispensável haver alguma coisa de que se afirme, que é o sujeito ou o

⁴¹ Beauzée assegura que uma das características do verbo é se declinar para estabelecer concordância com o sujeito (BEAUZÉE, 1767, p. 396-397), Bacellar também declara que o verbo concorda em número e pessoa com o nominativo (BACELLAR, 1783, p.97).

⁴² Na GGP-R, o sujeito é um constituinte essencial na predicação, expresso ou subentendido (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.126).

nominativo do verbo (...)” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.126). Portanto, não há oração sem sujeito e sem verbo.

Ainda sobre a definição de oração ou proposição, Bacellar apenas declara que “(...) Oração, (ou são a preposição) que he a unica cousa (...)”(BACELLAR, 1783, p.13), não esclarecendo se é uma expressão do pensamento ou do julgamento. Bacellar também não esclarece se há diferentes tipos de oração como fazem os gramáticos de Port-Royal (critério lógico – verdadeira e falsa; e, critério gramatical – simples e composta), Beauzée (critério lógico – afirmativa universal, negativa universal, particular afirmativa, particular negativa; critério gramatical – simples e composta, completa e elíptica) e Condillac (simples e composta).

Nessa *Grammatica Philosophica*, o verbo é definido na segunda parte, capítulo I, como a ação gramatical que representa uma afirmação, o qual é uma obra física que tem pessoa, número, tempo e modo. O gramático explica que, na oração “Pedro ama a Deus”, “(...) a acção, ou o verbo *ama* representa com affirmação o amor physico, ou a obra amorosa, que Pedro agente physico operou a respeito de Deus” (BACELLAR, 1783, p.53). A ação “ama” concorda com o sujeito “Pedro” em pessoa (terceira pessoa), em número (singular), no tempo (presente). O verbo significa ação, mesmo conceito constante, por exemplo, na Minerva (BROZAS, 1976 [1587], p.77), e tem como os acidentes número, tempo e pessoa, mas também apresenta essa ação “com afirmação”, conceito que o conecta à GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660], p.81).

Em nota de rodapé, Bacellar (1783) esclarece que nessa “obra física”, referente ao conceito de verbo acima, o verbo “ser” representa a “obra”, como uma operação do pensamento, para estabelecer a união do sujeito ao seu predicado. Para Bacellar, assim como para os gramáticos de Port-Royal e os enciclopedistas, os verbos de ação se decompõem pela fórmula em “(ser) é + particípio presente”, também em consonância parcial, especialmente, de um lado, com Arnauld e Lancelot, e, de outro com Condillac, o verbo representa “com afirmação” a ação verbal. Subentende-se que, nessa *Grammatica Philosophica*, que “com afirmação” diz respeito ao “conceber”, “julgar” e “raciocinar” da GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]), pois os homens expressam seus julgamentos por meio de proposições, e que “ação verbal” se refere ao conceito de Condillac (CONDILLAC, 1775, parte II) sobre o verbo adjetivo.

Com base nessa mesma nota de rodapé, pressupõe-se que Bacellar faz referência às considerações que Arnauld e Lancelot (2001 [1660]) fazem sobre a natureza do signo, a qual é composta por duas partes: a) sons e caracteres (parte física); e, b) significação, a qual diz respeito à expressão do pensamento (parte lógica). Assim, o som seria para Bacellar a “obra física” (como o verbo *amar*), e a significação a “obra” (como *sou amante*).

Entretanto, nessa *Grammatica Philosophica*, o verbo *ser* é descrito de modo diferente de descrições anteriores. Primeiro porque a terminologia adotada para descrevê-lo se diferencia daquela empregada em outras gramáticas gerais; depois porque o autor português não subdivide os verbos em substantivos, adjetivos e auxiliares e, declara apenas que o verbo *ser* estabelece a união entre o sujeito e o predicado, e, também, é usado para compor verbos passivos que têm sentido de ativo, como, por exemplo: *Deus é amado por Pedro* (oração na passiva) que, transformada em *Pedro ama a Deus* (tem sentido ativo) (BACELLAR, 1783).

O verbo, pois, é classificado por Bacellar como: a) ativo – quando representa a obra, o realizar, a ação; b) passivo – quando representa como se obrou, realizou-se, executou-se; c) neutro – o sujeito não realiza a ação e nem outro o efetua, como *adoecer*; d) recíproco – reflete a ação do sujeito no próprio sujeito; e) regular – não apresenta variação em suas terminações; f) irregular – apresenta variações em suas terminações; e, g) defectivo – demonstra a falta de alguns tempos em sua conjugação (BACELLAR, 1783, p.53). O gramático não apresenta uma classificação subdividida por critérios sintático-semântico (ativo, passivo, neutro e recíproco) e formal (regular, irregular e defectivo), o que provoca certa desordem por falta de subdivisões.

Essa classificação difere das presentes gramáticas gerais, em primeiro lugar, porque não há a bipartição entre verbos substantivo e adjetivos e, em segundo lugar, além de verbos ativos, passivos e neutros,⁴³ há o recíproco. Como lição de reciprocidade, há na GGP-R a identificação dos pronomes recíprocos *sui, sibi, se*, cujo sentido é equivalente a “para dentro de si mesmo” (Cf. Arnauld e Lancelot, 2001[1660], p.54). Quanto ao verbo ativo ligar-se o recíproco *se*, segundo os autores de Port-Royal, “(...) a ação tem por sujeito e por objeto o mesmo agente: *se tuer* (‘matar-se’), *se voir* (‘ver-se’), *se connaître* (‘conhecer-se’) (...)” (ibidem, p.119), o que comprova

⁴³ Os verbos ativos, passivos e neutros eram apenas uma subdivisão dos verbos adjetivos na GGP-R e na *Grammaire Générale* de Beauzée.

que a reciprocidade no verbo é admitida na GGP-R. Quanto à forma de conjugação, Bacellar (1783) se equipara a Condillac (1775), dividindo os verbos em regular, irregular e defectivo.

No capítulo II, da segunda parte, Barcellar trata da formação do verbo e suas conjugações. A partir da página 54, são descritas as três conjugações (1ª – infinito em -ar; 2ª – infinito em -er; e, 3ª – infinito em -ir) por meio de quadros com verbos regulares distribuídos em modos e tempos verbais. O gramático usa notas de rodapé para explicar cada formação e, ao término de cada conjugação, lista os verbos irregulares e defectivos.

Apesar de o estudo acerca do verbo ser direcionado pela sintaxe, o que revela que a teoria da gramática geral recobre o horizonte de retrospectão do autor, a *Grammatica Philosophica* em exame se afastou um pouco do conceito geral fundamental de verbo por defini-lo também como ação, e não o classificar em substantivo, adjetivo e auxiliar.

e) Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que se quizer instruir (1804) – de Manuel Dias de Souza

Manuel Dias de Souza (1753-1827), pedagogo português, é autor das seguintes obras: *Nova escola de meninos* (1784); a *Gramatica Portuguesa* (1804); e, *Historia da criação do mundo, segundo a Sagrada Escripura e a melhor doutrina dos sabios* (1804) (KEMMLER, 2011). Para a produção da *Gramatica Portuguesa* (1804), inspirou-se na *Encyclopédie*, com o objetivo de “construir uma gramática acadêmica baseada nos princípios da gramática geral, especialmente a de Nicolas Beauzée” (GONÇALVES, 1998), em particular, acerca do estudo dos tempos e modos verbais.

Para o presente estudo, utilizamos a primeira edição da *Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que quizer instruir (1804)*, disponível na página eletrônica do projeto *Corpus des textes linguistiques*

findamentaux (CTLF), do Laboratoire d'Histoire et des Théories linguistiques (UMR 7597), da Université Paris 7, Denis Diderot.

A obra é dividida em duas partes: Parte I – Da Ortologia, que se subdivide em quatro artigos: 1º) dos elementos da palavra (letras, vogais, ditongos, consoantes, sílabas); 2º) da etimologia das palavras (palavra em geral, nome, artigo, adjetivo, pronome, participio, verbo, preposição, advérbio, conjunção, interjeição); 3º) da prosódia (prosódia e suas regras, figuras de dicção); 4º) da sintaxe (concordância, dependência, construção, figuras de sintaxe, construção do discurso); apêndice de ortologia; e, Parte II – Da Ortografia, subdividindo-se em dois artigos: 1º) da ortografia das palavras; e, 2º) da ortografia do discurso (pontuação).

No texto introdutório da *Gramatica Portugueza*, Souza (1804, p.VII) declara que a palavra é usada para exprimir os pensamentos por meio da fala realizada pelos órgãos responsáveis pela emissão dos sons e pela inteligência, característica singular do homem. Essa definição revela, claramente que o filósofo francês E. B. Condillac integra seu horizonte de retrospectão, pois, segundo esse filósofo e gramático, a fala é usada para transmitir conhecimento, e a escrita para perpetuar os pensamentos, os ensinamentos, os conhecimentos dos sábios (CONDILLAC, 1970 [1746]).

Segundo Souza, da observação do conhecimento dos sábios, surgiram três artes: a gramática, a lógica e a retórica. A gramática ensina a exprimir as ideias do pensamento; a lógica procura a verdade e ensina a transmiti-la; e, a retórica instrui a realçar o discurso, a fim de torná-lo mais persuasivo (SOUZA, 1804, p.X-XI). O gramático ratifica que os conhecimentos gramaticais são indispensáveis ao professor, pois podem instruir melhor seus alunos na prática da leitura e da escrita da língua portuguesa, o que, segundo observa Santos (2010, p.119), confere “(...) à sua obra um cunho didático-formativo (...)”.

Souza, na introdução da *Gramatica Portugueza*, fazendo uma resenha sobre as publicações de gramáticas portuguesas, faz uma divisão em três períodos: 1º – com Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo e D. Jerónimo, Contador de Argote; 2º – com António José dos Reis Lobato, e afirma que esses gramáticos não têm algumas falhas de outros, porque se fundam nas obras de “Sanchez, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lancelote”, o que lhes permitiu fazer a “correção dos defeitos” e suprir as “falhas dos nacionais”; e, 3º – quando fala de si próprio ao dizer

ser veiculador de “inovações” no sistema gramatical português, fato também anotado por Santos (2010, p.119). É de notar, ainda, que Souza não se refere à *Grammatica Philosophica*, de Bacellar (1783).

Quanto ao horizonte de retrospectiva de Souza, é possível afirmar que ele é claro e direto, pois o próprio autor o expõe (1804, p. XIV) ao revelar que sua doutrina segue dois percursos 1º – tem como fundamento a *Grammaire universelle* (1774), de Antoine Court de Gébelin (1725-1784), e a *Grammaire Générale* (1767), de Beauzée; e, 2º – além das antes citada, as gramáticas particulares portuguesas, especialmente, a de Lobato. Conforme Santos (2010, p.120), todavia, a gramática de Souza parece ser “apenas” uma tradução das obras referidas e dos artigos *Grammaire* (1757) e *Langue* (1765), de Nicolas Beauzée.

No Proêmio Gramatical, Souza (1804, p.1) conceitua gramática como

(...) a Arte que ensina a pintar, e exprimir de hum modo claro, energico, e rápido as nossas ideas, por meio das palavras que as representam, ou pronunciadas, ou escritas, e pelas quaes os nossos semelhantes comprehendem as mesmas ideas, e do modo que elas existem em nosso espirito.

A *Grammatica Portugueza* é “arte” porque se trata de uma língua particular, a língua portuguesa e, ensina a expressar as ideias, pois, na gramática filosófica, entende-se que a língua é expressão do pensamento, o qual é regulado por leis que são gerais a todos os homens. Em seguida, Souza (1804) explica a diferença existente entre gramática universal e gramática particular, que a primeira é imutável e se ocupa das expressões das ideias, e a segunda, por sua vez, sofre modificações conforme cada nação e cada século, porém há pontos em comum entre as diversas gramáticas particulares, pois são formadas a partir das regras da gramática universal. Para o gramático, o termo “universal” corresponde ao sentido do termo “geral”.

Apesar de apresentar distinções entre os dois tipos de gramática, Souza (1804) esclarece que as gramáticas particulares seguem um princípio único, universal, pois partem todas da gramática geral e por isso o estudo de ambas não pode ser realizado separadamente. Encontramos a mesma observação no texto de Beauzée (2015 [1757]), quando afirma que a ciência gramatical (gramática geral) é anterior à arte gramatical (gramática particular), mas isso não significa que se possa separar o

estudo delas, porquanto a “arte” é direcionada pelos princípios da “ciência”, e, a “ciência” é estabelecida por meio de observação dos usos nas diferentes práticas.

A semelhança entre o texto de Beauzée (artigo *Grammaire* da *Encyclopédie*) e de Souza é tão grande que parece uma tradução do francês para o português, como se pode ver abaixo:

Dans toutes les langues on trouvera des propositions qui auront leurs sujets et leurs attributs; des termes dont le sens incomplet exigera un complément, un régime: en un mot, toutes les langues assujettiront indispensablement leur marche aux lois de l'analyse logique de la pensée; et ces lois sont invariablement les mêmes partout et dans tous les tems, parce que la nature et la maniere de procéder de l'esprit humain sont essentiellement immuables. Sans cette uniformité et cette immutabilité absolue, il ne pourroit y avoir aucune communication entre les hommes de différens siecles ou de différens lieux, pas même entre deux individus quelconques, parce qu'il n'y auroit pas une regle commune pour comparer leurs procédés respectifs (BEAUZÉE; DOUCHET, EDR, *Grammaire*, 1757, p.841, *grifo nosso*).

A Gramatica Universal he imutavel assim como a Natureza, da qual ela he huma copia comum a todos os seculos, e a todos os Povos; porque a Natureza, e o modo de proceder do espirito humano são imutaveis: sem esta uniformidade e imutabilidade absoluta não poderia haver comunicação alguma entre os homens de diferentes seculos, ou de diferentes lugares, ainda mesmo entre dois individuos; porque não haveria huma regra comum para comparar os seus respectivos procedimentos (SOUZA, 1804, p.1-2, *grifo nosso*).

Confrontando os dois textos acima citados, observa-se que Souza faz uma paráfrase do texto de Beauzée. No artigo *Grammaire*, os enciclopedistas falam da análise lógica do pensamento, que é comum a todas as línguas, Souza serve-se desse argumento para conceituar gramática universal. Essa coincidência, então, indica com clareza que as ideias de Beauzée estão presentes no horizonte de retrospectiva do gramático português, quando este apresenta, por exemplo, as razões dos fatos da língua e os relaciona ao processo lógico do pensamento.

Ao tratar especificamente do verbo (Parte I, Artigo II, capítulo VII), Souza o define, afirmando que o verbo significa a existência de alguma coisa, unindo-a a uma qualidade, como podemos ver na citação abaixo:

Chamão-se Verbos aquelas palavras com que indicamos a existencia de alguma coiza juntamente com as qualidades que lhe convem.

O Verbo *he* como a alma do discurso, e com ele *he* que unimos os nomes com os seus adjetivos para exprimir completamente as nossas ideas; como por exemplo nestas frases: *A terra he redonda, o Sol he brilhante. As palavras Terra e Sol são nomes; Brilhante e Redonda são adjetivos, e não haveria alguma relação* entre estes nomes e estes adjetivos, nem farião algum sentido completo sem a palavra *He*, a qual *he* Verbo e serve de unir cada hum dos adjetivos ao nome, que *lhe* compete na respetiva fraze.

Não ha verdadeiramente mais do que o Verbo Ser : ha outras palavras a que costumão chamar Verbos, porém não o são senão em virtude da reunião, que tem com este, e em rigor devem considerar-se como expressões abreviadas, as quaes equivalem a hum participio junto com o Verbo *Ser*, assim como quando dizemos : *Antonio ama a virtude* *he* o mesmo que dizer : *Antonio he amante da virtude* (SOUZA, 1804, p.49-50, *grifo nosso*).

A definição de verbo mostra que, em parte, o autor se beneficia da definição de Beauzée (EDR, *Verbe*, 1751, p.48), “La premiere et la plus frappante de toutes, c’est qu’il est en quelque sorte, l’ame de nos discours, et qu’il entre nécessairement dans chacune des propositions qui en sont les parties integrantes” (*grifo nosso*). Souza, do mesmo modo, considera que o verbo é a alma do discurso, ao afirmar também que não há discurso sem verbo. Contrariamente a Beauzée, entretanto, o autor considera o verbo *ser* como o *único verbo* e afirma que os demais são expressões abreviadas (verbo *ser* + participio), desaparece na língua enunciada e o verbo *ser* é substituído mais o participio (presente, hoje) por um único verbo que representa a mesma ação, como, por exemplo, *eu sou amante* por *eu amo* (SOUZA, 1804, p.55). Isso confirma, então, a ligação do português tanto com os gramáticos de Port-Royal quanto com Condillac (1775), porque, nesse ponto, dá continuidade à teoria do verbo substantivo, a qual perpassa por todas as gramáticas gerais aqui estudadas. Esse e outros pontos revelam que a gramática de Souza não é simplesmente uma cópia da *Grammaire* de Beauzée, embora, o texto se mostre, em alguns momentos, como tradução para o português dos autores aqui indicados.

Exceto o verbo *ser*, os demais verbos são distinguidos por Souza pela significação, como: a) forma ativa: expressa a ação exercida por alguém, como *amar, ler, escrever*; b) forma passiva: comunica a ação recebida por alguém, como *ser amado, ser desejado, ser aplaudido*; c) forma neutra: exprime qualidade sem expressar a ideia de ação ou paixão, por esse motivo é neutro. Como exemplo, temos os verbos *demorar, existir*; e, d) forma reflexa: exprime a ação de alguém em si

mesmo, como *amar-se, degolar-se* (SOUZA, 1804, p.56-57). O gramático justifica o termo “forma” por função da etimologia, assim, explica que os verbos são derivações de nomes e quando convertem em “forma” verbal expressam as significações supracitadas. O gramático também explica que “Os Verbos Passivos, assim na Língua Portuguesa como em outras muitas, não tem fórmula própria, e por isso se formão com o Verbo *Ser*, acompanhado em todos os tempos e modos com o Participio passivo do Verbo que pretendemos exprimir (...)” (ibidem, p.57), entende-se por “forma própria” o aspecto físico do verbo, que na passiva necessita da composição do verbo *ser* + participio passivo. Essa teoria é semelhante à de Condillac sobre o assunto, porque esse autor afirma não ter verbo passivo no francês, o que ocorre é a voz passiva, o que é coincidente com o que ocorre para o português, que, igualmente, o verbo (a palavra verbal) não tem “forma” passiva.

Sobre essa questão, Barbosa justifica a divisão do verbo por razões gramaticais e uso específico da língua portuguesa que se diferencia da latina no que se refere à classificação de verbo ativo, passivo e neutro. Em sua reflexão, Barbosa discorda dos outros gramáticos que adotam esse parâmetro da gramática latina pelo fato de não existir o verbo passivo em nossa língua.

O mais acertado he dar ao verbo transitivo tres Vozes, ou maneiras, pelas quaes sua acção póde ser exercitada. Pois ou o sujeito da oração produz huma acção, que outro recebe; e este modo de a exercitar se chama *Voz activa*, como *Amo a Deos*; ou o sujeito da oração recebe huma acção, que outro produz, e he *Voz passiva*, como *Deos he amado por mim*; ou em fim o sujeito, que produz a acção, a recebe tambem em si; e he a *Voz media*, ou *Reflexiva*, como *Eu me amo, Tu te amas, Elle se ama* (BARBOSA, 1822, p.241, *grifos do autor*).

Como fica evidente, esse é outro fato que mostra a presença de Condillac (1775) no horizonte de retrospectção de Barbosa. Assim como aquele defende que não há verbos passivos no francês e, conseqüentemente, também não há verbos neutros, este afirma que na língua portuguesa não há verbos passivos e neutros, e discorda dos demais gramáticos como Bacellar (1783), que reconhece os verbos passivos e neutros no português, e Souza (1804) que, apesar de classificar os verbos em ativos e passivos, explica que os passivos não têm uma forma própria, sendo formados pela união do verbo *ser* mais o participio passivo do verbo que se pretende expressar nessa forma. Barbosa (1822, p.241) rompe totalmente com a possibilidade da existência desses verbos em português ao declarar que: “A Língua Portuguesa não

tem verbos passivos para poderem entrar nesta divisão: e onde não ha verbos passivos, não póde haver tambem verbos neutros, que são os que nem são activos, nem passivos.”

Com relação à terminologia empregada por Souza, a distinção é evidente em relação às gramáticas gerais aqui estudadas. Vê-se que o português não nomeia o verbo como *substantivo* e *adjetivo*, mas os denomina, simplesmente: verbo *ser*, para o primeiro; e, para os segundos, ativo e passivo. Os conceitos, porém, são semelhantes, visto que o verbo *ser* é descrito do mesmo modo como o verbo substantivo é nas gramáticas gerais, como aquele capaz de formar toda e qualquer proposição, e os verbos ativos são correspondentes aos denominados verbos adjetivos por outros autores, pois sua definição corresponde ao que comporta, ao mesmo tempo, a ideia do verbo *ser* e o atributo.

Como para os demais gramáticos, quer sejam ou não partidários praticantes da teoria da gramática geral, Souza (1804, p.106) diz que os verbos não são capazes de sozinhos formar todos os tempos, para o que se unem a outros verbos, os chamados auxiliares, e, assim, formar os tempos compostos. Desse modo, os tempos podem ser considerados simples (um único verbo) ou compostos (verbo auxiliar unido ao verbo conjugado). Conforme o mesmo gramático, os verbos auxiliares são aqueles que servem para cooperar nessa formação do tempo composto. São eles: “*ser, ter, haver, estar, ficar, andar, vir, ir, dever, entrar*, sendo que os tres primeiros são mais uzados do que os outros” (ibidem, p.107), e não faz mais nenhuma distinção na definição dos auxiliares.

No que diz respeito à conjugação verbal, o autor não diverge da tradição, declara que, há, no português, três conjugações regulares reveladas pelas terminações do infinito: a) primeira terminação -ar (*amar*); b) segunda terminação -er (*defender*); e, c) terceira terminação -ir (*aplaudir*) (SOUZA, 1804). São regulares os verbos que demonstram a mesma conjugação, logo, os verbos que se afastam da forma padrão por conta da diferença de letra ou redução de formas em seus tempos são chamados de irregulares e anômalos, respectivamente. Chama de verbo defectivo aqueles a que faltam alguns tempos ou pessoas.

Como Du Marsais estabelece diferença entre sintaxe e construção (Cf. Du Marsais et al., EDR, *Construction*, 1751, p.73), Souza também afirma que Sintaxe significa *composição*, parte responsável pela ordem das palavras que se reúnem para

expressar o pensamento, composta por regras: a) concordância – normas que prescrevem a união das palavras; b) dependência – regras que determinam a união das palavras essenciais a outras que as determinam e esclarecem; e, c) Construção – normas que estabelecem o lugar que cada palavra deve ocupar no enunciado (SOUZA, 1804). Seguindo a lógica de Du Marsais, Souza estabelece diferença entre sintaxe e construção, determinando esta como parte integrante daquela. Os conceitos são bem semelhantes entre os dois: Du Marsais afirma que a construção apresenta a ideia de combinação e arranjo das palavras para formar o enunciado, e a sintaxe estabelece as relações que essas palavras têm; Souza reitera que é competência da sintaxe a ordenação das palavras e a construção estabelece as regras para a formação da expressão.

A sintaxe é parte indispensável para o racionalismo nas gramáticas gerais e filosóficas, uma vez que observa a palavra por meio da união, ou seja, por proposições. A teoria prevê que não existe linguagem por meio de palavras soltas, mas por meio das relações de acordo (concordância) e regime (dependência) que mantêm entre si, nas proposições (SOUZA, 1804).

Outro ponto de identidade entre Souza e os demais teóricos e praticantes da teoria geral é a assunção do preceito geral da teoria, a relação da linguagem com o pensamento e as operações mentais que o sujeito realiza ao enunciar-se. O gramático analisa proposição como expressão do juízo de acordo com Port-Royal (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]) e as partes do discurso relacionando as ideias ou pensamentos ao ato de julgar conforme Beauzée (BEAUZÉE et al., EDR, *Proposition*, 1751).

Sobre a proposição, Souza (1804, p.156) afirma que:

Hum *Juizo* compõe-se de tres partes essenciaes, a saber: de hum *Sujeito* de quem se affirme ou negue alguma coiza; de hum *Atributo* que qualifique o sujeito; hum *nexo* que os une. A Propozição consta tambem de tres partes essenciaes correspondentes as que constituem hum Juizo ou Pensamento, a saber: de hum *Nome* e o seu artigo algumas vezes, que exprimem o Sujeito do qual se affirma ou nega alguma coiza; de hum *Adjetivo* que exprime a qualidade que se atribue ao Sujeito, e de um *Verbo* que he o *nexo* que serve de unir e ligar o atributo ao Sujeito.

Souza retoma os ensinamentos de Port-Royal (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]), ratificando que o julgar é afirmar ou negar algo de alguma coisa e esse

juízo nada mais é do que a proposição composta por três elementos: sujeito, atributo e verbo, o qual estabelece união entre os dois primeiros termos, ou seja, a cópula. Como na GGP-R, a proposição, para Souza (1804, p.156), é formada por três elementos (*Pedro é vivente*), os quais podem ser abreviados por dois (*Pedro vive*) ou por um (*vive*) (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]). Souza (1804, p.157) também explica que uma proposição é formada por três espécies de palavras (nome, verbo e adjetivo) e podem ser expressadas por apenas uma, como: *Ele ama* é equivalente a *ele é amante*.

Apesar de Souza não usar a mesma terminologia das gramáticas gerais nas descrições e classificações do verbo, é óbvia sua ligação aos autores da gramática geral, os quais foram fundamentais para a conformação de suas ideias, de seu cabedal de conhecimento, enfim, de seu horizonte de retrospectiva. O exemplo da consideração do verbo ser, como verbo substantivo, e o único a ser capaz de ter o status de "verbo", considerado, então, como "único verbo" capaz de expressar as proposições da língua, ligam-no diretamente à GGP-R e, depois a Du Marsais.

O estudo na *Gramática Portuguesa* foi realizado com a finalidade de interpretar o horizonte de retrospectiva de Barbosa. Levantamos a questão da presença das ideias contidas no texto de Souza no conceito de verbo na GPLP, em relação a ser fonte direta da teoria da gramática geral, contudo, isso não foi confirmado. A seguir, apresentamos um quadro comparativo do tratamento do verbo nas gramáticas gerais e filosóficas estudadas nesta tese, a fim de analisar como percorre aos conhecimentos integrantes de seu horizonte de retrospectiva para construir o conceito de verbo na GPLP.

3.3 Um quadro comparativo do tratamento do verbo em gramáticas gerais e filosóficas

Para fechar este capítulo, apresentaremos uma breve revisão do que vimos dizendo sobre verbo nas gramáticas gerais e filosóficas. Segundo Aroux (1998a, p.149), sabemos que veio de Aristóteles o "embrião" da teoria do verbo substantivo, o que o filósofo francês demonstra pela fórmula "verbo X = é (finito) + particípio presente do verbo X". A fórmula, segundo Aroux (1998a, p.149), referia-se a enunciados formados por verbos diferentes do *ser*, para justificar que, por exemplo, *homem é saudável* e *homem tem saúde* não há diferença de sentido. Essa ideia perpassa a

longa duração do tempo, e chega ao século XVI, quando é defendida na Minerva (1562), por Sanchez de Las Brozas. Nas gramáticas gerais, a ideia semelhante é adotada com o argumento de que não haveria necessidade de outro verbo além do *ser* para formar uma proposição. A gramaticografia portuguesa dá continuidade à teoria do verbo substantivo apresentando também mudanças no conceito de verbo.

Na GPLP, são agregados:

- a) a ideia de proposição dos Senhores de Port-Royal;
- b) o sentido parcial de existência apresentado por Beauzée como conceito de verbo;
- c) a ideia de abreviação (a redução das orações formuladas com verbos adjetivos).

No quadro sinóptico abaixo, podemos observar o desenvolvimento da teoria sobre o verbo, pela perspectiva da teoria geral racionalista (à exceção de Condillac, que é sensualista), essa teoria do verbo substantivo, passando pelas gramáticas gerais até a GPLP.

QUADRO 9 – A TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO

GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660])	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: “Uma palavra que significa a <u>afirmação</u> com designação da pessoa, do número e do tempo” (p.86); • VERBO SER: realiza a ligação entre o sujeito e o atributo; • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: Verbo X = é (finito) + particípio presente do verbo X.
Grammaire Générale (BEAUZÉE, 1767) Verbe (BEAUZÉE, EDR, <i>Verbe</i> , 1751)	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: é o centro do discurso, que liga o sujeito ao seu atributo. É uma palavra que tem o sentido geral de <u>existência</u>, e que é por número e pessoa que concorda com o sujeito; • VERBO SER: é uma <u>existência intelectual</u> com relação a um atributo; • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: o verbo <i>ser</i> forma proposições em todas as línguas.
Grammaire (CONDILLAC, 1775)	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: A palavra que representa a alma do discurso, exprimindo o julgamento; • VERBO SER: exprime a <u>afirmação</u> e também a <u>coexistência</u> do sujeito com o atributo; é o <u>único verbo</u>;

	<ul style="list-style-type: none"> • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: o verbo <i>ser</i> unido ao adjetivo proporciona a <u>abreviação</u> da proposição.
Grammatica Philosophica (BACELLAR, 1783)	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: <u>ação</u> gramatical que representa uma <u>afirmação</u>; • VERBO SER: é a "obra" que estabelece a união entre o sujeito e o predicado; • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: todo verbo de ação se decompõe em "é + particípio presente".
Gramatica Portugueza (SOUZA, 1804)	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: é a <u>existência</u> de alguma coisa, unindo-a a uma qualidade; • VERBO SER: é o <u>único verbo</u>; realiza a união entre o nome e o adjetivo; • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: os demais verbos são <u>expressões abreviadas</u> do verbo <i>ser</i> mais o particípio.
GPLP (BARBOSA, 1822)	<ul style="list-style-type: none"> • VERBO: é a parte do discurso que serve para ligar o sujeito ao seu atributo, tendo como principal significação a <u>existência</u>; • VERBO SER: exprime a <u>coexistência</u> de uma qualidade ou atributo no sujeito. É o <u>único verbo</u>; • TEORIA DO VERBO SUBSTANTIVO: com o verbo <i>ser</i> é possível formar todas as orações; o verbo adjetivo é uma <u>expressão abreviada</u> da linguagem substantiva, ou seja, verbo adjetivo = verbo <i>ser</i> + particípio ativo.

Fonte: Própria autora.

Com relação às terminologias e aos conceitos adotados por Barbosa na GPLP, observamos que há semelhanças e diferenças com as empregadas pelos autores que compuseram seu horizonte de retrospectiva estudado. O quadro sinóptico seguinte mostra algumas delas:

QUADRO 10 – O VERBO: TERMINOLOGIAS

GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, 2001[1660])	VERBO	Substantivo	
		Adjetivo	Ativo Passivo Neutro
		Auxiliar (ser e ter)	
Tems (BEAUZÉE et al., EDR, <i>Tems</i> , 1751) Grammaire Générale (BEAUZÉE, 1767)	VERBO	Substantivo ou abstrato	
		Adjetivo ou concreto	Ativo Passivo Neutro
		Auxiliar	Natural (ser) Usual (qualquer outro verbo auxiliar)
Grammaire (CONDILLAC, 1775)	VERBO	Substantivo	
		Adjetivo (verbo de ação)	Regular Irregular
		Auxiliar	Ser (para expressar estado) Ter (para expressar ação)
Grammatica Philosophica (BACELLAR, 1783)	VERBO	Ativo Passivo Neutro Recíproco	Regular Irregular Defectivo

Gramática Portuguesa (SOUZA, 1804)	VERBO	Verbo ser	
		Ativo	Forma ativa Forma passiva Forma neutra Forma reflexa
			Regular Irregular Anomalo Defectivo
		Auxiliar (ser, ter, haver, estar, ficar, andar, vir, ir, dever, entrar)	
GPLP (BARBOSA, 1822)	VERBO	Substantivo	
		Adjetivo	Transitivo Intransitivo
			Pessoal Impessoal
			Simples Composto
			Regular Irregular
Auxiliar	Do verbo substantivo (haver, estar, ter) Do verbo adjetivo (andar, vir, ir)		

Fonte: Própria autora.

Ao longo deste capítulo, assinalamos as semelhanças e diferenças entre as gramáticas gerais e filosóficas, destacando os conhecimentos que se conservaram e e deram origem a outros novos e aqueles que foram esquecidos, e constituíram apagamentos das ideias passadas. Na GPLP, verificamos que houve continuidade dos seguintes conceitos, ao longo do tempo:

a) a teoria do verbo substantivo, como nas gramáticas gerais, de modo mais próximo às ideias de Beauzée e de Condillac;

b) o conceito de verbo adjetivo, conforme as gramáticas gerais; e,

c) a total negação da função auxiliar do verbo *ser* e adoção da subdivisão: verbos auxiliares do substantivo e verbos auxiliares dos adjetivos.

Isto posto, concluímos que Barbosa (1822) construiu seu conceito de verbo com base na teoria das gramáticas gerais, defendida pelos autores que compuseram seu horizonte de retrospectiva, apresentando, porém, uma nova interpretação do conceito dessa parte do discurso, pois recupera parcialmente o conceito de verbo apresentado por Beauzée (existência), faz uso da terminologia de Condillac (coexistência) e diverge de todos os gramáticos em relação à função do verbo *ser* como auxiliar e acrescenta a subdivisão de auxiliares para o verbo substantivo e para os verbos adjetivos.

A seguir, iremos continuar examinando o verbo na GPLP por meio de descrição e análise, detendo-nos nas definições dos modos e tempos verbais, observando como o gramático português se apropriou das ideias teórico-filosóficas presentes nos textos dos autores que formam seu horizonte de retrospectiva, conforme aqui estudado.

CAPÍTULO IV – MODOS E TEMPOS VERBAIS

Neste capítulo, analisamos os critérios⁴⁴ utilizados por Barbosa para a conceituação e exploração do modo e tempo verbais, por meio de análise comparativa do que sobre esse tema consta nas gramáticas gerais e filosóficas que, segundo verificamos, fazem parte do horizonte de retrospectiva do autor. Abordamos, primeiramente, os conceitos de modo e tempo das gramáticas gerais e filosóficas que precedem Barbosa e, posteriormente, apresentamos os conceitos de modo e tempo na GPLP, a fim de analisarmos semelhanças e diferenças entre essas gramáticas, destacando os conhecimentos da teoria da gramática geral mantidos e as inovações em relação a tais conhecimentos, conforme operados pelo autor.

4.1 Modos e tempos nas gramáticas gerais e filosóficas

Nesta seção, apresentamos os conceitos de modo e tempo nas gramáticas gerais e filosóficas já expostas na seção 3.2 *O tratamento do verbo em gramáticas gerais e filosóficas*. Primeiro, descrevemos os tempos e modos de acordo com cada obra lida; e, depois, interpretamos os critérios de distinção de tempos e modos, segundo Auroux (2009a).

a) Grammaire générale et raisonnée (1660) – de Antoine Arnauld e Claude Lancelot

Para a construção dessa seção, partimos da leitura dos capítulos XIII (dos verbos e daquilo que lhes é próprio e essencial), XV (dos diversos tempos do verbo), XVI (dos diversos modos ou maneiras dos verbos), XVII (do infinitivo), XIX (dos verbos impessoais), XX (dos participios), e XXI (dos gerúndios e dos supinos) da GGP-R, de Arnauld e Lancelot (2001[1660]).

Segundo os Senhores de Port-Royal, a afirmação, conceito essencial do verbo substantivo, também está ligada ao tempo. Os gramáticos conceituam o tempo como “(...) uma coisa que ela é ou que ela foi, ou que ela será (...)” (ARNAULD; LANCELOT (2001[1660], p.91), e essa significação está presente nas inflexões do verbo. Os tempos simples são: presente, passado (que pode ser definido ou indefinido) e futuro

⁴⁴ Cf. Auroux, 2009a, p.105-110.

(também definido ou indefinido). O passado é definido, quando designa exatamente o momento da realização da coisa; e, é indefinido ou aoristo, quando a coisa foi realizada em tempo não determinado. Assim, para que o passado seja determinado com o afastamento de um dia, é necessário marcar o tempo da conclusão da ação como, por exemplo, “eu escrevi *ontem*”. O tempo futuro também pode ser marcado como “eu escreverei *amanhã*”.

Quanto aos tempos compostos, Arnauld e Lancelot (2001[1660]) apresentam quatro: a) pretérito imperfeito – é passado no tocante ao momento da fala, porém é presente em relação à outra ação passada; b) pretérito mais-que-perfeito – é um passado relacionado a outro passado; c) futuro perfeito – é futuro em relação ao tempo da fala, porém é passado em referência à outra coisa que ainda será realizada; e, d) futuro – é o futuro relacionado ao presente.

Os modos verbais, na GGP-R, estão relacionados à maneira e a forma de nossos pensamentos. Assim, os modos são: o modo indicativo – significa a afirmação; o subjuntivo – significa a afirmação modificada; o optativo – expressa aspiração, desejo; o concessivo – tem o sentido de concessão de algo; o imperativo – expressa ordem, pedido. Os modos optativo, concessivo e imperativo expressam o “querer”. Como o modo imperativo se refere a uma ordem ou pedido que o interlocutor irá atender no futuro, muitos gramáticos classificam o modo imperativo como um futuro. Os autores de Port-Royal abordam o tempo verbal separadamente do modo verbal, e não deixam claro quais são os tempos correspondentes a cada modo. A obra não é um manual prático, mas um texto teórico, provavelmente, por isso não traz os paradigmas das conjugações.

O infinitivo é caracterizado como “verbo impessoal”, pois indica ação sem flexão de número e pessoa. Com essa declaração, Arnauld e Lancelot (2001[1660]) discordam dos gramáticos que classificam os verbos defectivos, os quais apresentam apenas a 3ª pessoa como impessoais, pois o sujeito está expresso no verbo por meio da flexão de pessoa e número. Porém, na língua francesa, não há propriamente verbos impessoais, visto que quando se diz *il faut* o pronome *il* assume a função de nominativo do verbo (ARNAULD E LANCELOT, 2001[1660]). O mesmo ocorre com as expressões *on aime*, *on court*, em que o pronome *on* exerce a função de nominativo do verbo.

De modo análogo ao exposto na Minerva (BROZAS, 1976 [1587]), na GGP-R, elucida-se que os verbos naturais podem ser observados seguindo o mesmo princípio do uso do pronome *il*, assim, entende-se, por exemplo, que na forma verbal *pluit*, há uma abreviação, ou seja, no verbo, há o sujeito, a afirmação e o atributo. Portanto, o sujeito é retomado com o pronome *il*, o qual assume a função de nominativo do verbo (*il pleut*), isso se dá em algumas construções como *il jour* → *il est jour*; *il chaud* → *il fait chaud*. Os autores de Port-Royal entendem que a segunda construção do exemplo é o desenvolvimento da primeira.

Quanto aos participios, os Senhores de Port-Royal afirmam que são adjetivos e não verbos. Os participios têm o mesmo significado dos verbos, com exceção da afirmação e da pessoa verbal, e, por isso, são classificados como nomes adjetivos, embora tragam consigo o sentido do atributo com a designação de tempo (presente, passado e futuro). Os participios também podem ser ativos ou passivos, conservando o regime do verbo quando for ativo.

O gerúndio também não é verbo, pois é nome substantivo, diferenciando-se do infinitivo e do participio em razão de acrescentar à ação verbal o sentido de necessidade ou de dever, isto é, expressa a ação do que se deve fazer. Por sua vez, o supino é nome substantivo sempre passivo.

Os modos são definidos como uma categoria que expressa a “(...) maneira e forma dos nossos pensamentos (...)” (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660], p.94). Segundo Leite (2019a, p.22), “A relação pensamento e linguagem articulada é, pois, uma característica saliente das gramáticas filosóficas.” E, ao distinguir os modos verbais, os autores da GGP-R associam língua e pensamento e empregam os seguintes critérios: a) semântico – pois pode significar ordem, pedido, condição, aspiração, desejo, como é o caso dos modos optativo, concessivo e imperativo; b) funcional-lógico – porque tem a função de ligar os dois termos de uma proposição de maneira afirmativa (indicativo) ou afirmativa modificada (subjuntivo), e, c) morfológico – porque expressam afirmação com a flexão de pessoa e número, com exceção do modo infinitivo.

O sistema verbal em cada gramática geral ou filosófica estudada nesta tese constrói-se a partir da classificação dos modos verbais. Barbosa (1822, p.200) descreve essa categoria como as “(...) diferentes maneiras de enunciar a coexistência do attributo no sujeito da proposição.”, o que evidencia a refutação da palavra

afirmação usada pelos autores de Port-Royal, apesar de se aproximar com o sentido de *diferentes maneiras de enunciar*. O autor da GPLP também declara que “Os Grammaticos se dividem sobre a natureza e numero destes modos (...)” (Idem), e a consequência são os diferentes números de modos em cada gramática. Por escolher critérios diferentes dos interpretados na obra dos gramáticos franceses, o português propõe um quadro distinto do da GGP-R, a qual é um dos textos fundamentais para a composição de seu horizonte de retrospectão.

b) Grammaire Générale, ou Exposition raisonnée des éléments nécessaire du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues (1767) – de Nicolas Beauzée

Para a construção dessa seção, utilizamos não somente o capítulo VI (artigo III – *dos tempos do verbo*) do livro II da *Grammaire Générale* (1767) já descrita no Capítulo III desta tese mas também os artigos *Tems* (1751), *Verbe* (1751) e *Mot* (1751) publicados em *L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* por Beauzée, encontrados nos volumes dez, dezesseis e dezessete, respectivamente, da mesma obra.

Para Beauzée (1767, Livro II, p.422), “(...) le verbe est la seule espèce de mots qui paroisse susceptible de la distinction des temps”, pois ele o considera uma ideia acessória que se agrega à ideia principal do verbo, *existência intelectual*. O gramático, portanto, entende que o tempo é um acidente do verbo. O enciclopedista também afirma que há línguas, como a chinesa, que não dispõem da categoria de tempo na classe de verbo. Assim, o tempo é propriedade essencial do verbo em apenas algumas línguas, como o francês, o latim, e outras.

O enciclopedista entende por tempo um segmento de existências de um ser. Esse segmento de tempo, ou de existência, é determinado por um ponto referencial, chamado *época*, que são pontos fixos no tempo, momentos em que, de algum modo, a dinâmica do tempo é parada. O momento de repouso, ou época, torna-se o ponto de observação daquilo que coexiste, ou do que precede, ou do que sucede, na linha do tempo (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p. 425). Ao "conjunto de épocas" Beauzée (idem) nomeia período, cujo começo e fim são determinados justamente por essas épocas. O gramático relaciona os fatos com a época do ato de fala ou com uma época subsequente, ou anterior, como podemos ver a seguir:

Tous les tems expriment un rapport d'existence à une époque; c'est là l'idée commune de tous les tems, ils sont synonymes à cet égard; et voici ce qui en différencie la signification: les présents expriment la simultanéité à l'égard de l'époque, les prétérêts expriment l'antériorité, les futurs la postériorité (...) (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751, p. 757).

O importante na teoria de Beauzée é a relação dos tempos ao ato de fala. Os tempos expressam uma relação de existência que pode ser simultânea, ou anterior, ou posterior ao ato de fala. O ponto de referência no tempo para os interlocutores é concernente ao ato de fala. Os tempos são divididos conforme a relação de comparação à época da existência: os presentes expressam a simultaneidade da existência; os pretéritos, a anterioridade; e o futuro, a posterioridade. Quanto ao período de comparação, os tempos podem ser definidos – quando expressam a existência de uma época definida, específica – ou indefinidos – quando expressam a existência em qualquer época não específica (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751, p.97). Segundo Leite e Campos (2019, p.5-6, *grifos das autoras*):

Essa teoria e metodologia de tratamento do tempo, gerou a teoria do *sistema verbal francês* e consistiu uma *inovação*, tanto porque o autor disse algo que ninguém havia dito, embora o fenômeno estivesse latente nas formas e expressões verbais, quanto porque foi uma teoria reconhecida e aceita pelos contemporâneos do filósofo, especialistas em análise da linguagem e da língua, os cientistas da linguagem de sua época, ou, em outros termos ainda, por seu *grupo de especialidade*. Todos se valeram dessa teoria, que passou a ser referida como “a teoria do sistema verbal de Beauzée”.

Ainda conforme Leite e Campos (2019, p.6), essa teoria é aplicada em muitas gramáticas filosóficas e também em outros contextos científicos, como Benveniste, o qual empregou o conhecimento no francês, contudo, não faz menção a Beauzée. Aparentemente, no horizonte de retrospectiva de ambos, há as reflexões de Santo Agostinho, o qual entendia o tempo como partes anteriores e posteriores de um termo de comparação.

O tempo sempre foi objeto de reflexão desde a Antiguidade. Aristóteles (1985), por exemplo, nas *Categorias*, apresenta o tempo como uma categoria relacionada à duração de uma ação. O filósofo compreende o tempo como “(...) um todo e uma quantidade contínua, pois o presente, o pretérito e o futuro estão concatenados (...)” (ibidem, p.61). O tempo é um todo constituído por partes (presente, passado e futuro)

relacionadas em uma sequência. Aristóteles continua sua explicação afirmando que “(...) as partes do tempo têm uma sucessão relativa, porque uma parte é anterior a outra, posterior (...)” (ibidem, p.62), compreendendo como ponto de comparação o presente.

Santo Agostinho (2015), por sua vez, observa o tempo pela perspectiva psicológica, como um fenômeno que ocorre na alma, ou seja, na mente humana. O filósofo discorda dos tempos passado e futuro, pois, para ele, há somente o presente, o qual se divide em três tempos: “(...) o presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras (...)” (ibidem, p.310). A teoria de Santo Agostinho trata, então, o passado como uma anterioridade e o futuro como posterioridade em relação ao presente, embora não com esses termos. O passado é recuperado por meio da memória, das lembranças que são presentes na mente; o presente, na atenção, na visão das coisas que são presentes; e, o futuro, na expectativa, na esperança das coisas futuras (AGOSTINHO, 2015).

Apesar de Beauzée tratar o tempo conforme a relação de comparação a um momento específico, não reconhece o tempo na mesma perspectiva de Santo Agostinho. Conforme Leite e Campos (2019, p.7), “O interesse de Beauzée é gramatical e seu objetivo é descrever as expressões linguísticas verbais referentes ao tempo, a fim de explicar como elas ‘representam’ o tempo.”

Para Beauzée (1767, Livro II, p.428), há três espécies de tempo (presente, pretérito e futuro). No entendimento do gramático (ibidem, p.429), “L’idée de simultanité caractérise très-bien les présens; celle d’antériorité est le caractere exact des prétérits; et l’idée de postériorité offre nettement la différence des futurs”. Essas três espécies são subdivididas acerca da determinação da época de comparação em determinado e indeterminado (ibidem, p.430), o que torna possível reconhecer no presente, no pretérito e no futuro as características de determinado ou de indeterminado.

Beauzée descreve os tempos presente, passado e futuro com valores semânticos diversos, a depender da situação de comunicação da seguinte forma:

- a) *Presente*: Há quatro tempos para o presente: a.1) *atual* – é simultâneo ao ato de fala; a.2) *anterior* – é simultâneo a uma época anterior; a.3) *posterior* – é

simultâneo à uma época posterior; e, a.4) *indefinido*⁴⁵ – é simultâneo a uma época atual, anterior e posterior concomitantemente e, por isso, é usado na construção das proposições que proferem verdades eternas. No artigo *Tems* (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751), Beauzée nomeia de *presente abstrato* o que chama de *indefinido* em sua *Grammaire* (BEAUZÉE, 1767, Livro II).

Para Beauzée (1767, Livro II), alguns gramáticos nomeiam erroneamente os tempos *pretérito imperfeito* e *pretérito definido ou indefinido*, ou *aoristo*, pois, de fato, na visão do enciclopedista, todos esses tempos são referentes ao *presente anterior definido*, uma vez que comunica um presente definido simultâneo à uma época anterior. É *presente* porque a existência de alguma coisa é simultânea ao ato de fala; *anterior*, pois o termo de comparação é anterior ao ato de fala; e, *definido*, porque o termo de comparação é determinado. Beauzée demonstra, por meio desse paralelo com outros gramáticos, que os tempos não são uma época instantânea, mas um período completo, representando um todo.

b) *Pretérito*: Beauzée afirma que há quatro pretéritos na língua francesa: b.1) *pretérito indefinido* – demonstra a concepção de todas as épocas, não definindo nenhuma. Esse tempo é chamado pelos outros gramáticos, segundo Beauzée, de pretérito perfeito; b.2) *pretérito atual* – significa uma existência anterior ao momento da fala. Esse tempo, porém, não tem uma forma própria, sendo realizado com a forma do pretérito indefinido; b.3) *pretérito posterior* – significa uma existência acabada ou finalizada anteriormente à época designada por uma expressão que exponha um tempo determinado como *um momento*, *amanhã*. Essas expressões representam uma época posterior ao ato de fala e, por isso, o tempo verbal seria um pretérito posterior; e, b.4) *pretérito anterior* – o ato de fala é anterior à outra época anterior ao momento da fala. Em geral, os demais gramáticos nomeiam esse tempo como *pretérito mais-que-perfeito*. Essa denominação, entretanto, é considerado por Beauzée problemática e contraditória, pois, além de não haver nada “melhor que o perfeito”, também não expressa a natureza do tempo verbal.

Beauzée também faz distinção de dois tipos de *pretérito anterior*: o *periódico* (existente no francês, no italiano, no espanhol e talvez em outras línguas), que

⁴⁵ Atualmente, o presente indefinido é nomeado como presente omnitemporal ou gnômico (FIORIM, 1996).

expressa anterioridade de existência em relação ao momento da fala, no entanto, é simultâneo ao *ontem*; e, o *simples*, cuja anterioridade de existência está relacionada a uma outra época anterior à fala.

- c) *Futuro*: Para Beauzée, também há quatro tipos de futuro: c.1) *futuro indefinido* – faz relação com todas as épocas, e, por isso, usado em proposições que expressam verdades eternas; c.2) *futuro anterior* – expressa a posteridade em relação à uma época anterior ao ato de fala; c.3) *futuro posterior* – significa uma existência posterior em relação à uma época posterior; e, c.4) *futuro atual* – semelhante ao presente atual e ao futuro atual, esse tempo não tem forma própria, e, por esse motivo, realiza-se por meio da forma do futuro indefinido.

Beauzée (1767, Livro II, p.459-460) afirma que sua analogia está intimamente relacionada com a razão, citando Varrão como precursor de um princípio filosófico para a composição dos tempos verbais. Beauzée também afirma que há línguas com tempos simples e compostos. Os tempos simples são formados por uma única palavra, diferenciados por inflexões (modificações no início ou no meio da palavra) e por terminações (mudanças na sílaba final da palavra). Os tempos compostos são formados pela ligação de um verbo auxiliar e um verbo conjugado.

A língua francesa tem uma particularidade: a distância temporal é definida de maneira vaga e indeterminada ou de forma precisa e determinada. Essa distância da época é mais uma característica dos tempos, assim, um pretérito pode ser anterior e próximo. Os pretéritos e os futuros *éloignes* (distantes) estabelecem uma ideia acessória de um grande distanciamento em relação à época de comparação, e os pretéritos e os futuros *prochains* (próximos) expressam uma ideia acessória de uma distância pequena à época de comparação (BEAUZÉE, 1767, Livro II, p.475-476). Deste modo, os tempos podem ser distantes ou próximos, definidos ou indefinidos, anteriores ou posteriores.

Para os tempos *éloignes*, não há marca na estrutura verbal, o que torna necessário o uso de um advérbio para esses tempos, como, por exemplo, *longtemps*. Porém, o mesmo não ocorre com os *prochains*, uma vez que há três tempos para o pretérito e dois para o futuro com essa característica. Os *pretéritos prochains*, o *pretérito indefinido prochain* e o *presente posterior prochain* são formados com o auxiliar *venir*, que perde seu significado original para servir de auxiliar usual (BEAUZÉE, 1767, Livro II). O *futuro anterior prochain* e o *futuro indefinido prochain*

são compostos pelo auxiliar *aller*, o qual deixa seu significado original para exercer a função de auxiliar usual (BEAUZÉE, 1767, Livro II).

O tempo *pretérito comparativo*, nomeado por outros gramáticos como *surcomposés*, estabelece comparação acessória e marca anterioridade em relação ao ato de fala. O enciclopedista explica que os verbos auxiliares são usados para formar esse tempo verbal: o *être* caracteriza o *pretérito comparativo* com a expressão de anterioridade; e, o *avoir* designa uma relação de anterioridade acessória. A anterioridade é relativa à época que está sendo considerada originalmente e a anterioridade acessória é relativa a um outro evento colocado em comparação com o que é expresso pelo verbo, em comum relação com o mesmo tempo primitivo.

Os tempos também são divididos em modos, os quais correspondem aos aspectos dos significados verbais. Segundo Beauzée, os tempos do francês são distribuídos em seis modos. São eles (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751, p.109-114):

a) Indicativo – é o modo indispensável e mais natural para a construção da proposição principal; também é aquele que tem todos os tempos possíveis em cada língua (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751);

b) Imperativo – pode significar uma ordem, um desejo, um pedido, um conselho, por isso, é caracterizado pelo aspecto semântico;

c) Supositivo – expressa hipótese ou suposição, e, como o modo anterior, também é reconhecido pelo caráter semântico. Todos os tempos do supositivo expressam uma indefinição quanto ao tempo de existência, e, conseqüentemente, não há necessidade de acrescentar-lhe essa distinção;

d) Subjuntivo – contém os mesmos tempos do indicativo, porém expressa um sentido indefinido; é o modo utilizado em proposições incidentes. O modo indicativo tem duas relações: a de existência e a de tempo de existência da fala; o subjuntivo, por sua vez, dispõe de três relações: a de existência; a de tempo com o momento determinado pelo verbo da oração principal; e a de tempo da existência da fala;

e) Infinitivo – discordando de Brozas quanto a inexistência de tempo para o infinitivo, Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751) afirma que o Brocense confundiu a relação de tempo com a de existência. Beauzée assegura que o infinitivo tem tempos indefinidos, uma vez que é indeterminada a época de comparação;

f) Particípio – o enciclopedista apenas declara que o mesmo que foi dito sobre os tempos do infinitivo também corresponde para o particípio (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751).

Beauzée apresenta um sistema verbal inovador e representativo por sua meticulosidade, baseando-se em três eixos: a) a época ou o momento de comparação; b) a comparação é relacionada a uma referência e não ao elemento semântico; e, c) o ato de fala, ou seja, o momento da fala. Levando em consideração esses três pontos, Beauzée definiu os tempos presente, pretérito e futuro, definido e indefinido, atual, anterior e posterior.

O sistema apresentado pelo enciclopedista analisa a formação dos tempos e modos por meio do critério semântico quando assegura que a ideia do verbo, o sentido ou significado do verbo se encontra na raiz, e critério semântico-morfológico quando assegura que as ideias acessórias de simultaneidade, anterioridade e posterioridade se realizam nos acréscimos, que, atualmente, entende-se por desinência de modo-tempo. É também um sistema que reflete, por meio do critério semântico-pragmático, os diferentes tempos entre as línguas mediante o uso, e marca a escolha do tempo verbal com relação a intenção de comunicação do falante. É também um sistema pensado por meio do critério funcional-sintático, pois os modos indicativo e subjuntivo são caracterizados pela função que exercem na construção de proposições; este para as incidentes, e aquele para as principais. Ao distinguir o imperativo e o supositivo, o gramático faz uso do critério semântico, pois se trata do sentido de ordem, desejo, hipótese e etc.

O sistema verbal de Beauzée se diferencia do de Arnauld e Lancelot (2001[1660]), tanto pela inovação por relacionar os tempos ao ato de fala como por fixar os tempos do indicativo e subjuntivo na formação das proposições principais e incidentes, respectivamente. O sistema verbal de Barbosa se aproxima do de Beauzée por usar os termos *atual*, *anterior*, *posterior* e *época* para analisar os tempos de modo em geral da língua portuguesa, porém não atinge o mesmo nível de complexidade do gramático francês. Embora o gramático português não faça nenhuma referência direta ao enciclopedista, a presença desse conhecimento na GPLP atesta que a teoria do sistema verbal de Beauzée faz parte do seu horizonte de retrospectiva.

c) *Grammaire (Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme) (1775) – de Étienne Bonnot de Condillac.*

Condillac observa os tempos verbais a partir de um ponto fixo, o momento da fala como Beauzée. Apoiado nesse momento de fala, Condillac (1775) divide o tempo em diferentes partes denominadas época como Beauzée. A época atual é simultânea ao ato de fala; a anterior precede o ato de fala; e, a posterior estabelece uma relação futura a esse mesmo ato de fala. Assim, será tempo presente quando o ato de fala for simultâneo à época atual; será passado quando o ato de fala for simultâneo à época anterior; e, será futuro quando o ato de fala for simultâneo à época posterior. Nota-se no conceito de Condillac, apesar de não fazer nenhuma citação, a mesma relação ao momento da enunciação descrita na obra de Beauzée.

Condillac subdivide o tempo em determinação da época de comparação, assim como Beauzée. No entanto, o enciclopedista relaciona os tempos determinados ao instante do ato de fala, enquanto que Condillac relaciona no discurso por palavras que expressam circunstância de tempo como, por exemplo, *Falei ontem com João* e *Falei com João*, em que ontem determina quando falei e a falta dessa mesma palavra indetermina o quando especificamente falei. Deste modo, o tempo será presente, passado ou futuro conforme a simultaneidade com a época atual, anterior ou futura, e, também será determinado ou indeterminado se a época de fala for determinada ou não no discurso. Além das formas de determinado e não determinado, o passado também poderá ser *anterior*, quando a determinação for relacionada à outra época também anterior à época atual.

O sensista, além das formas de determinado e não determinado, agrega ao passado o valor aspectual perfectivo (Cf. Castilho, 2014, p.419), o que marca a duração da coexistência do atributo com o sujeito. Conforme essa característica, Condillac descreve o passado também como acabado, quando indica o momento em que a coisa foi realizada. Segundo Neves (2002, p.42), esse valor aspectual durativo era reconhecido pelos estoicos, os quais estabeleciam quatro tempos: *presente durativo; presente completado; passado durativo e passado completado*. No sistema verbal do gramático francês, restringe-se ao *passado acabado*.

Condillac (1775, p.178) entende o tempo verbal como a coexistência do atributo com o sujeito, subescrevendo-os em modos:

- a) o indicativo – “(...) affirme la coexistence de l’attribut avec le sujet” (idem). Leite (2019a, p.35) descreve que “Sotero dos Reis faz uma colagem do conceito, da GGR e de Beauzée, quando diz ‘afirmar a existencia’”, o mesmo raciocínio pode ser feito em relação ao conceito do modo indicativo de Condillac: vinculá-se o sentido essencial para os autores da GGP-R, *afirmação*, à coexistência do sujeito e atributo. O sensista explica também que a afirmação se encontra em todos os tempos desse modo como uma característica acessória (CONDILLAC, 1775, p.179). O tempo presente é caracterizado por se relacionar à época atual; o passado, a um período que não existe mais, podendo ser determinado, acabado, anterior, próximo ou distante; e o futuro, a uma época posterior, sendo determinado ou não determinado;
- b) o imperativo – quando a afirmação é substituída por um comando ou uma ordem, que será realizada no futuro, o modo não será mais indicativo, e, sim, imperativo; a coexistência do atributo com o sujeito é enunciada em forma de uma ordem;
- c) o condicional – neste modo, a afirmação é uma condição que pode ocorrer no presente, no passado ou no futuro, o que depende da circunstância expressa no discurso. O passado pode marcar o momento da realização da coisa, como, por exemplo, *j’aurais fait*, e, por isso, será determinado; ou pode determinar o momento em que a coisa foi concluída, e, assim, será acabado, como, *j’eusse fait*. Mas, quando é dito *j’auroi eu fait*, há um passado anterior a outro passado;
- d) o subjuntivo – neste modo, os verbos das proposições subordinadas expressam indeterminação em relação ao tempo. Se é dito *qu’il parte*, o tempo é indeterminado, porque pode ser ou presente ou futuro, o que torna necessário as circunstâncias do discurso para fazer essa definição;
- e) e, o infinitivo – este modo tem uma indeterminação mais evidente que o modo subjuntivo e, por isso, não se relaciona a nenhuma época. Há um abstração de todos os acessórios vistos nos outros modos, portanto, o infinitivo não expressa relação de atualidade, de anterioridade e de posterioridade. Essa descrição contraria a de Beauzée, o qual afirma que esse modo tem tempos indefinidos.

Condillac faz distinção dos tempos e modos segundo o que se descreve hoje como critério semântico-morfológico, quando declara que o falante deve observar na distinção de sentidos que há nas diferentes formas e terminações do verbo. O critério semântico é mais uma vez utilizado quando observa o sentido de ordem ou comando do modo imperativo e de condição no modo condicional. Assim como Beauzée, Condillac utiliza o critério semântico-pragmático quando observa que a escolha dos tempos verbais ocorre mediante o uso em cada língua conforme a intenção de comunicação do falante como também a relação de palavras que expressam circunstância de tempo com o verbo para apresentar o momento da realização da coisa em relação ao ato de fala. O gramático também faz uso do critério semântico-ontológico, pois o tempo afirma a coexistência do atributo com o sujeito. Condillac se diferencia de Beauzée quando faz uso do critério funcional-lógico, porque a afirmação é uma característica acessória do modo indicativo.

O critério funcional-sintático é utilizado para fazer distinção dos modos na composição das proposições principais e das subordinadas. A proposição principal deve ser construída com o verbo no modo indicativo ou no modo condicional, uma vez que expressa uma afirmação positiva ou condicional. Beauzée, no entanto, não identifica o modo condicional, e restringe a relação da proposição principal ao indicativo, o que diferencia os dois gramáticos. As proposições subordinadas, por sua vez, segundo Condillac (1775) são construídas com os verbos no modo subjuntivo, pois, nessas proposições, as circunstâncias de tempo são subordinadas às determinações expressas no discurso.

Apesar de Condillac relacionar o momento da realização da coisa ao ato de fala, o qual será o ponto fixo, como Beauzée, os sistemas verbais dos dois gramáticos apresentam diferenças, tais como:

- a) Modo infinitivo: para Beauzée, há tempos indefinidos, os quais são subdivididos em presente, pretérito (positivo; comparativo; próximo) e futuro. Para Condillac, não se relaciona à nenhuma época, por isso, não expressa atualidade, anterioridade e posterioridade;
- b) Modo indicativo: Para os dois gramáticos, esse modo tem presente, passado e futuro, Condillac, porém, não apresenta a distinção para presente como Beauzée, o qual subdivide esse tempo pela determinação da época de comparação e pela distância temporal (próximo e distante);

- c) Modo imperativo: os dois gramáticos o conceituam por seu significado (ordem). Contudo, para Beauzée, os tempos desse modo são *presente posterior* e *pretérito indefinido*; e, para Condillac, é *futuro*, que pode ser *determinado* ou *não determinado*. A divergência consiste no *pretérito indefinido*, uma vez que esse tempo se relaciona ao passado, enquanto que os demais ao futuro;
- d) Modo condicional: está presente somente no sistema verbal de Condillac. Para Beauzée, esse modo corresponde ao tempo *pretérito posterior*;
- e) Modo subjuntivo: para os dois gramáticos, esse modo tem os três tempos (presente, passado, futuro), no entanto, para Condillac, todos são indeterminados; e, para Beauzée, e.1) o presente é subdividido em indefinido, definido anterior simples ou periódico, e anterior posterior; e.2) o pretérito pode ser positivo, comparativo ou próximo; indefinido ou definido; anterior ou posterior; simples ou periódico; e, c.3) o futuro pode ser positivo ou próximo; definido ou indefinido; anterior ou posterior.

O sistema verbal de Condillac não se equipara ao do de Beauzée. Essa diferença ocorre pela interpretação de cada gramático no que se refere aos modos e tempos verbais. Condillac se beneficia da teoria de Beauzée ao associar tempo ao ato de fala, e aplica os mesmos termos para analisar essa relação. O sensista também se privilegia da determinação da época de comparação em determinado e indeterminado do enciclopedista para descrever diferenças correspondentes. A partir da próxima seção, examinar-se-á se as gramáticas portuguesas também se favoreceram dos sistemas verbais das gramáticas gerais francesas.

d) Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza (1783) – de Bernardo de Lima e Melo Bacellar

Sobre a formação do verbo e de suas conjugações, Bacellar (1783) afirma que o verbo recebe seis terminações que são acrescentadas à forma do infinito para construir os tempos dos quatro modos da língua portuguesa. Nessa *Grammatica Philosophica*, explica-se a existência de três conjugações verbais, a saber: 1ª conjugação: verbos no infinito terminados em -ar; 2ª conjugação: terminados em -er; e, 3ª conjugação: terminados em -ir.

De acordo com Bacellar (1783), há quatro modos verbais: a) indicativo – quando a ação indica ou representa algo; b) imperativo – compreende o sentido de mandar, dar ordens (há duas observações sobre esse modo: a ordem sempre ocorre no presente; e, não há primeira pessoa, pois ninguém ordena para si mesmo); c) optativo conjuntivo – modo regido pela interjeição *oxalá* ou pelas conjunções ou locuções conjuntivas⁴⁶ *ainda que, como, posto que, se e as vezes que*; e, d) infinito – enuncia o significado do verbo de maneira infinita.

O modo indicativo apresenta cinco tempos: a) presente – indica uma duração na qual o sujeito existe; b) pretérito imperfeito – é um tempo que indica passado em relação à pessoa verbal, mas a ação continua presente (há uma diferença do tempo do ato de fala e o tempo da ação verbal, pois é passado em relação ao ato de fala, porém a ação verbal continua, não acaba no passado e, por isso, ainda é presente); c) pretérito perfeito – é uma ação realizada no passado tanto no que concerne à ação quanto à pessoa verbal; d) pretérito mais-que-perfeito – indica passado em relação à pessoa verbal e também à outra ação verbal; e, e) futuro – tempo que se relaciona a uma ação ainda por ser realizada. O modo optativo conjuntivo possui os mesmos tempos do indicativo, e, por isso, não se faz nenhuma distinção de conceito entre os tempos desses dois modos.

Sobre o modo infinito, Bacellar (1783) faz, em nota de rodapé, uma observação, na qual explica que *amar, estar* e etc. “não são linguagens portuguesas” e, sim, nomes, por isso não lhes são atribuídas pessoas verbais. Há uma associação de conceito entre os termos *linguagem* e *pessoa* quando se trata do modo infinito.⁴⁷ Em outra nota de rodapé, o gramático explica que os tempos presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro desse mesmo modo

⁴⁶ Nessa obra são usados os termos “conjuntivo” e “partículas” para conjunções e locuções conjuntivas (BACELLAR, 1783, p.70-71).

⁴⁷ Em outras gramáticas portuguesas, há também o uso do termo *linguagem*, como, por exemplo, em *Methodo Grammatical para todas as línguas*, de Amaro de Roboredo (1619, p.77), tem-se *linguagem de infinitivo*; em *Methodo gramatical*, de João Joaquim Casimiro (1792), tem-se *linguagem impessoal* (p.34), *linguagem do futuro* (p.34) e *linguagem passiva* (p.110); e em *Gramatica Portuguesa ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portuguesa o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a intelligencia de outras em que se quizer instruir* (1804) – de Manuel Dias de Souza (1804, p.242), encontra-se *linguagens dos verbos*.

recebem todas as terminações de pessoa e tempo dos modos indicativo e optativo conjuntivo, porém não são apresentadas regras de uso desses tempos.

Sobre a concordância verbal, Barcellar (1783) defende que não há ação se não houver o sujeito dessa ação que pode estar expresso ou não. Mesmo que o sujeito não esteja expresso, como no exemplo *Chove*, subentende-se *O céu chove*, ou seja, o céu é o sujeito não expresso dessa frase. Assim todo verbo na sua forma finita irá concordar em número e pessoa com o seu nominativo (sujeito) expresso ou não. Essas afirmações sobre a exigência de um sujeito para o verbo na oração se aproxima da de Brozas (1976 [1587]), na *Minerva*, e também aos pressupostos da gramática geral, pois afirmam a inexistência de uma oração sem um sujeito.

Para construir o sistema verbal português, Bacellar emprega, segundo o que se descreve hoje alguns critérios de classificação. São eles: a) morfológico: quando faz uso das diferentes terminações verbais e também quando assegura que o infinito não possui terminações para pessoa e tempo; b) semântico: quando define o modo imperativo pelo sentido de ordem; c) funcional-sintático: quando faz relação a interjeição e conjunções para a formação do modo optativo conjuntivo; e, semântico-ontológico: quando afirma haver uma duração de existência do sujeito no presente do indicativo.

No quadro sinóptico abaixo, podemos observar a estrutura do sistema verbal de Bacellar:

QUADRO 11 – SISTEMA VERBAL PORTUGUÊS SEGUNDO BACELLAR (1783)

MODO	TEMPO	
Indicativo	Presente	
	Pretérito	Imperfeito Perfeito Mais-que-perfeito
	Futuro	

Optativo Conjuntivo	Presente	
	Pretérito	Imperfeito Perfeito Mais-que-perfeito
	Futuro	
Infinito	Presente	
	Pretérito	Imperfeito Perfeito Mais-que-perfeito
	Futuro	
Imperativo	Presente	

Fonte: Própria autora.

A gramática de Bacellar se diferencia das demais gramáticas orientadas pela teoria da gramática geral em relação à terminologia e conceito dos modos e tempos. Apesar de os critérios de classificação serem quase os mesmos de Condillac (1775), a definição de Bacellar de tempos e modos diferencia do filósofo francês. O modo indicativo representa ação, e, com essa definição, o gramático português abandona a dos autores de Port-Royal, *afirmação*, e o conceito de Beauzée, *existência*. Os pretéritos desse mesmo modo são descritos de acordo com o aspecto durativo, o que recupera em parte o sistema verbal de Condillac.

Outra distinção nessa gramática é o modo optativo conjuntivo. O autor não descreve os tempos verbais referentes ao modo, apenas, em uma nota de rodapé resumida sobre a composição desses tempos, diz-se “Vejão-se as notas do indicativo” (BACELLAR, 1783, p.71). Nessa nota, somente lista-se conjunções para ser usadas para compor o modo optativo.

O sistema verbal de Bacellar não se equipara aos das demais gramáticas estudadas nesta tese. O gramático faz descrições e explicações lacônicas e define o

tempo e modo em notas de rodapé. O tempo, segundo Bacellar (1783, p. 52-53), são “Sons, que representam ou a duração presente das cousas, ou a preterita, ou a futura(…)” e modos são as “(...) maneiras de significar, como indicando, imperando, subjungindo, e nunca acabando (...)”. Nota-se que não se faz, nesses conceitos, a relação linguagem e pensamento e também não há relação do tempo com o momento do ato de fala.

e) Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a intelligencia de outras em que se quizer instruir (1804) – de Manuel Dias de Souza.

Segundo Souza (1804), o verbo possui diferentes modos de significar, com diversos tempos, pessoas e números. Para esse gramático, há seis modos verbais: infinito, indicativo, imperativo, condicional, conjuntivo e optativo. Esses modos são as diferentes maneiras dos verbos serem expressos.

a) *Modo infinito*: expressa de forma indeterminada as ações, sem designação de pessoa, nesse caso, fala-se de infinito impessoal. Se houver forma correspondente para as pessoas, então, fala-se de infinito pessoal. A este modo, pertencem as formas do presente pessoal dos participípios ativos e do participípio passivo. Quanto aos tempos, o infinito é capaz de apresentar apenas o presente, enquanto que para o passado e o futuro é necessário verbos auxiliares. Se combinar o verbo auxiliar ao participípio, é possível formar qualquer tempo da língua portuguesa;

b) *Modo indicativo*: expressa “uma coisa” conforme a diversidade dos tempos por meio de uma afirmação. O presente expressa a atualidade em relação à fala (*eu sou manso*); o passado expressa o que já passou em relação à fala ou mais ou menos passado em relação à fala e, por conta disso, este gramático afirma que há três formas diferentes para expressar o passado. A primeira forma do passado do indicativo expressa uma época determinada pelo discurso ou por alguma circunstância, podendo expressar uma época presente ou passada e, por isso, nomeia-se de tempo indefinido (*eu era manso*). A segunda forma de passado expressa uma época anterior ao ato de fala, mas determina exatamente o momento da fala e, por isso, chama-se tempo passado próximo (*eu fui manso*). A terceira forma de passado expressa um passado anterior a outro passado e, por isso, nomeia-se passado remoto (*eu fora*

manso). O tempo futuro desse modo expressa a posterioridade em relação ao ato de fala (*eu serei manso*);

c) *Modo imperativo*: expressa ordem ou pedido de algo. O gramático afirma que esse modo se realiza apenas na segunda pessoa do singular e do plural, no tempo futuro (*sê tu manso/ sede vós mansos*). Para formar a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular e do plural, este modo faz empréstimo do modo conjuntivo sem preceder de conjunção. Também pode formar o modo imperativo a partir dos verbos reflexos quando se coloca o pronome após o verbo;

d) *Modo condicional*: expressa uma condição para se realizar algo. Apresenta-se apenas no presente, pois, não há necessidade de diversidade de tempo para expressar uma condição (*eu seria manso, se fosse bem educado*). Esse tempo presente pode expressar anterioridade ou posterioridade à época atual, sendo a diferença entre o sentido de um presente atual ou de um posterior expresso no discurso com palavras como *hoje* e *amanhã*. Quanto às formas de passado e futuro, essas são construídas com a associação de verbos auxiliares: *eu seria amado / eu teria amado* – primeiro passado (tempo composto do condicional dos verbos *ter* e *ser*); *eu viria de amar* – segundo passado (tempo composto do condicional do verbo *vir* e do infinito do verbo conjugado); *eu haveria de amar* – futuro (esse tempo é composto do condicional dos verbos *dever* e *haver*);

e) *Modo conjuntivo*: modo conjuntivo ou modo subjuntivo é uma forma de significar com dependência de outras palavras, como as conjunções *posto que*, *ainda que* e outras. Esse modo tem os tempos presente, passado indefinido e futuro;

f) *Modo optativo*: serve para expressar desejos, porém não tem tempos próprios no português, sendo necessário usar palavras como *oxalá*, *praza a Deus* e uni-las às formas do modo conjuntivo para formar frases no modo optativo (*oxalá que meu coração fosse inocente*).

Para Souza (1804), o infinito pertence aos nomes e o particípio aos adjetivos. Essas duas formas nominais não formam sozinhas uma proposição, pois, como não têm terminação para designar a pessoa do sujeito, são impessoais. Já os modos indicativo, imperativo e condicional expressam a ideia principal da frase; o conjuntivo, uma proposição incidente (atualmente, nomeada como uma das subordinadas). Os modos indicativo, infinito e particípio são considerados puros por não associarem a

ideia do verbo a nenhuma ideia acessória ou estranha à sua significação; o imperativo, o condicional e o conjuntivo são considerados modos mistos, pois além da significação do verbo, há agregado as ideias de ordem, de condição e de dependência, respectivamente.

Souza (1804) se aproxima do sistema verbal de Beauzée (1767) ao dizer que o tempo se relaciona ao ato de fala, e ratifica que a época de existência é simultânea, anterior ou posterior a esse ato. O gramático português também faz alusão à determinação da época de comparação do enciclopedista e assegura que o tempo também é *determinado* e *indeterminado*, porém compreende que essa determinação não está na flexão verbal e, sim, no uso de outras palavras no discurso, como Condillac (1775).

Para Souza (1804), o presente do indicativo se refere ao tempo atual da fala. Esse tempo pode ser usado para expressar verdades eternas tais como *Deus é justo*, como também para expressar uma ação anterior à fala com a finalidade de prender a atenção do ouvinte/leitor. Esse tempo pode ser usado também para expressar ações que serão realizadas posteriormente ao momento da fala. Observa-se que, com essa descrição dos valores semânticos do presente, o gramático analisa a língua portuguesa como Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751) associa os tempos do presente do francês aos atos de fala.

O passado se refere a uma ação realizada anteriormente ao momento da fala. Esse tempo pode ser expresso por três formas distintas: a) a primeira forma do passado não expressa por si o momento exato da existência em relação ao ato de fala, podendo ser anterior ou atual à fala, por isso necessita de alguma circunstância manifesta no discurso, isso posto, é chamado de *passado indefinido*; b) A segunda forma do passado expressa uma ação sempre anterior ao ato de fala, mas sem determinar o momento exato da existência. Esse tempo é chamado de *passado próximo*; c) A terceira forma do passado expressa uma existência anterior em relação a outro momento anterior ao ato de fala, sendo chamado de *passado remoto*. Nota-se, novamente, os conhecimentos expostos por Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751) sobre o pretérito do francês reproduzidos para o português, inclusive, a ideia de distância temporal (*próximo* e *distante*), uma particularidade do francês.

O futuro expressa uma existência que será realizada posteriormente ao ato de fala. Há duas formas para o futuro: a primeira é simples e a segunda é composta. A

forma simples expressa uma época posterior ao ato de fala, podendo ser determinada ou não por palavras do discurso como *hoje, amanhã, depois*. Esse futuro é nomeado de futuro próximo, pois indica uma posterioridade mais próxima do presente. A segunda forma do futuro expressa uma época posterior ao ato de fala, e deve ser sempre determinada e, como no português, não há uma forma simples para isso, usa-se a composta (*eu terei amado / eu terei defendido / eu terei repartido*). Quando se diz *eu terei partido, quando você chegar*, expressa duas épocas futuras distintas: *eu terei partido* é um futuro anterior e determinado por *quando você chegar*, esse tempo é nomeado de *futuro remoto*, pois é anterior a outro futuro. Diferente dos demais tempos verbais, o futuro remoto é construído apenas pelos auxiliares *ter* e *haver* (*eu terei escrito / eu haverei escrito*). Souza recorre aos ensinamentos de Beauzée sobre o tempo futuro do francês para aplicá-los ao português, porém a determinação do tempo por meio de outras palavras do discurso lembra a obra de Condillac.

Souza (1804) declara que seguiu as advertências de Beauzée e Gebelím sobre a terminologia dos tempos verbais, e que preferiu adotar uma nomenclatura diferente dos demais gramáticos portugueses. Também, observa-se a presença da descrição do enciclopedista nos tempos descritos acima. Souza, então, apresenta o seguinte sistema verbal português:

QUADRO 12 – SISTEMA VERBAL PORTUGUÊS SEGUNDO SOUZA (1804)

MODO	TEMPO	
Infinito	Presente	Pessoal Impessoal
	Particípio	Ativo Passivo
Indicativo	Presente	
	Passado	Indefinido Próximo Remoto
	Futuro	

Imperativo	Futuro	
Condicional	Presente	
	Passado	1º passado (auxiliares <i>ter</i> e <i>ser</i>) 2º passado (auxiliar <i>vir</i>)
	Futuro (auxiliares <i>dever</i> e <i>haver</i>)	
Conjuntivo ou subjuntivo	Presente Passado indefinido Futuro	
Optativo	Oxalá, Praza a Deus → + → os tempos do modo conjuntivo.	

Fonte: Própria autora

Na construção do sistema verbal português, Souza (1804) usa alguns critérios de classificação conhecidos atualmente como: a) morfológico: quando afirma que há designação de pessoa na forma do verbo; b) semântico: quando observa o sentido expresso de ordem e desejo do modo imperativo, o sentido de condição do modo condicional e o sentido de desejo do modo optativo; c) funcional-sintático: quando afirma que o modo conjuntivo é formado a partir da associação de conjunções com os tempos verbais e que o modo condicional é composto por meio de outras palavras que se relacionam com o verbo para obter o sentido de presente atual ou posterior; e, d) funcional-lógico: quando declara que o modo indicativo expressa a diversidade dos tempos por meio de uma afirmação.

4.2 Modos e tempos na GPLP

Barbosa define o modo verbal como sendo “(...) as diferentes maneiras de enunciar a coexistência do atributo no sujeito da proposição” (BARBOSA, 1822, p. 200), admitindo a existência de três tipos de modo: indicativo, subjuntivo e infinito. Essa classificação evidencia a discordância de Barbosa com a de outros gramáticos,

os quais, além desses três modos, acrescentam o supositivo, o imperativo e o optativo. Essa classificação também difere daquela de Brozas, pois, na Minerva, o autor não considera a existência de modo verbal, por entender que esse *acidente* pertencia aos advérbios (BROZAS, 1976 [1587], p.81).

Na GPLP, Barbosa tem a preocupação de explicar os modos e tempos verbais, para depois apresentar os paradigmas de conjugação. Esse método de trabalho é fiel aos princípios do racionalismo, pois seu objetivo, declarado, é o de que o falante primeiro *perceba* (adquira o conhecimento); segundo, *conceba* (compreenda a ideia); e, terceiro, *julgue* (expresse seus pensamentos por meio de proposição). No processo dessa operação mental, o falante escolhe o tempo e o modo mais adequados para expor os pensamentos.

Partindo dos critérios funcional-sintático e semântico-ontológico, Barbosa explica que a quantidade dos modos verbais é proporcional aos tipos de orações, que são: a principal, as subordinadas (incluindo as incidentes) e as regidas. O primeiro critério é utilizado para relacionar os modos à composição das orações; e, segundo, para relacionar as orações à forma de proferir "(...) a coexistência do atributo no sujeito da proposição (...)" (BARBOSA, 1822, p. 201). O gramático português, mesmo quando declara que irá fazer um sistema de modos mais simples que os "outros gramáticos", recorre aos conhecimentos de Beauzée e Condillac para estruturar esse sistema quando relaciona modos às orações e também quando emprega o critério semântico-ontológico, o que atesta a presença dos gramáticos filósofos no seu horizonte de retrospectiva.

Depois de apresentar seus argumentos para fazer um sistema verbal diferente dos outros gramáticos, Barbosa conceitua cada modo verbal: o primeiro, o modo infinito é a "(...) fôrma primitiva de qualquer verbo (...)" (BARBOSA, 1822, p. 201); o segundo é o modo indicativo, que "(...) he o principal e dominante no discurso, a que todos os mais verbos do periodo se referem; e que he a Linguagem directa, afirmativa, e determinante (...)" (ibidem, p.202); e, por fim, o modo subjuntivo ou conjuntivo, que liga o sujeito ao seu atributo de "(...) modo afirmativo, mas sempre precario, e dependente da afirmação de outro verbo, em cuja significação vá preparada a indecisão e incerteza, propria da Linguagem subjunctiva" (ibidem, p.202). Os modos imperativo e supositivo ou condicional são incluídos no indicativo, pois formam

orações independentes; e o modo optativo, no subjuntivo, já que não apresenta uma ideia absoluta, mas de caráter opcional.

Barbosa faz uso do critério funcional-sintático para organizar o sistema verbal. O modo subjuntivo tem por função ligar sujeito e atributo e construir as orações subordinadas; o modo infinito é usado na oração regida; e, o indicativo, na oração principal e independente. Beauzée e Condillac conceituaram os modos verbais por meio da função sintática: para o primeiro, o modo indicativo é essencial para a construção da oração principal e o modo subjuntivo para as proposições incidentes (BEAUZÉE et al., EDR, *Tems*, 1751); e, para o segundo, os modos indicativo e condicional são usados para construir a proposição principal e o modo subjuntivo para as proposições subordinadas (CONDILLAC, 1775).

Quando o autor declara que o modo indicativo significa uma afirmação e o modo subjuntivo uma afirmação dependente da afirmação de outro verbo, vê-se por trás das definições o critério funcional-lógico. Esse é também o critério que subsiste à definição do modo indicativo, na GGP-R, na qual o modo indicativo significa afirmação, e na *Grammaire* (1775), de Condillac, que configura a afirmação como uma característica acessória do modo indicativo.

O modo infinito, para Barbosa, é caracterizado pelos critérios morfológico e semântico, pois recorre à forma, à terminação, "sempre em -R", e à abstração de tempo (semântico), número e pessoa como mais uma particularidade desse modo.

A concepção de modo, para Barbosa, resultou de muita reflexão fundamentada nos textos dos autores que conformam seu horizonte de retrospectão. O quadro sinóptico apresentado a seguir mostra essa conexão de ideias:

QUADRO 13 – MODOS VERBAIS

AUTORES E OBRAS	MODOS	CRITÉRIOS ⁴⁸
GGP-R (ARNAULD; LANCELOT (2001 [1660]))	<p>Maneira ou forma de expressar o pensamento.</p> <p><u>Infinitivo</u>: indica ação sem flexão de número e pessoa.</p> <p><u>Indicativo</u>: a afirmação;</p> <p><u>Subjuntivo</u>: afirmação modificada;</p> <p><u>Imperativo</u>: ordem, pedido;</p> <p><u>Optativo</u>: aspiração, desejo;</p> <p><u>Concessivo</u>: concessão de algo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Morfológico • Semântico • Funcional-lógico
Tems (BEAUZÉE et al, EDR, <i>Tems</i> , 1751)	<p>“(…) modes qui répondent aux différens aspects sous lesquels on peut envisager la signification formelle des verbes (...)” (p.108).</p> <p><u>Infinitivo</u>: tem tempos indefinidos, uma vez que é indeterminada a época de comparação;</p> <p><u>Indicativo</u>: é o modo indispensável e mais natural para a construção da proposição principal;</p> <p><u>Subjuntivo</u>: sentido indefinido; é o modo utilizado em proposições incidentes;</p> <p><u>Imperativo</u>: ordem, desejo, pedido, conselho;</p> <p><u>Supositivo</u>: hipótese ou suposição;</p> <p><u>Particípio</u>: o mesmo que foi dito para os tempos do indicativo corresponde para este modo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Semântico • Semântico-morfológico; • Semântico-pragmático • Funcional-sintático
Grammaire (CONDILLAC, 1775)	<p>Diferentes maneiras de se expressar a coexistência do atributo com o sujeito.</p> <p><u>Infinitivo</u>: indeterminação mais evidente que o modo subjuntivo e, por isso, não se relaciona a nenhuma época;</p> <p><u>Indicativo</u>: afirma a coexistência do atributo com o sujeito;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Semântico • Semântico-Morfológico • Semântico-pragmático • Semântico-ontológico • Funcional-lógico

⁴⁸ Neste quadro, apresenta-se o resumo dos critérios apresentados ao longo deste capítulo.

	<p><u>Subjuntivo</u>: os verbos das proposições subordinadas expressam indeterminação em relação ao tempo;</p> <p><u>Imperativo</u>: afirmação é substituída por um comando ou uma ordem;</p> <p><u>Condicional</u>: a afirmação é uma condição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Funcional-sintático
<p>Grammatica Philosophica (BACELLAR, 1783)</p>	<p>“maneiras de significar” (p.53)</p> <p><u>Infinito</u>: enuncia o significado do verbo de maneira infinita.</p> <p><u>Indicativo</u>: ação que indica ou representa algo;</p> <p><u>Imperativo</u>: mandar, dar ordens;</p> <p><u>Optativo conjuntivo</u>: regido pela interjeição <i>oxalá</i> ou pelas conjunções ou locuções conjuntivas <i>ainda que, como, posto que, se e as vezes que</i>.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Morfológico • Semântico • Semântico-ontológico • Funcional-sintático
<p>Gramatica Portugueza (SOUZA, 1804)</p>	<p>“modos de significar” (p.50)</p> <p><u>Infinito</u>: expressa de forma indeterminada as ações, sem designação de pessoa, nesse caso, fala-se de infinito impessoal;</p> <p><u>Indicativo</u>: expressa “uma coisa” conforme a diversidade dos tempos por meio de uma afirmação;</p> <p><u>Subjuntivo ou Conjuntivo</u>: forma de significar com dependência de outras palavras, como as conjunções <i>posto que, ainda que</i> e outras;</p> <p><u>Imperativo</u>: ordem ou pedido de algo;</p> <p><u>Optativo</u>: serve para expressar desejos;</p> <p><u>Condicional</u>: uma condição para se realizar algo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Morfológico • Semântico • Funcional-lógico • Funcional-sintático
<p>GPLP (BARBOSA, 1822)</p>	<p>“(…) diferentes maneiras de enunciar a coexistencia do attributo no sujeito da proposição” (p.200).</p> <p>“(…) sendo o verbo huma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais, nem menos, os modos do verbo, quantas são as especies de orações ou proposições por ordem á sua</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Morfológico • Semântico-ontológico • Funcional-lógico • Funcional-sintático

	<p>syntaxe, e contextura no discurso” (p.200). “(…) a coexistência do atributo no sujeito da proposição (...)” (p. 201).</p> <p><u>Modo infinito</u>: é a “(...) fôrma primitiva de qualquer verbo (...)” (p. 201);</p> <p><u>Modo indicativo</u>: “(...) he o principal e dominante no discurso, a que todos os mais verbos do periodo se referem; e que he a Linguagem directa, afirmativa, e determinante (...)” (p.202);</p> <p><u>Modo subjuntivo ou conjuntivo</u>: liga o sujeito ao seu atributo de “(...) modo afirmativo, mas sempre precario, e dependente da afirmação de outro verbo, em cuja significação vá preparada a indecisão e incerteza, propria da Linguagem subjunctiva” (p.202).</p>	
--	---	--

Fonte: Própria autora.

Na longa duração do tempo, tanto a terminologia quanto os conceitos do modo verbal sofreram alterações. Conforme a comparação do quadro acima, no conceito há uma certa predominância para as “maneiras de se expressar”, porém a terminologia empregada para designar os modos é bastante diversa, havendo regularidade apenas para o infinitivo, o indicativo, o subjuntivo e o imperativo que estão presentes em quase todas as gramáticas, embora nem sempre debaixo de mesmos conceitos. Barbosa (1822), por exemplo, inclui o modo imperativo ao modo indicativo, por seguir o método sintático para definir todos os modos, o que apresentamos aqui como critério funcional-sintático. Esse método, pelo que se pode depreender, resultou da leitura da teoria de Beauzée que, embora não chegue a tal resultado quanto ao modo imperativo, faz sua classificação com base também na sintaxe das orações. Barbosa argumenta que o imperativo forma orações independentes e, portanto, faz parte do indicativo, único modo que forma orações diretas, absolutas e independentes e, assim, não entendeu que o sistema verbal devesse ter mais um modo.

Quanto aos critérios para a descrição dos modos nas gramáticas gerais e filosóficas, há certa regularidade:

- a) Critério morfológico – para a descrição do modo infinitivo;
- b) Critério semântico – para os modos imperativo, optativo, concessivo, supositivo e condicional, como na GPLP não há nenhum desses modos, Barbosa não faz uso desse critério;
- c) Critério funcional-lógico – para descrever o modo indicativo na GGP-R, na *Grammaire* (1775) de Condillac, na *Gramatica Portugueza* (1804) de Souza e na GPLP (1822);
- d) Critério funcional-sintático – para definir os modos indicativo e subjuntivo. A partir de Beauzée (1767), quase todos os demais gramáticos usam esse critério para distinguir esses modos. Na GPLP, o critério funcional-sintático é o norteador para a construção do sistema verbal português, pois, para Barbosa (1822), os modos são relativos às orações ou proposições na ordem da sintaxe e da construção do discurso, o que o diferencia de todos os seus antecessores.

Como já anunciado antes, Barbosa constrói sua descrição gramatical com forte fundamento na teoria da gramática geral e, no tocante ao sistema verbal, a presença mais forte é a teoria de Beauzée (1767). Barbosa (1822, p.203) define o tempo como “(...) huma parte da duração ou existencia, quer continuada da mesma couza, quer successiva de muitas, que se seguem humas ás outras”. Essa parte da duração ou existência é comparada a uma época, a qual é relacionada na GPLP com o ato da palavra falada ou escrita. Se a duração ou existência for a mesma da época de fala, tem-se o tempo presente; se a duração for anterior à época de fala, tem-se o pretérito ou passado; e, se for posterior à época de fala, tem-se o tempo futuro ou vindouro.

Observamos no conceito de tempo de Barbosa que há a retomada da teoria do sistema verbal de Beauzée. O enciclopedista afirma que o tempo expressa uma relação de existência que pode ser simultânea, ou anterior ou posterior ao ato de fala (BEAUZÉE; JAUCOURT, EDR, *Mot*, 1751) e Condillac (1775), que recupera a teoria de Beauzée, declara que o momento da fala é um ponto fixo, o qual será comparado a uma época. O entendimento do termo “época” para os três gramáticos para estabelecer esse ponto fixo é convergente: a) para Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751), época é o momento de comparação, o momento do ato de fala, por isso, fala-se de época de existência; b) para Condillac (1775), época são as diferentes partes do tempo; e, c) para Barbosa (1822), época se relaciona ao ato de fala.

Barbosa afirma também que há três tempos: presente, pretérito e futuro, os quais podem ser continuados ou não acabados, não continuados e acabados e por isso, os três tempos seriam divididos em imperfeitos ou periódicos e perfeitos ou momentâneos. Por meio da designação de presente, pretérito e futuro, o gramático relaciona o momento da existência ao ato de fala; e, dos aspectos continuado ou não acabado, não continuado e acabado, especifica a duração dessa existência. Diferente de Souza (1804) que, simplesmente, adotou os tempos verbais apresentados por Beauzée (1767, livro II), Barbosa empregou o sistema verbal do enciclopedista o que se adequava ao português.

Percebemos que, na explicação das especificidades dos tempos de Barbosa, há a recuperação dos conceitos descritos nas gramáticas gerais e filosóficas que fazem parte de seu horizonte de retrospectiva, tais como:

- a) Arnauld e Lancelot (2001 [1660]): classificam o tempo em três (presente, passado e futuro), e há diferença entre os tempos do passado e do futuro em definidos e indefinidos;
- b) Beauzée (1767, livro II): caracteriza o tempo por três propriedades: b.1) presente, pretérito e futuro; b.2) determinado e indeterminado, com a utilização de conceito semelhante à GGP-R e a mesma terminologia de definido e indefinido; e, b.3) a “(...) fixação de um ponto na duração (no “tempo” da existência) para o estabelecimento de comparação, e esse ponto é o do momento da fala (da enunciação), falada ou escrita.” (LEITE, 2018a, p.31), o que caracteriza o tempo em próximo ou distante conforme a distância temporal em relação àquele momento. O enciclopedista usa a expressão “acabado” ou “finalizado” para definir o *pretérito posterior*, o que especifica também o aspecto de duração do tempo verbal;
- c) Condillac (1775): também define o tempo verbal em presente, passado e futuro, determinado ou indeterminado, como o fazem os autores da GGP-R e Beauzée, porém, não usa a terminologia definido e indefinido, e, sim, *determinado* e *não determinado*. O gramático também emprega o termo “acabado” para o passado quando indica o momento de finalização da existência de algo.

Ressaltamos também que a determinação do tempo evidente na teoria do sistema verbal de Beauzée se encontra na GPLP e nas gramáticas filosóficas portuguesas que a precedem, especificamos a seguir:

- a) Bacellar (1783): apresenta cinco tempos verbais – presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro. Na explicação sobre os dois tipos de pretérito, o gramático faz a distinção entre perfeito e imperfeito, como sentido de ação acabada ou continuada; e,
- b) Souza (1804): apresenta três tempos: presente, passado e futuro, sendo que o passado pode ser expresso por três formas – passado indefinido, passado próximo e passado remoto – e o futuro por duas formas – futuro próximo e futuro remoto. Souza se assemelha aos conceitos das gramáticas gerais de Arnauld e Lancelot, Beauzée e Condillac, porque diferencia os tempos pela generalização de um referencial, e, por isso, classifica os tempos em determinado ou indeterminado conforme a exatidão ou falta dela do momento da existência de algo em relação ao ato de fala.

A distinção entre tempos absolutos e relativos também é feita na GPLP. Barbosa explica que os tempos perfeitos e imperfeitos também podem ser absoluto, quando não se relacionarem a outro tempo, e relativos, quando se relacionarem a outro tempo. Assim, no modo indicativo, descreve-se como tempos absolutos o presente imperfeito absoluto, o pretérito imperfeito absoluto e o pretérito perfeito absoluto, como relativos o presente perfeito imperativo, o pretérito perfeito relativo e o futuro perfeito. No modo subjuntivo, apresenta-se o presente perfeito como tempo relativo.

O conceito de absoluto e relativo é a ideia central na teoria da gramática geral do tempo. Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751, p.94) define: “Le *tems* absolu est le *tems* considéré en lui-même, sans aucun rapport aux corps, ni à leurs mouvemens (...)”; e “Le *tems* relatif ou apparent est la mesure de quelque durée, rendue sensible par le moyen du mouvement.” Barbosa faz o mesmo quando estabelece o *pretérito perfeito absoluto* (“(...) hum tempo passado, e de huma existencia ja acabada em respeito á epocha actual; porêm absoluta e indeterminadamente sem dizer, quando foi acabada (...)” (BARBOSA, 1822, p.216) e do *pretérito perfeito relativo* (“(...) passada e acabada relativamente a outra epocha tambem passada, mas ha mais

tempo, e marcada ou por hum tempo determinado, ou por hum facto, quer expresso, quer subentendido (...)” (ibidem, p.217).

Barbosa apresenta um total de quatro *linguagens* para o modo infinito, dez tempos para o modo indicativo e seis tempos para o modo subjuntivo. O gramático afirma que o modo infinito não possui tempos e, sim, *linguagem*, pois não há acepção de tempo, número e pessoa (BARBOSA, 1822, p.207). O termo linguagem era usado na gramaticografia portuguesa não somente para se relacionar ao infinitivo, como visto na *Grammatica Philosophica* (1783) de Bacellar, como também para falar sobre as *linguagens* dos verbos, como na *Gramatica Portuguesa* (1804) de Souza. Na GPLP, *linguagem* é entendida como “modo de dizer”, ou seja, a forma de registro, como, por exemplo: *Sou, Hei de ser e Estou sendo* são “linguagens” do presente imperfeito absoluto. O gramático não explica o porquê do uso do termo, apenas recorre a ele para determinar esses “diferentes modos de dizer” de um mesmo tempo verbal, fatos da língua que não enquadravam em nenhuma terminologia em vigor. Segundo Barbosa (1822), as linguagens do modo infinito são:

- a) Infinito impessoal – forma terminada sempre em R, que enuncia vagamente a coexistência de uma ideia em outra, e, que pode exercer a função de sujeito ou atributo de outro verbo (BARBOSA, 1822). Como exemplo, tem-se: *Ser, haver de ser, estar sendo, ter sido*;
- b) Infinito pessoal⁴⁹ – linguagem com as mesmas características do infinito pessoal, porém enuncia a coexistência de um atributo em um sujeito distinto da primeira oração. Como exemplo, tem-se: *Ser eu, Seres tu, Ser elle, Sermos nós, Serdes vós, Serem eles*;
- c) Particípio imperfeito – linguagem originada do ablativo latino. Em nossa língua, é considerada como “adjetivo verbal indeclinável”, possuindo dois usos: “(...) o primeiro o de compor Linguagem com o auxiliar Estar (...). O segundo o de fazer por si huma oração á parte, porém sempre subordinada a outra principal, e dependente della ou como circumstancia, ou como modo, ou como causa” (BARBOSA, 1822, p.209, *grifo nosso*). Como exemplo tem-se: *Estou sendo*

⁴⁹ Said Ali (2008), em *Dificuldades da língua portuguesa: estudos e observações*, afirma que Barbosa foi o primeiro gramático a formular as regras de uso do infinitivo pessoal. Almeida (1999), em sua *Gramática metódica da língua portuguesa*, também declara que Barbosa foi “(...) o primeiro gramático que tentou regular o problema da flexão do infinitivo” (p.542).

amante, Estou amando, Sendo, Havendo de ser, Estando sendo, Tendo sido;
e,

- d) Particípio perfeito – constituído por meio da junção com o auxiliar ter. Essa linguagem expressa uma existência acabada, concluída ou anterior, ou atual ou posterior ao ato de fala. Como exemplo tem-se: *Sido, Havido, Estado, Tido*.

No quadro sinóptico apresentado a seguir, expõe-se o conceito do modo infinitivo na concepção de autores que se encontra no horizonte de retrospectiva de Barbosa e, também, dos portugueses, integrantes de nosso corpus, que o antecederam:

QUADRO 14 – MODO INFINITIVO

GGP-R (ARNAULD; LANCELOT (2001 [1660]))	CONCEITO: significa afirmação sem a flexão de número e pessoa.
<i>Tems</i> (BEAUZÉE et al., EDR, <i>Tems</i> , 1751)	CONCEITO: é aquele que possui tempos indefinidos, pois a época de comparação é indeterminada. TEMPOS: presente; pretérito positivo; pretérito comparativo; pretérito próximo; e, futuro.
Grammaire (CONDILLAC, 1775)	CONCEITO: não se relaciona a nenhuma época, abstraindo-se dos acessórios de tempo, número e pessoa.
Grammatica Philosophica (BACELLAR, 1783)	CONCEITO: enuncia o sentido do verbo de maneira infinita, isto é, que nunca termina ou acaba. TEMPOS: presente; pretérito imperfeito; pretérito perfeito; pretérito mais-que-perfeito; e futuro.
Gramatica Portugueza (SOUZA, 1804)	CONCEITO: expressa de forma indeterminada a natureza das ações. TEMPOS: presente pessoal; presente impessoal; Particípio ativo; e, particípio passivo.
GPLP (BARBOSA, 1822)	CONCEITO: é a forma primitiva de qualquer verbo, abstraído de tempos. LINGUAGENS: infinito impessoal; infinito pessoal; particípio imperfeito; e particípio perfeito.

Fonte: Própria autora.

Apesar de todas as gramáticas admitirem o modo infinitivo, não há um consenso com relação ao conceito. Alguns admitem tempos para esse modo e outros não. Barbosa se diferencia de seus antecessores tanto no conceito geral do modo infinitivo quanto em relação ao tempo. Porém, há uma semelhança entre a GPLP e a Gramatica Portuguesa (1804) de Souza quanto à construção desse modo, como podemos ver abaixo:

IMAGEM 5

Prezente impessoal - - - - -	<i>Ser.</i>
Pessoal no singular	No plural
<i>Ser eu</i>	<i>Sermos nós</i>
<i>Seres tu</i>	<i>Serdes vós</i>
<i>Ser ele</i>	<i>Serem eles</i>
Participios activos.	<i>Ente, sendo</i>
Participio passivo.	<i>Sido,</i>

Fonte: Souza (1804, p.50)

IMAGEM 6

MODO INFINITO

IMPessoal.

Ser. Haver de ser. Estar sendo. Ter sido.

Pessoal.

S.	{	1. ^a Ser. Haver	}	Estar	}	Ter	}
		2. ^a Seres. Haveres		Estaris		Teris	
		3. ^a Ser. Haver		Estar		Ter	
		de Ser.					
P.	{	1. ^a Sermos, Havermos	}	Estarmos	}	Termos	}
		2. ^a Serdes, Haverdes		Estardes		Terdes	
		3. ^a Serem, Haverem		Estarem		Terem	

Participio Imperfeito.

Sendo. Haverido de ser. Estando sendo. (1)

Participio Perfeito.

Tendo sido. (2)

M O-

Fonte: Barbosa (1822, p.230)

Tanto Souza quanto Barbosa admitem que há o infinito pessoal e o impessoal, o que Barbosa (1822, p.208) explica como um "(...) idiotismo singular, so proprio da Lingua Portuguesa, que conjuga a fórmula primitiva de seus verbos por numeros e

peças, dizendo no singular (...)". Porém, o que Souza chama de tempos do modo infinito, por isso é *presente pessoal* e *presente impessoal*, Barbosa chama de linguagens do modo infinito, exatamente porque linguagem não quer dizer tempo, e denomina-as de *infinito pessoal* e *infinito impessoal*. Quanto aos participios, os dois gramáticos afirmam que são adjetivos que, unidos a um verbo auxiliar, formam uma proposição.

Os tempos verbais do modo indicativo na GPLP (BARBOSA, 1822, p.211-222) são:

- a) *Presente imperfeito absoluto* – é um presente não acabado, não fazendo relação a outro tempo. Para este tempo, Barbosa apresenta três linguagens que são: *sou* – afirmação de existência atual; *hei de ser* – afirmação de existência atual e continuada; e, *estou sendo* – afirmação começada no presente, porém futura na execução. A partir da quarta edição da GPLP, há uma retificação quanto aos conceitos dessas linguagens, designando a linguagem *estou sendo* como afirmação atual e continuada e *hei de ser* como afirmação começada no presente, porém futura na execução. Na sexta edição da GPLP, este tempo está nomeado de *presente imperativo absoluto*, no entanto, não há modificação conceitual;
- b) *Presente imperfeito imperativo* – é imperativo porque existe uma ordem dada no presente, porém com execução futura. Este tempo nas demais gramáticas gerais e filosóficas é nomeado de modo imperativo, mas Barbosa não achava necessário mais um modo, pois, apesar de seu sentido ser uma ordem, o critério funcional-sintático o direciona para colocá-lo no modo indicativo por formar orações principais, absolutas e independentes;
- c) *Presente perfeito* – tempo composto pelo participio perfeito do verbo ser e do auxiliar ter, formando a linguagem *tenho sido* (BARBOSA, 1822). É um tempo que significa uma existência acabada em relação à época atual;
- d) *Pretérito imperfeito absoluto* – expressa uma existência começada no passado, todavia não acabada. Há três linguagens para esse tempo: *era*, *havia de ser* e *estava sendo*;
- e) *Pretérito imperfeito condicional* – Barbosa afirma que outros gramáticos fazem desse tempo um modo a parte, denominando-o de condicional ou supositivo.

Conforme o horizonte de retrospectiva, Barbosa está fazendo referência aos seguintes gramáticos: Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751) que denomina como modo supositivo, descrevendo-o pelo critério semântico por expressar hipótese ou suposição; Condillac (1775) que nomeia de modo condicional também seguindo o critério semântico para a afirmação que ocorre por meio de uma condição; e Souza (1804) que chama de modo condicional como resultado de adotar o semântico como critério de descrição para a expressão de condição do verbo. Como Barbosa emprega o critério funcional-sintático para a construção do sistema verbal, o modo condicional ou supositivo se transformou no tempo *pretérito imperfeito condicional* do modo indicativo, pois o verbo, neste tempo, forma proposições principais e independentes, as quais determinam uma condição, sem deixar de ser uma afirmação. Esse tempo é formado pelas linguagens terminadas em *-ria*, como *seria*, *haveria de ser* e *estaria sendo*;

- f) *Pretérito perfeito absoluto* – trata-se de um passado acabado em relação à época atual, todavia não há determinação de quando acabou. Como linguagens desse tempo têm-se: *fui* (expressa o término de uma existência), *houve* ou *tive de ser* (expressa uma existência começada, contudo não concluída) e *estive sendo* (expressa a conclusão de uma existência que foi contínua por algum espaço de tempo). Ora, se está falando de pretérito perfeito, não deveria haver uma explicação sobre uma existência começada e não concluída como é o caso da linguagem *houve* ou *tive de ser*, uma vez que tanto *houve* quanto *tive* são pretéritos perfeitos, ou seja, expressam uma existência começada no passado e concluída;
- g) *Pretérito perfeito relativo* – este tempo expressa uma existência passada e concluída, mas também relacionado a outro tempo determinado ou a um fato, ou seja, há a determinação da época de conclusão dessa existência, como, por exemplo: *Eu tinha saído, quando ele entrou*, onde *tinha saído* é anterior à outra existência também passada *entrou*. Há cinco linguagens para esse tempo: *fora*, *tinha sido* e *tivera sido* são sinônimas, porém se diferem quanto ao uso, pois *tivera sido* é usado nas orações incidentais e integrantes apenas, *fora* e *tinha sido* nas orações incidentais e principais; e, *houvera de ser* e *estivera sendo* que expressam no passado alguma coisa começada ou continuada por outra

coisa antes dela (BARBOSA, 1822, p.218). Os gramáticos anteriores a Barbosa conceituavam de forma bem semelhante entre si, porém com diferentes terminologias, como: Arnauld e Lancelot (2001[1660]) que designam *pretérito mais-que-perfeito* para o tempo que expressa um passado relacionado a outro passado; Beauzée (1767, Livro II) nomeia de *pretérito anterior* quando o ato de fala é anterior à outra época também anterior ao momento da fala; Condillac (1775) também nomeia de *pretérito anterior* para o tempo que se relaciona à outra época também anterior à época atual; Bacellar (1783) usa a mesma terminologia da GGP-R, conceituando esse tempo como aquele que indica passado em relação à pessoa verbal e também à outra ação verbal; e, Souza (1804) denomina de *passado remoto* para o tempo que expressa uma ação anterior em relação a outro momento anterior ao ato de fala. Barbosa se diferencia de todos quanto à terminologia desse tempo, porém o termo *relativo* não se restringe a outro tempo verbal como nas outras gramáticas, pois pode ser determinado por um advérbio como Ontem eu tinha acabado esta obra, em que *ontem* determina o término da existência de *tinha acabado*;

- h) *Pretérito perfeito condicional* – este tempo expressa um passado que deveria ser acabado conforme uma condição também pretérita e acabada, como: *Eu teria sido feliz, se tivesse seguido teus conselhos*, em que *tivesse seguido teus conselhos* teria sido a condição para a minha felicidade. Este tempo tem como linguagem apenas uma forma própria *teria sido* e duas concedidas do pretérito perfeito relativo *tivera sido* e *fora*. As gramáticas gerais e filosóficas portuguesas anteriores à GPLP trazem esse tempo, porém não com o mesmo conceito: Bacellar (1783, p.71) o denomina como *pretérito perfeito do modo conjuntivo* por entender que há a necessidade das conjunções *ainda que, como, posto que, se*, e as vezes *que* junto ao verbo; e, Souza (1894) o classifica como *primeiro passado do modo condicional* por se tratar de uma condição. Atualmente, este tempo é entendido como do modo indicativo como Barbosa compreendeu, porém é denominado de *futuro do pretérito*, por se tratar de uma ação que seria possível, mas não realizada (AZEREDO, 2015, p.157);
- i) *Futuro imperfeito* – expressa existência posterior à época atual ao ato de fala como *serei*, ou começada e não concluída como *haverei de ser*, ou continuada,

não acabada e indeterminada como *estarei sendo*. O gramático afirma que esse tempo também pode expressar uma ordem ou pedido como *Amará ao teu próximo como a ti mesmo*;

- j) *Futuro perfeito* – expressa existência posterior à época atual ao ato de fala como o *futuro imperfeito*, porém é acabado em relação à outra coisa também futura, por isso é também um tempo relativo. Esse tempo possui apenas uma linguagem: *terei sido*. Souza (1804) entende essa linguagem como pertencente ao *primeiro passado composto do modo condicional* por se tratar de uma condição e passado por ser uma ação anterior ao ato de fala. Porém, Barbosa (1822) entende como futuro, pois *terei* expressa posterioridade em relação ao ato de fala e *sido* expressa a ideia de existência acabada.

O modo indicativo da GPLP se difere de todas as gramáticas gerais e filosóficas aqui estudadas, pelo fato de Barbosa (1822) ter privilegiado o critério funcional-sintático em detrimento do semântico como os demais gramáticos fizeram para classificar os modos imperativo, optativo, concessivo, supositivo e condicional. Por isso, na GPLP, esses modos são apenas tempos do modo indicativo, pois os verbos enunciam a coexistência do atributo no sujeito de orações diretas, afirmativas, absolutas e independentes.

Os tempos verbais do modo subjuntivo ou conjuntivo na GPLP (BARBOSA, 1822) são:

- a) *Presente imperfeito* – é imperfeito por não ser acabado, sendo, por isso, continuado sem determinação de sua conclusão. Este tempo possui três linguagens: *seja, haja de ser e esteja sendo*. Seu uso é condicionado pelos verbos *duvidar, desejar e mandar* expressos na oração principal, pois são verbos que têm por objeto coisas futuras e incertas. Barbosa (1822) lembra que o mesmo tempo na gramática de João de Barros é denominado de futuro, o que é justificável pelo fato de ser imperfeito e, de algum modo, coincidir com o futuro;
- b) *Presente perfeito* – expressa atualidade em relação ao ato de fala e é perfeito e acabado em relação à época presente. Este tempo tem duas linguagens: *sejas e tenhas*;

- c) *Pretérito imperfeito* – é o tempo que tem a terminação em -sse como: *fosse, houvesse de ser e estivesse sendo*. É pretérito e imperfeito como já explicado o sentido desses termos na GPLP, e também condicionado pelo uso dos verbos *mandar, desejar, temer e duvidar* na oração principal. Bacellar (1783) classifica o tempo terminado em -sse em *pretérito perfeito do modo optativo* e Souza (1804) como *passado indefinido do modo subjuntivo*. Esse distanciamento de terminologia entre as gramáticas filosóficas portuguesas demonstra concepções diferentes do mesmo tempo verbal, pois, Bacellar (1783) o classifica como perfeito, acabado; e, Souza (1804) o analisa pelo caráter indefinido, isto é, a existência pretérita não é exata; enquanto que Barbosa (1822) o percebe com relação a outros verbos da oração principal com existência futura, compreendendo-o como imperfeito, ou seja, inacabado em relação à época de fala,
- d) *Pretérito perfeito* – este pretérito é perfeito e acabado com relação a outro tempo também pretérito. Sua linguagem hipotética *tivesse sido* é determinada pelo *pretérito perfeito condicionado do modo indicativo* como *Amanhã, a esta hora, teria eu partido, se hoje me não tivessem embarcado* (BARBOSA, 1822, p.226). Para Bacellar (1783), as linguagens *tivesse, tivesse amado, tivesse tido amor e tivesse sido amado* pertencem ao tempo *pretérito perfeito do modo optativo*, pois não faz a distinção de uso feita por Barbosa;
- e) *Futuro imperfeito* – este tempo serve como linguagem condicional para os tempos presente e futuro imperfeitos do modo indicativo, como por exemplo: *se fores aplicado, aprenderás*, o aprender no futuro é condicionado pela aplicação também no futuro. Esse tempo possui três linguagens: *for, houver de ser e estiver sendo*;
- f) *Futuro perfeito* – este tempo expressa uma existência futura, porém concluída e acabada em relação a outra existência também futura, a qual lhe serve como época de determinação. É expresso por um única linguagem: *tiver sido*.

No quadro sinóptico abaixo, podemos observar a estrutura do sistema verbal da língua portuguesa segundo Barbosa:

QUADRO 15 – SISTEMA VERBAL PORTUGUÊS SEGUNDO BARBOSA
(1822)

MODO	TEMPO		
Infinito	Não tem tempo, apenas linguagens, as quais são: a) Pessoal b) Impessoal c) Particípio imperfeito d) Particípio perfeito		
Indicativo	Presente	Imperfeito	Absoluto Imperativo
		Perfeito	
	Pretérito	Imperfeito	Absoluto Condicional
		Perfeito	Absoluto Relativo Condicional
	Futuro	Imperfeito Perfeito	
Subjuntivo ou Conjuntivo	Presente	Imperfeito Perfeito	
	Pretérito	Imperfeito Perfeito	
	Futuro	Imperfeito Perfeito	

Fonte: Própria autora.

A construção do sistema verbal português na GPLP não reproduz a mesma quantidade de modos das gramáticas que fazem parte do horizonte de retrospectão de Barbosa, e nem também das gramáticas portuguesas, integrantes de nosso corpus, que o precederam. Percebe-se que a escolha do critério funcional-sintático em detrimento ao semântico é que proporcionou a construção de apenas três modos. Barbosa optou não seguir a escolha dos outros gramáticos que por critério semântico classificaram os modos imperativo, supositivo e condicional. Barbosa (1822, p. 200) afirma "(...) sendo o verbo huma oração recopilada, tantos devem ser, nem mais, nem menos, os modos do verbo, quantas são as especies de orações ou proposições por ordem á sua syntaxe, e contextura no discurso". Por isso, transformou os modos imperativo, supositivo e condicional em tempos do modo indicativo presente imperfeito imperativo, pretérito imperfeito condicional e pretérito perfeito condicional, respectivamente. Para Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751, p.103), o que corresponde ao modo condicional é o *prétérit postérieur*; Barbosa faz o mesmo ao definir o condicional como *pretérito perfeito condicional*.

No tocante aos tempos verbais, Barbosa (1822) aplica a teoria da gramática geral na descrição dos tempos do português. Conclui-se que Barbosa apresentou uma nova interpretação para descrição desses tempos por meio da intersecção das ideias apresentadas nas gramáticas que fazem parte de seu horizonte de retrospectão, pois, na GPLP:

- a) o tempo é classificado em três (presente, passado e futuro) como para Arnauld e Lancelot (2001[1660]), Beauzée (1767, Livro II), Condillac (1775) e Souza (1804);
- b) agrega os aspectos perfectivo e imperfectivo a esses tempos como faz Beauzée (1767, Livro II), Condillac (1775), Bacellar (1783), o que os levaram a ampliar a quantidade de tempos com esses aspectos; e,
- c) observa a relação dos tempos entre si, classificando-os em absoluto ou relativo como nas gramáticas de Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), Beauzée (1767, Livro II), Condillac (1775) e Souza (1804).

Neste capítulo, por meio da descrição, análise e comparação da GPLP com as obras que compõem o horizonte de retrospectão de Barbosa e com gramáticas portuguesas de nossa fonte, concluímos que o que distinguiu o sistema verbal da GPLP com as demais foi a escolha do aspecto funcional-lógico como fio condutor para

a reestruturação do sistema dos modos e tempos. No entanto, Barbosa não apresentou uma nova teoria para o sistema verbal, porque apenas se beneficiou da teoria da gramática geral, principalmente da teoria do sistema verbal de Beauzée, para realizar essa reorganização.

CONCLUSÃO

Nesta tese, examinou-se a GPLP como uma gramática geral ou filosófica, fundamentada nos princípios da teoria da gramática geral (conceber e julgar). Observou-se também, no estudo, como o horizonte de retrospectão de Barbosa está presente de modo direto ou indiretamente na construção do quadro do sistema verbal português.

Partimos do colorário de que a GPLP segue os princípios da gramática geral, afirmando que o verbo “ser” é “o único verbo”, indispensável na oração, capaz de formar qualquer proposição da língua, exercendo a função conjuntiva. O objetivo do trabalho foi o de demonstrar a filiação teórica de Barbosa aos princípios da teoria racionalista (teoria geral) pelo estudo do sistema verbal organizado pelo gramático. Para alcançar tal objetivo, utilizamos o método descritivo-analítico, que consistiu tanto no exame de obras que formaram o horizonte de retrospectão (AUROUX, 2008) de Barbosa para revelar a robustez da obra *sub examine*, tanto pelo confronto de suas ideias com as dos autores que formaram esse horizonte quanto pela análise descritiva de um conjunto de gramáticas filosóficas portuguesas.

A pesquisa confirmou a tese de que Barbosa organizou uma gramática filosófica que se diferencia das gramáticas filosóficas anteriores à dele, porque foi analítico e crítico, o que fez com base, especialmente, nos artigos de *L'Encyclopédie* (*Langue*, 1765; *Proposition*, 1751; *Tems*, 1751; *Mot*, 1751; *Verbe*, 1751; e *Grammaire*, 1757) e da *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues* (1767), de Beauzée, tendo tomado, em certos pontos, posições teóricas diferentes das do enciclopedista. Constatamos também que Barbosa se apropriou, parcialmente dos conceitos de verbo, de modo e de tempo dos autores das gramáticas gerais que compuseram seu horizonte de retrospectão, dentre os quais Arnauld e Lancelot, autores da primeira gramática geral, a *Grammaire générale et raisonnée* (1660), e, principalmente N. Beauzée (nos textos supracitados), assim como E. B. Condillac, pela *Grammaire* (1775). A intersecção havida entre as ideias defendidas nessas obras e a sua foram instrumento para a construção do sistema verbal composto por Barbosa, o qual, específico para a língua portuguesa, distinguiu-se conceitualmente diferente dos existentes.

Nesta conclusão, retomamos alguns conceitos e observações que direcionaram nossa análise com o intuito de evidenciar os principais resultados a que chegamos. As perguntas fixadas para nossa pesquisa servirão de fio condutor.

1ª pergunta – Qual o horizonte de retrospectiva de Barbosa?

Para obtermos a resposta para essa pergunta, primeiramente, buscamos no próprio texto da GPLP citações diretas e nominais a outros gramáticos com fundamentação teórica e filosófica conforme a gramática geral. A referência direta a Sanchez de las Brozas restringe-se a duas citações diretas, quando Barbosa o elogia por introduzir na gramática latina os princípios da filosofia e no tratamento do modo verbal para discordar do posicionamento do Brocense. Porém, a presença do gramático espanhol se faz sentir por referências aos conteúdos aos quais Barbosa recorre, por via de Arnauld e Lancelot, que se valem de pontos da teoria do Brocense, aplicando-os nos métodos de ensino das línguas francesa, espanhola e italiana (BARBOSA, 1822). Barbosa é econômico em citações no corpo do texto e as demais referências a outros autores são anônimas, por meio de generalizações como “os gramáticos modernos”, “os antigos gramáticos”, “os gramáticos” ou “muitos gramáticos”, o que faz ora para concordar, ora para discordar de suas orientações linguísticas.

Iniciamos a investigação do horizonte de retrospectiva de Barbosa pelo estudo da Minerva (1562) de Sanchez de las Brozas, primeiro, por ter sido um dos gramáticos a receber uma referência direta e nominal na introdução e no capítulo do “Verbo” na GPLP e, segundo, pelo emprego de um “método racional” para explicar os fatos linguísticos.

A segunda obra a fazer parte desse horizonte de retrospectiva foi, pela via indireta, o *Discurso do Método* (1637), de René Descartes, que é a pedra angular do horizonte de retrospectiva dos teóricos de Port-Royal, e, conseqüentemente, o que, também atinge indiretamente toda a teorização de Barbosa, já que os Senhores de Port-Royal com as duas grandes obras, *Grammaire Générale et Raisonnée* (1660) e *La logique ou l’Art de penser* (1662), fazem parte do horizonte de retrospectiva de Barbosa. A primeira hipótese de pesquisa foi a de que Barbosa havia conceituado o verbo de acordo com o conceito dos Senhores de Port-Royal, essa hipótese, contudo,

não se confirmou porque, na GPLP, o verbo não significa *afirmação* como na GGP-R, como demonstramos ao longo da tese.

Embora os Senhores de Port-Royal, então, não sejam os principais autores do horizonte de retrospectiva de Barbosa, este, além de seguir sua fundamentação filosófica, aproxima-se de alguns pontos da GGP-R, como, por exemplo, os princípios lógicos-filosóficos, quando assegura que o livro III, da Etimologia, foi estabelecido conforme os princípios da gramática geral (conceber e julgar) como também a concepção das partes da oração, não como vocábulos (parte mecânica), mas como palavras que expressam os pensamentos (parte lógica).

A inclusão do iluminista Condillac no horizonte de retrospectiva de Barbosa pode causar estranheza, considerando que esse filósofo se apresentou contrário às ideias racionalistas do século XVII e desenvolveu a tese do conhecimento humano baseado nas sensações, e não, simplesmente, na razão. Barbosa (1822, p.I), quando afirma que “A grammatica, (que quer dizer Litteratura) não foi ao principio outra couza, senão a sciencia dos caracteres”, está relacionando gramática à escrita assim como Condillac faz em *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746), que se dedica à escrita. Condillac (1984 [1780]) também defende que as línguas são métodos analíticos, os quais são baseados na ordem das palavras na construção das proposições. O mesmo discurso se encontra na GPLP, quando Barbosa atesta que as línguas são métodos analíticos.

Beauzée foi outro filósofo que configurou o horizonte de retrospectiva do gramático português. O enciclopedista apresentou várias ideias contrárias aos Senhores de Port-Royal, como, por exemplo, os elementos da proposição serem apenas dois (sujeito e atributo) e o verbo significar *existência* e, não, *afirmação*. Barbosa recupera parcialmente o sentido de existência apresentado por Beauzée como conceito de verbo, pois para o enciclopedista, o verbo é uma existência intelectual relacionada à uma modificação que ocorre na mente para enunciar os pensamentos por meio de proposições, enquanto que para o gramático português a relação é de coexistência do sujeito e o atributo no enunciado.

Portanto, no horizonte de retrospectiva de Barbosa há a presença da filosofia do século XVII e o método analítico do século XVIII. O gramático português combina o método analítico de Condillac com o método cartesiano dos Senhores de Port-Royal,

pois considera a língua como método analítico como Condillac, observando a ordem das palavras na construção das proposições, mas também assegura que analisa as partes da oração conforme os princípios da gramática geral. Barbosa também descreve a sintaxe e a construção como os enciclopedistas.

2ª pergunta – O que a GPLP tem de geral ou filosófica, e particular?

Para identificar essas características de gramática geral ou filosófica, e particular, recorreremos ao texto de Santos (2010), a fim de compreendermos o quadro histórico do desenvolvimento da ideologia filosófica nas gramáticas do século XVIII. Santos (2010) explica que a lógica aristotélica foi retomada, no século XII, pelo ideal gramatical de escrita e fala perfeitas. No século XIII, a ideia de gramática universal é exposta como uma ciência que busca as razões que seriam comuns a todas as línguas. Para esse trabalho, os modistas elegeram o latim como “língua universal” por julgarem-na como mais perfeita ao se comparar com as demais línguas.

Os séculos subsequentes são marcados por tratados construídos a partir das ideias de língua universal dos modistas e de normatividade das gramáticas *usualis*. No século XVI, são publicadas as gramáticas filosóficas de Escalígero (1540) e de Brozas (1562), nas quais os princípios da lógica aristotélica são aplicados como gerais para todas as línguas. E, no século XVII, tem-se a GGP-R, a qual é considerada como o texto referência de gramática geral.

Na GGP-R (ARNAULD; LANCELOT, 2001 [1660]), o objetivo é descobrir as razões linguísticas que são comuns a várias línguas. A gramática geral é uma obra científica por se tratar das características comuns de diversas línguas por meio da razão. Em contrapartida, são apresentadas a existência de particularidades, como a sintaxe de regime, pertencentes às gramáticas particulares.

No século XVIII, tem-se o ápice da gramática geral por meio dos enciclopedistas franceses. Beauzée (EDR, *Gramática*, 2015 [1757]) diferencia gramática geral da particular. O enciclopedista defende que a gramática geral é uma ciência de princípios gerais e imutáveis aplicados a todas as línguas, enquanto que a particular é uma arte que aplica esses princípios gerais em uma língua particular, específica.

Na GPLP, Barbosa (1822) também apresenta os conceitos de gramática geral e particular como Beauzée. O gramático português defende que uma gramática particular deve ser baseada na gramática geral, e, por isso, conforme a lógica de Port-Royal, divide a gramática em duas partes: os dois primeiros livros (Ortoepia e Ortografia) tratam da parte mecânica da língua portuguesa, limitando-se a descrição e prescrição da fala e da escrita à essa língua; e, os dois últimos livros (Etimologia e Sintaxe) se ocupam da parte lógica da língua, na qual as palavras são sinais do pensamento.

Nota-se na divisão das palavras em dois grandes grupos (palavras interjectivas ou exclamativas; e palavras discursivas ou analíticas) a influência de Beauzée sobre Barbosa. Beauzée e Jaucourt (EDR, *Mot*, 1751) apresentam a divisão das palavras em dois grupos: a) palavras afetivas; e, b) enunciativas. Porém, Barbosa diverge das ideias dos enciclopedistas quando afirma que as interjeições são desligadas do contexto da oração e também ao subdividir o grupo das palavras discursivas em nominativas e conjuntivas, apresentando assim uma divisão própria das classes de palavras (LEITE, 2018a).

Sintaxe e construção também são termos que atestam a presença dos enciclopedistas no horizonte de retrospectiva de Barbosa. No quarto livro da GPLP, faz-se distinção entre sintaxe e construção como Du Marsais, e apresenta o mesmo exemplo que os enciclopedistas usaram para explicar tal diferença (“Alexandre venceu a Dario” e “A Dario venceu Alexandre”).

Os termos proposição, oração e frase são sinônimos para Barbosa (1822). Para o gramático, proposição é formada por um sujeito, um verbo (verbo substantivo ser) e um atributo de forma como atestado pelos Senhores de Port-Royal. No estudo da sintaxe, Barbosa (1822) também aplica a teoria da gramática geral para atribuir à sintaxe de concordância regras gerais a todas as línguas e à sintaxe de regência uma maneira particular, pois se caracteriza como um uso arbitrário de cada língua.

Por meio desse estudo, percebe-se que a GPLP tem, principalmente, nos dois primeiros livros, características de gramática particular ao descrever o uso oral e escrito da língua portuguesa, nos quais apresenta regras e exemplos normativos. No entanto, é também uma gramática filosófica, porque expõe as razões dos fatos da língua. Para Barbosa (1822), o conceber e o julgar são duas operações do entendimento comuns a todos os homens. Nos dois últimos livros da GPLP, as

palavras são compreendidas como expressão do pensamento, um princípio lógico da gramática filosófica.

3ª pergunta – Como Barbosa interpreta os princípios da gramática geral no estudo do verbo? Qual a relevância do verbo na composição da proposição?

Primeiramente, detemo-nos no verbo “ser”, pois segundo o gramático, se as línguas fossem faladas apenas de forma analítica, só haveria necessidade do verbo substantivo e seus auxiliares para formar a proposição, isto é, os verbos seriam todos conjugados em sua forma passiva (voz passiva analítica). Para explicar melhor sua ideia, ele faz uma ilustração com o verbo “amar”, afirmando que “eu amo” seria dito “eu sou amante”, “eu estou sendo amante”, “eu tenho sido amante”. Deste modo, o verbo substantivo é capaz de fazer todas “(...) as precisões da enunciação do pensamento” (BARBOSA, 1822, p.237). O gramático português chega até mesmo a afirmar no Artigo I, do capítulo IV (do verbo), que tudo que foi dito anteriormente sobre o conceito dessa classe de palavra é sobre o verbo “ser”.

Por isso o verbo “ser” é tão relevante para essa gramática, porque ele é “o verbo” da proposição. E, como na GPLP, a língua é formada por dois componentes (o lógico e o mecânico), Barbosa defende que todos os verbos poderiam ser conjugados apenas na sua forma passiva, posto que, conforme seu componente lógico, o verbo “ser” sempre fará parte da proposição, mesmo que seu componente mecânico esteja sendo expresso por um verbo adjetivo para facilitar a comunicação por meio da agilidade de expressões menores.

A GPLP é fruto do conhecimento gramatical e lógico de Barbosa, o qual combina isso para conduzir o estudo do verbo. De forma clara, ele expõe que há três tipos de verbo (substantivo, auxiliares e adjetivos) para os homens enunciarem seus pensamentos por meio de proposições. Essas proposições não seguem a estrutura gramatical proposta em seu século (sujeito e predicado), mas, sim, a estrutura lógica do século XVII (sujeito, verbo “ser”, atributo), pensamento esse que surgiu com os filósofos gregos e que sofreu mudanças ao longo do tempo.

Podemos dizer que as mudanças na proposição são relacionadas ao julgamento de verdade e falsidade, afirmação e negação, algo tão imprescindível para a filosofia aristotélica, porém se torna uma ideia obsoleta, permanecendo apenas a

ideia de proposição como afirmação, como expressão de nossos pensamentos, mas o verbo “ser” continua sendo o verbo que irá fazer essa afirmação no modo indicativo.

Não podemos nos esquecer também da teoria do verbo substantivo que perpassou pela longa duração do tempo, teoria na qual se compreende que apenas com o verbo *ser* é possível formar proposições em todas as línguas. Barbosa, na GPLP, combinou a ideia de proposição dos Senhores de Port-Royal, o sentido de existência defendido por Beauzée (1767) como conceito de verbo e a terminologia de abreviação da linguagem com o uso do verbo adjetivo de Condillac (1775). Porém Barbosa discordou de todas as gramáticas gerais e filosóficas ao não considerar o verbo *ser* como um verbo auxiliar, apresentando, assim, uma nova interpretação para os auxiliares.

No quadro 10, *O verbo: terminologias*, observamos que Barbosa usa a mesma terminologia das gramáticas gerais e filosóficas quando subdivide o verbo em substantivo, adjetivo e auxiliar. Na GPLP, atribui-se verbos auxiliares específicos tanto para o verbo substantivo como para os verbos adjetivos, diferenciando-se, portanto, de todas as demais gramáticas que a precedem. Ainda em relação aos verbos auxiliares, Barbosa também inova ao acrescentar à concepção desses verbos, além de fazerem parte da formação de tempos compostos, a auxiliarem os outros verbos a expressarem *estados de existência* (atualmente, aspecto verbal), pois as gramáticas gerais e filosóficas anteriores à GPLP apenas relacionaram a função de formar tempos compostos ao verbo auxiliar.

4ª pergunta – Quais os critérios utilizados na GPLP para a definição de modo e tempo do verbo? Houve mudanças do conhecimento sobre essas categorias, tendo em vista as obras anteriores à GPLP, constantes do horizonte de retrospectão do autor?

Nossa indagação sobre a construção da ideia de modo e de tempo verbal na GPLP começou a partir da refutação de Barbosa aos outros gramáticos com relação à divisão dos modos e, conseqüentemente, a quantidade de tempos existentes nas outras gramáticas, o que o fez propor um sistema de modos e tempos mais simples que seus antecessores. A nossa pesquisa comprova que a grande diferença apontada por Barbosa em relação ao sistema verbal apresentado na GPLP foi ocasionado pela escolha do critério funcional-sintático.

Primeiramente, destaca-se que, na GPLP, há apenas três modos (infinito, indicativo e subjuntivo), porque, por meio do critério funcional-sintático, o autor inclui os modos imperativo e supositivo no modo indicativo por formarem orações independentes, e, o modo optativo no modo subjuntivo, por apresentar dependência a outra oração. Beauzée et al. (EDR, *Tems*, 1751) e Condillac (1775) também estabelecem o critério funcional-sintático para caracterizar os modos indicativo e subjuntivo, porém os modos imperativo, supositivo e condicional são classificados pelos gramáticos franceses pelo critério semântico, o que atesta que a divisão de modos da GPLP é própria de Barbosa.

Consequentemente, na GPLP, também se encontra a definição e quantidade de tempos verbais diferentes das demais gramáticas gerais e filosóficas. Concluímos que Barbosa apresenta uma nova interpretação para o tempo em razão da leitura dos textos de autores que integraram seu horizonte de retrospectiva e, consequentemente, a teoria da gramática geral está presente na GPLP, por exemplo:

- a) classifica o tempo em presente, passado e futuro como Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), Beauzée (1767) e Condillac (1775);
- b) acrescenta os aspectos perfectivo e imperfectivo a esses tempos como Beauzée (1767) e Condillac (1775); e,
- c) distingue os tempos em absoluto e relativo, de modo semelhante a Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), Beauzée (1767) e Condillac (1775).

Comparando o sistema verbal da GPLP com os das outras gramáticas filosóficas portuguesas, é evidente que há diferenças concernentes à concepção de modo, tais como: Bacellar (1783) e Souza (1804) atribuem tempos ao modo infinito, enquanto Barbosa (1822) afirma que esse modo não tem tempo e, sim, *linguagens* (“modos de dizer”, “forma de registro”), porém, tanto Souza quanto Barbosa admitem infinito pessoal e impessoal.

No esquema a seguir, apresentamos, sinteticamente, a organização do sistema verbal da língua portuguesa nas gramáticas filosóficas, evidenciando, com sublinhado, as diferenças de classificação apresentadas na GPLP:

a) Grammatica Philosophica (BACELLAR, 1783)

1. Infinito [presente] [pretérito (imperfeito) (perfeito) (mais-que-perfeito)];
2. Indicativo [presente] [pretérito (imperfeito) (perfeito) (mais-que-perfeito)] [futuro];
3. Optativo conjuntivo [presente] [pretérito (imperfeito) (perfeito) (mais-que-perfeito)] [futuro];
4. Imperativo [presente].

b) Gramatica Portugueza (SOUZA, 1804)

1. Infinito [presente (pessoal) (impessoal)] [particípio (ativo) (passivo)];
2. Indicativo [presente] [passado (indefinido) (próximo) (remoto)] [futuro];
3. Conjuntivo ou subjuntivo [presente] [passado indefinido] [futuro];
4. Imperativo [futuro];
5. Condicional [presente] [passado (1º passado) (2º passado)] [futuro];
6. Optativo (expressões “oxalá”; “praza a Deus” mais os tempos do modo conjuntivo) [presente] [passado indefinido] [futuro].

c) GPLP (BARBOSA, 1822)

1. Infinito (não há tempos, e, sim, linguagens) [infinito (pessoal) (impessoal)] [particípio (perfeito) (imperfeito)];
2. Indicativo [presente (imperfeito absoluto) (imperfeito imperativo) (perfeito)] [pretérito (imperfeito absoluto) (imperfeito condicional) (perfeito absoluto) (imperfeito relativo) (perfeito condicional)] [futuro (imperfeito) (perfeito)];
3. Subjuntivo ou conjuntivo [presente (imperfeito) (perfeito)] [pretérito (imperfeito) (perfeito)] [futuro (imperfeito) (perfeito)].

Parece, a princípio, que alguns tempos verbais deveriam ter sido assinalados como diferentes, embora a terminologia seja distinta, os conceitos não o são, eles se aproximam, razão por que não foram apontados aqui como diferentes. São eles:

1. Modo indicativo:

- a) pretérito imperfeito absoluto: a diferença maior está na terminologia, pois esse termo tem o mesmo sentido do que tem o pretérito imperfeito (BARCELLAR, 1783) e o passado indefinido (SOUZA, 1804);

- b) pretérito perfeito absoluto: equivale ao pretérito perfeito (BARCELLAR, 1783) e ao passado próximo (SOUZA, 1803); e,
- c) pretérito perfeito relativo: tem quase o mesmo conceito do pretérito mais-que-perfeito (BARCELLAR, 1783) e do pretérito remoto (SOUZA, 1803).

2. Modo subjuntivo:

- a) presente imperfeito: equivale ao presente (BARCELLAR, 1783; SOUZA, 1803); e,
- b) pretérito imperfeito: aproxima-se da linguagem do pretérito perfeito do modo optativo (BARCELLAR, 1783) e passado indefinido do modo subjuntivo (SOUZA, 1803), o que demonstra concepções diferentes para o mesmo tempo, pois Barbosa o concebe como inacabado em relação à época de fala, enquanto Barcellar, como acabado, e, Souza o concebe como indefinido por não estabelecer a exatidão da existência pretérita.

Por fim, a pesquisa demonstra que o fator que gerou a diferença do sistema verbal apresentado por Barbosa, em relação a outras concepções descritas nas gramáticas gerais e filosóficas até aquele momento publicadas, para a língua portuguesa foi o fato de o critério funcional-sintático ter sobrepujado o critério semântico para a definição de modos e tempos, o que levou Barbosa a definir um número menor de modos que são: Infinito, indicativo e subjuntivo.

Ao final da pesquisa, constatamos que, apesar de Barbosa se basear nos princípios da gramática geral de Arnauld e Lancelot (2001 [1660]), na *Grammaire Générale* (1767) e nos artigos da *Encyclopédie* (*Langue*, 1765; *Proposition*, 1751; *Tems*, 1751; *Mot*, 1751; *Verbe*, 1751; e *Grammaire*, 1757) de Beauzée, e na *Grammaire* (1775) de Condillac, o sistema verbal apresentado na GPLP não é apenas uma simples cópia do que disseram esses autores, mas uma interpretação crítica dos sistemas apresentados em suas obras.

REFERÊNCIAS

- **Fontes primárias**

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portuguesa ou Principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

_____. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia de Academia das Sciencias, 1822. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes, 2017. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Grammatica philosophica, de Jerónimo Soares Barbosa, código 3317_pt_Barbosa_T01 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=811 >.

_____. **Introdução**. Lisboa: Typographia de Academia das Sciencias, 1822. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, 2017. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Grammatica philosophica, de Jerónimo Soares Barbosa, código 3317_pt_Barbosa_T02 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=812>.

- **Fontes secundárias**

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude [1660]. **Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada**. 2ªed. Trad. Bassetto, Bruno Fregni; Murachco, Henrique Graciano. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

_____. [1664]. **Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal**. 2ª ed. Notes de Duclos et de Petitot. Paris: Bossange et Masson Libraires, 1810.

_____. [1676]. **Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal**. Edition critique présentée par Herbert E. Brekle. Tome I. Nouvelle impression em facsimilé de la troisième édition de 1676. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag, 1966.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. **Grammatica philosophica e orthographia racional da Lingua Portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

BEAUZÉE, Nicolas. **Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage: pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues**. Teme premier. Paris: De l'imprimerie de J. Barbou, 1767.

BROZAS, Francisco Sanches de Las [1587]. **Minerva: o de la propiedad de la lengua latina**. Trad. Fernando Riveras Cárdenas. Madri: Ediciones Cátedra, 1976.

CONDILLAC, Étienne de. Grammaire. Tome premier. **Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme**. Parma: Imprimerie Royale, 1775.

SOUZA, M. D. de. **Gramatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, para**

facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e escrever a sua propria Lingua, e a inteligencia de outras em que quizer instruir. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

- **Fontes filosóficas**

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. de J. Oliveira e A. Ambrósio de Pina. 6ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

ARISTÓTELES. **Organon**. 1º vol. I Categorias e II Periérmeneias. Coleção filosófica e ensaios. Tradução, prefácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores LDA, 1985.

_____. **Retórica**. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

ARNAULD, A.; NICOLE, P. [1662]. **La logique ou L'art de penser**. Nouvelle Édition, Paris: Imprimerie et Librairie Classiques, 1877.

BARRÉ, L. Précédée d'une introction, d'une analyse développée et d'appréciations critiques. In.: ARNAULD, A.; NICOLE, P. **La logique ou L'art de penser**. Nouvelle Édition, Paris: Imprimerie et Librairie Classiques, 1877.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de [1746]. **Euvres completes**. Tome I. Essai sur l'origine des connaissances humaines. Genève: Slatkine Reprints, 1970.

_____. [1780]. Lógica ou os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar. Trad. Nelson Alfredo Aguilar. In.: **Coleção Os Pensadores. Textos escolhidos**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 61-134.

DESCARTES, René. Discurso do método. In: RAMOS, Vítor (org.). **Obra escolhida**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 39-103.

GILSON, Étienne. **O ser e a essência**. (Trad. Carlos Eduardo de Oliveira, Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, Jonas Moreira Madureira, Luiz Marcos da Silva Filho, Pedro Calixto Ferreira Filhøe Tiago José Risi Leme. Coleção Filosofia medieval. São Paulo: Paulus, 2016), [versão e-books]. ISBN: 978-2-7116-0284-1. (Paginação irregular)

GRANGER, Giller-Gaston. Vida e obra de Descartes. In. DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditação; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Coleção Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. V - XX.

PLATÃO. **Crátilo, ou sobre a correção dos nomes**. Trad. e notas Celso de Oliveira Vieira. Coleção Textos filosóficos. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. **O Sofista**. Trad. Carlos Alberto Nunes. (eBookLibris, 2003) [Versão para eBook] [eBooksBrasil.com]. Disponível em

<<http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/c3ce95f2ea7819533050e2effd5b652d.pdf>>. Acesso em 02 jun. 2017.

_____. **O sofista**. Trad. Sebastião Paz. São Paulo: DPL, 2005.

_____. **Teeteto. Crátilo**. Trad. direta do grego Carlos Alberto Nunes. Coord. Benedito Nunes. 3 Ed. Revisada. Belém, Pa: Ed. Ufpa, 2001.

- **Encyclopédie**

BEAUZÉE, N [1757]. Gramática. In.: PIMENTA, P.P.; SOUZA, M. das Graças (Orgs.). **Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. Tradução de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Luís Fernandes do Nascimento. São Paulo: Editora Unes, 2015, p.329-343.

BEAUZÉE, N. et al. Langue. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1765, Vol. 9, p. 245-272. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/LANGUE>. Acesso em 08 de agost. 2018.

BEAUZÉE, N. et al. Proposition. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol.13, p.471-486. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/PROPOSITION>. Acesso em 31 mai. 2018.

BEAUZÉE, N. et al. Tems. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 16, p. 93-122. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/TEMS>. Acesso em 13 abr. 2018.

BEAUZÉE, N.; JAUCOURT, Louis de. Mot. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 10, p. 752-765. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/MOT>. Acesso em 13 abr. 2018.

BEAUZÉE, N. Verbe. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1751, Vol. 17, p.48-53. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/VERBE> Acesso em 13 abr. 2018.

BEAUZÉE, N.; DOUCHET, Jacques-Philippe-Augustin. Grammaire. In.: D’ALEMBERT, Jean Le Rond; DIDEROT, Denis (ed.). **L’Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1ª ed. Paris, 1757, Vol. 7, p. 841-847. Disponível em

<https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/GRAMMAIRE> Acesso em 10 mar. 2019.

DU MARSAIS, C. C. et al. Construction. In.: D'Alembert, Diderot (ed.). **L'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 1^a ed. Paris, 1751, Vol. 4, p. 73-100. Disponível em <https://fr.wikisource.org/wiki/L%E2%80%99Encyclop%C3%A9die/1re_%C3%A9dition/CONSTRUCTION> Acesso em 01 jan. 2020.

- **Estudos**

ALI, Said. **Dificuldades da língua portuguesa**. Coleção Antônio de Moraes Silva, v. 7. 7^a ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.

ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44^aed. São Paulo: Saraiva, 1999.

AUROUX, Sylvain. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joaquinho. Campinas: Editora RG, 2008.

_____. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 2^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

_____. Actes de pensée et actes linguistiques dans la grammaire générale. In.: **Histoire épistémologie langage**. Tome 8, fascicule 2, 1986, p. 105-120.

_____. Condillac, inventeur d'un nouveau matérialisme. In: **Dix-huitième Siècle**, n°24, Le matérialisme des Lumières. 1992, p.153-163.

_____. **Filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998a.

_____. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2009b.

_____. **La sémiotique des encyclopédistes: Essai d'épistémologie historique des sciences du langage**. Paris: PP, 1979.

_____. **La raison, le langage et les normes**. 1998b [versão PUF books]. ISBN: 978-21-3814-8.

_____. **Notice sur la Grammaire, de Etienne Bonnot de Condillac**. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 1998c (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível em <http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=360>. Acesso em 30 out. 2018.

_____. **Notice sur la Grammaire générale, de Nicolas Beauzée**. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 1998d (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível em <http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=11>. Acesso em 16 out. 2018.

AZEREDO, José Carlos de. O tempo do verbo e a lição dos velhos gramáticos. In.: VALENTE, André C. (org). **Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações**. 1ª ed. São Paulo : Parábola Editora, 2015, p.154-162.

AZEREDO, Ricardo Charters d'. **Os Soares Barbosa – Ansianenses Ilustres**. Leiria: Textiverso, coleção Tempos & Vidas – 20. 2012.

BASSETO, Bruno Fregni; MURACHCO, Henrique Graciano. Prefácio à edição brasileira. In.: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude [1660]. **Gramática de Port-Royal, ou gramática razoada**. 2ªed. Trad. Bassetto, Bruno Fregni; Murachco, Henrique Graciano. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Trad. Ernesto Guimarães (coord), Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

BOTAS, Vicente Bécares. Introdução, tradução e notas. In.: TRACIO, Dionísio. **Gramática – comentários**. Introdução, tradução e notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Editora Gredos, 2002.

BREKLE, Herbert E. Introdução. In.: ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude [1676]. **Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal**. Edition critique présentée par Herbert E. Brekle. Tome I. Nouvelle impression em facsimilé de la troisième édition de 1676. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag, 1966.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa**. 6ªed. Rio de Janeiro: Padrão Editora Ltda, 1980.

_____. **História da linguística**. Trad. De Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CÁRDENAS, Fernando Riveras. Introducción. In.: BROZAS, Francisco Sanches de Las [1587]. **Minerva: o de la propiedad de la lengua latina**. Trad. Fernando Riveras Cárdenas. Madri: Ediciones Cátedra, 1976.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa**. Marília: ALFA revista de linguística, 1968.

_____. **Nova gramática do português brasileiro**. 1ª ed. 3ª reimpressão, São Paulo: EDITORA , 2014.

CASIMIRO, João Joaquim. **Methodo gramatical**. Porto: Antonio Alvarez Ribeiro, 1792. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção e Sónia Coelho, 2017. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Methodo gramatical, de João Joaquim Casimiro. código 3308_pt_Casimiro_T01 < http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=795 >.

COELHO, Sónia Catarina Gomes. **A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa - Edição Crítica, Estudo e Notas**. 2013,

702f. Tese (Doutoramento em Ciências da Linguagem – Especialização em Historiografia Linguística). Universidade de Trás-Os-Montes E Alto Douro, Vila Real, 2013.

_____; KEMMLER, Rolf. A Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, 2017, n. 53, p. 9-34. disponível em: <<http://llp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/208/122>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguística**. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

COUTO, Manuel Amor. Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa. **Revista Galega de Filoloxía**, Santiago de Compostela, ISSN 1576-2661, p. 11-31, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/61894911.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

DEZOTTI, Lucas Consolin. **A invenção das classes de palavras**. Coleção Humanidades. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. **Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotações e estudo introdutório**. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções lingüísticas do séc. XVIII: a gramática portuguesa**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FERNANDES, Gonçalo. A Minerva seu De Causis Linguae Latinae (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600). **Boletim de estudos clássicos**. N.46. Universidade de Coimbra. Dez/2006, p.133-144. Disponível em <<https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/bec46>>. Acesso em 04 out.2017.

FIORIM, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo – SP: Editora Ática, 1996.

GONÇALVES, Maria Filomena. Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas. In: **VII Congrès de Lingüística General**. Vol.18. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006 [ISBN84-475-2089-8].

_____. **Notice sur la Gramatica portugueza, de Manuel Dias de Sousa**. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 1998 (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível em <http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=402>. Acesso em 22 nov. 2018.

_____; COELHO, Sónia. **Notice sur la Grammatica philosophica, de Jerónimo Soares Barbosa**. Trad. Jacqueline Leon. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 1998 (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível em < http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=364>. Acesso em 22 nov. 2018.

HACKEROTT, Maria Mercedes Saraiva. **A passagem da Minerva para a Gramática Geral na história da gramática portuguesa uma mudança de conceitos gramaticais?** 226f. Tese (Doutorado em Lingüística, Área de Concentração em Semiótica e Lingüística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

HAUY, Amini Boainain. **Gramática da língua portuguesa padrão**. 1ª ed., 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

KEMMLER, Rolf. Alguns documentos inéditos para a biografia do gramático Manuel Dias de Sousa (1753-1827). **Revista de Letras**, Vila Real, 2011, n. 10, p.75-90, Dez. Disponível em: <https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/03/revista_de_letras_10.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2018.

_____. Para a Recepção da Gramática Geral em Portugal: a tradução portuguesa da *Grammaire générale* de Nicolas Beauzée. In.: **26é Congrès Internacional de linguística i filologia romàniques**. Facultat de filologia de la Universitat de València. València, 2010, p. 5.308-5.318.

_____. Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latinoportuguesa nos séculos XV a XIX. **Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, Santiago de Compostela, v. 19, p. 145-176, 2013. Disponível em: <<https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/36/36>>. Acesso em: 14 out. 2018.

KOERNER, E. K. História da linguística. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, 2014 n. 46, p. 9-22, 2014. Disponível em: < <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/4/6>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

LEITE, Marli Quadros. Anotações sobre o Compendio da grammatica philosophica. In.: LEITE, Marli Quadros; PELFRÊNE, Arnaud (Orgs.). **Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza: Padre Antonio da Costa Duarte (6ª edição – 1877)**. Coleção Gramáticas do Brasil, série 1, v.1, PDF. São Paulo: FFLCH/USP, 2018a.

_____. Breve comentário sobre o Compendio de Frei Caneca. In.: LEITE, Marli Quadros; PELFRÊNE, Arnaud (Orgs.). **Breve Compendio de Grammatica Portugueza organizado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alunos: Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1ª edição – 1876)**. Coleção Gramáticas do Brasil, série 1, v.2, PDF. São Paulo: FFLCH/USP, 2018b.

_____. Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. **Filol. linguíst. port.**, n. 13(2), 2011, p. 337-368.

_____. Grammatica portugueza accommodada aos principios geraes de palavra seguidos de immediata applicação pratica: Francisico Sotero dos Reis (2ª edição – 1871). In.: LEITE, Marli Quadros; PELFRÊNE, Arnaud (Orgs.). **Coleção Gramáticas do Brasil – século XIX**. Série 1, v.3, PDF. São Paulo: FFLCH/USP, 2019a.

_____. Historiografia da linguística e história das ideias linguísticas : aproximação e distanciamento. In.: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org). **Historiografia da linguística**. São Paulo : Contexto, 2019b, p.139-203.

_____. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

_____. Rationalist Theory in the Postillas de Grammatica Geral of Francisco Sotero dos Reis. **Global Journal of Human-social Science: G**, Vol. 19, ed. 10, versão 1.0, 2019c, p.1-21. Online ISSN: 2249-460x & Print ISSN: 0975-587X.

_____; CAMPOS, Maria Inês Batista. Um Convite à história das ciências da linguagem. **Linha D'Água**. São Paulo, v. 32, n. 1, jan.-abril 2019, p. 1-22. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/156857/152583>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LÉON, Jacqueline. Proposition, phrase, énoncé dans la grammaire: Parcours historique. **L'information grammaticale**, n°98, jun., 2003.

LOPES, Edward. Um protótipo de gramática gerativa portuguesa: a gramática de Soares Barbosa. **Alfa**, São Paulo, 1986/1987, p.37-53.

LUPETTI, Monica. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In. DUARTE, Sónia; LEON, Rogelio Ponce de (orgs). **A gramática racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)**. Porto: FLUP, 2015, p.55-71.

MARTINHO, Marcos. Notas. In: Dionísio da Trácia, Arte. Trad. Marcos Martinho. **Letras Clássicas**, São Paulo, n.11, p.153-179, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/82556/85531>>. Acesso em: 09 set. 2018.

MOURA, Teresa; ASSUNÇÃO, Carlos. **Notice sur la Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar**. Trad. Jacqueline Léon. CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF, 2016 (Grammaires portugaises et brésiliennes). Disponível em: <http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=649>. Acesso em: 13 nov. 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem.** (2ª ed. rev. , São Paulo: Editora UNESP, 2005), [versão SciELO Books]. ISBN: 978-85-393-0346-5. (Paginação irregular)

OLIVEIRA, Daniele Felizola de. **O pensamento linguístico de Jerônimo Soares Barbosa e sua influência nas principais gramáticas brasileiras do século XIX.** 225 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. Da Techné Grammatiké à gramática especulativa medieval: As relações lógicas e não lógicas do enunciado linguístico. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. XV, n. 5, t.2, p. 1571-1587, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/129.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POLACHINI, Bruna. Em busca de uma rede conceitual na gramaticografia brasileira oitocentista do português: a *cópula* em Sotero dos Reis (1866, 1871, 1877) e em Carneiro Ribeiro (1877). **Cadernos de Pós-Graduação em Letras (Mackenzie)**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9426/5751>>. Acesso em: 04 set. 2018.

ROBOREDO, Amaro de. **Methodo Grammatical para todas as línguas.** Lisboa: Pedro Craesbeeck. 1619. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção, Anabela Leal de Barros, Gonçalo Fernandes, 2017. Disponível em: CID ENS de Lyon/CTLF: Analyse et Traitement Informatique de la Langue Française – ATILF/CTLF (Grammaires portugaises et brésiliennes), Textes de Methodo gramatical, de Amaro de Roboredo, código 3303_pt_Roboredo_T01<http://ctlf.ens-lyon.fr/t_texte.asp?t=780>. Acesso em : set.2018.

ROMEO, Rogelio Ponce de León. O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII. **Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literatura”**. Porto, n. 19, , p. 491-520, 2002. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8984/2/72429.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

SÁNCHEZ SALOR, E. O método latino de du Marsais: Críticas e apologias contemporâneas. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 195-217, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/151126/152720>>. Acesso em: 24 out. 2018.

SANTOS, Maria Helena Pessoa. **As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos.** Parte I e parte II. Braga – Portugal: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

STERSE, Célia Maria Limongi. **A grammatica Philosophica da Lingua Portugueza – Uma gramática antiga e atual.** 301f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

SWIGGERS, P. **A** historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, 2013, p. 39-59. Disponível em: < <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TORRES, Amadeu. A Grammatica Philosophica de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. **Revista Portuguesa de Filosofia**. T.50, Fasc. 1/3. Jan – Set. 1994, p.459-466.

TRACIO, Dionísio. **Gramática – comentários**. Introdução, tradução e notas de Vicente Bécares Botas. Madrid: Editora Gredos, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 5ª ed., Uberlândia – MG: EDUFU, 2015.

TRINDADE, Alexandre Wesley. Primeiras lições sobre o aspecto verbal em português na Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras (Mackenzie)**, vol. 15, n. 1, 2015 [ISSN 1809-4163]. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9427/5752>>. Acesso em: 13 out.2017.

TRINDADE, Patrícia de Castro. **As estruturas de um Português do Século XVIII: Jerônimo Soares Barbosa**. 147f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

VARGAS, Maria Valéria. **Verbo e práticas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

- **Dicionários**

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. Revista e atualizada de acordo com a nova ortografia. 5ª impres. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CASSIN, Barbara; et al. Logos. In. : **Vocabulaire Européen des Philosophies. Dictionnaire des intraduisibles**. Barbara Cassin (Org.). Edição Limiar. 2004, p.727-741. ISBN : 2-85-036-580-7 (Le Robert), ISBN : 2-02-030730-8 (Seuil).

NEVEU, Franck. **Dicionário de Ciências da Linguagem**. Trad. Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.